



Relatório Semestral

2021

1.1. Sobre o Nosso Relatório de Gestão 7

1.2. A Nossa Missão, Visão e Valores 10

1.3. Quem Somos 13

1.4. Marcos Históricos 21

2.1. A Mensagem do Nosso PCA e do PCE 25

3.1. O Contexto Onde Operamos 33

3.2. Os Números que Alcançámos 55

3.3. A Nossa Proposta de Valor 57

3.4. A Nossa Estratégia 60



4.1. Foco no Cliente	69	4.3. Risco e Conduta	133
Clientes Corporativos e Institucionais	70	O nosso sistema de controlo interno	134
Clientes Consumo e de Elevado Património	83	O nosso modelo de gestão de risco	157
Clientes Comerciais e de Negócios	93	4.4. Solidez nos resultados financeiros	199
Soluções para Clientes Engenharia	103 109	O nossos indicadores	200
O que fizemos mais para os nossos Clientes?	113	4.5. Impacto relevante na sociedade em que operamos	217
4.2. Pessoas e Cultura	119	A nossa responsabilidade social	215
Pessoas e Cultura	120		
O que fizemos mais para os nossos Colaboradores?	128		
		5.1. O Nosso Modelo de Governação	225
		6.1. Demonstrações Financeiras	251
		6.2. Notas às Demonstrações Financeiras	258
		6.3. Pareceres dos Auditores Externos e do Conselho Fiscal	402

Somos Angola

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os nossos *stakeholders*, demonstrando não só a nossa performance financeira como também a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos, que não se resumem só a números.



01 INTRODUÇÃO

Standard Bank *É POSSÍVEL*

1.1 Sobre o nosso Relatório de Gestão

O presente documento tem um propósito mais vasto do que simplesmente dar uma perspectiva financeira da situação patrimonial do Standard Bank de Angola (“SBA” ou “Banco”) e responder a divulgações de cariz obrigatório, como os requisitos previstos na Lei das Sociedades Comerciais ou do Banco Nacional de Angola e da Comissão Mercado de Capitais.

Este relatório pretende dar conhecer o SBA a todos os nossos *stakeholders*, caracterizando, também, o Grupo no qual se insere e fazer uma retrospectiva dos principais factos ocorridos no primeiro semestre do exercício de 2021. Foi um primeiro semestre marcado pelo início da vacinação da população à escala mundial contra a Covid-19 com o objectivo de diminuir os impactos económicos e sociais que a pandemia provocou a nível mundial no ano de 2020.



Incluimos no presente relatório informação de diversa natureza e proveniente de várias fontes. Para além do enfoque financeiro, retratando a performance do Banco durante o primeiro semestre de 2021, bem como a sua situação patrimonial, pretendemos ir mais além. Recolhemos das diferentes áreas funcionais do Banco os eventos mais marcantes, trazendo-os ao vosso conhecimento. Incorporámos informação sobre o modelo de governação do Banco e os procedimentos instituídos de controlo interno mais relevantes. Apresentamos, também, indicadores de diversas naturezas de risco, bem como de gestão de capital. Por último, não poderíamos deixar de parte algo que muito nos orgulha e que cada vez mais tem sido uma prioridade, ou seja, contar-vos qual foi a nossa actuação na sociedade, com a realização de inúmeras iniciativas de cariz social, económica e ambiental.

Sistematizando, o nosso Relatório de Gestão para o primeiro semestre do exercício de 2021, abordará diversas temáticas, tais como:

- | A caracterização do Banco e do Grupo Standard Bank (Grupo SB)
- | O contexto macroeconómico em que operamos, quer **a nível nacional, quer internacional**; e
- | Uma descrição dos **principais *guidelines* da nossa estratégia** para o segundo semestre do exercício de 2021;



O balanço da operacionalização de uma estratégia assente nos seguintes pilares-chave:



Abordagem focada no Cliente

Apresentaremos informação sobre as nossas grandes linhas de negócio: Clientes Corporativos e Institucionais (*Wholesale*), Clientes Comerciais e de Negócios (*Business and Commercial Clients* ou BCC), Clientes Consumo e de Elevado Património (*Consumer High Net Worth* ou CHNW), sendo Soluções para Clientes (*Client Solutions*), Inovação (*Innovation*) e Engenharia (*Engineering*) áreas transversais aos três segmentos;



Pessoas enquanto activo fundamental

Abordaremos os factos mais relevantes do nosso Capital Humano, assim como as acções desenvolvidas no âmbito desta pandemia;



Risco e conduta

Destacaremos a forma como gerimos o risco e descreveremos o nosso ambiente interno, como o sistema de controlo subjacente;



Solidez nos resultados financeiros

Demonstraremos a nossa performance e solidez financeira, divulgando os números e principais indicadores da nossa actividade;



Responsabilidade social

Reservámos um espaço para divulgar a nossa actuação perante a sociedade Angolana. Poder contribuir é algo que faz parte da nossa natureza e do Grupo onde nos inserimos;

Partilharemos os **princípios orientadores do nosso modelo de governação** e da política de remunerações da nossa Equipa.

O relatório que apresentamos conta com o contributo da nossa Equipa de gestão, recorrendo a fontes de informação internas e externas de uso comum. Apesar de conter informação não auditada, desencadeámos os procedimentos necessários para assegurar a maior segurança possível na informação que divulgamos e recorremos, sempre que possível, a informação contida nas nossas demonstrações financeiras (anexas), as quais foram auditadas pela PwC.

Concluindo, pretendemos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os nossos *stakeholders*, não apenas numa vertente mais tradicional neste tipo de documento (financeira), mas também numa vertente mais abrangente, pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem apenas a números.

1.2 Qual a nossa Missão, Visão e Valores



Visão Geral

O SBA tem vindo a ser reconhecido de forma consistente como uma Instituição Financeira de confiança, sustentável e com um papel relevante na promoção da literacia e inclusão financeira em Angola.

A nossa cultura é determinada pela nossa missão, visão, valores e propósito.

A génese Africana do Banco e a sua cultura de integração internacional orientaram a estratégia do Standard Bank de Angola de forma a otimizar todas as oportunidades que África, e muito particularmente Angola, nos apresenta.

O nosso Código de Ética conduz-nos a ser responsáveis e a respeitar os nossos Clientes, sendo este um dos pontos de referência para os nossos Colaboradores.

Missão

Angola é a nossa casa, e nós promovemos o seu crescimento.

Visão

Ser a organização de serviços financeiros líder em Angola, gerando valor e uma experiência excepcional para os nossos Clientes. Queremos mudar a vida das Pessoas sendo mais que um Banco.

Prioridades Estratégicas

Atualizamos as nossas prioridades estratégicas para clarificar o que precisamos de fazer para vivermos o nosso propósito. Focamo-os em Transformar a Experiência do Cliente, Executar com Excelência e Gerar Crescimento e Valor Sustentável.

Valores

Os valores apresentados servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco e estão na génese da implementação da nossa estratégia:



Servir os Clientes



Desenvolver os Colaboradores



Criar valor para os accionistas



Promover o respeito mútuo



Ser proactivo



Elevar constantemente a fasquia



Trabalhar em equipa



Defender os mais altos níveis de integridade



1.3 Quem nós somos...

O SBA destaca-se pelos seus valores intrínsecos basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência. A Nossa Cultura assenta na “forma como fazemos”, reconhecendo que a “forma como fazemos” é tão importante quanto “o que fazemos”. A constante procura pela otimização do desempenho operacional do Banco é uma alavanca que nos permite aumentar a qualidade dos nossos serviços e atingir um posicionamento de excelência, sempre focados nos nossos Clientes.



Quem somos

O Standard Bank de Angola, S.A. é uma sociedade de direito Angolano, com sede social em Talatona, Luanda, que foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Banco dedica-se ao exercício da actividade bancária nos termos permitidos e definidos na lei, através da obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, o qual aplica, juntamente com os seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no BNA, aplicações em Instituições de Crédito, aquisição de títulos e em outros activos. Adicionalmente, presta outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

O Standard Bank é um grupo financeiro com 158 anos de história com presença em 20 países do continente Africano e um conhecimento local sólido que nos permite operar um negócio de sucesso em África. A nossa presença e ligação com os principais mercados financeiros internacionais permite-nos facilitar fluxos de investimento e desenvolvimento para o continente Africano, bem como aceder a investidores internacionais para facilitar o crescimento, a diversificação e o desenvolvimento das economias do continente. Somos uma organização focada em África, centrada nos Clientes e digitalmente preparada, com vantagens competitivas importantes. A nossa estratégia baseia-se na entrega de soluções holísticas, relevantes

e simples aos nossos Clientes. Os contextos de risco, regulação, tecnologia e concorrência moldam a nossa abordagem ao mercado bem como a nossa preocupação com as comunidades locais.

Assumindo quer Clientes quer Parceiros no centro da sua actividade, e de acordo com as realidades de risco, regulação, tecnologia e concorrência que moldam o panorama financeiro em África, o Banco aposta na diversificação da sua oferta, no investimento em operações, sistemas e infra-estruturas e na criação de um impacto positivo junto das comunidades locais. Todas estas iniciativas traduzem-se num investimento crescente na responsabilidade social corporativa em Angola.

Composição do Conselho de Administração



Octávio Castelo Paulo
PRESIDENTE



Luís Teles
ADMINISTRADOR EXECUTIVO



Eduardo Clemente
ADMINISTRADOR EXECUTIVO



Yonne de Castro
ADMINISTRADORA EXECUTIVA



António Coutinho
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO



Vogal*
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO



Vogal*
ADMINISTRADOR NÃO EXECUTIVO

*Em face dos anteriores Administradores Não Executivos terem cessado funções a 28/12/2020 por deliberação da Assembleia Geral, o Banco encontra-se actualmente em processo de aprovação e registo de novos membros do CA.

De África para o Resto do Mundo

O Grupo Standard Bank tem contribuído para o desenvolvimento e crescimento de África, apresentando actualmente inúmeras oportunidades que potenciam a sua mudança, tais como a existência de várias fontes de energia renovável, enorme potencial agrícola, crescimento populacional acelerado, faixa etária predominantemente jovem e crescimento digital acelerado.

A estratégia do grupo assenta em 6 métricas.



Foco no Cliente

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais digitais, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.

Pessoas e Cultura

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus activos mais importantes para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos seus Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Existe por isso uma aposta contínua em desenvolver futuros líderes de Angola, proporcionar uma constante formação dos nossos Colaboradores, para que tenham um ADN cada vez mais digital.

Risco e Conduta

Um dos pilares do Banco é o Risco e Conduta. O Banco considera que é essencial fazer os negócios certos da forma certa. A gestão efectiva dos riscos, Colaboradores, mercado e conduta reflecte os elevados padrões de ética e a prática de negócio responsável, permitindo ganhar a confiança dos nossos *stakeholders*. A nossa licença para operar tem por base esta confiança e o cumprimento e respeito por todas as leis e regulamentos. É algo não negociável para nós.

Excelência Operacional

Através da integração e coordenação eficaz dos diversos sistemas de informação. Com o objectivo de entregar com eficiência dos produtos/serviços aos Clientes.

Resultado Financeiro

A entrega de retornos sustentáveis aos nossos accionistas depende directamente da satisfação dos nossos Clientes no que respeita aos investimentos realizados, Colaboradores satisfeitos e à gestão efectiva e eficiente do risco e conduta. Por sua vez, precisamos garantir o equilíbrio entre o capital que alocamos para esses investimentos estratégicos e o seu retorno.



Impacto no Ambiente Económico-social

O Banco continua empenhado em conduzir o seu negócio de forma sustentada e com crescimento económico inclusivo em Angola. Para conseguir isso, temos que garantir que através dos nossos Clientes, projectos e parcerias, criamos impactos positivos na vida dos Angolanos. Essas considerações estão na frente e no centro das decisões de negócio.

O Grupo Standard Bank 20 países africanos

O Grupo Standard Bank está presente em 20 Países Africanos, entre os quais, Angola, Moçambique, África do Sul, Namíbia, Tanzânia, Zâmbia, Uganda, Botswana e Quénia.

7 Localizações fora do continente africano

O Grupo Standard Bank tem presença activa nos maiores centros financeiros a nível mundial, nomeadamente, Reino Unido, Estados Unidos da América, Brasil, Emirados Árabes Unidos, China, Ilha de Man e Jersey, totalizando 7 localizações fora do continente africano.

O Standard Bank de Angola

645

Colaboradores

80

ATM's

44 085

Número de
Clientes activos



Sede do Standard
Bank Angola





1.4 Marcos Históricos

Presente desde 2010 no território nacional, o Standard Bank de Angola oferece soluções completas de produtos e serviços financeiros através de um ecossistema de parcerias.

Tal traduz-se em esforços contínuos para atender plenamente as necessidades de cada Cliente, desde pessoas físicas, pequenas e médias empresas a grandes organizações, procurando proporcionar também a melhor experiência tanto digital quanto presencial.

Participamos nas áreas económicas de maior relevância e exercemos liderança em segmentos que se traduzem no reconhecimento de vários agentes envolvidos no sector bancário.

2010

- Constituição do Banco a 27 de Setembro 2010

2011

- 33 mil milhões de kwanzas activos líquidos
- 3 Agências em Luanda
- Aumento de Capital 24,5 milhões de dólares

2012

- 62 mil milhões de kwanzas activos líquidos
- Expansão para outras províncias
- Aumento de Capital 50 milhões de dólares

2013

- 143 mil milhões de kwanzas activos líquidos
- 32 pontos de contacto com o Cliente
- Carteira de depósitos de 135 mil milhões de kwanzas

2014

- 200 mil milhões de kwanzas activos líquidos
- Boom de Clientes
- Reforço do Modelo de Governação

2015

299 mil milhões de kwanzas activos líquidos

Aumento de Colaboradores

Melhor Banco de investimento em Angola pelo 4º ano consecutivo

2016

368 mil milhões de kwanzas activos líquidos

Consolidação do Banco no sector em Angola

+50 % Resultado Líquido

2017

317 mil milhões de kwanzas activos líquidos

Melhor Banco de investimento em AO pelo 6º ano consecutivo

2018

+90% do Resultado Líquido

443 mil milhões de kwanzas de activos líquidos

Emissão de obrigações admitidas à cotação na BODIVA no valor de 4,7 mil milhões de kwanzas

2019

606 mil milhões de kwanzas de activos líquidos

Considerado o melhor Banco de Investimento e melhor provedor de Tesouraria de Gestão de Caixa em Angola

2020

The Banker - Bank of the Year in Angola 2020 / Banco do Ano em Angola 2020

Reconhecido pela ASSERTYS como o Banco com melhor qualidade de serviço em Angola

880 mil milhões de kwanzas de activos líquidos

1º Banco em Angola a obter a certificação do SWIFT *Global Payments Innovation (GPI)* e de Membro do GPI

Aniversário dos 10 anos do Standard Bank de Angola

2021

28 de Fevereiro 2021 – Fecho do processo de transição para a nova sede Standard Bank Angola

A publicação internacional *Global Finance*, uma das mais relevantes do sector financeiro, atribuiu ao Standard Bank de Angola os seguintes prémios:

- Melhor Provedor de Operações Cambiais em Angola 2021
- Melhor Provedor de Tesouraria e Gestão de Caixa em Angola 2021
- Melhor Banco de Investimento em Angola 2021

Somos compromisso em Angola

Queremos oferecer aos nossos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos, e ser relevante nas suas vidas, sendo mais que um Banco e respondendo às suas necessidades como parte integrante dos ecossistemas nos quais vivem e operam.



A VISÃO DA NOSSA 02 LIDERANÇA

Standard Bank *É POSSÍVEL*

2.1 Mensagem do PCA e PCE

Angola está a iniciar uma recuperação gradual do choque provocado pela pandemia em 2020.

Tal como em 2020, os efeitos da pandemia continuaram a fazer-se sentir no primeiro semestre de 2021 mas, factores críticos como a vacinação da população e consequente redução do número de infecções, ou o aumento do preço do barril de petróleo estão a contribuir para uma melhoria das condições macroeconómicas.



A subida do preço do petróleo para máximos desde 2018 teve um impacto positivo no kwanza, que se traduziu numa **valorização da moeda nacional face ao euro e ao dólar americano**. Por outro lado, apesar dos esforços do Banco Nacional de Angola no sentido de controlar a inflação através de políticas monetárias restritivas, esta encontra-se acima dos valores previstos. No mesmo sentido, a previsão do PIB foi revista em baixa e o reduzido crescimento económico que se previa no início do ano dá agora lugar a uma ligeira contracção, mantendo a tendência de recessão verificada nos últimos anos.

O crescimento da economia está a ser acompanhado por um sistema financeiro Angolano mais maduro, com uma maior supervisão e regulação, bem como um aumento das acções correctivas por parte das entidades competentes. O contexto regulatório Angolano é agora mais exigente, com um Novo Regime Geral das Instituições Financeiras de Maio de 2021, aprovado pela Lei n.º 14/21, de 19 de Maio, o que contribui positivamente para um maior controlo de risco e para o desenvolvimento da banca em Angola. **O Standard Bank de Angola mantém o compromisso de cumprir todos os requisitos determinados pelo regulador.**

Depois de, em 2020, **o Standard Bank de Angola ter sido o segundo Banco a conceder mais crédito ao sector produtivo Angolano** no âmbito das iniciativas do Executivo para o efeito, aprovando créditos no valor de 55 mil milhões de kwanzas (dos quais 48 mil milhões de kwanzas já foram desembolsados), o fomento à economia real continua a ser uma prioridade para o Banco. A necessidade de desenvolver o sector produtivo em Angola é premente para o equilíbrio da balança comercial e a banca tem um papel preponderante neste processo. Só através de um trabalho conjunto, que envolve o Executivo, a banca, os empreendedores Angolanos e os investidores estrangeiros, será possível estabilizar e fazer crescer a economia e a sociedade Angolana.

O compromisso com a economia Angolana é cada vez maior e prova disso foi o investimento na nova sede do Banco.

Esta demonstra como **estamos a criar raízes em Angola, transformando-a na nossa casa permanente, e estando totalmente comprometidos com o seu desenvolvimento e crescimento**. A nova sede permitirá que os Colaboradores tenham as melhores condições possíveis para desempenhar o seu papel no Banco e na sociedade através do serviço eficiente de todos os Clientes - Angola é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento.

Os três pilares estratégicos que seguimos - Pessoas e Cultura, Digitalização e Inovação, e o Foco no Cliente - estão totalmente alinhados com o nosso propósito.

Queremos oferecer aos nossos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos, tornando-os fãs do Standard Bank, e **ser relevante nas suas vidas**, não apenas através da oferta de serviços e produtos bancários, mas **sendo mais que um Banco e respondendo às necessidades dos Clientes** como parte integrante dos ecossistemas nos quais vivem e operam. Propomo-nos alcançar esta ambição através de diversas iniciativas que nos permitirão ter um maior conhecimento das necessidades e sonhos dos nossos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos – seja esta física, com agentes e parceiros, ou através de plataformas digitais como o SB24. Só assim podemos oferecer um serviço de excelência a todos os nossos Clientes, em todos os momentos.

O foco nos nossos Colaboradores continua a ser da maior importância. Os nossos Colaboradores são o nosso maior “Activo”, e queremos continuar a crescer em conjunto. A liderança mantém-se empenhada em que o Standard Bank de Angola seja o melhor empregador de Angola. Para tal, a aposta na contratação dos melhores talentos

Angolanos, com educação superior de qualidade, na sua contínua formação, e no desenvolvimento de novos skills essenciais para o crescimento do Banco e para a sua transformação num Banco pronto para enfrentar os desafios dos novos modelos de negócio e das tecnologias a estes associadas, são estratégicas e prioritárias. A estas associa-se um **esforço contínuo na mudança da cultura organizacional**, para a qual todos contribuem diariamente, que aproxima a forma de trabalhar no Standard Bank de Angola, das melhores e mais eficientes práticas internacionais.

Nesse contexto, a estrutura organizacional do Banco foi reestruturada. **As áreas de negócio focam-se agora em segmentos de Clientes mais específicos**, o que lhes permite desenvolver produtos mais adequados a cada segmento, e que respondem às necessidades específicas de cada um. Em simultâneo, foram criadas novas áreas transversais, de apoio ao negócio. Estas são essenciais para o melhor serviço aos Clientes através do desenvolvimento de novas soluções inovadoras e eficientes direcionadas para os Clientes e os seus requisitos. A nova estrutura, associada a novas ferramentas tecnológicas de colaboração, marca o início do caminho para a transformação numa **instituição preparada para vencer no futuro de médio e longo prazo**.

A segurança das nossas equipas mantém-se também uma das prioridades em 2021.

As medidas adoptadas em 2020 para garantir o cumprimento de todas as regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho, reduzindo assim, tanto quanto possível, o número de contágios por Covid-19, continuam em vigor. Às medidas existentes como a redução da força de trabalho presencial, a implementação de horários rotativos, a criação de condições para trabalho remoto, a criação de uma aplicação que permite, de uma forma eficaz, reportar o local de prestação de trabalho, entre outras, acrescentou-se a sensibilização de todos os Colaboradores para a importância da vacinação e o apoio aos Colaboradores na sua obtenção. O Standard Bank de Angola tem cerca de 400 Colaboradores registados e a receber apoio no processo de vacinação.

Verifica-se globalmente que a transformação tecnológica e digital das organizações é vital num mundo, também ele, cada vez mais digital. **O Standard Bank de Angola tem a transformação digital e a inovação como um dos seus eixos estratégicos** e está a levar a cabo diversos projectos e iniciativas no sentido de digitalizar e automatizar os seus processos e interface com os Clientes. Este esforço tem como principais consequências um **aumento da eficiência das operações e um serviço mais personalizado, célere e intuitivo** para os Clientes. São de realçar as melhorias contínuas à plataforma SB24, lançada em 2020 e a mudança de cultura, que é agora virada para a inovação constante.

A importância e o impacto positivo da inclusão financeira da população são bem conhecidos. Estamos comprometidos com a missão de contribuir para este objectivo e, em 2021, o Banco deu um grande passo nesse sentido.

O lançamento do projecto de Agentes Bancários, com a abertura dos primeiros “Ponto Azul”, e plano para continuar a sua expansão, permitirá que os segmentos da população sem acesso às instituições financeiras possam beneficiar de serviços bancários de forma simples e eficiente, contribuindo para a sua literacia financeira e capacidade de gestão dos rendimentos.

Apesar do difícil contexto em que se continua a viver devido aos impactos causados pela Covid-19, **em 2021, a performance de excelência do Standard Bank de Angola mantém-se.**

Verifica-se um aumento do número de Clientes activos, bem como do crédito de qualidade à economia, com um volume de crédito em incumprimento muito reduzido, contribuindo positivamente para o desenvolvimento da mesma. Verifica-se também um aumento da rentabilidade, eficiência, e nível de solvabilidade, o que confere ao Banco uma enorme solidez financeira. A vontade de superação contínua da excelência operacional e os níveis elevados de *compliance* mantêm-se, com especial foco no combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento ao terrorismo.

Verifica-se um forte crescimento no volume de negócios. Face a Junho de 2020, o crescimento do crédito concedido foi de 55%, o que contribuiu para o aumento dos activos em 29%, que atingiram um valor de 895 025 milhões de kwanzas em Junho de 2021. Os recursos de Clientes verificaram também um aumento de 28%, enquanto o produto bancário e a margem financeira cresceram 47% e 56% respectivamente. O resultado líquido, em Junho de 2021, é de 33 284 milhões de kwanzas.

O facto de colocarmos o Cliente no centro de tudo o que fazemos é um dos grandes motores para alcançarmos regularmente resultados extremamente positivos. **Aliado à transparência e responsabilidade na gestão, que fazem parte do ADN do Banco, bem como à excelência dos Colaboradores** que dão corpo a esta instituição, **o foco no Cliente é a chave para a resiliência e estabilidade do Standard Bank de Angola no contexto tão difícil que se vive.**

Em 2021, o reconhecimento internacional do Standard Bank de Angola mantém-se.

O Banco foi reconhecido pela Global Finance como o **melhor provedor de operações cambiais e o melhor provedor de tesouraria e gestão de caixa em Angola.**

O projecto Heróis de Azul assume uma importância cada vez maior no Banco. Este tem como objectivo apoiar as nossas comunidades mais carenciadas, atender às suas necessidades básicas e melhorar a qualidade de vida das mesmas, dando-lhes ferramentas, oportunidades e estimulando o seu desenvolvimento, tendo a sua maior aposta nas áreas da Educação e Ensino, Saúde e Empreendedorismo, pilares que são determinantes para a promoção do desenvolvimento social. Em 2021, as iniciativas no âmbito deste projecto são cada vez maiores e com maior impacto, contando com um grande número de voluntários.

Temos a expectativa que o final do ano de 2021 seja semelhante ao seu início, desafiante mas com resultados muito positivos, derivados do esforço constante de toda a instituição para se

superar. Como instituição de referência em Angola, o Standard Bank está comprometido em oferecer um serviço de excelência, cada vez mais adequado às necessidades dos seus Clientes e da população em geral, e o progresso até aqui efectuado é nessa direcção.

Gostaríamos de **agradecer aos nossos Clientes a confiança que depositam em nós mesmo em tempos tão difíceis como estes**, aos nossos Accionistas pelo apoio incondicional e aos Colaboradores, Fornecedores, Reguladores e outras partes interessadas por toda a colaboração construtiva, sem os quais não poderíamos ser a instituição que nos orgulhamos de ser.

Melhores cumprimentos,

Octávio Castelo Paulo

Presidente do Conselho de Administração

Luis Teles

Presidente da Comissão Executiva



Temos raízes em Angola

Estamos a criar raízes em Angola, transformando-a na nossa casa permanente, e estando totalmente comprometidos com o seu desenvolvimento e crescimento.



**COMO
CRIAMOS
03 VALOR**

Standard Bank *É POSSÍVEL*

3.1 O Contexto onde Operamos

O primeiro semestre de 2021 ficou inevitavelmente marcado pela pandemia de Covid-19, colocando novamente em segundo plano desenvolvimentos há muito esperados, como o acordo do Brexit, ou o acordo de “Parceria Económica Abrangente Regional”. A recuperação da actividade é, neste momento, o objectivo de todos os agentes económicos.



Construímos o Futuro de África

O contexto macroeconómico está altamente dependente da evolução da pandemia e da eficiência dos programas de vacinação. No entanto, é expectável uma retoma no segundo semestre de 2021 com as medidas expansionistas já verificadas dos Governos e Bancos Centrais, e com a recuperação do preço das *commodities*, fundamental para a economia Angolana.

Economia Mundial

A economia global sofreu, na primeira metade de 2021, uma grave crise associada à pandemia de Covid-19. As restrições à circulação de pessoas, bens e serviços e as políticas de contenção e prevenção impactaram fortemente a economia mundial, provocando diminuições drásticas na procura.

Por sua vez, os Governos e Bancos Centrais adoptaram políticas monetárias e orçamentais expansionistas de modo a atenuar os efeitos da crise e estimular a recuperação económica.

Depois de um 2020 inesperado, com uma contracção económica mundial, é esperada uma recuperação em 2021, ainda que esta esteja dependente da diminuição persistente das cadeias de transmissão activas. O início da administração das vacinas em 2021 permitirá acelerar os processos de retoma da economia a nível mundial.

Enquadramento Mundial

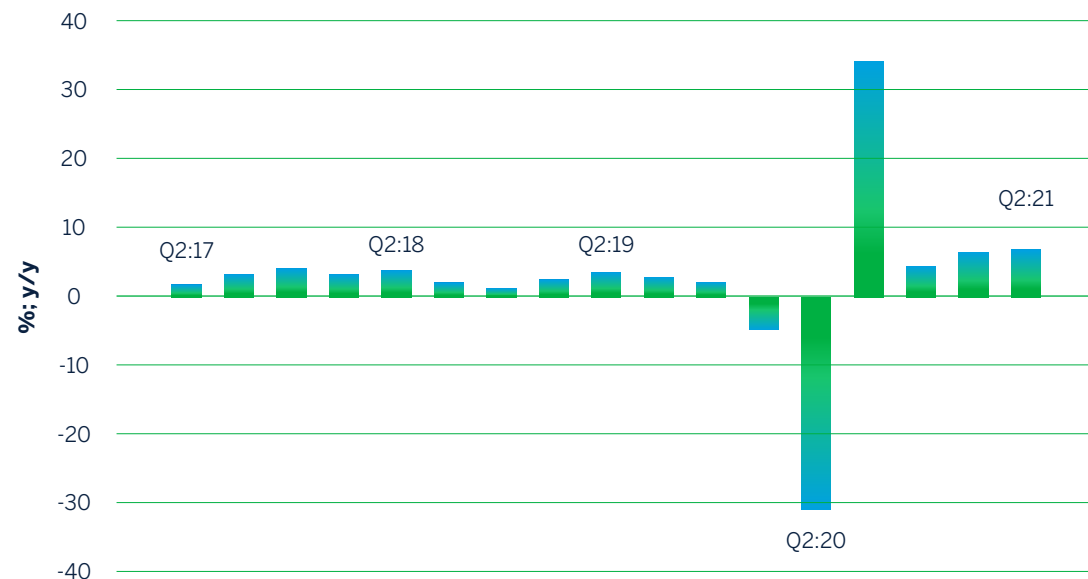
Durante a primeira metade de 2021, verificou-se várias oscilações com impacto na actividade económica devido às novas variantes de Covid-19, tendo em conta a terceira vaga de infeções houve a necessidade de reintrodução de várias restrições em alguns países. Ainda assim, é expectável que a economia global tenha um crescimento significativo este ano.

No entanto, este crescimento tem duas vertentes, por um lado à medida que as economias mais avançadas têm o seu programa de vacinação mais avançado, a recuperação económica será rápida, por outro as economias em desenvolvimento irão ficar mais para trás devido a níveis de imunização mais baixos.

A estimativa de crescimento real do PIB para o segundo trimestre (Q2:21) para as economias líderes como os Estados Unidos (EUA) mostra que a recuperação está a ganhar confiança, o que ajuda a recuperação da economia global dos impactos da recessão do ano passado.

Nos EUA, o crescimento real do PIB acelerou para 6,5% y/y no segundo trimestre, segundo estimativas antecipadas, de 6,3% y/y durante o primeiro trimestre. Isto foi o espelho da contínua recuperação económica, reabertura de estabelecimentos e a contínua da resposta governamental relacionada com a pandemia da Covid-19.

CRESCIMENTO PIB EUA



Fonte: US Bureaux of Economic Analysis; Standard Bank Research

Os EUA são vistos como o epicentro da recuperação económica global, com um crescimento do PIB que deverá exceder 6% este ano, graças à sua significativa flexibilização fiscal, que já vale cerca de 25% do PIB, ao avanço da vacinação, e à estabilização da política monetária, apesar do aumento da inflação.

A China, que continua a contribuir fortemente para o crescimento global, viu o crescimento do PIB perder dinamismo durante Q2:21, com uma expansão de 7,9% y/y, de 18,3% y/y durante Q1:21. A desaceleração foi influenciada pelo crescimento menos favorável da base. Ajustando-se aos efeitos de base, o dinamismo no sector secundário manteve-se globalmente estável. Ainda assim, os vários problemas no fornecimento de vacinas tornam o crescimento mais lento do que os níveis pré-pandémicos.

A China tem vindo a enfrentar um impacto negativo da variante delta Covid-19, com restrições a serem restabelecidas. Isto irá provavelmente abrandar o crescimento do PIB no segundo semestre do ano.

De acordo com a actualização de Julho do *World Economic Outlook* (WEO), o Fundo Monetário Internacional (FMI) deixou inalteradas as previsões de crescimento global para 2021, em comparação com o WEO de Abril, em 6% y/y este ano, mas aumentou em 0,5 pontos percentuais o crescimento de 2022 para 4,9% y/y, para reflectir um crescimento mais forte nas economias desenvolvidas e a força do estímulo fiscal dos EUA, após uma recessão global de 3,2% y/y em 2020.

	Jul WEO		Abr WEO		Diferenças Jul-Abr				
	2018	2019	2020	2021F	2022F	2021F	2022F	2021F	2022F
MUNDO	3,6	2,8	-3,2	6,0	4,9	6,0	4,4	0,0	0,5
AVANÇADAS	2,3	1,6	-4,6	5,6	4,4	5,1	3,6	0,5	0,8
EUA	2,9	2,3	-3,4	7,0	4,9	6,4	3,5	0,6	1,4
ZONA EURO	1,9	1,3	-6,5	4,6	4,3	4,4	3,8	0,2	0,5
REINO UNIDO	1,3	1,4	-9,8	7,0	4,8	5,3	5,1	1,7	-0,3
JAPÃO	0,6	0,3	-4,7	2,8	3,0	3,3	2,5	-0,5	0,5
EMDES	4,5	3,6	-2,1	6,3	5,2	6,7	5,0	-0,4	0,2
BRASIL	1,8	1,4	-4,1	5,3	1,9	3,7	2,6	1,6	-0,7
RÚSSIA	2,8	2,0	-3,0	4,4	3,1	3,8	3,8	0,6	-0,7
ÍNDIA	6,5	4,0	-7,3	9,5	8,5	12,5	6,9	-3,0	1,6
CHINA	6,7	5,8	2,3	8,1	5,7	8,4	5,6	-0,3	0,1
ÁFRICA	3,4	3,4	-1,9	4,9	4,1	4,9	4,1	0,0	0,0
ÁFRICA SUBSARIANA	3,0	3,0	-1,8	3,4	4,1	3,3	3,9	0,1	0,2
NIGÉRIA	1,9	2,2	-1,8	2,5	2,6	2,5	2,3	0,0	0,3
ÁFRICA DO SUL	0,8	0,2	-7,0	4,0	2,2	3,1	2,0	0,9	0,2
ANGOLA	-2,0	-0,6	1,2	2,9	2,4	0,4	2,4	2,5	0,0
MOÇAMBIQUE	3,4	2,3	6,0	4,0	4,7	2,1	4,7	1,9	0,0

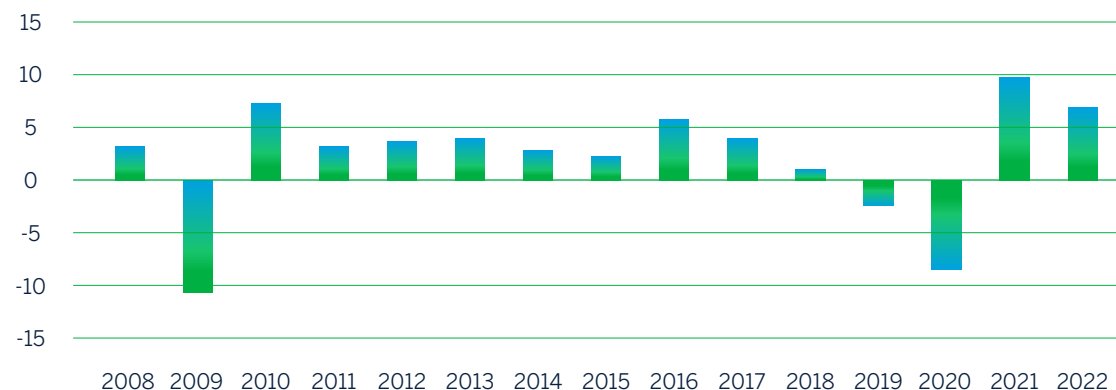
Fonte: IMF WEO, Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão (estimates/forecasts)

No entanto, o FMI vê o acesso à vacina dividir a recuperação sob dois panoramas diferentes. Aqueles que podem esperar uma maior normalização da actividade no final deste ano (quase todas as economias desenvolvidas) e aqueles que ainda enfrentarão infecções ressurgentes e um aumento do número de mortes na Covid. Isto resulta em revisões contrastantes em comparação com o WEO de Abril a nível nacional.

Uma aceleração do comércio mundial irá provavelmente ajudar à recuperação, mas os preços mais elevados das matérias-primas também trazem uma pressão adicional à inflação.

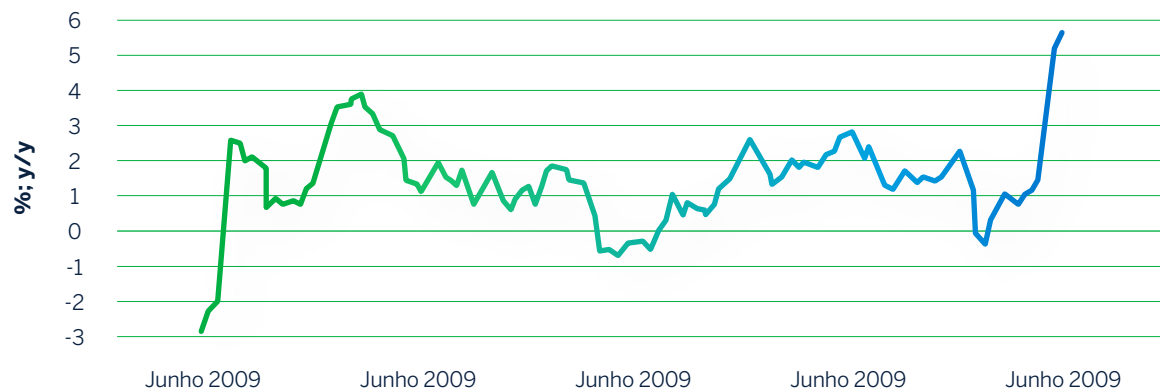
As economias avançadas viram a inflação aumentar durante a primeira metade de 2021, no entanto a inflação está a ser vista como temporária, o que poderia levar os Bancos centrais a manter uma política monetária mais conservadora em todo este grupo de economias.

WORLD TRADE VOLUME OF GOODS AND SERVICES; PERCENTAGE CHANGE



Fonte: IMF WEO Jul 2021; Standard Bank Research

INFLAÇÃO ANUAL EUA



Fonte: US Bureaux of Labor Statistics; Standard Bank Research

Como já era expectável, nos EUA, a inflação subiu para um máximo recente de 5,4% y/y em Junho, com uma média semestral de 3,4% y/y, muito mais alta do que a média semestral de 1,2% y/y registada durante o mesmo período de 2020.

Na Europa, o Banco Central Europeu (BCE) também vê margem para manter uma política monetária dentro dos parâmetros expectáveis, apesar das crescentes pressões inflacionistas. A harmonização da inflação chegou a 1,9% y/y em Junho e irá provavelmente ultrapassar o objectivo de 2% do BCE no segundo semestre do ano no que diz respeito ao aumento dos preços dos alimentos e da energia.

INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (%; Y/Y)	2018	2019	2020	2021F	2022F
MUNDO	3,6	3,5	3,2	3,5	3,2
AVANÇADAS	2,0	1,4	0,7	2,4	2,1
EUA	2,4	1,8	1,2	2,3	2,4
ZONA EURO	1,8	1,2	0,3	1,4	1,2
REINO UNIDO	2,5	1,8	0,9	1,5	1,9
JAPÃO	1,0	0,5	0,0	0,1	0,7
EMDES	4,9	5,1	5,1	5,4	4,7
BRASIL	3,7	3,7	3,2	4,6	4,0
RÚSSIA	2,9	4,5	3,4	4,5	3,4
ÍNDIA	3,4	4,8	6,2	4,9	4,1
CHINA	2,1	2,9	2,4	1,2	1,9
ÁFRICA	11,1	9,5	11,2	11,0	8,1
ÁFRICA SUBSARIANA	8,4	8,5	10,8	9,8	7,8
NIGÉRIA	12,1	11,4	13,2	16,0	13,5
ÁFRICA DO SUL	4,6	4,1	3,3	4,3	4,5
ANGOLA	19,6	17,1	22,3	22,3	13,1
MOÇAMBIQUE	3,9	2,8	3,1	5,3	5,5

Fonte: IMF WEO, Standard Bank Research
Nota: (*) estimativa/previsão (estimates/forecasts)

O FMI prevê que a inflação global tenha uma aceleração para 3,5% y/y, mas um abrandamento para 3,2% y/y. Tendo em conta que o actual aumento da inflação é temporário, o FMI recomenda aos Bancos centrais que se apressem a aumentar as taxas das políticas, uma vez que tal poderia trazer riscos desnecessários para a recuperação global.

O aumento da dívida e do défice da balança corrente nos EUA deverá renovar as pressões ascendentes sobre o par EUR/USD, no entanto, não esperam uma correcção materialmente relevante este ano.

FX TAXAS EUR/USD



Fonte: ECB; Standard Bank Research

Observa-se que a dificuldade que África está a ter no acesso à vacina está a dificultar a recuperação económica. A confluência de preços mais elevados das matérias-primas, a escassez de matérias-primas e o aumento dos custos de transporte sublinha a pressão ascendente para a inflação em África. Para a maioria das economias africanas, os preços dos bens de consumo têm vindo a subir desde o quarto trimestre de 04:20. A procura reprimida também aumenta à medida que os *lockdowns* são atenuados - mas as restrições do lado da oferta persistem.

Contrapondo com uma procura interna relativamente fraca e de uma folga no mercado de trabalho, a maioria dos Comités de Política Monetária africanos irá provavelmente favorecer uma posição neutra mantendo assim de forma transversal as suas políticas, apesar do aumento da inflação que, de qualquer modo, parece ter sido fixado para se provar de curta duração. Muitos Bancos centrais africanos tinham anteriormente justificado que permitir que a inflação subisse para além do objectivo poderia ser aceitável a curto prazo, particularmente se a inflação for de facto de curta duração e impulsionada por factores do lado da oferta e, mais importante ainda, se a produtividade do produto se mantiver simultaneamente amplo.

Sustentar que a combinação da distribuição de vacinas e efeitos de base irão estimular a recuperação do crescimento do PIB este ano.

Embora a distribuição de vacinas tenha sido lenta na maior parte do continente, à medida que mais remessas são entregues e/ou fabricadas em África, a distribuição de vacinas deve melhorar e depois ganhar um novo impulso com H2:21.

Isto será vital para uma recuperação económica sustentada ao longo dos próximos anos. No entanto, para reiterar, o crescimento subjacente não será inicialmente tão robusto como o crescimento das marcas pode implicar. A recorrência de restrições prolongadas à saúde é ainda o risco mais notável de declínio para as nossas perspectivas de crescimento. Contudo, a maioria dos governos parece relutante em impor novamente restrições, tais como as do Q2:20.

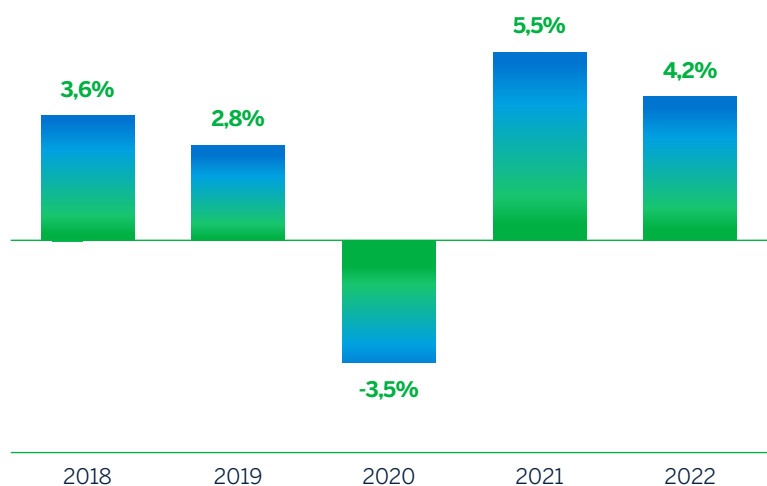
A recuperação da África do Sul foi negativamente afectada pela agitação registada no final de H1:21.

Ainda assim, esperamos que o crescimento acelere para 4% y/y este ano, ano a partir da contracção de 7% y/y do ano passado.

ECONOMIA DA ÁFRICA DO SUL	UNIT	2020	2021F	2022F	2023F
Despesa de consumo das famílias	%; A/A	-5,4	4,0	1,3	2,3
Formação bruta de capital fixo	%; a/a	-17,5	-0,5	2,1	3,4
PIB	%; a/a	-7,0	4,0	1,8	1,9
Conta corrente	% of PIB	-3,2	-3,4	-3,4	-3,4
USD/ZAR; (média)	USD/ZAR	16,47	14,55	14,75	14,90
Inflação (média)	%; a/a	3,3	4,4	4,5	4,4
Taxa de juro repo (fim de período)	%	3,50	3,50	4,00	5,00
Yield das OT's a 10 anos	%	9,10	9,20	9,20	9,00
Saldo fiscal	% of PIB	-11,10	-8,20	-6,90	-6,10

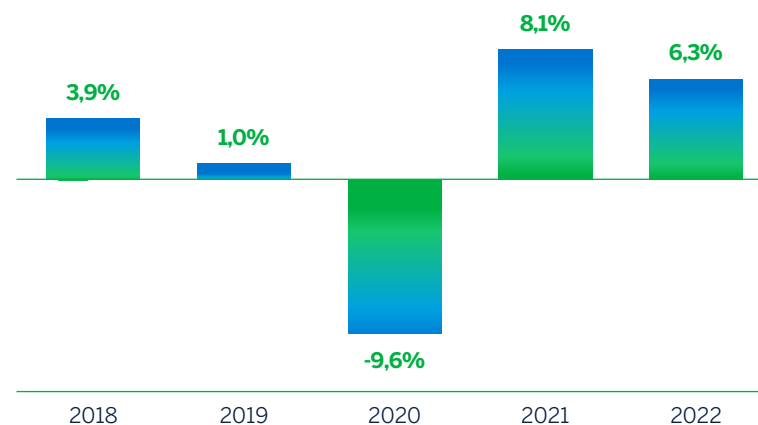
Fonte: Standard Bank Research - SA Marco & FIC Weekly 19 Jul 2021

EVOLUÇÃO DO PIB MUNDIAL (% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO)



Para os anos de 2021 e 2022 são estimativas
Fonte: FMI

EVOLUÇÃO DO COMÉRCIO MUNDIAL (% FACE AO PERÍODO HOMÓLOGO)



Para os anos de 2021 e 2022 são estimativas
Fonte: FMI

Na Zona Euro o crescimento real do produto interno bruto (PIB), expectável para o final de 2021 é de 4,6% e de 4,3% em 2022.

A economia europeia foi uma das mais afectadas pela pandemia de Covid-19, estimando-se que tendo contraído 6,5% em 2020. No entanto, já em 2021 registou um crescimento alavancado pelo pelo pacote de estímulos de medidas de recuperação da União Europeia em 750 mil milhões de euros, que inclui, por exemplo, subsídios a salários para manter os níveis de emprego, coberturas alargadas para situações de desemprego e adiamento de impostos. Também o Banco Central Europeu tem apostado numa política expansionista, principalmente através da compra de activos (como, por exemplo dívida pública) e maior agilidade no refinanciamento da economia. Estas medidas ajudaram a manter as yields das dívidas soberanas europeias controladas.

As perspectivas para as economias Africanas, como para várias das economias em desenvolvimento, mostram ser positivas. De acordo com a estimativa do FMI, o crescimento da África Subsariana será de 3,4% no final de 2021 e de 4,1% em 2022. Em relação à taxa de inflação para a África Subsariana para 2021 deverá situar-se nos 5,4% e de 4,7% em 2022.

O FMI estima que todas as economias em desenvolvimento deverão crescer face a 2020. Por outro lado, à parte da Pandemia Covid-19, também a crescente frequência e intensidade de catástrofes naturais relacionadas com o clima podem afetar o crescimento destes países.

MERCADO PETROLÍFERO

O preço do barril de petróleo de Brent atingiu, em Junho de 2021, um preço médio de 73,2 dólares por barril, registando o aumento do preço em cerca de 80% face ao mesmo período homólogo. Este aumento está em linha com a retoma das atividades económicas devido ao levantamento das medidas restritivas da Covid-19. Para este efeito, a retoma das viagens aéreas resultou num aumento da procura de petróleo. Apesar deste aumento do preço, o FMI projeta para 2022 um decréscimo de 2,6%, contrariando assim a tendência de subida verificada em 2021.

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO



Fonte: *US Energy Information Administration*; Standard Bank Research

Riscos para 2021

MAIORES RISCOS PARA 2021

No passado os maiores riscos a considerar tinham várias naturezas, nomeadamente políticas e económicas, como as tensões diplomáticas e medidas protecionistas, respectivamente. No panorama actual os maiores riscos estão associados à evolução da crise pandémica de Covid-19.

O FMI reviu em alta as projecções de crescimento global para 2021 e 2022, muito em função dos números do PIB mais fortes do que inicialmente previsto. No entanto, ressalva que estas projecções estão condicionadas das seguintes formas:

- O distanciamento social continuará em 2021, mas a melhoria nos padrões de segurança e higiene no trabalho e, principalmente, o alargamento gradual da vacinação levarão os níveis de transmissão para níveis baixos um pouco por todo o mundo no final de 2022;
- Os impactos a médio/longo termo são ainda desconhecidos, estando dependentes de vários factores como por exemplo o número de falências e o eventual lag de ajustamento da alocação de recursos;
- As políticas expansionistas dos Governos e Bancos Centrais deverão manter-se, possivelmente até 2025, sendo que as medidas de resposta à crise já anunciadas e implementadas até ao momento estão avaliadas em 6 000 mil milhões de dólares americanos;
- O sucesso da vacinação poderá antecipar a recuperação económica a nível mundial.



Economia de Angola

As perspectivas de médio prazo de Angola parecem agora melhorar devido ao progresso nas reformas estruturais, incluindo medidas de diversificação económica e iniciativas de substituição de importações, bem como a melhoria dos preços do petróleo e da liquidez cambial que devem apoiar a apreciação do kwanza e aliviar as pressões inflacionárias.

Uma perspectiva mais estável para a produção de petróleo a partir de 2022 deve apoiar o crescimento real do PIB - mas os riscos de queda persistem devido à pandemia e ao investimento moderado.

Visão Geral

O progresso da vacinação contra a Covid-19 em todo o mundo está claramente a ajudar a redução das hospitalizações. Um avanço na campanha de vacinação em Angola também poderá ajudar a reduzir a pressão da Covid-19 sobre o sistema de saúde e talvez aliviar as restrições impostas para ajudar a conter a pandemia.

As previsões são de que o PIB apenas sairá da recessão no próximo ano, já que a produção de petróleo continua a cair. O progresso no programa de privatização poderia estimular o investimento no setor privado. Entre este ano e o próximo, o governo tem como meta a privatização de 133 ativos, após a privatização de 32 ativos no ano passado e 7 em 2019. Dadas as condições desafiadoras do mercado, permanece incerto quanto o governo poderá ganhar com o programa de privatização completo. Em qualquer caso, os benefícios do desenvolvimento do setor privado poderão superar as metas de receita.

O governo planeia privatizar alguns ativos por meio da BODIVA antes do final do ano, o que pode levar à cotação das primeiras ações e pode ajudar a desenvolver os mercados de capitais, que têm sido predominantemente um mercado de dívida do governo.

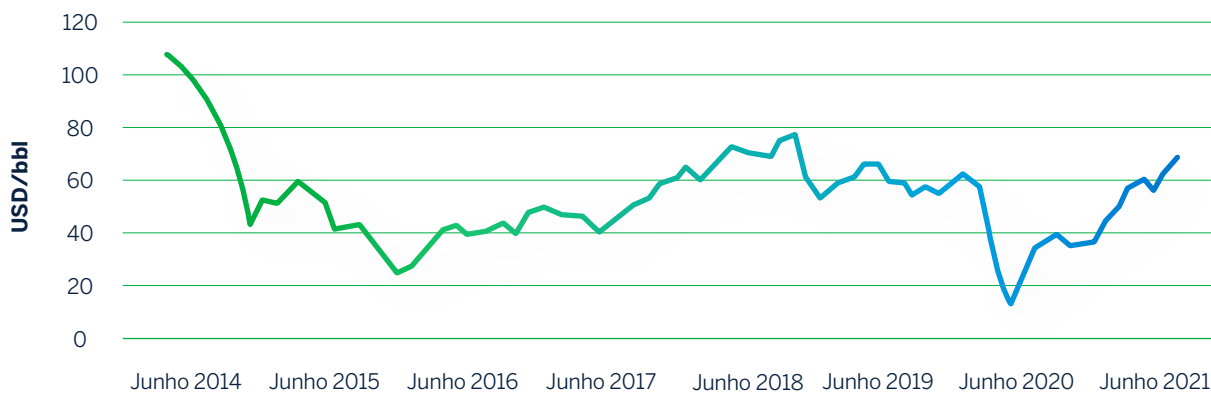
Embora os investidores externos ainda sejam obrigados a obter a aprovação do BNA para investir em títulos do governo, nenhuma aprovação do Banco Central é necessária para o investimento externo em dívida não governamental ou ações.

Mesmo que a recuperação do crescimento real do PIB se revele lenta, podemos ainda observar um forte aumento do PIB nominal devido à apreciação do kwanza.

ACTIVIDADE ECONÓMICA

Apesar dos preços do petróleo favoráveis, com uma média acumulada do ano de 65,6\$ por barril, que é 68,3% superior aos 39\$ por barril assumidos no orçamento do Estado para o AF2021 (ano fiscal de 12 meses encerrado em Dezembro), Angola ainda enfrenta uma produção de petróleo em declínio que afeta negativamente o crescimento do PIB. As restrições da pandemia também afetam negativamente a recuperação

EVOLUÇÃO DOS PREÇOS DO PETRÓLEO

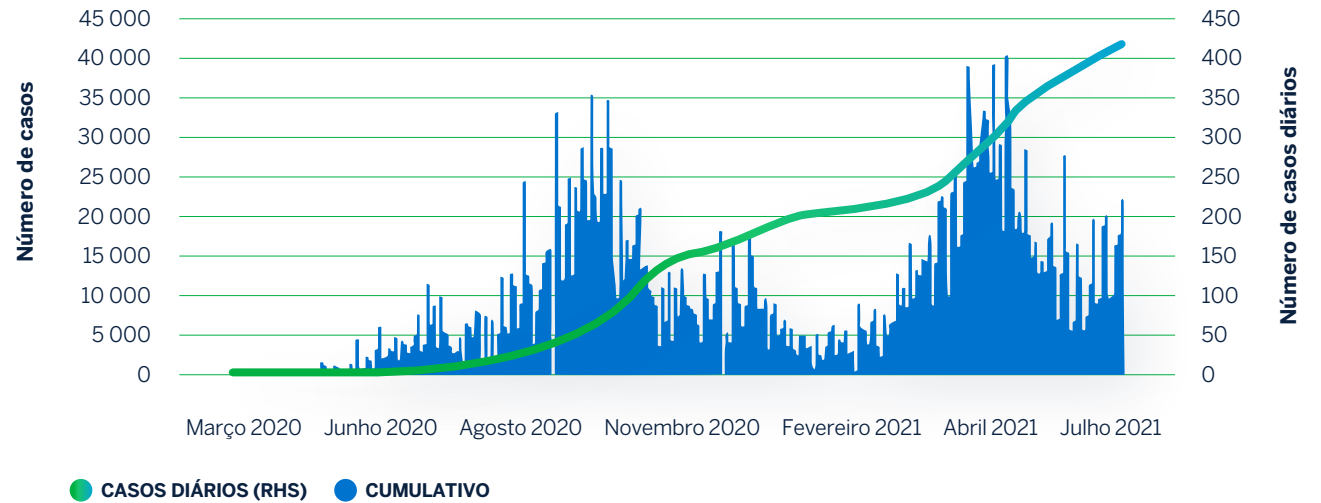


Fonte: US Energy Information Administration; Standard Bank Research



No primeiro semestre de 2021, Angola registou a segunda onda de aceleração das infeções por Covid-19, quando a maioria das economias regionais e mundiais começaram a sentir os efeitos negativos da terceira onda. Os avanços na administração das vacinas trouxeram esperança para a contenção da Pandemia e para o levantamento das medidas restritivas o que impulsionará novamente a economia.

ANGOLA: ESTATÍSTICAS COVID-19



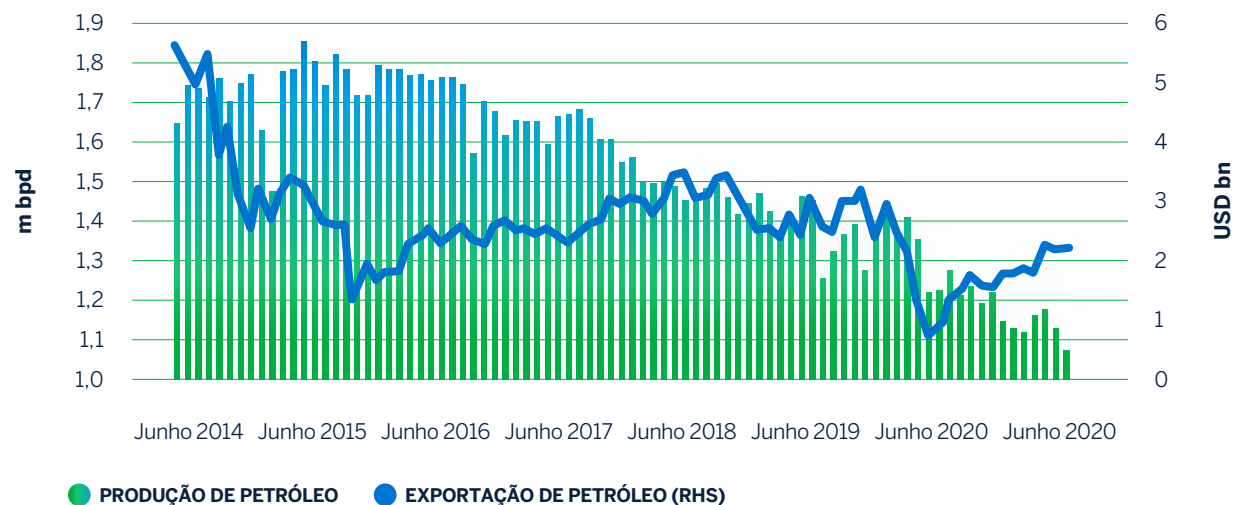
Fonte: WHO; Standard Bank Research

O governo angolano não espera nenhuma mudança no PIB real este ano, por isso é expectável uma contração de 1,9% este ano face aos 5,4% projetados no ano passado, já que a produção de petróleo caiu mais do que o esperado e as restrições da Covid-19 afetam negativamente o ritmo de recuperação no setor não petrolífero economia.

A última divulgação de dados do Instituto Nacional de Estatística confirma que o PIB de Angola contraiu 3,4% durante o primeiro trimestre de 2021, face à contração de 5,5% durante o último trimestre de 2020, devido a uma queda de 18,6% na economia petrolífera. Por outro lado, os produtos não petrolíferos contribuíram para o crescimento do PIB em apenas 3,8%.

Os dados da Agência Nacional de Petróleo e Gás de Angola (ANPG) mostram que a produção de petróleo diminuiu 17,8% durante o primeiro trimestre de 2021 para uma média de 1,136 MBPD (milhares de barris por dias), com um declínio adicional de 11,3% durante o segundo trimestre de 2021 para 1,125 MBPD.

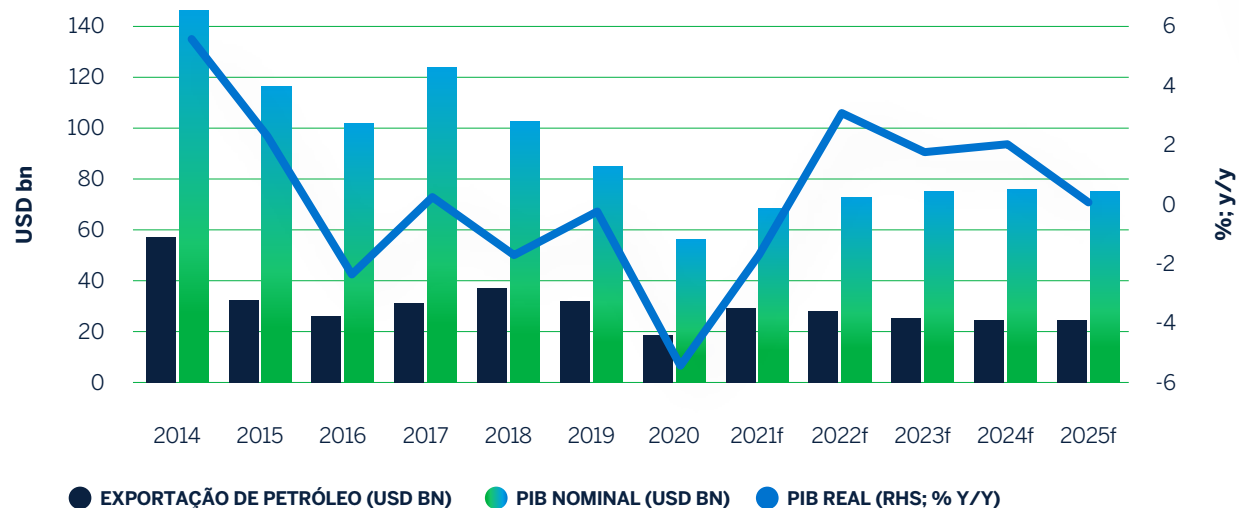
PRODUÇÃO DE PETRÓLEO VS EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO



Fonte: US Energy Information Administration; Standard Bank Research

A nossa expectativa é de uma queda em 10,1% anual na produção de petróleo durante 2021 devido à lenta retoma da economia tanto angolano como a nível mundial. Apesar do efeito positivo dos preços nas receitas do petróleo e no resto da economia, dadas as restrições e incertezas da pandemia, não consideramos a economia não petrolífera, como forte o suficiente para ajudar a elevar o crescimento do PIB real e evitar pelo sexto ano seguido de recessão em 2021. No entanto, com a estabilização da produção de petróleo, o PIB pode apresentar crescimento de 2,3% já em 2022.

EXPORTAÇÃO DE PETRÓLEO VS PIB



Fonte: BNA; INE; Standard Bank Research

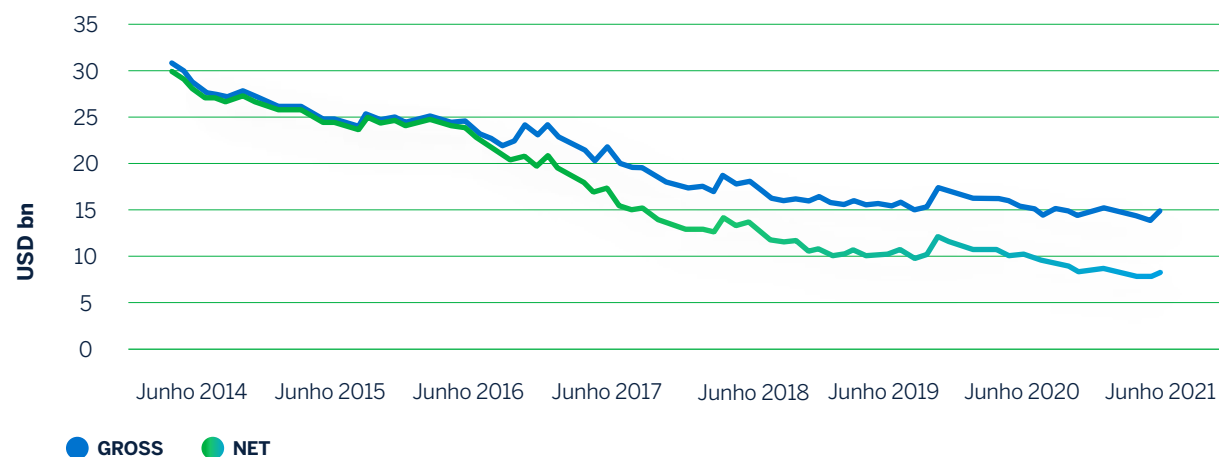
MERCADO CAMBIAL

Apesar das condições de pandemia, as perspetivas para o kwanza são positivas, suportadas pelos seguintes factores: (i) preços globais do petróleo favoráveis; (ii) medidas de alívio da dívida externa; (iii) financiamento adicional esperado do FMI e de outras agências multilaterais; (iv) procura agregada moderada; (v) conformidade legislativa e medidas anti-lavagem de dinheiro que devem reduzir a fuga de capitais; (vi) progresso nas reformas do mercado de câmbio; e (vii) eficácia da política monetária.

Os dados do balanço de pagamentos reportados ao primeiro trimestre de 2021 mostram uma melhoria, consistente com um aumento na liquidez de divisas estrangeiras. O superávit da conta corrente aumentou para \$2 bilhões, de \$0,4 bilhões no último trimestre de 2020, devido à melhoria dos preços do petróleo e às importações estáveis. Projectamos um aumento do superávit para 17,2% do PIB este ano devido ao aumento do valor das exportações de petróleo. Este fator deverá ajudar na estabilização das reservas brutas cambiais, registadas em \$15,1 bilhões no final de junho, o que corresponde a 11,4 meses de importações.

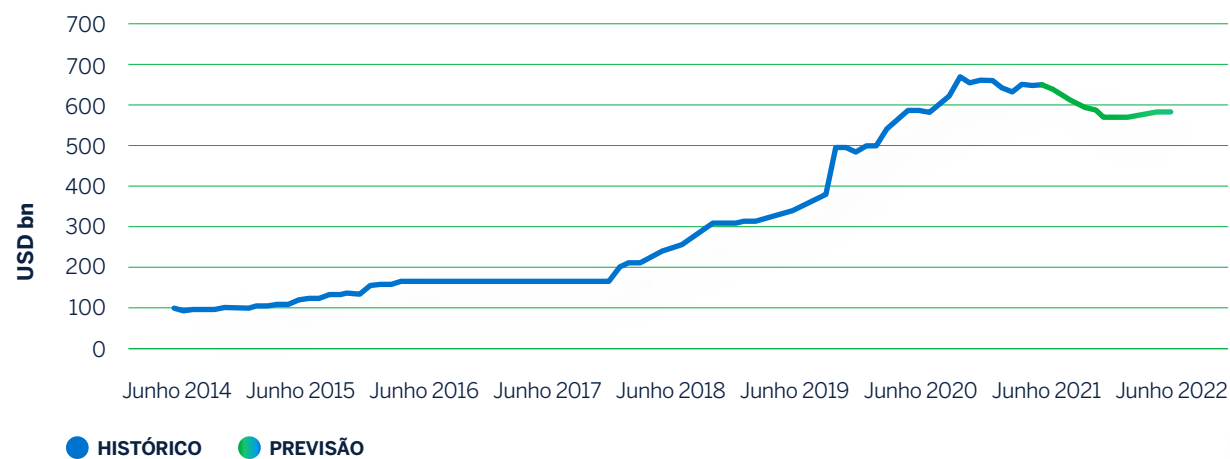
Considerando a eficiência da política monetária no final de junho, foi efectuado um ajuste na nossa projecção de final de ano de 601,6 para 560,8 kwanzas/USD.

RESERVAS FX



Fonte: BNA; Standard Bank Research

TAXAS FX



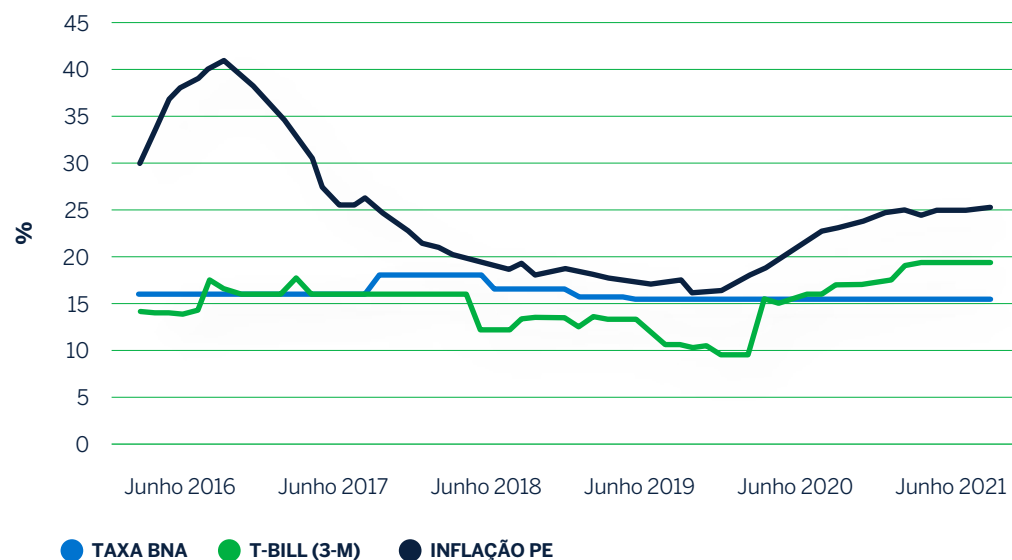
Fonte: BNA; Standard Bank Research

A poupança fiscal, incluindo o impacto positivo da reformulação do perfil da dívida externa, aumento do financiamento externo de agências multilaterais, preços do petróleo mais elevados, procura de importação moderada, restrições ao licenciamento de importação e política monetária mais restritiva também devem favorecer a valorização do kwanza.

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO

A valorização do kwanza deve apoiar a tão necessária tendência desinflacionária. A inflação subiu para 25,3% em junho face aos 25,1% em Dezembro passado, devido às pressões de preços do lado da oferta. A recente subida de 450 bps da taxa de juro do BNA para 20% no final de Junho, deverá favorecer o kwanza. O BNA pretende colocar as taxas de juro reais em território positivo, o que está de acordo com a recomendação do FMI ao abrigo do programa de 3 anos que termina no próximo mês de Dezembro.

INFLAÇÃO E TAXAS DE JURO



Fonte: BNA; Standard Bank Research

Embora seja improvável que a inflação diminua da sua média mensal de 1,92% para uma média de 1,08%, suavizando assim a inflação global em direção à previsão de final de ano do BNA de 19,5%, a valorização do kwanza deve suavizar as pressões inflacionárias importadas e, em última instância, aliviar a inflação, mas ainda vemos a inflação permanecendo na casa dos dois dígitos por alguns anos.

Enquanto o BNA procura fortalecer o mecanismo de transmissão da taxa de juro da política monetária, o estreitamento da liquidez em moeda local através dos requisitos de reservas, requisitos de rácio de liquidez e operações de mercado aberto continuam a ser instrumentos importantes de política monetária.

Os dados da pesquisa monetária reportados até Maio mostram que o crescimento da base monetária em moeda local, a variável operacional da política monetária, está a desacelerar, em 5%, de 15% no mês anterior. Em moeda local M2, o crescimento desacelerou para 15,8%, de 21,6%, com a contração na extensão de crédito ao setor privado para 4% em maio, de 3,1% em abril, que destaca as condições de liquidez da moeda local mais restritivas no mercado.

ESTATÍSTICAS MONETÁRIAS



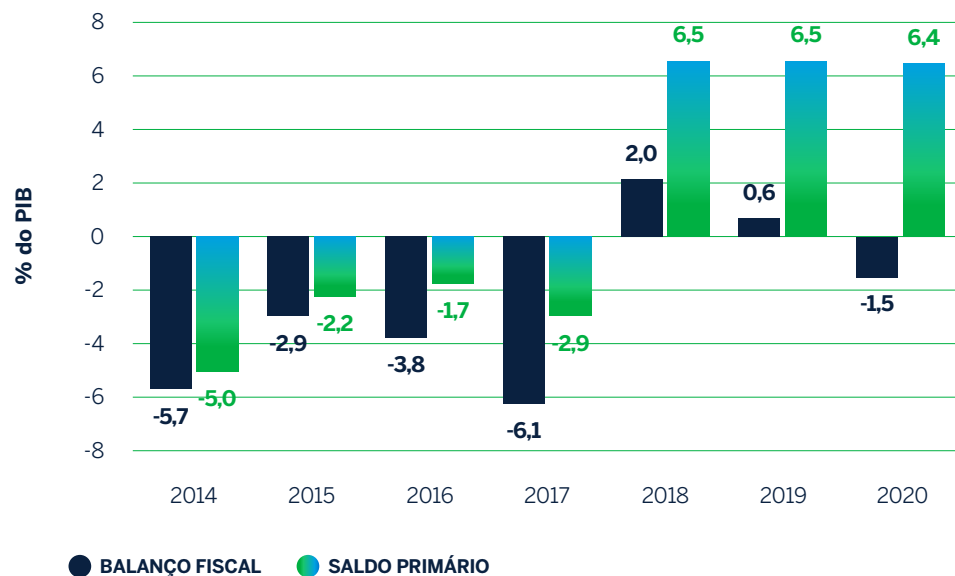
Fonte: BNA; Standard Bank Research

PRODUTO INTERNO BRUTO

wtou-se um superávit fiscal este ano devido ao progresso nas reformas estruturais, preços do petróleo mais altos do que o assumido no orçamento do estado para o Ano Fiscal 2021 (12 meses terminando em 21 de dezembro), bem como o impacto da reformulação do perfil da dívida. O orçamento original para o AF2021 tinha como meta um déficit de 2,2% do PIB.

Os dados provisórios indicam um menor déficit fiscal para o AF2020 de 1,5% do PIB, contra uma meta de déficit orçamentário suplementar de 4% do PIB, devido à recuperação dos preços do petróleo, diversificação da receita, reformulação do perfil da dívida e contenção de despesas.

PERFORMANCE FISCAL



Fonte: Ministério das Finanças de Angola; Standard Bank Research



O Ministério das Finanças espera que a dívida pública em relação ao PIB caia para 100% do PIB este ano, de uma estimativa preliminar de 129% do PIB em 2020, à medida que a economia se recupera da sua recessão de 5 anos.

O forte aumento do rácio dívida / PIB reflecte o impacto negativo da depreciação do kwanza nos últimos anos, que baixou materialmente o PIB nominal em USD, para \$55,2 mil milhões em 2020, de \$D100,6 mil milhões em 2016.

Com as receitas do petróleo representando quase 50% das receitas fiscais e mais de 95% das receitas de exportação, o MOF, um dos maiores fornecedores de FX para o mercado, pode não aprovar um viés de apreciação para o kwanza porque isso poderá restringir as metas de receita (devido a menores receitas em kwanza quando as receitas do petróleo são tributadas em moeda estrangeira e convertidas em moeda local para fazer face às despesas).

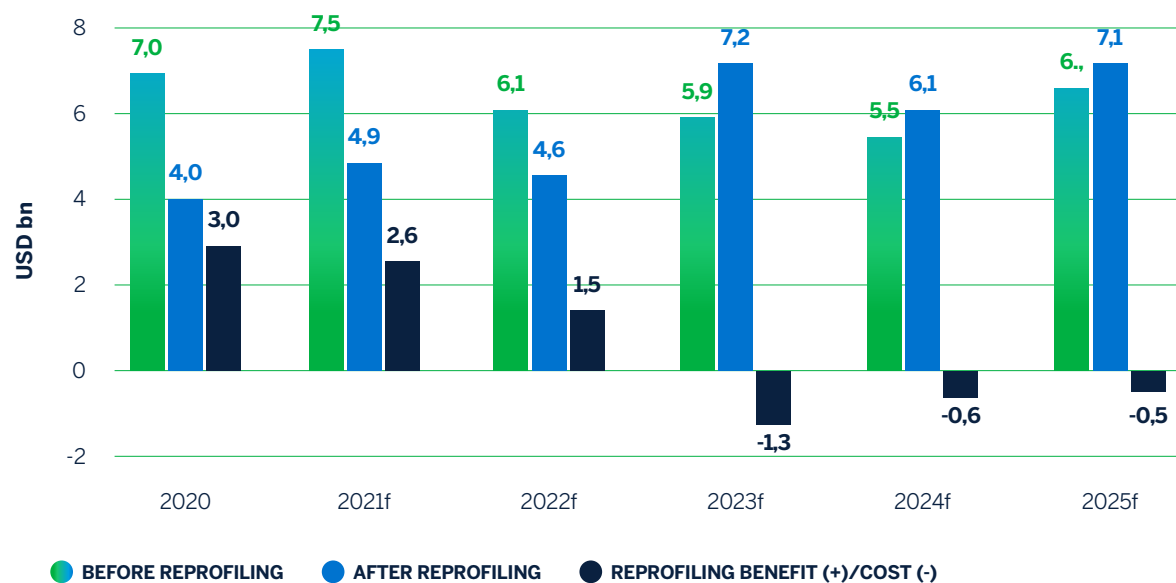
Ainda assim, o Tesouro já está a colher benefícios do impacto da subida dos preços do petróleo e do impacto positivo da reformulação do perfil da dívida, o que deverá limitar o impacto da apreciação do kwanza.

O rácio dívida / PIB permanece bem acima do objetivo de sustentabilidade da dívida a longo prazo de 60% do PIB. As reformas económicas em curso para reduzir a dependência do setor petrolífero e

promover uma estratégia de crescimento liderada pelo setor privado devem incorrer na diversificação da receita fiscal. Combinado com a consolidação fiscal, isso deve ajudar a resolver as preocupações com a sustentabilidade da dívida.

O reperfilamento da dívida também deve suavizar os efeitos negativos da pandemia e o impacto negativo do colapso do preço do petróleo em 2020. Os benefícios da reformulação do perfil do serviço da dívida externa de 2020 a 2022 totalizam \$7,1 bilhões, criando algum espaço para respirar antes das eleições gerais esperadas para 2022.

DÍVIDA EXTERNA



Fonte: Ministério das Finanças de Angola; Standard Bank Research

A nossa expectativa é de que Angola mantenha um desempenho positivo no âmbito do programa de 3 anos do FMI que terminará em dezembro de 2022, o que seria um bom presságio para mais apoio financeiro de agências multilaterais para apoiar uma estratégia de crescimento do setor liderado pelo privado.
















No entanto, o progresso na facilidade de fazer reformas nos negócios continua sendo fundamental para a diversificação econômica. O cenário de crescimento de médio prazo expectável é o seguinte:

	Q1:21	Q2:21	Q3:21	Q4:21	Q1:22	Q2:22	Q3:22	Q4:22	Q1:23	Q2:23	Q3:23	Q4:23	Q1:24	Q2:24	Q3:24	Q4:24
PIB (% y/y) pa	-3,4	-1,1	-1,3	-1,9	1,7	2,6	2,7	2,3	1,2	1,6	1,2	1,3	0,7	1,8	2,1	1,6
CPI (% y/y) pe	24,8	25,3	25,2	19,9	17,9	14,9	13,0	14,7	14,7	13,7	12,3	12,2	13,0	14,6	16,8	18,1
Taxa BNA (%) pe	15,50	15,50	20,00	20,00	20,00	18,50	18,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	16,50	18,50	19,50
Taxa 3-m (%) pe	19,4	19,4	20,5	20,0	19,8	18,1	18,0	16,3	16,3	16,2	16,1	16,1	16,2	16,3	18,3	19,4
Taxa 6-m (%) pe	20,5	20,5	20,7	20,2	20,0	18,3	18,1	16,5	16,5	16,4	16,2	16,2	16,3	16,5	18,5	19,6
USD/kwanzas pe	625,0	646,0	601,4	560,8	569,3	577,8	586,5	595,4	608,0	620,8	634,0	647,4	667,0	687,2	708,0	729,5

Fonte: Banco Nacional de Angola; Instituto Nacional de Estatísticas de Angola; Bloomberg; Ministério das Finanças; Standard Bank Research
Notes: pa-period average; pe-period end

3.2 Os Números que Alcançámos



INDICADORES ACTIVIDADE (MILHÕES DE KWANZAS)		JUNHO 2021	DEZEMBRO 2020	VARIAÇÃO	JUNHO 2020
	Activo total	895 037	880 282	↑ 2%	695 719
	Rácio solvabilidade	38%	38%	↑ 0 p.p.	34%
	Return on equity	46%	34%	↑ 12 p.p.	39%
	Rácio de transformação	28%	20%	↑ 8 p.p.	23%
	Crédito concedido	195 303	143 075	↑ 37%	124 992
	Capital próprio	134 953	116 982	↑ 15%	103 342
	Qualidade de crédito –				
	Cobertura de imparidade para crédito sobre crédito concedido	3%	2%	↑ 1 p.p.	2%
	crédito em incumprimento (+90 dias) sobre crédito concedido	0.5%	1%	↓ -0.5 p.p.	1%
	Depósitos	672 654	691 667	↓ -3 p.p.	526 300
	Margem financeira*	35 265	51 187	↑ 56%	22 636
	Rácio de eficiência (cost-to-income)	33%	37%	↓ -4 p.p.	37%
	Resultado líquido*	32 772	36 131	↑ 53%	21 430
	Clientes	44 085	36 983	↑ 19%	31 709
	Colaboradores	645	635	↑ 10	631
	Posto de atendimento	32	26	↑ 6	27
	Atm's	80	57	↑ 23	45

* Variação apurada entre o período de Junho 2021 e 2020, todas as restantes indicadores são apurados entre Junho 2021 e Dezembro 2020.

3.3 Proposta de valor

Seguindo as directrizes do Grupo, também o SBA se destaca pelos seus valores intrínsecos, basilarmente apoiados na integridade, honestidade, transparência e consistência. A nossa Cultura assenta na “forma como fazemos”, reconhecendo que a “forma como fazemos” é tão importante quanto “o que fazemos”.



A nossa proposta de valor

A constante procura pela optimização do desempenho operacional do Banco, permite alavancar a diversificação de produtos oferecidos, como também o aumento da qualidade do que oferecemos, posicionando-nos com um serviço e forma de actuação de regra e excelência.

A execução bem-sucedida de nossa estratégia de negócio torna o nosso Banco mais robusto, capaz de criar valor sustentável para todos os nossos *stakeholders* a longo prazo.

Alocação de Recursos

O Banco aplica uma estrutura de tomada de decisão formal para implementar de forma otimizada dos seus recursos.

ESTRATÉGIA

1. O investimento ou oportunidade está alinhado com nossa estratégia?
2. Cria valor para nossos Clientes e suporta a nossa capacidade de entregar um oferta de serviços financeiros integrados?
3. Impulsiona o crescimento de Angola?

não >

sim
✓

CAPACIDADE

O investimento ou oportunidade está de acordo com o nosso apetite de risco e recursos disponíveis, e podemos entregá-lo através da nossa experiência, processos e plataformas digitais?

não >

sim
✓

VALOR

O investimento ou oportunidade irá gerar um retorno adequado e / ou desbloquear oportunidades futuras para criar valor?

não >

sim
✓

O investimento ou oportunidade é avaliado tendo em consideração trade-offs entre nossos recursos. ✓

✗

O investimento ou oportunidade será classificado como prioridade baixa, sujeito a um *trade-off* de decisões ou mesmo a não ser aprovado.

Valor Gerado

AUMENTO DA BASE DE CLIENTES

Crescimento da nossa base de Clientes através de soluções digitais, fomentando a inclusão financeira.

FORMAÇÃO DE COLABORADORES

Formação do nosso activo mais valioso, capacitando o mesmo com *skills* mais vocacionadas para o Futuro Tecnológico.

CAPITAL E RÁCIOS DE LIQUIDEZ ROBUSTOS

Manter um capital e liquidez robusta de forma a ter flexibilidade para gerir incerteza, mudanças e potenciar o nosso crescimento.

APOIO À DIVERSIFICAÇÃO E AO CRESCIMENTO DA ECONOMIA ANGOLANA

Através de financiamentos aos nossos Clientes fomentar a diversificação e crescimento da economia Angolana.

CRIAR VALOR PARA OS ACCIONISTAS

Criação de valor aos accionistas através da satisfação dos nossos clientes no que respeita aos investimentos realizados, colaboradores e à gestão efectiva e eficiente do risco e conduta.

3.4 A nossa Estratégia

A nossa Estratégia é direccionada para o Cliente, sustentada no propósito de fornecer soluções simples, relevantes e que tragam mais valia para os nossos Clientes.



A nossa estratégia

O Grupo Standard Bank está presente em vários países, uma abrangência vasta, com especial enfoque em África, com muitos Clientes e Colaboradores, por isso requer um foco claro para cumprir os nossos objectivos estratégicos.

Definimos três focos estratégicos, as principais áreas de actuação, articulamos as nossas expectativas e aspirações para cada uma, a curto, médio e longo prazo. As áreas de foco e a definição de prioridades e prazos foram transferidos para as linhas de negócios e funções corporativas, sendo estes os responsáveis pela sua execução.

O nosso propósito

A razão pela qual existimos

“África é a nossa casa, impulsionamos o seu crescimento”

Os nossos valores

Os nossos valores servem de base ao comportamento e qualidades que definem o Banco.

- Ser pró-activo
- Aposta no crescimento das nossas pessoas
- Elevar constantemente a fasquia
- Trabalho em equipa
- Respeito entre todos para com todos
- Atender às necessidades dos nossos Clientes
- Manter altos níveis de integridade
- Criar valor para os accionistas

A nossa visão

O que aspiramos alcançar

Ser o líder em serviços financeiros, para e em Angola e no continente Africano, entregando experiências excepcionais e de valor acrescentado ao Cliente.

A nossa cultura

O nosso propósito, visão, valores e abordagem estão de acordo com a nossa cultura.

A nossa cultura compreende características necessárias para alcançar a nossa estratégia é sustentada pelo princípio de fazer o negócio certo, da forma certa.



Os nossos Pilares Estratégicos

O QUE PRECISAMOS PARA EXECUTAR A NOSSA ESTRATÉGIA

Permitem direccionar os nossos esforços, permitindo a priorização e alocação dos nossos recursos.



A Nossa Estrutura de Execução

QUANDO PRECISAMOS DE EXECUTAR

Permite a definição de expectativas para que as linhas de negócios possam planear e entregar as prioridades de curto prazo e aspirações de médio e longo prazo.



As Nossas Métricas

COMO MEDIMOS A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

Permite medir o progresso em relação às metas de médio prazo.





Os Nossos Pilares Estratégicos

FOCO NO CLIENTE

Clientes no centro de tudo o que fazemos.

Adicionar valor para nossos os Cliente, rápida adaptação conforme alteração das suas necessidades e expectativas.

PESSOAS E CULTURA

Desempenho dos Colaboradores está directamente associado ao grau de satisfação dos Clientes do Banco.

Os Colaboradores são o principal activo do Banco.

O Banco investe continuamente na capacitação da sua força de trabalho, desenvolvendo competências, criando novas oportunidades de carreira e garantindo saúde e bem-estar no trabalho.

DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

Uma maior experiência digital para Clientes e Colaboradores.

A digitalização dos nossos produtos e processos melhora a forma como atendemos os nossos Clientes e Colaboradores.

A digitalização permite criar em tempo real experiências personalizadas, seguras e digitalmente relevantes para os Clientes e Colaboradores.



FOCO NO CLIENTE

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma **experiência única e personalizada**, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades, com os seguintes objectivos estratégicos:

- | **Re-imaginar** a experiência do Cliente
- | **Antecipar as necessidades** futuras dos Cliente
- | Fomentar a **inclusão financeira**



PESSOAS E CULTURA

O Banco encara os seus Colaboradores como um dos seus **activos mais importantes** para a execução dos seus objectivos estratégicos, reconhecendo que a capacitação e o desempenho dos seus Colaboradores estão directamente associados ao grau de satisfação dos Clientes. Existem os seguintes objectivos estratégicos:

- | Desenvolver **futuros líderes de Angola**
- | Ser uma **organização ágil** e em constante aprendizagem
- | **ADN Digital**



DIGITALIZAÇÃO E INOVAÇÃO

A aposta na digitalização **é fundamental para adaptar as melhores práticas, serviços e produtos do Banco**, a uma sociedade cada vez mais ágil. Esta aposta passa pelo desenvolvimento dos canais digitais e reformulação de processos internos, bem como pela adaptação de novas tecnologias que desafiem a forma tradicional de relação entre Banco e Cliente.

| Conduzir a **Transformação Digital** através da digitalização do core para melhorar a eficiência operacional, e a experiência do Cliente e dos Colaboradores

| Diversificar os produtos do Banco, **investindo em novos serviços disruptivos, mais evoluídos** que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção de Clientes

| **Criar serviços de banca diferenciadores** e disruptivos, integrando diferentes players no mercado, para fornecer aos Clientes serviços end-to-end num ecossistema único



A Nossa Estrutura de Execução

HORIZONTE 1 | CURTO PRAZO | GERIR O PRESENTE 2021

- Entregar uma experiência de excelência e consistente aos nossos Clientes;
- Acelerar a digitalização para ir de encontro às necessidades dos Clientes;
- Suportar o crescimento dos nossos Colaboradores e prepará-los para future skills necessárias;
- Continuar a entregar retorno aos nossos Accionistas.

HORIZONTE 2 | MÉDIO-PRAZO | ESTAR PRONTO PARA O FUTURO 2022 - 2025

- Assegurar que o Cliente está no centro de tudo o que fazemos;
- Utilizar tecnologia digital e trabalho humano para oferecer serviços e produtos inovadores;
- Remodelar as nossas infra-estruturas para continuar relevantes e competitivos na era digital.

HORIZONTE 3 | LONGO-PRAZO | CRIAR O FUTURO > 2025

- Sermos um Banco verdadeiramente humano e digital;
- **Verdadeiramente humano:** fornecer soluções e oportunidades necessárias para que nossos Clientes e Colaboradores consigam alcançar crescimento, prosperidade e realização;
- **Verdadeiramente digital:** ser uma organização digital e orientada por dados para servir melhor os nossos Clientes.

As nossas Métricas



Foco no Cliente

Pessoas e Cultura

Risco e Conduta

Excelência Operacional

Resultado Financeiro

Ambiente Económico-social

FOCO NO CLIENTE

- Aumentar a base de Clientes activos;
- Melhorar a satisfação do Cliente;
- Optimizar a consciencialização da Marca Standard Bank em Angola.

Proporcionar uma experiência excepcional aos nossos Clientes, colocando-os no centro de tudo o que fazemos.

COLABORADORES

- Garantir a existência de planos de sucessão apropriados para todas as funções-chave;
- Melhorar a satisfação dos Colaboradores e aumentar a % de retenção.

Manter o Standard Bank de Angola como um lugar apetecível para trabalhar.

RISCO & CONDUTA

- Garantir auditorias internas e externas satisfatórias e o cumprimento das datas de resolução das situações identificadas;
- Garantir o cumprimento das políticas e procedimentos internos.

Concretizar os negócios certos de forma correcta.

EXCELÊNCIA OPERACIONAL

- Garantir a integração e coordenação dos diversos sistemas de informação;
- Garantir uma tomada de decisão mais eficiente.

Entregar os produtos/serviços ao Cliente de forma rápida e eficaz.

RESULTADOS FINANCEIROS

- Aumentar a remuneração do Accionista e otimizar a gestão de custos;
- Garantir a sustentabilidade de crescimento da receita.

Entregar Valor a todos os nossos *stakeholders*

AMBIENTE ECONÓMICO E SOCIAL

- Contribuir para a criação de postos de trabalho e desenvolvimento do tecido empresarial;
- Fazer a diferença na nossa comunidade, actuando junto das camadas da população mais carenciada.

Criar e manter uma organização baseada em valores comuns.

Somos impulso em Angola

Apesar do difícil contexto em que se continua a viver devido aos impactos causados pela Covid-19, em 2021, a performance de excelência do Standard Bank de Angola mantém-se. O facto de colocarmos o Cliente no centro de tudo o que fazemos é um dos grandes motores para alcançarmos regularmente resultados extremamente positivos.



04 A OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA ESTRATÉGIA

Standard Bank *É POSSÍVEL*

4.1 Foco no Cliente

Queremos oferecer aos nossos Clientes um serviço de excelência em todos os momentos. Ambicionamos conhecer as necessidades e sonhos dos nossos Clientes e ter uma maior proximidade com os mesmos, seja física ou digital.



Clientes Corporativos e Institucionais

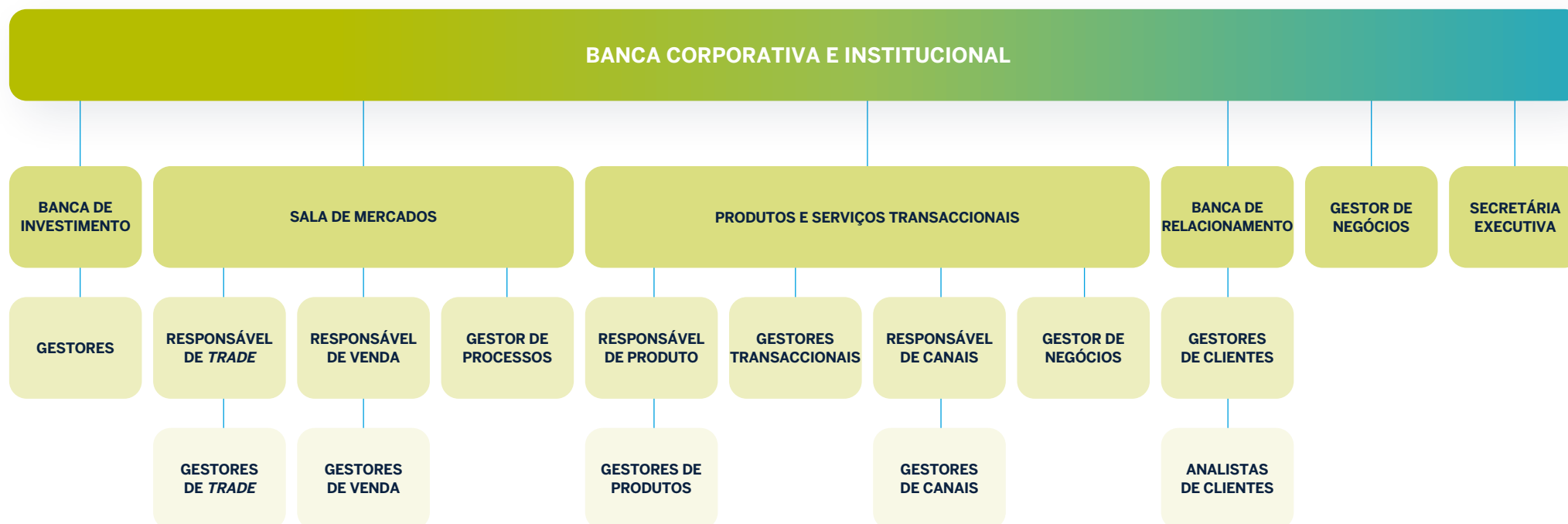
Banca Corporativa e Institucional

O segmento de Banca Corporativa e Institucional continua a produzir resultados positivos, alinhados a nossa estratégia e objectivos para o ano de 2021. A nossa visão estratégica continua assente na diversificação e inovação da oferta, e na dinamização do nível de digitalização da nossa actividade. Continuamos com o foco nas necessidades dos nossos Clientes e comprometidos com o desenvolvimento sustentável do nosso negócio e das comunidades.

O segmento de Banca Corporativa e Institucional agradece a todos os Colaboradores a persistência na entrega de um trabalho de excelência aos nossos Clientes e a resiliência neste período desafiador. Agradece de igual modo a todos os Clientes e Parceiros, pela confiança nos nossos produtos e serviços e pela disposição para fazer parceria com o Standard Bank de Angola, numa relação de crescimento de longo prazo.

Organograma da Banca Corporativa e Institucional

A estrutura da Banca Corporativa e Institucional permite-nos ter uma flexibilidade e capacidade de adaptação rápida às mudanças do mercado, bem como reforçar o comportamento inovador dos nossos Colaboradores. Procuramos, por meio de integração e especialização, influenciar a inovação, elevar a nossa performance e manter a nossa competitividade no mercado.



Oferta da Banca Corporativa e Institucional

O desenvolvimento socioeconómico sustentável e a existência de um sistema financeiro sólido são princípios fundamentais para a crescente inclusão financeira, em especial no mercado Angolano, em que a crise económica acrescida ao efeito da pandemia Covid-19, afecta negativamente o rendimento de grande parte das instituições. Assim, a Banca Corporativa e Institucional mantém-se, em 2021, focada na melhoria da experiência dos nossos Clientes, oferecendo serviços de consultoria e produtos de forma proactiva e alinhados às suas necessidades.

BANCA DE INVESTIMENTO

A Direcção de Banca de Investimento disponibiliza aos seus Clientes um serviço completo de soluções, desde a operacionalização e tomada firme de financiamentos de longo prazo à estruturação de produtos complexos e especializados. Os serviços desta Direcção incluem: financiamentos estruturados, financiamento de aquisições, financiamento de projectos, reestruturação financeira, assessoria financeira, fusões e aquisições, dívida de mercado de capitais e financiamento imobiliário.

Adicionalmente, a Equipa tem estado a trabalhar na promoção das Parcerias Público Privadas em Angola, tendo organizado um *webinar* sobre o tema em parceria com o Ministério da Economia e Planeamento.

SALA DE MERCADOS

A Sala de Mercados oferece aos seus Clientes actividades de trading, soluções de mitigação de risco cambial, de crédito e do risco associado a matérias-primas transaccionadas em bolsa, tais como crude. As principais linhas orientadoras desta oferta comprometem-se com a formulação de estratégias de investimentos ajustadas ao perfil de risco de cada Cliente. O Banco está numa posição privilegiada para fornecer serviços e produtos de tesouraria com foco no Cliente, tanto em produtos padronizados, como produtos personalizados, suportados num sólido conhecimento de mercados emergentes, em particular dos mercados africanos.

Adicionalmente, é da responsabilidade desta Direcção a interacção e execução de ordens de Clientes alocadas ao mercado de capitais, típico de actividades de trading, fornecer soluções de negociação, vendas, estruturação e gestão de risco para os Clientes, em todo o continente africano e em mercados financeiros seleccionados. Para além de instrumentos de câmbio, commodities, património, crédito, renda fixa e dívida, a Sala de Mercados disponibiliza estudos de mercado, serviços de negociação, análises e novos produtos financeiros em várias classes de activos.

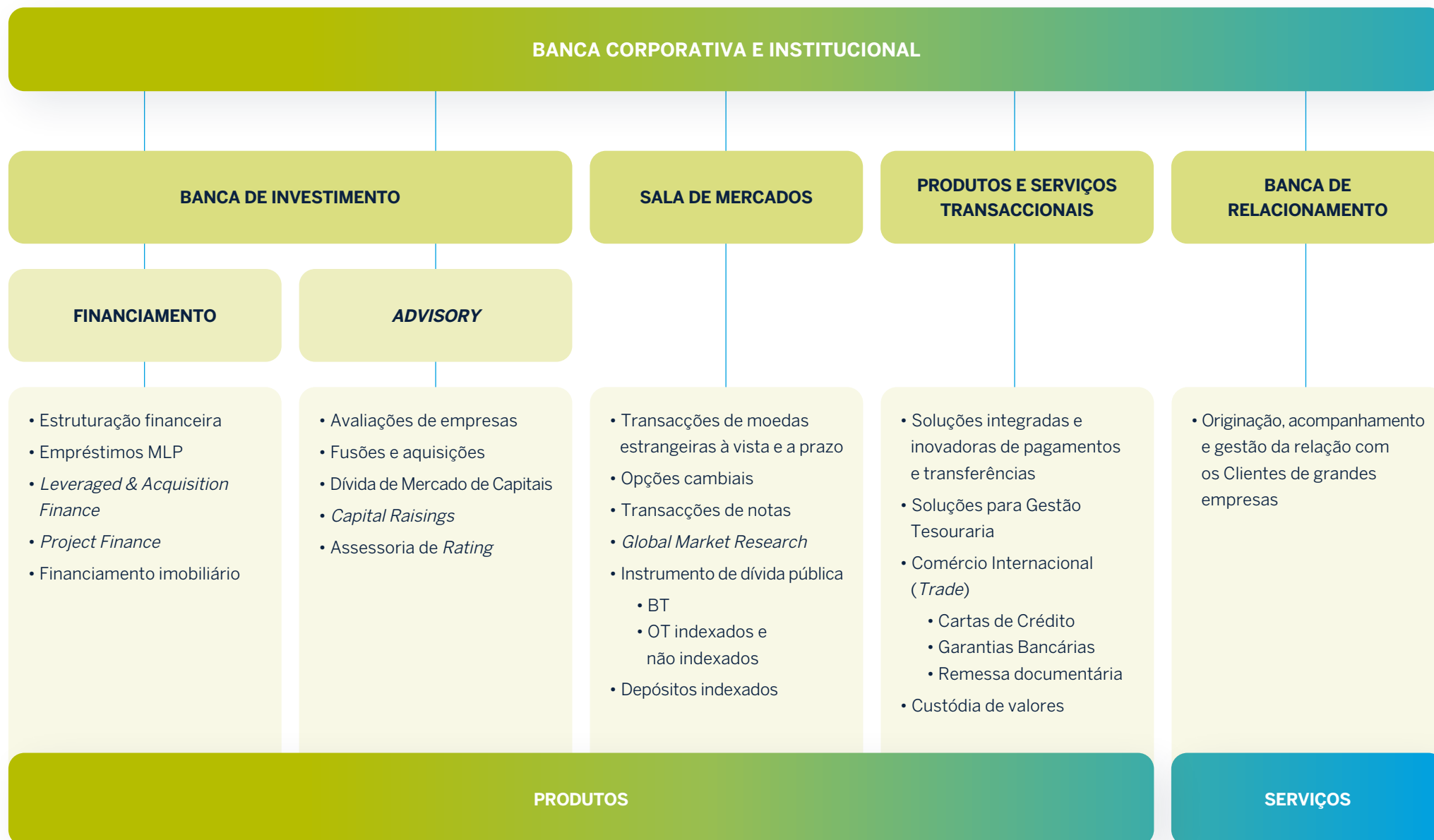
BANCA TRANSACCIONAL

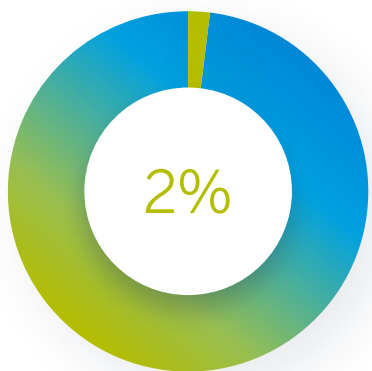
A Direcção de Banca Transaccional oferece produtos e serviços transaccionais, que têm como objectivo acrescentar valor ao negócio dos seus Clientes. Os Clientes têm vindo paulatinamente a utilizar a informação fornecida pelo Standard Bank de Angola para fazer face aos seus desafios de gestão de tesouraria. O Banco esforça-se por introduzir continuamente soluções que permitam uma melhor gestão de liquidez, bem como uma circulação cada vez mais eficiente de fundos.

CAPTAÇÃO E GESTÃO DE CLIENTES

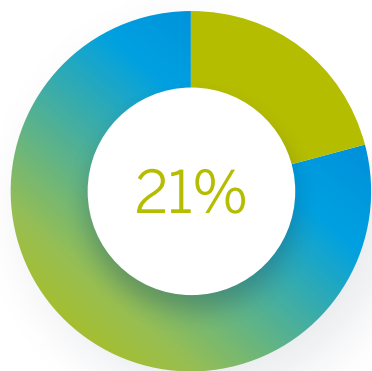
A Banca Corporativa e Institucional tem vindo a consolidar a sua posição no mercado através de várias iniciativas direccionadas para os Clientes do sector do grande consumo, com foco na produção local e substituição das importações. Durante o primeiro semestre 2021, com as alterações no nosso quotidiano, procurámos estar mais próximos dos nossos Clientes, simplificando a interacção dos mesmos com o Banco, dinamizámos os nossos canais à distância, incentivámos o uso de meios de pagamento automáticos e/ou digitais e redefinimos processos para continuarmos ágeis nesta nova realidade.

Os principais produtos e serviços disponibilizados pela equipa da Banca Corporativa e Institucional, do Standard Bank de Angola são:

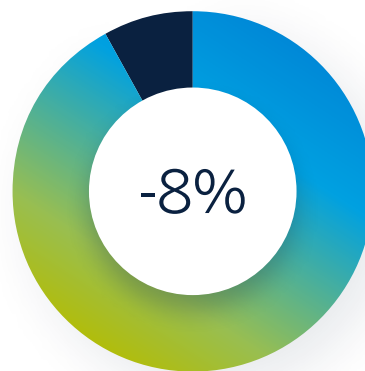




AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS
382 CLIENTES ACTIVOS

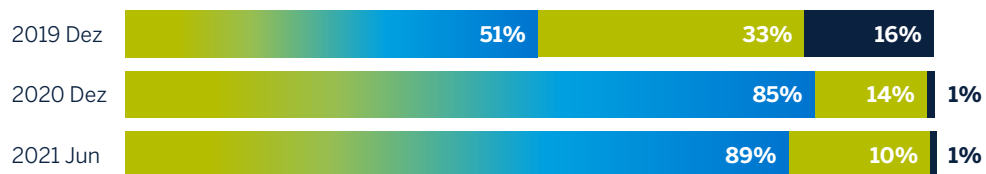


CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO
372 938 69.5 MILHÕES DE KWANZAS



RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS
501 738 591 MILHÕES DE KWANZAS

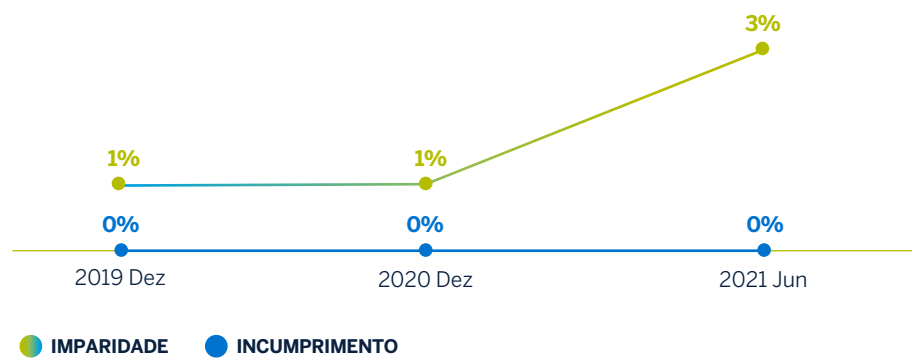
CRÉDITO POR SEGMENTO (MILHÕES DE KWANZAS)



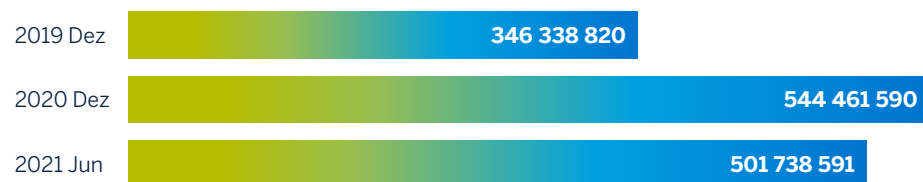
EMPRÉSTIMOS **DESCOBERTOS** **CARTAS DE CRÉDITO**



QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)



RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS (MILHÕES DE KWANZAS)

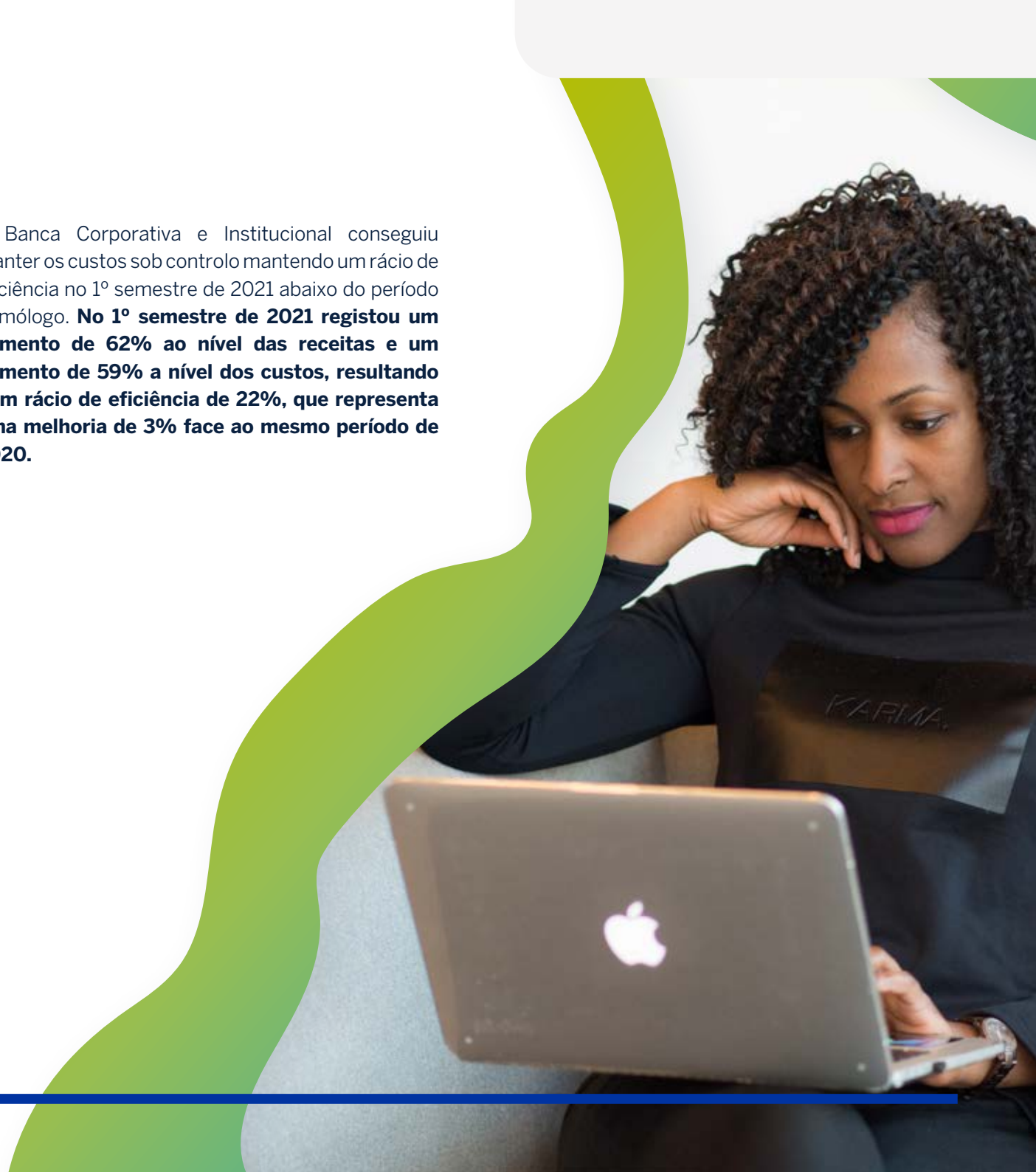


Desempenho da Banca Corporativa e Institucional

A Banca Corporativa e Institucional, com a apoio das áreas de suporte, registou no 1º semestre de 2021 um resultado líquido na ordem dos 28 422 milhões de kwanzas, ou seja **33% acima do resultado reportado no 1º Semestre de 2020**. De realçar que este resultado, foi negativamente impactado pelo aumento dos custos nas áreas de IT e Operações devido ao forte investimento na implementação da nova plataforma de Internet Banking (SB24) e com os custos com a nova sede do Banco.

A Banca Corporativa e Institucional produziu de igual modo, **resultados positivos a nível de activos, atingindo um total de 807 463 milhões de kwanzas, 29% acima do 1º semestre de 2020**. O referido aumento foi impulsionado por factores internos e externos, nomeadamente, uma melhor condução do processo de captação de novos negócios, um maior foco na execução dos projectos, uma melhor sinergia entre as áreas de negócio e de suporte, e um maior entendimento do mercado Angolano. Este aumento foi igualmente influenciado pelo programa do Governo para a diversificação económica que resultou num aumento em investimentos financeiros para gestão da liquidez e utilização de cambiais para servir as necessidades dos Clientes.

A Banca Corporativa e Institucional conseguiu manter os custos sob controlo mantendo um rácio de eficiência no 1º semestre de 2021 abaixo do período homólogo. **No 1º semestre de 2021 registou um aumento de 62% ao nível das receitas e um aumento de 59% a nível dos custos, resultando num rácio de eficiência de 22%, que representa uma melhoria de 3% face ao mesmo período de 2020.**



CRÉDITO

O crédito concedido a Clientes da Banca Corporativa e Institucional no 1º semestre de 2021 representou 72% do total do portfólio do Banco, atingindo o patamar de 135 899 milhões de kwanzas. Este montante equivale a um aumento na ordem de 57% face ao período homólogo, marcado por um aumento substancial do crédito a empresas no âmbito do Aviso n.º 10 do BNA, em que a Banca Corporativa e Institucional no ano de 2021 já desembolsou um total de 24 455 milhões de kwanzas, evidenciando o compromisso da Banca Corporativa e Institucional com os seus Clientes e com os Governo Angolano, contribuindo para o crescimento da economia real e para o desenvolvimento socioeconómico de Angola.

Por outro lado, assistimos, no 1º semestre de 2021, a uma diminuição dos descobertos bancários de 22% comparativamente ao 1º semestre de 2020.

Ao longo do 1º semestre de 2021, a Banca Corporativa e Institucional manteve o nível de qualidade da carteira de crédito concedido, não se tendo verificado créditos vencidos nem Clientes em incumprimento, o que reflecte uma gestão de risco adequada e alinhada às políticas e procedimentos do Banco.

Tal como no ano passado, em 2021 a carteira de crédito da Banca Corporativa e Institucional esteve dispersa por diferentes sectores do tecido empresarial. Contudo, existiram alterações significativas no peso de alguns sectores de actividade, nomeadamente, o sector de “*Oil and Gas*” deixou de ter o maior peso da carteira, passando a ocupar esta posição o sector de “Bens de Grande Consumo” com 56%, seguido de “Energia e Infraestruturas” com 28%, “*Oil and Gas*” com 10% e “Diversos” com 7%.

DEPÓSITOS

No 1º semestre de 2021, a base de Clientes da Banca Corporativa e Institucional, contou com um total de 382 Clientes, um acréscimo de 2%, comparativamente ao período homólogo de 2020. Este crescimento foi possível pelo esforço e dedicação na captação de novos Clientes e na reactivação de Clientes existentes.

A Banca Corporativa e Institucional apresentou no 1º semestre de 2021, um total de 501 739 milhões de kwanzas em depósitos, que corresponde a um aumento de 21% face ao período homólogo. **O trabalho árduo das Equipas junto dos Clientes foi fundamental para a defesa e aumento do nível de depósitos**, nomeadamente a capacidade para manter os depósitos relacionados com os títulos de Clientes vencidos.

O crescimento dos depósitos foi influenciado pelo aumento dos depósitos em moeda nacional, o cross selling entre os diversos produtos do Banco e a aplicação em depósitos a prazo. Os depósitos em moeda local somaram um total de 292 068 milhões de kwanzas, **um aumento de 29% face ao período homólogo**. O volume de depósitos em moeda estrangeira, registou um total de 209 671 milhões de kwanzas, **um aumento de 13%**, resultante essencialmente da desvalorização da moeda nacional.

Os depósitos à ordem registaram um aumento significativo no 1º semestre de 2021, face ao mesmo período de 2020, perfazendo um total de 367 659 milhões de kwanzas, **um aumento de 21%**, e representando assim, 73% da carteira de depósitos. Os depósitos a prazo registaram **um aumento de 34%**, face ao 1º semestre de 2020, perfazendo um total de 128 849 milhões kwanzas, representando 26% do total da carteira de depósitos.

PRODUTO BANCÁRIO

A Banca Corporativa e Institucional registou no 1º semestre do ano de 2021 um produto bancário de 37 294 milhões de kwanzas, 21% acima do registado no mesmo período em 2020. Este aumento foi o resultado da rápida capacidade do negócio para se ajustar à nova realidade, garantindo a continuidade do compromisso com os seus Clientes, da vontade do Banco em apoiar o programa do Governo para a diversificação da economia e aumento da produção interna, da liberalização do mercado cambial, que permitiu aos Bancos comerciais um maior acesso a moeda estrangeira, e consequentemente um aumento das operações transfronteiriças, e da adopção estratégica de uma posição longa, beneficiando da contínua desvalorização da moeda local ao longo do ano.

MERCADO CAMBIAL E VALORES MOBILIÁRIOS

O volume transaccionado no 1º semestre de 2021 teve um ligeiro aumento comparativamente com o mesmo período de 2020. O Standard Bank Angola mostrou-se bastante interventivo junto dos principais *stakeholders* em temas ligados à regulamentação, implementação de novos produtos e questões operacionais, sempre para **eleva o nosso mercado ao nível dos padrões internacionais**.

No 1º semestre de 2021, o Banco manteve a participação activa na promoção do mercado secundário dando sequência ao bom desempenho obtido em 2020. No período analisado o Standard Bank Angola manteve na sua carteira um total de 232 813 mil milhões kwanzas em Obrigações do Tesouro e um total de 52 672 mil milhões kwanzas em Bilhetes do Tesouro, comparando com o valor do período homólogo 153 227 mil milhões kwanzas e 7 099 mil milhões kwanzas respectivamente.

A taxa de câmbio do kwanza em relação ao Dólar Americano e ao Euro, desvalorizou desde o final do 1º semestre de 2020 até ao 1º semestre de 2021, aproximadamente 12% e 18%, respectivamente.

No 1º semestre de 2021 o Standard Bank de Angola negociou um total de 1.15 mil milhões de USD, fruto da liberalização do mercado cambial.

Os resultados das operações cambiais no 1º semestre de 2021 ascenderam a 16 969 milhões kwanzas, representando 32% face ao 1º semestre de 2020. Importa referir que, os resultados das operações cambiais foram igualmente influenciados pelo volume de cambiais negociado pelo Banco directamente com os operadores de *Oil & Gas* que ascendeu 15% comparativamente com o período homólogo.

MERCADO DE CAPITALIS

O Banco assumiu a terceira posição dos membros mais activos na Bolsa de Valores com base no volume transaccionado. Face ao período homólogo, o montante de transacções realizado na Bolsa de Valores pelo Standard Bank de Angola registou um aumento de 38,34%, atingindo um total de 159,9 mil milhões de kwanzas, correspondendo a uma cota de mercado de 27.36%.

Permanecemos bastantes interventivos juntos dos principais intervenientes do mercado de capitais, em temas relacionados à regulamentação, à implementação de novos produtos e às questões operacionais, sempre no sentido de eleva o nosso mercado aos níveis dos padrões internacionais.

O foco no Cliente, continua a ser um dos pilares da estratégia do Standard Bank de Angola, e neste sentido, fazemos todo o esforço para estarmos cada

vez mais próximos dos nossos Clientes, oferecendo oportunidades de investimentos e soluções inovadoras.

Pre vemos o segundo semestre de 2021 mais desafiador para o mercado de capitais em Angola, sendo que a banca tem poucas alternativas de investimentos a curto prazo e deve cumprir as medidas da política monetária restritiva imposta pelo regulador. Importa referir que o par Dólar kwanza poderá seguir uma tendência de apreciação que impactará os preços dos instrumentos indexados e por consequência poderá reduzir o apetite dos nossos Clientes. Contudo, continuaremos na busca de oportunidades, de aumento de volume de transacções e implementação de soluções inovadoras como “*Buy & Sell Back/Sell & Buy Back*” e “*Repos*”. **Permaneceremos otimistas em relação ao potencial do nosso mercado**, continuaremos a trabalhar para a materialização de investimentos por não residentes e contribuiremos activamente para a execução do plano de privatização, **mantendo assim a presença e relevância do Standard Bank de Angola no mercado de capitais**.

Estratégia da Banca Corporativa e Institucional

Somos ambiciosos e pretendemos ser o principal Banco do segmento da Banca Corporativa e de Investimento em Angola e em África. Combinamos a nossa experiência com produtos especializados, elevada capacidade de intervenção local e alcance de distribuição global para fornecer soluções adequadas e relevantes aos nossos Clientes.

Em 2021, continuamos a investir nos pilares da nossa estratégia:



FOCO NO CLIENTE

Tencionamos aumentar a base de Clientes, criar soluções com Clientes além de serviços financeiros e acelerar oportunidades em alguns sectores da economia nacional. Colaborar com o segmento comercial e de negócios para capturar oportunidades de grandes empresas locais e bancar toda a cadeia de valor do Cliente em Angola. Pretendemos de igual modo, distribuir o risco do negócio de forma eficiente, manter foco na execução e continuar a prestar um serviço de excelência aos nossos Clientes.



PESSOAS E CULTURA

Ambicionamos liderar equipas comprometidas e capacitadas, demonstrando a cultura de uma Equipa vencedora (coragem, confiança, fome de vencer), permanecendo fiel ao compromisso com os nossos Colaboradores. Pretendemos assegurar que os resultados do desempenho dos Colaboradores estarão alinhados à estratégia de negócios, considerando as novas dinâmicas de trabalho, incluindo o contexto de trabalho remoto.



DIGITALIZAÇÃO

Almejamos ser uma instituição eficiente e moderna, que simplifica, estabiliza e elimina o risco da arquitectura de TI por meio da resiliência do sistema. Continuaremos a priorizar a tecnologia e iniciativas digitais, garantindo assim, o foco nos investimentos.

Clientes Consumo e de Elevado Património

O Grupo Standard Bank está a acelerar a execução da sua estratégia para se preparar para o futuro.

Foi iniciado no primeiro semestre de 2021 a reformulação da sua estrutura de gestão criando uma nova unidade de negócio: a Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património (doravante denominada CHNW ou *Consumer & High Net Worth Clients*), que visa melhor atender às necessidades dos seus Clientes oferecendo mais serviços e soluções relevantes e impactantes e propostas de valor personalizadas.

Visão Geral

A nossa herança e os nossos valores são expressos na promessa da nossa marca. A nossas operações refletem nosso propósito, que é impulsionar e dinamizar a economia de Angola por meio da nossa diversidade e experiência no Mercado Africano. **A Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola oferece serviços bancários que ajudam as pessoas a prosperarem**, com o propósito fundamental de ser o parceiro mais próximo e permitir a maior inclusão financeira.

Apesar do contexto epidemiológico da Covid-19, a difusão massiva das vacinações e o aliviar das pressões em torno dos vários estados de calamidade pública, tem se observado a melhoria do ambiente económico do país o que concomitantemente tem

melhorado os indicadores de empregabilidade, todavia, o custo de vida das populações continua em alta, derivado dos altos níveis de inflação e perda gradual da moeda local face as principais moedas internacionais. Todavia, **a Direcção CHNW, continuou a mostrar-se resiliente, disruptiva e apostando cada vez mais no posicionamento da presença da marca Standard Bank no mercado Angolano**, sendo conotado e eleito pelo segundo ano consecutivo, como o melhor prestador de serviços financeiros em Angola.

Estrutura Organizacional

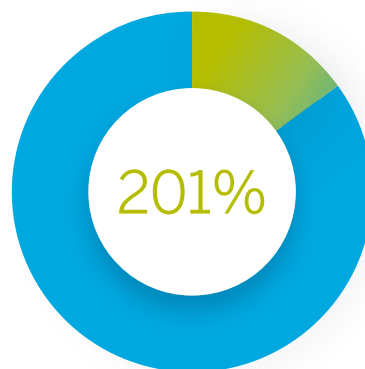


Desempenho do 1º semestre 2021

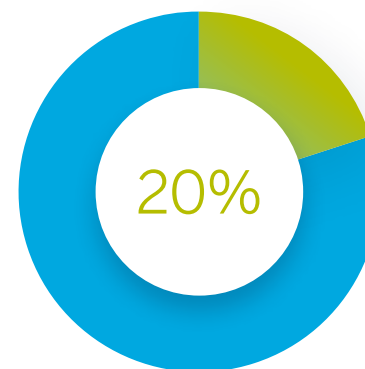
No decorrer do ano de 2021, a Banca de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola mostrou-se resiliente e irredutível, registando um crescimento do produto bancário de 126% face ao período homólogo, impulsionado substancialmente pelo aumento da margem financeira em 71%, como resultado directo do incremento da carteira de Crédito a Clientes.

Esta Direcção continua a moldar-se em torno das necessidades dos Clientes de forma a alinhar os seus processos. No 1º semestre de 2021, registou um aumento de 40% da base de Clientes activos face ao período homólogo, passando de 30 083 para 41 998, respectivamente.

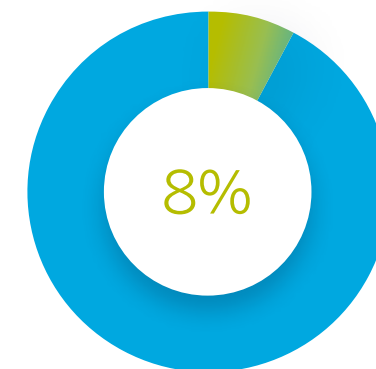
O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos nossos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos nossos Colaboradores.



CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO
8 973 MILHÕES DE KWANZAS



AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS
41 998 CLIENTES ACTIVOS



CRESCIMENTO NOS RECURSOS DE CLIENTES
75 388 MILHÕES DE KWANZAS



CHNW

Crédito

A Banca de Clientes Consumo e de Elevado Património do Standard Bank de Angola, procura apoiar e melhorar a vida das pessoas através da concessão de crédito.

Apesar de um contexto macroeconómico adverso, impactado por altos níveis de inflação e desvalorização contínua da moeda local, torna-se crucial para a construção de um relacionamento duradouro entre Banco e Clientes apoiar os Clientes numa dimensão transversal, suprimindo não só as suas necessidades financeiras básicas, como também necessidades mais complexas que requerem um maior grau de conhecimento e aconselhamento.

O segmento CHNW aumentou substancialmente o crédito líquido, na ordem de 30% face ao período homólogo e cerca de 10% face a Dezembro 2020. No que concerne à oferta de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se um aumento de 14% no crédito consumo, 10% no crédito à habitação e 7% nos descobertos bancários, comparativamente a Dezembro de 2020.

Neste contexto é de destacar o excelente desempenho quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, que permitiu a manutenção do rácio de transformação de 18%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 4%, muito abaixo do benchmarking do mercado que se encontra acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



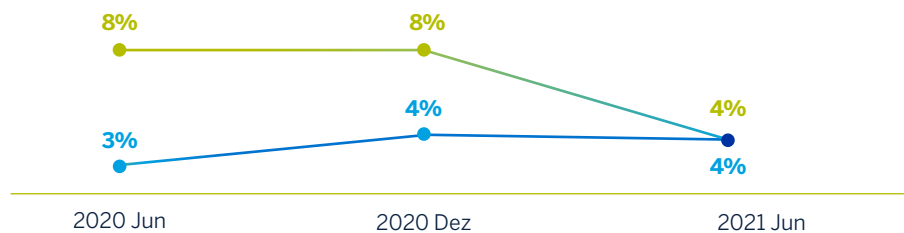
● **TODOS OS CLIENTES PRIVATE AND EXECUTIVE** ● **TODOS OS CLIENTES SILVER AND BLUE**

EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO (EM %)



● **DESCOBERTOS** ● **LEASING** ● **CARTÕES DE CRÉDITO** ● **CRÉDITO CONSUMO** ● **CRÉDITO HABITAÇÃO**

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)



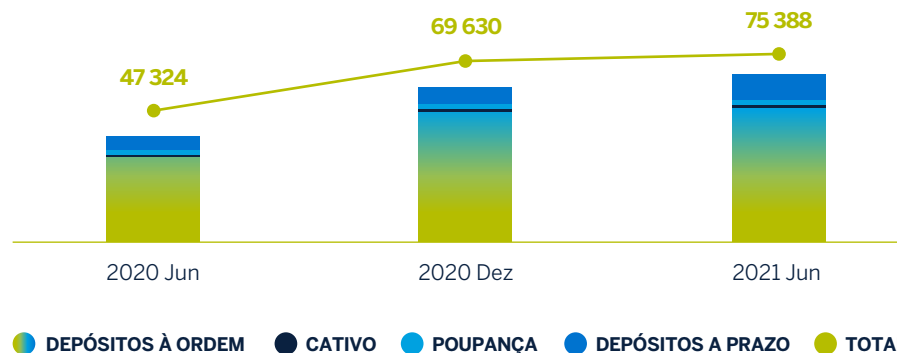
● **COBERTURA POR PROVISÕES PARA IMPARIDADE** ● **CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO +90 DIAS)**

Depósitos

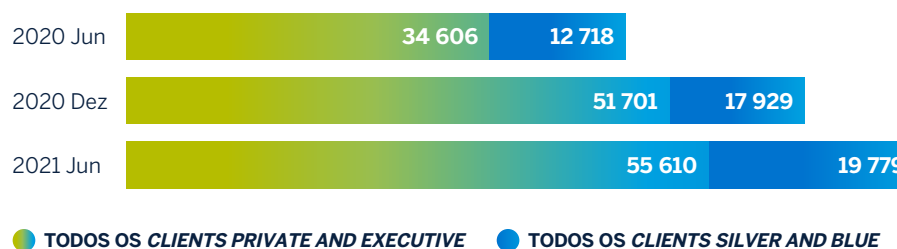
A Banca de Clientes Consumo e de Elevado Património, mantém a política de diversificação da sua oferta de produtos e apresentação de um preçário cada vez mais competitivo.

Os depósitos de Clientes de Consumo e de Elevado Património cifraram-se em 75 388 mil milhões de kwanzas um incremento de 59% face ao período homólogo e de 8% face a Dezembro de 2020, como resultado da grande aposta na digitalização, atendimento qualificado através dos nossos diversos pontos de atendimento, oferta de produtos que aderem e entrosam com as necessidades dos nossos Clientes, bem como a aposta cada vez mais na inclusão financeira. Observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 71% da carteira total, que se traduz num aumento de 3.9 pontos percentuais em relação ao período homólogo. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se nos 21 650 mil milhões de kwanzas, cerca de 40% e 5% acima do período homólogo e final de Dezembro respectivamente. **O Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.**

DEPÓSITOS POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



Canais de Distribuição

O Standard Bank de Angola está presente em 6 províncias (Luanda, Cabinda, Namibe, Huíla, Benguela e Huambo), **dispondo de uma rede comercial composta por 32 canais físicos:**

1

Posto de Atendimento

3

Suite Private

3

Centros de Empresa
(serve Clientes do segmento BCC)

19

Agências

7

Agentes Bancários
Ponto Azul



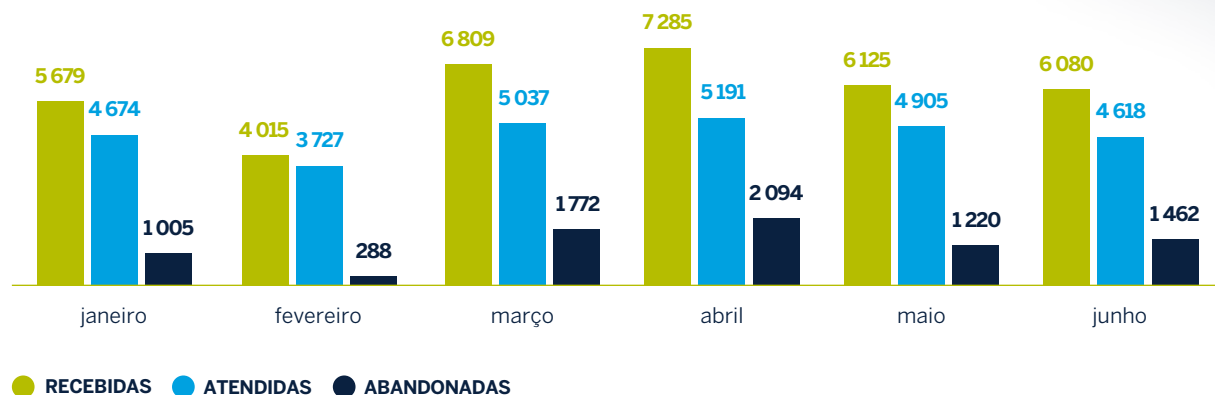
Customer Contact Center (CCC)

O SBA disponibiliza uma linha de atendimento ao Cliente, tendo como principal objectivo aproximar o Banco dos seus Clientes através da prestação de informação sobre os seus produtos e serviços, dar resposta às necessidades e esclarecimentos decorrentes das suas operações bancárias diárias e analisar eventuais reclamações.

Ao longo do primeiro semestre de 2021, o SBA respondeu a várias chamadas e e-mails por parte dos seus Clientes e potenciais Clientes, tendo registado um aumento no número de chamadas recebidas em cerca de 86% comparando o período homologo. Este aumento é fundamentalmente explicado por uma base de Clientes cada vez mais robusta, mas igualmente por um conjunto de potenciais Clientes cada vez mais interessados no leque de produtos e serviços que o SBA disponibiliza, nomeadamente na nossa plataforma digital SB24.



VOLUME DE CHAMADAS POR MÊS



INDICADORES OPERACIONAIS

TOTAL RECEBIDAS

35 993

TOTAL ATENDIDAS

28 152

TOTAL ABANDONADAS

7 841

TAXA DE ATENDIDAS

78%

TMA

00:06:50

TME

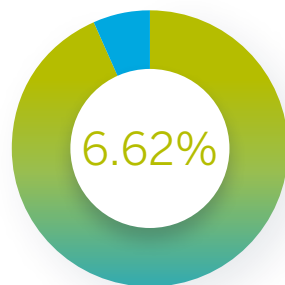
00:01:18

IQS 1 ATENDIMENTO



Positiva (6, 7, 8, 9)

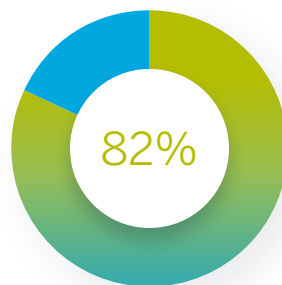
TOTAL: 14 441



Negativa (1, 2, 3, 4, 5)

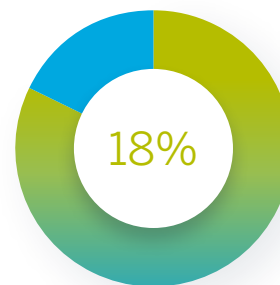
TOTAL: 1 023

IQS 2 ATENDIMENTO



Positiva (6, 7, 8, 9)

TOTAL: 11 964



Negativa (1, 2, 3, 4, 5)

TOTAL: 2 660

Estratégia

A estratégia da Direcção de Clientes Consumo e de Elevado Património assenta em “Angola é a nossa casa e nós impulsionamos o seu crescimento” tendo como ambição melhorar a vida das pessoas sendo mais que um Banco.

A nossa visão é materializada em duas iniciativas estratégicas, nomeadamente: 1) defender a posição de líder como Experiência do Cliente em todos os segmentos prioritários e 2) aumentar 10x a nossa base de Clientes até 2025.

Ciente da relevância deste processo para a sociedade e totalmente empenhado em criar um conceito disruptivo, durante o primeiro semestre de 2021, foram implementados 7 Agentes Bancários - Ponto Azul. De premissa simples, a estratégia aliada a esta iniciativa estará focada em dois principais pilares:

1



Pontos de Representação

Aumento dos pontos de representação em todas as províncias do país, de forma a criar uma marca reconhecida, disponível, conveniente e próxima dos Clientes, para que a ida ao Banco seja uma experiência célere e descomplicada.



Produtos e Serviços

2

Oferta adequada de produtos e serviços, pensada para servir os interesses e necessidades de um segmento que, na sua maioria, será o primeiro contacto com o sistema bancário, pelo que se exigem produtos simples e de comissionamento adequado.

Totalmente comprometida com o propósito da Inclusão Financeira e determinado a apoiar o país em melhorar o acesso ao sistema financeiro, a iniciativa do Ponto Azul afigura-se como um dos principais projectos em curso e totalmente alinhado com a estratégia do Banco.

Clientes Comerciais e de Negócios

Visão Geral

No âmbito da reformulação da sua estrutura de gestão, o **Standard Bank de Angola criou também a Direcção de Clientes Comerciais e de Negócios** (doravante denominada *Business and Commercial Clients* ou BCC) que adapta um modelo organizativo muito específico, de forma a corresponder todas as necessidades dos Clientes e a criar soluções alinhadas com a sua exigência.

O BCC proporciona uma nova visão estratégica dentro daquilo que são as prioridades dos nossos Clientes ou seja, apoia as suas necessidades de serviços financeiros tornando-se fundamental para a construção de um relacionamento sustentável e duradouro.

Esta Direcção disponibiliza um leque de produtos e serviços aos nossos Clientes, como por exemplo crédito, produtos de seguro, recolha de valores, aconselhamento financeiro) sempre com o objectivo de captar novos Clientes, mas fundamentalmente de manter uma relação de parceria com os mesmos.



Estrutura Organizacional



A Direcção BCC está dividida em 7 novas áreas de modo a segmentar melhor os Clientes, garantindo maior atenção e acompanhamento face as suas necessidades.

Deste modo temos:

01 BANCA PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Neste segmento fazem parte os Clientes com faturação igual ou inferior a 2,5 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de um call center dedicado para garantir um serviço personalizado onde o maior foco é a banca transaccional e depósitos. Este segmento é também responsável pelos objectivos comerciais e de crescimento da unidade e por garantir que os Clientes recebem um serviço consistente e de alta qualidade.

De forma a complementar o *Customer Contact Center* (CCC), e no sentido de oferecer um atendimento mais personalizado ao segmento de Pequenas e Médias Empresas, o PME Online constitui um ponto único de contacto, acessível através de telefone e e-mail. Os profissionais bancários intervenientes neste serviço facilitam a abertura de conta, aconselham sobre soluções de investimento, facilitam transacções, providenciam opções de pagamento e recebimento, aconselham sobre soluções de seguros e asseguram o tratamento a pedidos diversos.

Este serviço caracteriza-se pela sua:

Conveniência

- Profissionais bancários acessíveis através de telefone e e-mail
- Resolução de pedidos diversos e feedback em tempo real e sem necessidade do Cliente ter de se deslocar a uma agência

Simplicidade

- Pedidos e serviços bancários efectuados através de telefone e e-mail
- Contacto fácil e rápido com o gestor bancário

Aconselhamento Profissional

- Profissionais bancários que providenciam aconselhamento ao Cliente sobre produtos e serviços bancários e soluções que vão de encontro às suas necessidades

02

BANCA COMERCIAL

Os Clientes deste segmento têm uma facturação entre 3,5 e 100 milhões de dólares. Os Clientes beneficiam de produtos e serviços alinhados às suas necessidades com gestores dedicados. O foco está na oferta de serviços financeiros de qualidade apropriados às suas necessidades.

03

AFRICA CHINA BANKING

Este segmento lidera e executa uma proposta de valor para os Clientes ligados ao sector e identifica novas oportunidades de negócio, envolvendo os Clientes conforme necessário para a prestação de serviços.

04

AGRONEGÓCIO

Esta área é focada na aquisição de novos Clientes do segmento do agronegócio e na identificação de novas oportunidades e gestão de portfolio. É uma área transversal ao Banco trabalhando com Clientes Corporativos e Institucionais, *Consumer e Business and Commercial Clients* para assegurar que o Banco esteja a trabalhar com toda a cadeia de valor dos Clientes.

05

SECTOR PÚBLICO

Esta área implementa uma proposta de valor personalizada aos Clientes, dirigida com bastante experiência, e desenvolve parceiros para a entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente.

06

COMÉRCIO DIGITAL

Esta área lidera e executa as plataformas Digitais, *Business to Business*, a proposta de valor eCommerce e as suas caixas de ferramentas relacionadas, personalizando em conformidade. Implementa a proposta de valor do Cliente e conduz uma experiência consistente do Cliente através de todas as plataformas. São parceiros com soluções de Clientes na entrega de vários produtos e serviços integrados para o Cliente. Mantém o alinhamento com outras áreas de forma a garantir a entrega de propostas de valor do Cliente e a redução de duplicação entre segmentos.

07

ECOSSISTEMA

Esta área é focada na aquisição de novos ecossistemas – redes que agregam as interações de vários intervenientes das cadeias de valor das organizações, maximizando assim a banca comercial e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla e diversificada.

PRODUTOS BCC

EXTRACTOS BANCÁRIOS
ATRAVÉS DE E-MAIL

INFORMAÇÃO SOBRE
SALDOS DE CONTA

ACTIVAÇÃO
DE CONTAS

REGISTO NAS PLATAFORMAS
DIGITAIS DE BANCA ELECTRÓNICA
E *MOBILE BANKING*

DESBLOQUEIO DE
PASSWORD NA BANCA
ELECTRÓNICA

CONFIRMAÇÃO DE DADOS
BANCÁRIOS E CARTA
DE IDONEIDADE

SOLICITAÇÃO DE CARTÃO
DE DÉBITO MULTICAIXA

SOLICITAÇÃO
DE CHEQUES

ACTUALIZAÇÃO
DE DADOS

RESOLUÇÃO DE PEDIDOS
DIVERSOS

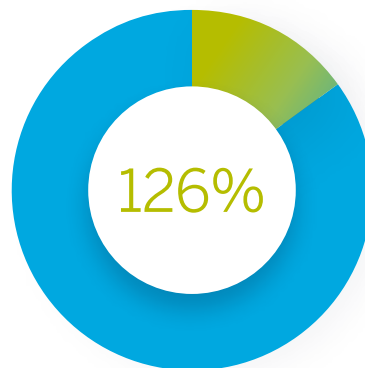


Desempenho do 1º semestre 2021

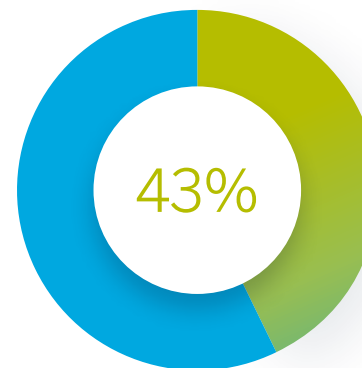
A Direcção BCC do Standard Bank de Angola mostrou-se resiliente registando um crescimento do produto bancário de 126% face ao período homólogo, como resultado do aumento da margem financeira em 71%, derivado do aumento significativo do crédito, com especial foco naquele que foi concedido no âmbito no Aviso n.º 10/20 do BNA.

O BCC está comprometido em mudar o curso das pequenas e médias empresas (PMEs) em Angola e ter cada vez mais um papel inclusivo na vida destas empresas. Para isso, tem facilitado junto destes Clientes diversas operações relacionadas com transferências internacionais e a emissão de diversas remessas documentárias, o que, efectivamente, teve um papel preponderante no aumento da margem completar de 218% face ao período homólogo.

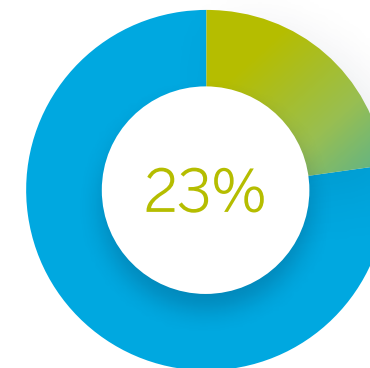
No primeiro semestre de 2021, esta Direcção registou um aumento da base de Clientes activos, passando de 1 251 Clientes em Junho de 2020 para 1 705 em Junho de 2021.



CRESCIMENTO DO PRODUTO BANCÁRIO
9 607 MILHÕES DE KWANZAS



AUMENTO DOS CLIENTES ACTIVOS
1 705 CLIENTES ACTIVOS



CRESCIMENTO NOS RECURSOS DE CLIENTES
95 527 MILHÕES DE KWANZAS

O aumento da base de Clientes é a verdadeira tradução da confiança dos nossos Clientes na marca Standard Bank de Angola, bem como da excelência dos serviços prestados pelos nossos Colaboradores.



Crédito

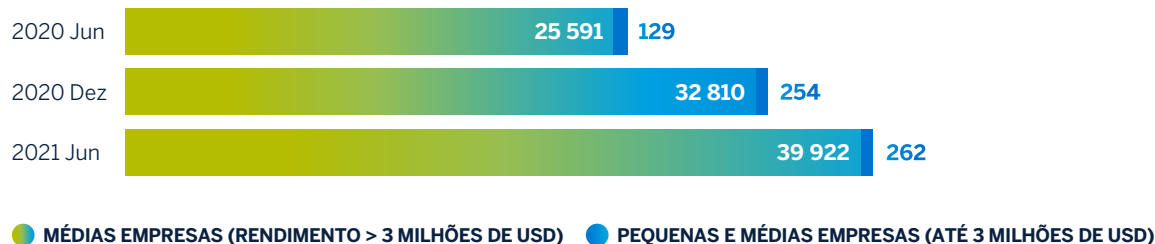
O BCC procura apoiar o fomento da Economia Nacional, visando a concessão de crédito às PME. Este apoio tem sido transversal a todos os sectores e a todas as empresas, com especial destaque nas PME dos sectores da agricultura, pecuária, pescas e produção de bens de primeira necessidade.

Este segmento aumentou substancialmente o crédito líquido na ordem dos 57% face ao período homólogo e 27% face a Dezembro de 2020. No leque de produtos de crédito que integram a oferta do Banco, verificou-se pelo segundo ano consecutivo o aumento exponencial do crédito ao consumo (+59%), evidenciando a continuada aposta no fomento da economia nacional, e fazendo jus ao normativo do Aviso n.º 10/20 do BNA.

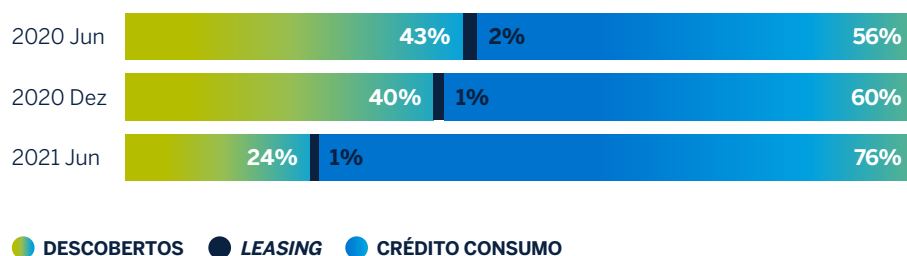
Neste dístico, o excelente desempenho quer ao nível dos depósitos quer ao nível do crédito concedido, permitiu a manutenção do rácio de transformação de 42%.

Os níveis de incumprimento de crédito (+90 dias) mostraram-se estáveis, com uma taxa na ordem dos 2%, muito abaixo do mercado que se encontra em níveis acima dos 15%, evidenciando uma vez mais o rigor e a selectividade no que respeita à concessão de crédito.

CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)

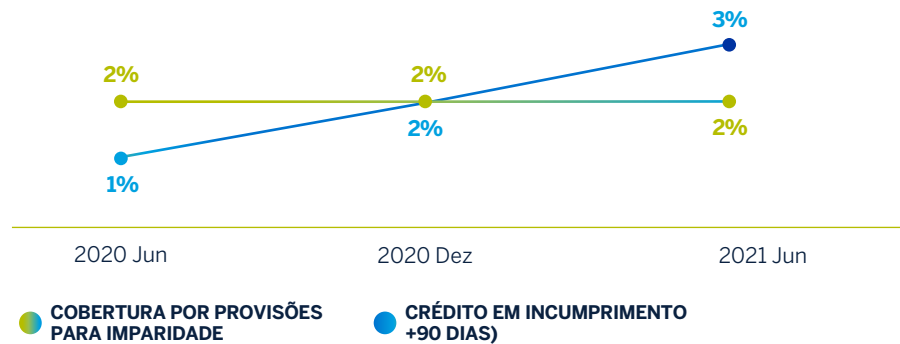


EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS DE CRÉDITO (EM %)



O perfil creditício do BCC alterou a sua proposta de crédito de produtos de curto prazo (descobertos bancários) para créditos de médio-longo prazo (crédito comercial ou de consumo), em linha com as necessidades de capitalização dos diversos Clientes, **fazendo jus à nossa máxima de que “Angola é a nossa casa e nós potenciamos o seu crescimento”**.

QUALIDADE DA CARTEIRA DE CRÉDITO (EM %)

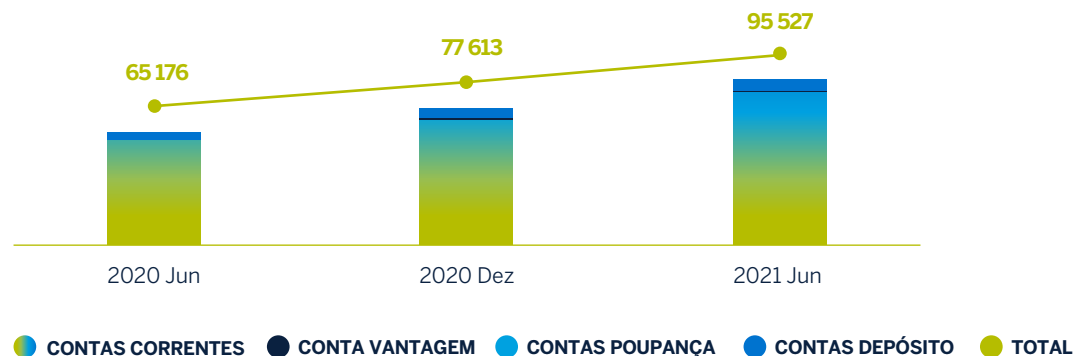


Depósitos

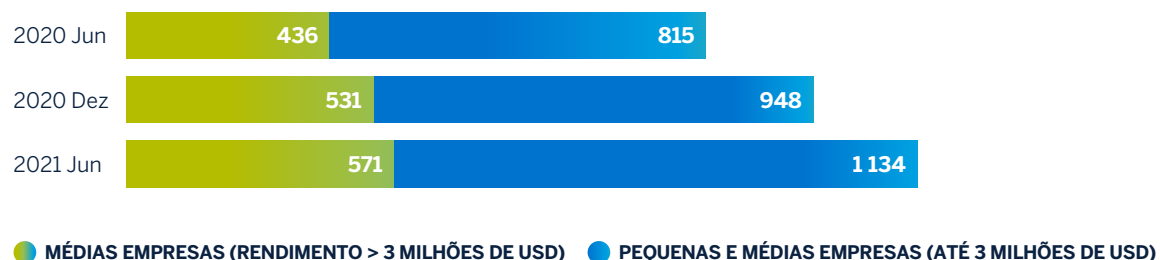
Os depósitos de Clientes totalizaram 95.527 mil milhões de kwanzas, um crescimento de 23% face a Dezembro, o que demonstra a confiança do mercado na solidez e rigor da nossa Instituição Financeira.

Relativamente à distribuição dos depósitos captados em função da moeda contratada, observou-se a manutenção da concentração dos depósitos realizados na moeda nacional, representando 59% da carteira total, que se traduz num aumento de 1 ponto percentual comparativamente a Dezembro de 2020. Os depósitos em moeda estrangeira cifraram-se em 39 368 milhões de kwanzas (que corresponde a um aumento de 24% face a Dezembro de 2020). Importa frisar que o Standard Bank de Angola mantém o compromisso de movimentação das contas em moeda estrangeira dos seus Clientes, sem qualquer restrição, desde que se verifique o cumprimento da lei e das normas vigentes.

CRÉDITO POR SEGMENTO DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



DEPÓSITOS POR TIPOLOGIA DE CLIENTES (MILHÕES DE KWANZAS)



A Nossa Estratégia

O BCC tem como principal modelo de negócio construir relacionamentos de longo prazo e oferecer soluções inovadoras para os nossos Clientes desde a constituição ao crescimento dos seus negócios.

A nossa estratégia passa também pela aquisição de novos ecossistemas, maximizando assim banca comercial, e permitindo aos Clientes uma experiência mais ampla. O nosso segmento continuará a desenvolver a relação com os seus Clientes olhando para o horizonte dos seus ecossistemas a fim de ter maior entendimento de toda a cadeia de valor dos seus Clientes para poder oferecer soluções efectivas e aconselhamento financeiro adequado as necessidades dos seus Clientes.

Olhamos para o ecossistema numa vertente absoluta, tanto para Clientes Particulares como para Clientes Empresas, para captação e identificação de novos negócios, conectando-os a novas oportunidades dentro da nossa rede de contactos, oferecendo meios para executar e receber transacções e continuarmos a melhorar o nosso serviço, estando cada vez mais próximo dos nossos Clientes.

Primamos pela qualidade do serviços prestados aos Clientes, por isso investimos de forma consistente e contínua na capacitação das Equipas através de programas de formação, que englobam desde capacidades de liderança a competências técnicas e comportamentais.



Soluções para Clientes

Visão Geral

Fruto de um processo de transformação organizacional cujo propósito incide sobre a aposta num modelo de negócio assente em plataformas e de forma a proporcionar uma nova experiência aos nossos Clientes e Parceiros, mais integrada, instantânea e com uma proposta de valor muito superior à actual, nasce assim uma nova Direcção dentro do Standard Bank Angola – o Soluções para Clientes (*Client Solutions*).

Constituído por uma fusão de competências já existentes com novas apostas, o Soluções para Clientes declara-se como o produtor modular do Banco, com o intuito de desenhar e conduzir a implementação de novos produtos, serviços e soluções que sirvam não só para consumo interno, pelos segmentos de negócio, mas também para consumo por parte dos nossos Clientes e parceiros, nos seus ecossistemas e plataformas.

Por outro lado, pretende-se um foco não apenas na satisfação das necessidades imediatas dos Clientes e Parceiros. Sob uma visão estratégica de longo prazo, o Soluções para Clientes irá trabalhar em parceria com os segmentos de negócio de forma a criar soluções verdadeiramente inovadoras, que complementem e aumentem a proposta de valor do Banco para os Clientes, em parceria com as Direcções de Engenharia (*Engineering*) e Inovação para garantir a entrega dessas mesmas soluções.

Por último, cientes de que cada vez mais os nossos Clientes e Parceiros confiam em nós, passa a ser contemplada a criação de parcerias assentes na oferta de produtos e serviços não financeiros, caracterizadas por:

01

Parcerias onde a oferta dos parceiros é usada para aumentar a proposta de valor dos produtos e serviços financeiros que o SBA presta aos seus Clientes, dando origem a um produto final que reúne as características das duas entidades;

02

Parcerias onde a oferta dos nossos parceiros é integralmente distribuída para os Clientes do SBA, através dos nossos canais de distribuição e pontos de representação;

03

Parcerias onde os produtos e serviços financeiros do SBA são distribuídos pelos nossos Parceiros, nas suas plataformas e com o potencial de alcançar todos os integrantes do ecossistema onde os nossos parceiros actuam.



O Soluções para Clientes agrega 4 principais competências:



Produtos Bancários: Responsáveis pela criação de soluções ligadas a produtos de crédito, poupanças, cartões, meios de pagamento e soluções digitais



Parcerias: Responsáveis pela criação de novas parcerias assentes em componentes não financeiras



Produtos de Seguros: Responsáveis pela criação de soluções ligadas a produtos de seguros



Experiência do Cliente: Responsáveis pela definição do modelo de relacionamento e qualidade de serviço do Banco para com os seus Clientes, de forma a garantir a melhor experiência possível em todas as interações que os Clientes têm com o SBA

A Oferta do Soluções para Clientes

Meios de Pagamento

Emissão de cartões de débito e crédito e serviços de TPAs para comerciantes.

Produtos de Crédito

Financiamentos (habitação, automóvel, consumo, entre outros), produtos estruturados e soluções diferenciadoras de curto prazo e médio/ longo prazo para particulares e empresas.

Oferta de um produto de crédito instantâneo - Credijá. Em 3 cliques, o desembolso é disponibilizado de forma imediata na conta do Cliente, totalmente digital, sem papel e sem necessidade de documentos notariais.

Seguros

Seguros de curto e longo prazo para particulares (vida, saúde, automóvel, viagem, imóveis, multirriscos e planos de protecção a despedimentos colectivos) e empresas (colectivo de saúde, transporte, activos, imóveis e acidentes de trabalho).

Poupança e Investimento

Depósitos a prazo, contas-poupança, contas de investimento para particulares e empresas, em moeda nacional e estrangeira.

Temos um produto inovador chamado swaip e poupa. O produto é baseado no cartão de débito usado em um TPA, do qual um montante será deduzido de forma automática da conta à ordem e creditado na conta poupança.

Produtos Transaccionais

Produtos transaccionais de comércio internacional, operações cambiais, pagamentos e soluções de gestão de liquidação

Cartões, ATMs e TPAs

O aumento da base de Clientes per se, é a verdadeira tradução da confiança dos nossos Clientes na marca Standard Bank Angola e da excelência dos serviços que oferecemos, e que consequentemente, contribui para um aumento do número de cartões, ATMs e TPAs activos em Angola.

Registou-se um crescimento de 22%, no número de cartões activos, face ao período homologo, fixando-se em 50 290.

Os cartões de débito activos registaram um incremento de 19%, encerrando o 1º semestre de 2021 com um total de 47 714 cartões activos. O resultado deste incremento, reflectiu-se numa taxa de penetração (número de cartões de débito activos/ número de cartões) de 95%.

O comportamento adverso foi verificado no número de cartões de crédito activos, que decresceram 3% face ao período homólogo, impactado grandemente pelo surto da Covid-19.

Adicionalmente, o número de TPAs activos aumentou 68% tendo o número médio diário de operações efectuadas através de TPAs aumentado 27% face ao período homólogo, fruto da crescente utilização destes terminais por parte dos Clientes e da aposta do negócio neste produto. Em 2021, 80 ATMs mantiveram-se operacionais, tendo havido um incremento de 23 ATM face a 2020.



50 290

Cartões activos em 2021



47 714

Cartões de débito activos em 2021



2 576

Cartões de crédito activos em 2021



95%

Taxa de penetração de cartões de débito em 2021



2 778

TPAs em 2021



80

ATMs em 2021

A Oferta do Soluções para Clientes

Para o ano de 2021 foram definidos 4 principais pilares de actuação:

01 OPTIMIZAÇÃO, DIGITALIZAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO

Reconhecemos a necessidade de melhorar os processos actuais que consomem tempo e recursos dos nossos Colaboradores. O foco neste processo interactivo de optimização terá como benefício adicional permitir que o Banco se dedique cada vez mais aos processos “*change the bank*” ao garantir que as actividades “*run the bank*” sejam executadas da melhor forma possível

02 PRODUÇÃO DE MÓDULOS

Reconhecemos que o conceito estratégico de produtores modulares irá permitir uma optimização das nossas tarefas, já que poderemos reutilizar, tanto para consumo interno e externo, as soluções desenvolvidas internamente. Desta forma, os processos de optimização interativos em cima dos nossos módulos trarão benefícios imediatos a todos os utilizadores dos mesmos

03 PARCERIAS

Reconhecemos a importância da aposta nas parcerias no contexto da nossa mudança de estratégia, principalmente no que diz respeito à expansão do modelo de negócio para contemplar a oferta de produtos e serviços não financeiros. Acima de tudo, queremos ser cada vez mais reconhecidos como o Banco de eleição no espaço das parcerias no país



04 EXPERIÊNCIA

Reconhecemos a importância de colocar o Cliente em primeiro lugar, de oferecer um porto seguro que nos permita ouvir sobre as necessidades e ambições dos nossos Clientes, Parceiros e Colaboradores, mutáveis ao longo da sua vida e influenciadas pelos seus principais eventos de vida, de forma a trazer essas informações para dentro do Banco e a garantir que os nossos produtos e soluções são pensados a partir desses dados. Acima de tudo, criar as condições para providenciar uma experiência híper personalizada, onde o Cliente se sinta como o indivíduo que é.

Engenharia

Digitais, Inovadores e Disruptivos

O futuro é indissociável da tecnologia. E, para nós, o presente também. Neste sentido, o Standard Bank de Angola tem vindo a promover a digitalização dos seus processos e procedimentos e a modernização dos seus sistemas.

A inovação e transformação digital do Banco é uma das nossas maiores preocupações, tendo sempre como propósito tornar a nossa Organização mais eficiente, ágil, segura e mais capaz de disponibilizar um serviço de excelência aos nossos Clientes.

Visão Geral

2021 será marcado pela nossa adaptação contínua ao contexto actual de pandemia. Encaramos essa nova realidade com a mesma energia e vontade de transformar a Organização, visando sempre melhorar os nossos serviços. Temos um programa ambicioso em curso, alinhado ao nosso objectivo de digitalizar os nossos serviços e de aposta na simplificação do nosso parque tecnológico.

Para tal, entendemos existir a necessidade de se apostar na engenharia de novas soluções, e na simplificação dos nossos processos de *Back-Office*. É com base nesta necessidade, que criámos a mais recente Direção de Engenharia que servirá de suporte às áreas de negócio, e que irá compreender áreas chave, como o IT e as Operações.

Vemos nesta mudança um veículo para:

- Acelerar a execução da nossa estratégia;
- simplificar o nosso *back-office*;
- aumentar a eficiência dos processos;
- e prepara-nos para um futuro centrado no modelo de plataformas.

A aposta no investimento tecnológico é também parte integral deste processo, e em 2021 não será diferente no que concerne à introdução de ferramentas para digitalizar processos internos e os nossos serviços.

O BANCO AMBICIOSA

- 01 | Conduzir a Transformação Digital através da digitalização do core para melhor a eficiência operacional e a experiência do Cliente e dos Colaboradores;
- 02 | Diversificar os produtos do Banco, investindo em novos serviços disruptivos, mais evoluídos que os serviços oferecidos na Banca tradicional, de forma a aumentar a probabilidade de retenção dos Clientes;
- 03 | Criar serviços de banca diferenciadores e disruptivos, integrando diferentes players no mercado, para fornecer aos Clientes serviços *end-to-end* num ecossistema único.

OBJECTIVOS DIGITAIS

- 01 | **Digitalização core:** repensar os processos actuais do Banco, aproveitando a evolução da tecnologia, a fim de otimizar, simplificar, e promover a sua automatização, para aumentar a eficiência e desempenho do Banco.
- 02 | **Experiência digital:** reinventar a experiência do nosso Cliente, tornando-a mais intuitiva, rápida e simples, resolvendo os problemas existentes e oferecendo serviços que vão além da oferta da banca tradicional.
- 03 | **Inovação:** criar uma estrutura de inovação que promova a pesquisa de propostas de valor inovadoras e modelos de serviço disruptivos, desafiando os modelos de negócio tradicionais.

BASES FUNDACIONAIS

- 01 | **Arquitectura simplificada:** desenhar e implementar a arquitectura dos sistemas de nova geração, de modo a facilitar a operação do IT e a entrega ágil dos pontos de melhoria identificados, através de soluções baseadas na cloud, expostas através de *Application Programming Interfaces* (APIs).
- 02 | **Big data:** alavancar a operação do IT em soluções avançadas de *analytics* que trabalham com grandes volumes de dados recolhidos internamente, externamente ou de novas fontes de informação.
- 03 | **ADN digital:** aproveitar a cultura de transformação digital que se vive no Standard Bank de Angola e a experiência dos últimos anos para alavancar eficientemente os objectivos digitais.

Infra-estruturas e Tecnologia

Demos continuidade ao programa de digitalização e simplificação das infra-estruturas, tendo sido atingido outro marco: fizemos uma conversão da nossa base de dados com recursos internos e em regime de trabalho remoto.

UM CORE BANCÁRIO MAIS ROBUSTO

Em 2021, o Standard Bank deu continuidade à implementação do pilar de Digitalização e Inovação da estratégia do Banco com o projecto de conversão da base de dados do sistema bancário core. O projecto teve como objectivo principal a conversão para uma arquitetura mais ágil e flexível, suportada por um motor de base de dados relacional que permitisse a integração com um reservatório de dados.

O projecto teve início em Setembro de 2020, tendo sido concluído, com sucesso, em Abril de 2021. **A sua implementação será a fundação para que projectos mais inovadores sejam cogitados**, tornando-se assim o alicerce da transformação do Banco para uma organização virada para Dados, e que os utilize como vantagem competitiva na melhoria do serviço ao Cliente.

Resumidamente, o projecto tem oferecido os seguintes benefícios:

- Tecnologia de base de dados relacional mais flexível e utilizada no ambiente corporativo, o que se traduz numa rede de suporte mais alargada;
- Aumento da escalabilidade e estabilidade;
- Criação de uma base para a introdução e uso de Inteligência Artificial;
- Processamento massivo de dados (*Big Data*) através da integração com outras soluções como o nosso Reservatório de Dados Corporativo (*Data Reservoir*);

GESTÃO DE DADOS

No seguimento da conversão da base de dados do nosso sistema core, o Banco encontra-se a trabalhar na replicação de dados em real-time do nosso core para nossa central de dados, o que irá permitir a actualização contínua de dados, e geração de insights em tempo útil.

Parte deste processo inclui também **a introdução de ferramentas que irão permitir ao Banco melhor entender as necessidades dos nossos Clientes**, através da utilização de dados em tempo útil, e a criação de perfis de Clientes com base no comportamento dos mesmos.

SIMPLIFICAÇÃO E AUTOMATIZAÇÃO

A consolidação dos nossos canais digitais é parte integral da nossa estratégia de simplificação e aumento da eficiência. Neste sentido, iremos descontinuar as soluções de E-Banking e Netplus em 2021, que darão lugar a mais nova plataforma digital – o SB24. Continuaremos a apostar no uso de novas ferramentas e tecnologias para reduzir a complexidade no Back-office, com especial foco na automatização de diversos processos.

Cibersegurança

Estamos cientes do aumento de incidentes a nível do país e estamos a reforçar os nossos controlos de forma a mitigar potenciais ataques. Demos continuidade ao nosso programa de Segurança Cibernética, com grande enfoque na gestão de acessos, tendo em conta o aumento de Colaboradores a trabalhar remotamente. Implementámos também uma solução que permite a actualização de patches de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.

Por outro lado, temos em curso diversos projectos dos quais constam a actualização da solução de recolha e análise de logs, assim como a melhoria dos controlos ao nível da rede do Banco.

A segurança dos nossos Clientes é a nossa principal preocupação e, à semelhança de anos anteriores, prevemos efectuar testes de penetração aos diversos canais em uso.

Pessoas

Novas formas de trabalhar (*Agile*)

A equipa de agentes da mudança continuou o programa de transformação cultural centrada na metodologia *Agile*, definido durante o primeiro semestre de 2021, com o objectivo de aumentar a adaptabilidade, inovação e competitividade no Banco. Já é visível a aplicação dos valores e práticas no processo de desenvolvimento de soluções no Banco, bem como, nas formas de trabalhar de diferentes Equipas dentro da Organização, havendo neste momento múltiplas áreas de negócio que utilizam esta nova forma de trabalhar para aumentar os níveis de colaboração e tornar o seu trabalho mais visível.

Adicionalmente, demos continuidade e amadurecemos o processo iniciado em 2019 de adopção do modelo de desenvolvimento e entrega de soluções do modelo *Agile* e *Scrum* escalável (SAFe – *Scaled Agile Framework*). De momento, todas as iniciativas de desenvolvimento no Banco utilizam este modelo, salvo raras excepções em que a solução a ser entregue se adequa melhor à gestão de projectos em cascata.

Em 2021, deu-se continuidade também ao programa de DevOps, que irá permitir aumentar a capacidade de resposta às mudanças com entregas de serviços rápidas e de alta qualidade, por meio de uma mudança de cultura e aumento do grau de automação nos *pipelines* de integração contínua/entrega contínua (CI/CD).

O que fizemos mais para os nossos Clientes?

A principal prioridade do Banco é permitir ao Cliente uma experiência única e personalizada, através da criação de soluções centradas nas suas necessidades e cada vez mais digitais, imaginando a sua experiência, antecipando as necessidades futuras, apostando na inclusão financeira e na digitalização.



Campanha associada a um concurso que oferece a possibilidade de ganhar vários prémios, desde uma viatura Toyota Avanza 0km, uma Samsung Smart TV Led de 49", um Tablet, um Iphone X 256GB, vários Vouchers para compras na rede de lojas Shoprite, Cartões Jovem e ainda como bónus, uma taxa de juro fantástica de 16,5%.



Chegou a nossa nova campanha “Já encontrou a galinha dos ovos de ouro?”. Promovemos agora o Depósito a Prazo RENDE MAIS, onde o Cliente ganha uma taxa de juros de 13% ao ano por 180 dias ou de 16% ao ano por 360, a partir de um investimento mínimo de 50.000Kz para Clientes Particulares e 5.000 000kz para PME.



Neste mês dedicado à todas as Mulheres em particular as Mulheres do Standard Bank, oferecemos um desconto de 10% na adesão do Seguro de Protecção Salarial.

Com este Seguro, pode reforçar a sua estabilidade económica e assim evitar surpresas num período de maior dificuldade.

Trata-se de um Seguro que faz todo o sentido actualmente, em que cada vez mais é difícil prever o futuro.



Estamos a trabalhar arduamente para entregar uma experiência digital excepcional aos nossos Clientes, desta forma, está disponível para actualização uma nova versão da SB24 para mobile (App Store ou Google Play).



Foi com muita satisfação que ocorreu o sorteio da Campanha de Natal, no qual pudemos contar com a presença de várias áreas do Banco e representantes do Instituto de supervisão de jogos (ISJ).

A entrega dos prémios foi efectuada no dia 4 de Junho de 2021.

Continuamos a trabalhar para ser um Banco cada vez mais focado no Cliente e esta iniciativa é mais um marco nesta jornada.



Chegou ao mercado o serviço de Agentes Bancários do Standard Bank. Os Agentes Bancários são instituições não financeiras que prestam serviços bancários nas suas instalações. Visite os nossos agentes autorizados no Arreio Nova Vida, Cacucos e Combatentes para fazer levantamentos, depósitos e consultas de saldo. Para tal só precisa de fornecer o seu número de conta e um número de telemóvel que tem registado no Banco.

Ponto Azul do Standard Bank. O seu Banco num Ponto próximo de si.

SWAIP&POUPA
Conta Poupança

Standard Bank

É POSSÍVEL / **POUPAR PARA O FUTURO DOS SEUS FILHOS**

Swaip & Poupa - Quer uma poupança segura

Agora é mais fácil poupar para garantir um futuro seguro para os seus filhos. Através da conta poupança Swaip & Poupa, poupa sempre que fizer um pagamento com o seu Cartão de Débito num Terminal de Pagamento Automático (TPA).

Active a sua conta Swaip & Poupa, define o valor que pretende poupar sempre que usar o seu cartão, entre 100, 500 ou 1000Kz e começa a poupar. É simples não é?



Segundo o estudo de mercado levado a cabo pela empresa de consultoria e pesquisa, Assertys, o Standard Bank de Angola foi pelo 2º ano consecutivo reconhecido como o Banco com a melhor qualidade de serviço em Angola.

Não poderíamos estar mais orgulhosos por este feito. O nosso foco é e será sempre a melhoria dos nossos serviços para que possamos ir ao encontro das diferentes necessidades dos nossos Clientes.

Continuamos dedicados em satisfazer as necessidades dos Clientes, apostando na excelência dos nossos serviços e na qualidade de produtos.

Em linha com os nossos objectivos, temos o prazer de informar que foi aberta ao público a Agência Sede, localizada precisamente no novo Edifício Sede.

Com uma área total de 150m², a nova agência conta com 5 postos de trabalho, 2 ATM's e 1 CDM (*Cash Deposit Machine*).

O referido espaço, irá ter uma forte componente digital com o intuito de fomentar a utilização de canais alternativos aos nossos Clientes. Será um laboratório, onde iremos realizar todas as nossas experiências de inovação digital.



Num mercado cada vez mais dinâmico em que as exigências dos Clientes são também mais significativas, o Standard Bank de Angola tem como prioridade garantir um serviço de excelência.

Informamos a abertura de uma nova Agência na Província de Cabinda.

Com uma área total de 100m², a nova Agência contará com 8 postos de trabalho, 1 Multicaixa e 1 CDM (*Cash Deposit Machine*).

4.2 Pessoas e Cultura

O SBA tem vindo a reforçar a sua posição competitiva no mercado financeiro, mais uma vez através da execução da sua estratégia de crescimento com foco na melhoria da qualidade de serviço prestado ao Cliente.



Pessoas e Cultura

Ainda que com um contexto económico extremamente desafiante, os resultados alcançados durante a primeira metade do ano de 2021 traduzem o sucesso do investimento do Banco nos seus Colaboradores.

Para tal, a Direcção de Pessoas e Cultura (DPC) desempenha um papel fundamental, através de um conjunto relevante de iniciativas que assumem como grande propósito melhorar os níveis de satisfação e motivação dos Colaboradores do Banco. Com efeito, só podemos crescer enquanto Organização, se caminharmos em conjunto para atingir esse objectivo.

A Direcção de Pessoas e Cultura tem como visão “ser a melhor organização para trabalhar” e assenta em 3 pilares estratégicos: desenvolver os Líderes do Futuro de Angola, ser uma Organização de aprendizagem constante e ágil, e ainda ter um DNA digital.

Desta forma, o foco do Banco está orientado para a promoção, crescimento e valorização dos seus Colaboradores, pretendendo que estes estejam capacitados e motivados para prestar o melhor serviço aos nossos Clientes internos e externos. O Banco recorre ao seu activo mais importante, os Colaboradores, para assegurar a excelência e qualidade do serviço.

Direcção de Pessoas e Cultura

A DPC do SBA é responsável pelo recrutamento, selecção e admissão do pessoal, bem como pela gestão do ciclo de vida dos Colaboradores do Banco.

Qualquer acção de recrutamento e conseqüente admissão, carece do total envolvimento e prévia aprovação desta Direcção. A DPC possui uma estratégia alinhada com a do Grupo Standard Bank, e ao longo do primeiro semestre de 2021 continuou a apoiar as unidades de negócio na prossecução dos seus objectivos. Na sua estratégia para 2021-2022, a DPC tem como prioridade o desenvolvimento de uma proposta de valor acrescentado para os Colaboradores, **assente em 3 pilares fundamentais.**

PRINCIPAIS RESPONSABILIDADES

- | | | | |
|----|---|----|--|
| 01 | Gerir o processo de recrutamento do SBA, nomeadamente, contratação de novos Colaboradores, gestão de mobilidades internas e gestão da saída de Colaboradores; | 03 | Gerir o processo de remuneração e benefícios, nomeadamente, processamento de salários e subsídios, e atribuição de benefícios aos Colaboradores; |
| 02 | Desenvolver e reter os Colaboradores do Banco, através da gestão da formação de Colaboradores, da gestão de talentos, da definição de planos para retenção e/ ou sucessão de Colaboradores; | 04 | Monitorizar o processo de avaliação de desempenho, revisão salarial e de atribuição de bónus aos Colaboradores. |

Pilares de Actuação 2021

No decorrer do primeiro semestre de 2021, revisitamos as prioridades estratégicas, para uma contínua aposta no desenvolvimento de uma equipa jovem e altamente qualificada, que assume a excelência no serviço aos nossos Clientes como principal objectivo.

De forma a manter a sua missão de apoiar o crescimento do Banco através da capacitação e desenvolvimento dos seus Colaboradores, **a Direcção de Pessoas e Cultura regeu-se pelas seguintes medidas:**



Ajudar na melhoria da organização do negócio, de forma a facilitar o trabalho dos nossos Colaboradores no serviço ao Cliente

- Garantir o foco nos pilares do futuro “*Future Ready Transformation*”, através do alinhamento da estrutura e das respetivas Unidades de Negócio;
- Recrutamento de especialistas nas áreas de *Talent Aquisition* e Formação;



Reforçar parcerias com os nossos líderes para acelerar o crescimento da Cultura Standard Bank

- Reduzir barreiras entre lideranças e linhas hierárquicas na gestão do Banco, promovendo acções de contacto entre ambas, onde possam servir de inspiração para todos os Colaboradores;
- Definição das prioridades a nível de competências para desenvolver as nossas Pessoas;
- Reforçar a importância e alinhamento da cultura corporativa, assim como das suas lideranças, mantendo o Cliente no centro da Cultura do Banco, com a criação da Culture & Leadership School;
- Implementação do Programa de Graduados, projeto que se subdividiu no Programa da Digitalização e Programa de Gestão e Negócio, com a integração de 11 recém graduados;
- Desenho do Programa Liderança no Feminino que irá contribuir para um ambiente de trabalho mais igualitário e preparado para o futuro;
- Implementação do Seminários trimestrais de Pessoas para Pessoas, criando uma maior proximidade com a Direcção do Pessoas e Cultura e trazendo temas transversais e de interesse relevante para todos;
- Continuidade ao programa Pakhama Coaching com o objetivo de fortalecer os nossos futuros líderes.



Considerar o Poder dos Dados para tomada de decisões

- Adopção de ferramentas de trabalho viradas para Cloud, permitiu ao SBA adaptar-se ao contexto de pandemia com facilidade e rapidez, promovendo uma cultura mais ágil e mais digital;
- Adopção da ferramenta “*Visier - Meaningful Workforce Insights*”;
- Foco no desenvolvimento de competências designadas “*Future Skills*”;
- Incentivar o uso de ferramentas mais digitais e tecnologicamente mais avançadas, com foco no desenvolvimento de plataformas de aprendizagem online;
- Implementação de *Masterclasses* sob temáticas de *Salesforce / Trailhead*.



Apoiar os nossos Colaboradores na construção de longas e relevantes carreiras alinhadas com as suas aspirações futuras

- Capacitar os Colaboradores com as ferramentas do futuro, melhorando as suas competências tanto na utilização de ferramentas mais digitais, como as competências humanas;
- Melhorar os programas de Indução e *Onboarding*, proporcionando oportunidades de crescimento e desenvolvimento para os novos e actuais Colaboradores;
- Continuidade do *Accelerate Program - Phase IV* garantindo melhor desenvolvimento das nossas pessoas nas áreas comerciais;
- Reforço da familiarização dos Colaboradores à utilização da plataforma “*Degreed*” – que integra diferentes soluções de formação e desenvolvimento.



Orientar os nossos Colaboradores para o melhor desempenho e ao Reconhecimento dos seus Sucessos

- Encorajar uma cultura de elevado desempenho, reconhecendo os sucessos e vitórias dos nossos Colaboradores;
- Desenvolver modelos de compensação, associados à performance dos Colaboradores, de forma a incentivar e reconhecer a melhoria de desempenho, com a implementação da ferramenta *My Performance*;
- Melhorar a qualidade de vida dos nossos Colaboradores, implementando uma política de Bem-Estar e um extenso programa de *Well being*.

Formação e Desenvolvimento

O sucesso do SBA depende da qualidade dos seus Colaboradores, especialmente os que se encontram em posições-chave. **Como tal, o SBA terá um foco no investimento à formação e desenvolvimento dos quadros para o ano de 2021, com o seguinte enquadramento:**

Propagação da cultura organizacional promovendo a criação da Culture & Leadership School com o objetivo de uniformizar comportamentos ajustados à nossa cultura, e ainda promover a excelência pessoal e interpessoal dos Colaboradores no desempenho das suas funções;

Formar os líderes com competências de gestão de equipas e de negócio, motivando-as a atingir os objetivos propostos e ainda uniformizar boas práticas de gestão e de negócio transparente, mobilizadoras e rigorosas;

Promoção de uma visão holística sobre as tendências do futuro das organizações, e da preparação das nossas pessoas para essa transformação, e ainda a capacitação em competências tecnológicas / inovadoras / digitais para o roadmap tecnológico do Grupo.

Sempre com visão para o que o Futuro nos espera, o Banco está centrado em preparar as suas pessoas para a expansão das competências, impulsionar a gestão dos talentos e promover o sentido de pertença ao Grupo. **No decorrer do 1º semestre de 2021 aconteceram as seguintes ações de formação:**

19

Acções de formação em sala

482

Acções de formação online

858

Horas de formação em sala

605

Colaboradores formados

Estratégia de Bem-Estar

De modo a alcançarmos o nosso *People Promise* e sermos o melhor lugar para trabalhar a nossa estratégia está assente em 4 pilares de Bem-Estar: emocional e mental, social, financeiro e físico.

O nosso plano de Bem-Estar engloba as seguintes vertentes:

- Abordagem holística com foco no bem-estar físico, mental, emocional e financeiro
 - Sessões para reforço de assuntos relacionados com a Saúde Mental
 - *Workshops/Webinars* sobre diversos temas relacionados com Bem-Estar (Gestão de Stress, Consciência Financeira, Gestão de Tempo, Síndrome de Burn out, entre outros)
- Aconselhamento e Suporte:
 - Programa de Apoio ao Colaborador
- Educação e intervenções proactivas de bem-estar destinadas ao reforço de comportamentos saudáveis
- Capacitação da Liderança: O objectivo destas sessões é capacitar os responsáveis de equipa na identificação e apoio das suas equipas em seus diversos problemas relacionados com o Bem-Estar
 - Construção de confiança dentro das equipas para que os Colaboradores se sintam conectados, respeitados e apoiados no trabalho.



Prioridades para o Ano de 2021

Alinhados à estratégia do Banco, a Direcção de Pessoas e Cultura está orientada para o desenvolvimento e implementação de iniciativas direccionadas para o Bem-Estar, Capacitação e adaptação aos três pilares estratégicos do Banco: Foco no Cliente, Pessoas e Cultura e Digitalização e Inovação.

Covid-19: Protegemos os Nossos Colaboradores

A segurança dos nossos Colaboradores é a nossa maior prioridade e, portanto, temos envidado todos os esforços no sentido de garantir o cumprimento das regras de Higiene, Segurança e Saúde no Trabalho. Sendo assim, e de forma a reduzir o risco de contágio entre os Colaboradores do Banco adoptámos as seguintes medidas:

- Redução da força de trabalho presencial
- Implementação de horários rotativos para diminuir a cadeia de contágio
- Criação de condições para a prestação de trabalho remoto por parte dos nossos Colaboradores
- Criação de uma aplicação que permite de uma forma eficaz, reportar o local de prestação de trabalho
- Instrução de registo diário de autoavaliação por parte de todos os Colaboradores que tenham de prestar trabalho presencial
- Distribuição de material de biossegurança para todos os Colaboradores (máscaras, gel desinfectante, luvas,...)
- Distribuição de kits individuais para aumento da imunidade
- Descontaminação quinzenal de todas as Instalações
- Medição da temperatura corporal de todos os Colaboradores que prestam trabalho presencial
- Disponibilização de formação sobre a propagação da Covid-19 e respectivas medidas de segurança
- Garantir o uso obrigatório de máscaras em todas as Instalações
- Garantir que o cumprimento do distanciamento social entre cada posto de trabalho está a ser respeitado
- Disponibilização de comunicados regulares sobre a actual situação do país e sobre medidas a serem implementadas em resposta à mesma.

Pessoas e Cultura em 2021

TOTAL DE COLABORADORES



COMITÉ DE GESTÃO

50% Homens 50% Mulheres



Entre 1 de Janeiro e 30 de Junho foram admitidos 9 Colaboradores para as áreas de Clientes Corporativos e Institucionais (*Wholesale*), Clientes Consumo e de Elevado Património (CHNW) e Áreas de Suporte.

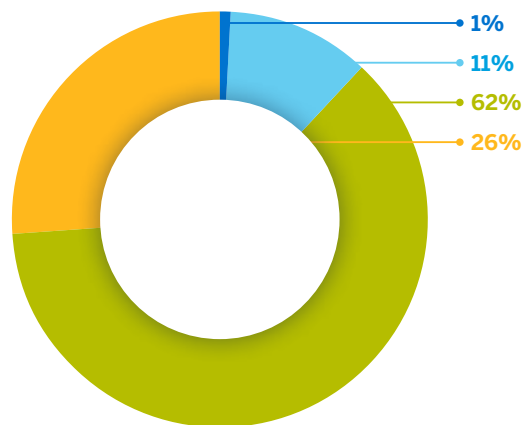
A nível de membros EXCO, no âmbito da iniciativa para equidade do gênero, até a data de 30 de Junho contamos com uma representatividade de 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.



No âmbito do processo de reestruturação a área de Negócio PBB é subdividida nas áreas independentes de Clientes Comerciais e de Negócios (*Business and Commercial Clients* ou BCC), Clientes Consumo e de Elevado Património (*Consumer High Net Worth* ou CHNW), e a área CIB passa a ser designada *Wholesale*.

FAIXA ETÁRIA

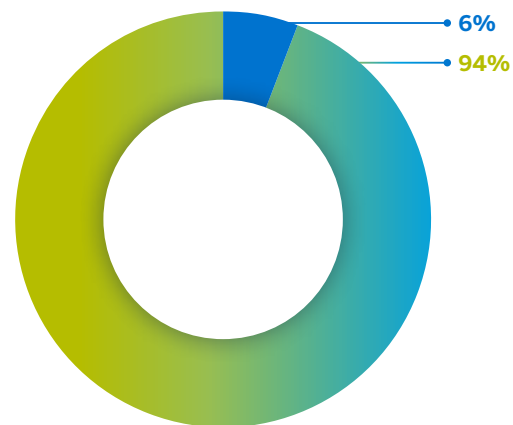
- <25 ANOS
- 25-29 ANOS
- 30-39 ANOS
- >= 40 ANOS



Das admissões realizadas entre 1 de Janeiro e 30 de Junho as faixas etárias variam entre 26 e 47 anos de idade.

NACIONALIDADE

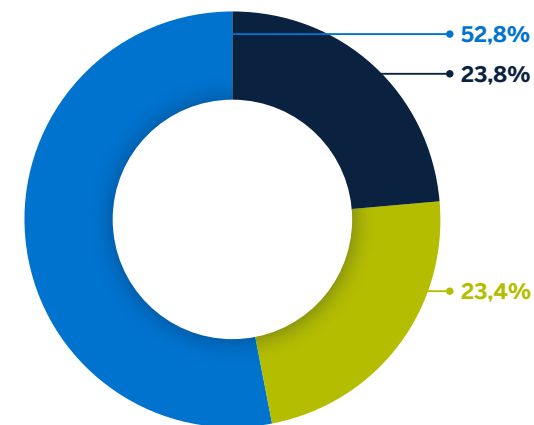
- ANGOLANA
- OUTRA



Das admissões realizadas entre 1 de Janeiro e 30 de Junho, 89% apresentam nacionalidade Angolana e 11% outras nacionalidades.

ANTIGUIDADE

- 0-3 ANOS
- 4-6 ANOS
- > 6 ANOS



NÍVEL DE ENSINO DOS COLABORADORES

- ENSINO MÉDIO
- LICENCIATURA
- BACHARELATO
- OUTROS

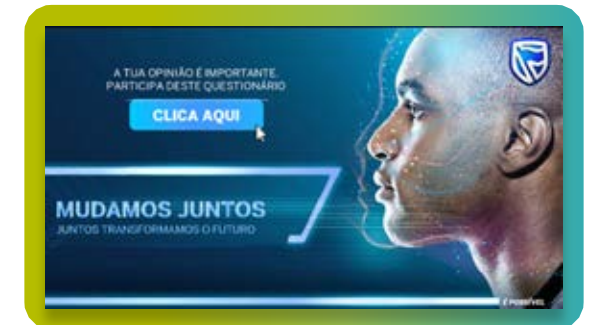
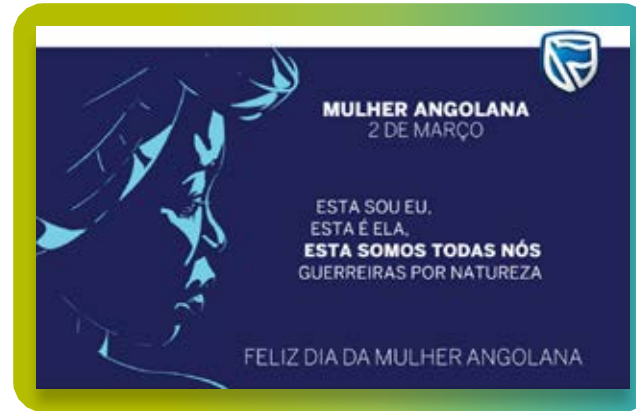


O que fizemos mais para os nossos Colaboradores?

Eventos para Colaboradores

A proximidade com as nossas pessoas é fundamental para a concretização dos nossos objectivos, assim apostamos na comunicação como forma a transmitir os nossos valores e para recordar as boas praticas sobre a gestão do Covid-19, também comunicamos sobre os nossos programas de bem-estar, webinars, Seminário Desafios e Cultura e concurso desenhos do Dia da Criança, fazem parte do nosso dia-a-dia.







Implementação do processo relacionado com a **transformação digital** que está a ser realizado no Banco



Estamos a trabalhar arduamente para sermos uma instituição verdadeiramente digital, mais humana, mais competitiva e mais voltada para o nosso propósito de mudar a vida das Pessoas sendo mais que um Banco.

Com este propósito bem presente, gostaríamos de convidar-vos a participar da 1ª sessão de Capacitação Financeira, projectada para ajudar-vos a pensar claramente sobre as vossas finanças e o vosso futuro com o objectivo de maximizar o potencial de realização dos vossos sonhos.

A 1ª Sessão de Capacitação Financeira será no dia 29 de Abril



Sessão realizada sobre **Desafios & Cultura** no âmbito do tema Equidade de Género.



Juntos pela vacina
É POSSÍVEL

Não fiques de fora do plano nacional de vacinação para os trabalhadores bancários. Junta-te a nós e partilha também a tua foto no nosso facebook interno ou envia para: marketingangola@standardbank.co.ao

#euleveivacina



FELIZ DIA MUNDIAL DA CRIANÇA
Concurso de Desenhos
O que significa o Standard Bank para o teu filho?

Concurso de desenho para os filhos dos Colaboradores mostrarem visualmente que ideia têm do Banco



"O trabalho é a ferramenta do sucesso"
Feliz Dia do Trabalhador
01 de Maio



Amor de Mãe
é o mais puro e sincero.
Feliz Dia da Mãe
02 de Maio
É POSSÍVEL



Feliz Dia de África
25 de Maio
"É Nosso o Solo Sagrado da Terra" Ulmeiro, 1978.
É POSSÍVEL

Vive a tradição e veste-te a rigor para celebrar o nosso dia! Publica a tua foto no facebook interno ou envia para o email: marketingangola@standardbank.co.ao. As três (3) fotos com o maior número de likes, terão direito a um voucher no valor de 25.000 Kz para o restaurante 'Okupuyuka' em Talatona.

Participa e celebra connosco!



Produção de um vídeo com a participação de alguns Colaboradores para promover e consolidar ainda mais a união interna no Banco.



Masterclass com o objectivo de informar o que é o Trailhead, como poderá encaixar-se nas funções actuais e futuras dos Colaboradores como também partilhar as melhores práticas.



4.3 Risco e Conduta

Enquanto Instituição Financeira de referência, em termos nacionais e internacionais, o Banco segue as melhores práticas de mercado e todas as nossas operações são orientadas pela solidez e confiança.



O nosso sistema de controlo interno

Mais que um banco, uma Relação de Confiança.

A solidez e sustentabilidade do SBA é garantida pelo alinhamento das melhores práticas nacionais e internacionais em matéria de controlo interno, que sinergicamente agregam um leque alargado de políticas, procedimentos e processos de controlo. A transparência do nosso modo de actuação reflecte-se no sentimento de confiança dos nossos Clientes.

Visão Geral

Nos últimos anos, o SBA tem vindo a realizar um investimento contínuo no sentido de desenvolver um Sistema de Controlo Interno robusto e eficiente que lhe permita assegurar a execução das suas operações a acrescentar efectivamente valor para os nossos Clientes.

Através do aumento da eficácia dos processos e procedimentos de controlo, o Banco tem reforçado a sua solidez financeira e aperfeiçoado o seu Sistema de Controlo Interno.

Actualmente, e em linha com a sua estratégia, o Banco encontra-se a investir na digitalização e automatização dos seus processos, no sentido de promover uma maior eficiência operacional. A título de exemplo, no âmbito do processo de auditoria interna, estão a ser feitos investimentos na formação de todos os Colaboradores da área de auditoria em matérias sobre análise de dados e realização de auditorias através de processos automatizados e sistemas avançados de análise de dados. A génese desta evolução está na base de um dos pilares estratégicos do Banco, a “Digitalização e Inovação”.

Tendo por objectivo gerir e mitigar potenciais riscos que possam surgir no decorrer da sua actividade, o Sistema de Controlo Interno do Banco encontra-se em conformidade com os princípios estabelecidos no Aviso n.º 2/13 do BNA (revogado pelo Aviso n.º 10/2021 mas que se este manterá em vigor até 31 de Dezembro de 2021), bem como alinhado com as melhores práticas internacionais de Sistemas de Controlo Interno e Governação Corporativa.

O Sistema de Controlo Interno do SBA é composto pelas funções que definem 3 linhas de defesa: i) Colaboradores, Direcções e Órgãos de Estrutura, ii) *Compliance* e Gestão de Risco e iii) Auditoria Interna. De uma forma articulada, estas estruturas identificam, avaliam, monitorizam e comunicam os potenciais riscos inerentes à actividade. Existem, mensalmente, reuniões de Combined Assurance de modo a coordenar as actividades das três linhas de defesa do Banco.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

A monitorização e avaliação contínua dos riscos e do ambiente do controlo interno das actividades, assegura que o Sistema de Controlo Interno do SBA esteja devidamente alinhado com as melhores práticas internacionais.

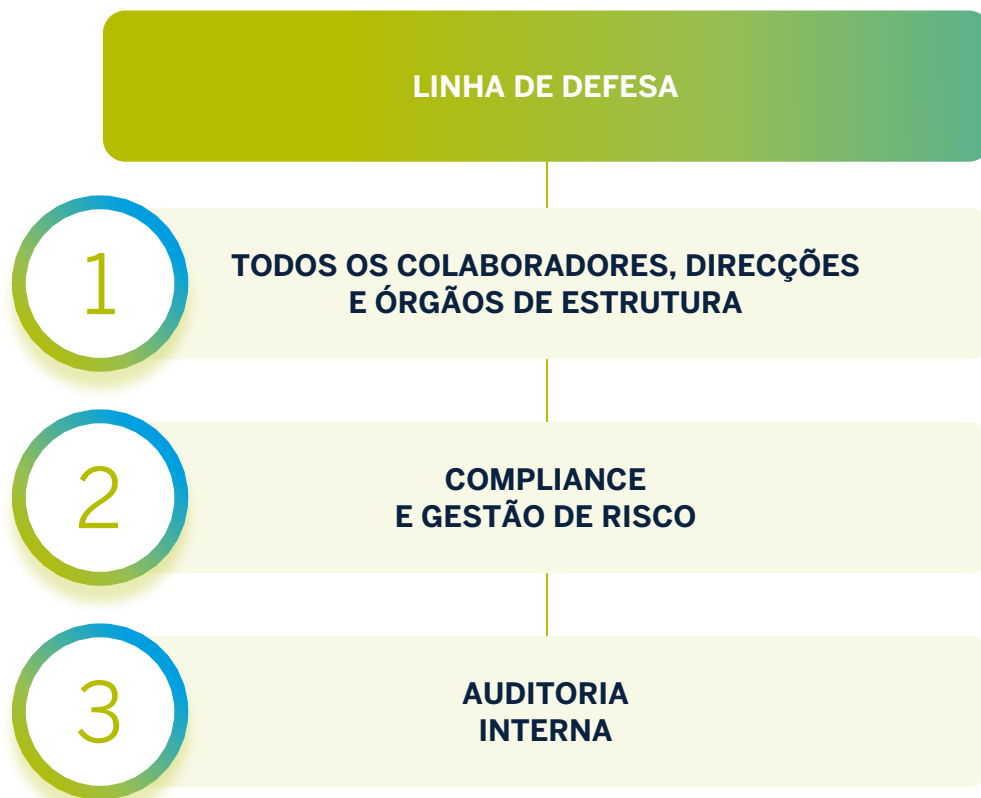


No primeiro semestre de 2021, o SBA deu continuidade à devida implementação e melhoria dos seus processos e políticas, no âmbito do seu Sistema de Controlo Interno, de modo a acompanhar o crescimento da actividade e assegurar o cumprimento dos objectivos estratégicos e operacionais, salvaguardando a segurança das suas operações.

SISTEMA DE CONTROLO INTERNO

Os processos e políticas implementados complementam as estratégias e Sistemas de Controlo Interno do SBA que, em conjunto:

- 01 | **Garantem o cumprimento das normas e regulamentos**
- 02 | **Protegem os activos do Banco**
- 03 | **Protegem os Clientes**
- 04 | **Previnem e detectam fraudes e erros**
- 05 | **Criam um sistema de reporte cada vez mais robusto**
- 06 | **Asseguram o registo contabilístico de todas as transacções, o que permite a preparação de demonstrações financeiras fidedignas**



As funções e respectivos reportes asseguram o desenvolvimento e a melhoria contínua das actividades no âmbito do Sistema de Controlo Interno, aumentando a eficácia do Banco na minimização de potenciais perdas decorrentes da existência de riscos.

Suportado por uma estrutura e cultura claras de controlo interno, o Sistema de Controlo Interno do SBA coloca em prática as actividades de gestão de riscos, de monitorização, comunicação e reporte, assegurando deste modo, a sustentabilidade da sua actividade, tendo por base uma melhoria permanente e contínua da sua prática.

Função de Auditoria Interna

A missão da função de Auditoria Interna consiste em fornecer uma garantia independente e objectiva sobre a adequação da governação e eficácia dos controlos implementados para a gestão e mitigação dos riscos associados à actividade do Banco, bem como prestar serviços de “consultoria” internos, com vista à introdução de melhorias e ganhos de eficiência nos processos e procedimentos em vigor.

A independência da função é garantida através do reporte directo ao Comité de Auditoria do Banco, que é dirigida por um Administrador Não Executivo (Presidente do Comité de Auditoria), complementado pelo reporte aos membros do Conselho de Administração, apenas para assuntos de natureza administrativa da área. Adicionalmente, a função de Auditoria Interna reporta igualmente à Auditoria Interna do Grupo Standard Bank, o qual tem a sede em Joanesburgo, África do Sul, para questões de natureza técnica e administrativa.

RESPONSABILIDADES DA FUNÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

RESPONSABILIDADES

Avaliar os processos de governação do Banco, incluindo os princípios de ética e conduta em vigor, com vista à salvaguarda de activos, protecção da reputação do Banco e sustentabilidade do negócio e da organização

Executar uma avaliação objectiva da efectividade da gestão do risco, do Sistema de Controlo Interno e da função de *Compliance*.

Verificar a existência de oportunidades de melhoria nos processos de governação e de gestão do risco

Analisar e avaliar de forma contínua os processos das áreas de negócio e seus procedimentos de controlo

PLANOS DE ACÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

- 01** | Foco nos principais riscos resultantes da avaliação anual de risco no País, alinhado com o risco do Grupo Standard Bank
- 02** | Com base na avaliação consolidada de cada risco, as áreas e processos que comportam riscos elevados são seleccionados para inclusão no plano de auditoria semestral/anual, assegurando que todos os processos críticos e/ ou aqueles identificados como de elevado risco, são avaliados com uma periodicidade mínima trianual
- 03** | Garantia de que o plano de auditoria do Banco está coordenado com o plano semestral/anual de auditoria do Grupo Standard Bank e com a estratégia de negócio, contribuindo para o esforço de cumprimento das metas estratégicas e garantindo que todos os desafios de Governança, Gestão de Risco e Controlo Interno associados são efectivos
- 04** | Garantir que o plano semestral/anual de auditoria segue um processo dinâmico e flexível de forma a endereçar novos negócios, processos e riscos emergentes, incluindo pedidos expressos decorrentes de preocupações específicas ou “consultoria” relativamente à robustez e adequação de processos ou procedimentos

Com o intuito de controlar o seu grau de implementação, apurar desvios e definir medidas correctivas quando necessário, a equipa de Auditoria Interna efectua o acompanhamento regular das acções acordadas para resolução das constatações identificadas no decorrer das várias acções de auditoria.

Face ao último semestre do ano de 2020, não se registou alterações na proporção de auditorias insatisfatórias, uma vez que no semestre anterior 33% das auditorias tiveram classificação insatisfatória e a mesma proporção registou-se no primeiro semestre do corrente ano. Acresce referir em termos de cultura de risco, registou-se um aumento das auditorias com classificação de cultura de risco proactiva, tendo se verificado que 83% dos relatórios emitidos no primeiro semestre de 2021 tiveram cultura de risco proactiva, contra os 67% registados no último semestre de 2020.

De realçar que até 30 de Junho de 2021, o Banco encerrou 46 acções de melhoria a processos acordadas, contra 53 que foram encerradas no último semestre de 2021 sendo que para 2020 foram no total 131. As iniciativas que contribuíram para que não se tenha registado nenhuma acção acordada vencida a 30 de Junho de 2021 incluem o enorme foco da Gestão na conclusão da implementação de todas as acções e recomendações definidas, a maturidade do Combined Assurance, as sessões de conscientização conduzidas pelo Combined Assurance e as sessões de promoção de uma “cultura de risco” realizadas em todo o Banco.

ACÇÕES DE ACOMPANHAMENTO

67%

das auditorias realizadas no primeiro semestre de 2021 foram satisfatórias, contra 67% de auditorias satisfatórias realizadas no último semestre de 2020.

3

Auditorias realizadas até 30 de Junho de 2021, contra 6 realizadas no último semestre de 2020, sendo que em 2020 foram realizadas 9 auditorias.

6

Auditorias a realizar no último semestre de 2021.

46

Auditorias a realizar no último semestre de 2021.

Função de Gestão de Risco

A função de Gestão de Risco, enquanto linha secundária de defesa, tem como objectivo garantir uma gestão transversal e integrada dos vários riscos que existem no Banco. O principal propósito do SBA é minimizar o impacto dos vários eventos, quer de natureza interna, quer externa. O SBA monitoriza também os riscos correntes da sua actividade e também outros que possam surgir. A função de Gestão de Risco também é responsável pela definição do apetite pelo risco, assim como garantir que o framework de gestão, as suas políticas e standards estão a ser cumpridos.

De acordo com a sua estrutura actual, a Direcção de Risco tem sob sua alçada directa os Riscos de Crédito, Mercado, Liquidez e Operacional (incluindo Gestão de Continuidade de Negócios; Risco de Informação; Gestão de Coberturas – Garantias e Seguros; Risco de *Compliance* e Risco de Fraude). O Risco de Conduta tem vindo a crescer de importância e o SBA encontra-se a implementar processos e procedimentos para gerir este tipo de risco, de forma mais eficiente. A função de Gestão de Riscos é apoiada por um conjunto de Comitês, os quais supervisionam os riscos a que o Banco se encontra exposto, nomeadamente, o Comité de Activos e Passivos, Comité de Gestão de Risco de Crédito e o Comité de Gestão de Risco.

Ainda assim, a Direcção de Risco tem autoridade para intervir em operações, projectos ou decisões, onde exista potencial risco financeiro ou outro. Desta forma, a função de Gestão de Risco é um membro activo e obrigatório nos Comitês que reportam à Comissão Executiva e ao Conselho de Administração.

RESPONSABILIDADES

A função de Gestão de Risco define a estrutura de gestão de risco do Banco, bem como as políticas subjacentes, aprovando os riscos assumidos e proporcionando uma visão objectiva e completa da eficácia da gestão de risco à primeira linha de defesa. As principais responsabilidades da função são:

- Elaborar/ recolher modelos, metodologias, dados e informação, interna e externa a servir de suporte à tomada de decisão e avaliação de risco;
- Aconselhar as unidades de negócio e o Conselho de Administração em relação a políticas e práticas de gestão de risco a adoptar;
- Definir indicadores chave e limites prudenciais para cada tipo de risco;
- Realizar mensurações periódicas dos diversos riscos do Banco, tanto numa perspectiva quantitativa como qualitativa;
- Realizar testes de stress de forma a determinar a resiliência do Banco;
- Identificar debilidades no modelo de gestão de risco e formular e implementar as respectivas medidas correctivas;
- Documentar os processos associados à sua intervenção;
- Monitorizar o cumprimento dos limites definidos para os diversos riscos, bem como a efectivação do modelo de gestão de risco;
- Comunicar transversalmente o perfil de risco assumido, incluindo os riscos mais emergentes e respectivas acções de mitigação;
- Elaborar documentos periódicos referentes ao perfil de risco e ao modelo de gestão de risco.

Função de *Compliance*

A Função de *Compliance* é independente e autónoma, emite relatórios sobre o estado de Gestão de Riscos de *Compliance* para os vários Comités.

Esta função reporta a quatro níveis, nomeadamente, (i) à Comissão Executiva, através da apresentação de relatórios mensais de actividade; (ii) ao Comité de Gestão de Risco, através da apresentação de relatórios mensais; (iii) ao Conselho de Administração, através da apresentação do relatório trimestral de actividades, destinados aos Comités de Auditoria e Risco, ambos subcomités do Conselho de Administração; e iv) ao *Compliance* do Grupo Standard Bank.

A Função de *Compliance* do SBA é organizada de acordo com as disposições e requisitos legais espelhados nos Avisos n. o1/13, n.o 2/13 (revogados pelo Aviso n.o10/2021 mas que se manterão em vigor até 31 de Dezembro de 2021) e Aviso n.o 14/20 do BNA. O SBA opera uma Função de *Compliance* “híbrida”, a qual incorpora funções centrais e funções das linhas de negócios. Dentro do seu Mandato foi concedida a autoridade para intervir em qualquer operação/projecto onde exista razão para acreditar que há uma violação de requisitos legais ou regulamentares, ou incumprimento das políticas internas. Para o efeito, a Função de *Compliance* tem acesso ilimitado a todos os Colaboradores do Banco e aos registos razoavelmente necessários para suportarem a sua função.



RESPONSABILIDADES

- Estabelecer e manter um registo permanente e actualizado dos normativos internos e externos a que o Banco esteja sujeito, com identificação dos responsáveis pelo seu cumprimento e, de forma oportuna, reportar o não cumprimento com as leis e regulamentos ou requisitos de supervisão à Comissão Executiva, Comité de Gestão de Risco, Comité de Auditoria e Conselho de Administração;
- Exigir que os requisitos regulatórios relevantes sejam incorporados nos manuais de procedimentos operacionais;
- Garantir, na medida do possível, que não existe qualquer conflito de interesse com/entre outras funções de controlo interno;
- Ser responsável por estabelecer uma cultura de *compliance* no Banco, a qual contribui para o objectivo geral de gestão prudente de riscos do Banco;
- Avaliar os processos de prevenção e detecção de actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, assim como assegurar as comunicações legalmente devidas neste âmbito com as autoridades competentes, designadamente, Unidade de Informação Financeira (“UIF”);
- Garantir que é adoptada uma abordagem baseada nos riscos na avaliação do perfil de riscos de *compliance* do Banco;
- Garantir que os Colaboradores do Departamento de *Compliance* e do Banco recebem formação contínua, a fim de garantir que possuem conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem com o quadro regulamentar aplicável ao Banco, bem como os riscos a que o Banco está exposto face ao que se segue:
 - Vigilância no âmbito de Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento ao Terrorismo e da Proliferação de Arma de Destruição em Massa;
 - Conduta de Mercado;
 - Gestão de Conflito de Interesses;
 - Privacidade de Dados;
 - Monitorização de Rotina.

Com o objectivo de corresponder às exigências do BNA e restantes entidades reguladoras, no que diz respeito à implementação de uma cultura de *Compliance*, o SBA continua a apostar numa abordagem de tolerância zero, por um lado, à não adesão a formações obrigatórias de *Compliance*, assim como, ao não cumprimento de políticas e procedimentos.

O Banco governa-se por uma cultura de *Compliance* e a sua implementação e gestão são visíveis através de acções de formação/sensibilização e políticas/procedimentos internos.

FUNÇÃO REGULATÓRIA E DE ACONSELHAMENTO

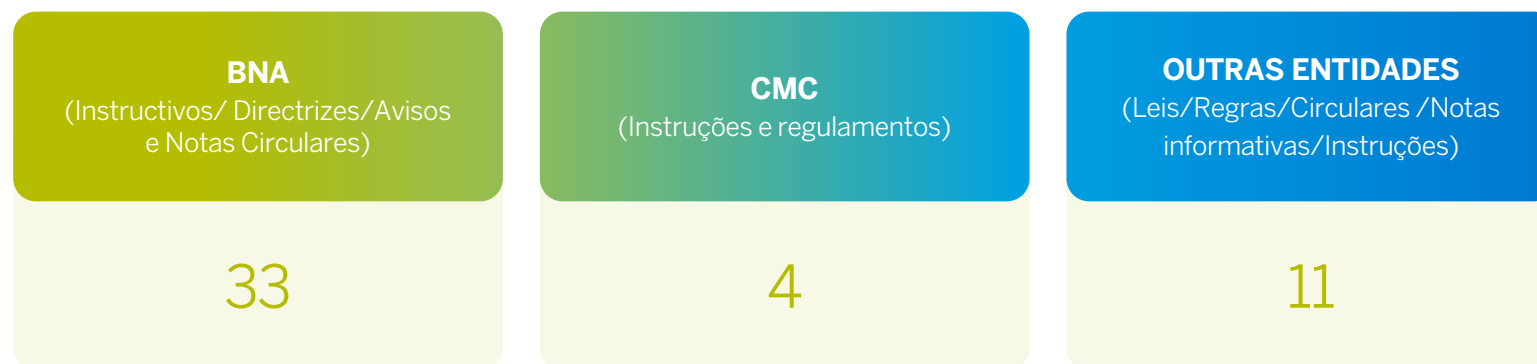
A Função Regulatória e de Aconselhamento tem como principais responsabilidades:

- Proceder ao acompanhamento de respostas e processos junto das entidades reguladoras, nomeadamente, Banco Nacional de Angola, Comissão de Mercado de Capitais, Agência Angolana de Regulação e Supervisão de Seguros, Autoridade Reguladora da Concorrência e Agência de Protecção de Dados;
- Garantir a sensibilização, actualização e o desenvolvimento da nova legislação com impacto nas actividades do Banco;
- Gerir o universo regulatório (e o respectivo *compliance*) e o plano de gestão de risco de *compliance* das áreas do Banco e verificar a implementação dos controlos e o cumprimento das normas internas e de toda a legislação em vigor, imprescindível e de alto risco;
- Garantir o cumprimento das regras sobre (i) privacidade de dados, (ii) conflito de interesses, (iii) interesses comerciais externos, (iv) transacções pessoais, (v) abuso de mercado e todas as políticas inerentes à função de *Compliance* aprovadas e publicadas;
- Garantir a protecção da confidencialidade das informações dos Clientes;
- Garantir os direitos de defesa do consumidor;
- Ministras formações internas em relação às políticas de *Compliance* consideradas de alto risco;
- Prestar aconselhamento regulatório às Unidades de Negócios e áreas de suporte;
- Garantir a adequação (customização) das políticas à legislação em vigor;
- Proceder à Análise de Impacto de Privacidade e Protecção de Dados.

ALERTA LEGISLATIVO

O alerta legislativo consiste na divulgação interna da publicação de um novo regulamento com relevância para a actividade do Banco. Tem por objectivo dar a conhecer as novas regras decorrentes da entrada em vigor do regulamento, uma vez que permite aos Colaboradores conhecer os respectivos conteúdos e os impactos que pode ter nas suas áreas e passar a criar mecanismos de controlo para garantir o cumprimento das obrigações. Normalmente, contém um resumo das principais disposições do regulamento.

A tabela abaixo fornece informações sobre o número de regulamentos emitidos por Órgãos Reguladores durante o ano de 2021 que têm impacto no Banco:



FUNÇÃO DE MONITORIZAÇÃO

O Aviso n.º 2/13 do BNA sobre o Sistema de Controlo Interno define, entre outras responsabilidades, que compete à função de *Compliance*:

a) estabelecer processos de detecção e avaliação do risco decorrente do incumprimento das obrigações legais e deveres da Instituição, bem como corrigir as deficiências detectadas. Neste contexto, a monitorização é um elemento fundamental da gestão do risco de *Compliance*, devendo ser efectuadas revisões periódicas para garantir que o SBA cumpre de forma adequada os requisitos legais e internos.

Assim, a área de Monitorização da Direcção de *Compliance* é responsável por conduzir as actividades de monitorização de acordo com os riscos identificados. Essas actividades de monitorização incluem 3 tipos de análises:

- Revisões de rotina - É o trabalho realizado de forma contínua e envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, à legislação, políticas, regras e padrões aplicáveis. O âmbito dessas actividades de monitorização e teste garante que o Banco assegure continuamente os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:
 - Conclusão de formações de *Compliance* por todos os Colaboradores;
 - Declaração de contas de negociação pessoal dos Colaboradores para garantir que a negociação excessiva seja limitada e os conflitos de interesse evitados;
 - Registos e processos de “presentes” e “entretenimento”;
 - Declaração de interesses comerciais externos.
- Revisões profundas - Estas revisões planeadas concentram-se em testar a adequação e eficácia dos controlos para garantir a aderência à legislação, regras, políticas e padrões aplicáveis. Os controlos devem ser suficientes para mitigar o risco.
- Revisões ad hoc - revisões ad hoc são específicas, as quais podem surgir como resultado de eventos que podem ser internos (violação material, novas ou acrescidas iniciativas de negócio, perda de pessoal, por exemplo) ou externos (áreas de nova preocupação regulatória, preocupações/foco da gestão, incluindo acções sancionatórias). Essas revisões não são planeadas e precisam ser consideradas com base na capacidade de resposta e prioridade.





REVISÕES PROFUNDAS

Durante os primeiros 6 meses de 2021 a área de Monitorização de *Compliance*, esteve envolvida na condução e/ou finalização de 3 acções de monitorização:

- Monitorização de KYC – esta monitorização teve o seu início no último semestre de 2020 tendo se estendido até ao primeiro trimestre de 2021, ela foi conduzida em conjunto com a área de Controlo Interno, tendo o seu relatório sido emitido como sendo uma acção de monitorização conjunta (Combined Assurance Monitoring);
- Monitorização do Instrutivo 13/2018 (Regras de Prevenção ao Branqueamento de Capitais e do Financiamento ao Terrorismo ns operações de comércio internacional) – esta monitorização teve início em Dezembro de 2020 e foi executada como sendo uma acção de monitorização conjunta (Combined Assurance Monitoring), tendo sido efectuada com a área de monitorização da Direcção de Controlo Cambial;
- Monitorização do Aviso 1/2013 (Governança Corporativa) – esta monitorização teve início em Dezembro de 2020 e foi executada exclusivamente pela equipa de monitorização de *compliance*.

MONITORIZAÇÃO DE ROTINA

1

CONCLUSÃO DA FORMAÇÃO POR TODOS OS COLABORADORES

No primeiro semestre de 2021, o *Compliance* foi mantendo o método de “ligação” com as várias áreas do Banco, com emissão de relatórios bimensais para as unidades de negócio e para as áreas com maior número de Colaboradores e, consequentemente, com maior probabilidade de ter alguém com formação pendente ou incompleta. Com efeito, a taxa média geral de conclusão das formações obrigatórias de *Compliance* foi de 95%, estando no nível mínimo de competência exigido.

2

INTERESSES COMERCIAIS EXTERNOS

A Política de Interesses Comerciais Externos estabelece que os todos os Colaboradores devem proceder pelo menos uma vez por ano à revisão dos seus interesses comerciais externos, devendo fazê-lo até ao dia 31 de Março de cada ano. Desta forma, o *Compliance* esteve envolvido, durante os primeiros 3 meses de 2021, numa campanha de sensibilização e monitorização para auxiliar e garantir que todos os Colaboradores do Banco cumprissem com o requisito. Estas acções resultaram numa taxa de cumprimento de 99%, ou seja, 99% dos Colaboradores do Banco procederam a revisão e declaração dos seus interesses comerciais externos dentro do prazo definido. As acções de monitorização das declarações de interesses comerciais externos continuam tendo fechado o primeiro semestre de 2021 com uma taxa de 99%.

3

PRESENTES E ENTRETENIMENTO

As estatísticas dos anos anteriores mostram que a maioria das declarações de “Presentes” ocorre em Dezembro e Janeiro e no resto do ano são principalmente submetidas declarações de “Entretenimento”. A área de Monitorização de *Compliance* reforçou a necessidade de cumprimento deste requisito, através dos relatórios bimensais enviados para as áreas de negócio e de suporte. Foi, no entanto, identificada a necessidade de reforço da formação sobre a utilização do novo aplicativo implementado para este efeito, acção que deverá ser implementada durante o segundo semestre de 2021.

4

NEGOCIAÇÃO DE CONTAS PESSOAIS

A mesma acção táctica utilizada para as declarações de interesses comerciais externos foi utilizada para a declaração das contas de negociação pessoal, tendo resultado numa melhoria significativa do número de declarações durante o primeiro semestre de 2021. Neste período a taxa de declarações efectuadas estabeleceu-se em 98%. Contudo, existem melhorias em que o *Compliance* ainda deverá trabalhar, como por exemplo na melhoria da apresentação de relatórios regulares por parte dos Colaboradores que declararam possuir contas de negociação pessoal, de acordo com o tipo de conta declarada.

COMBATE AO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS, FINANCIAMENTO DO TERRORISMO E PROLIFERAÇÃO DE ARMA DE DISTRIBUIÇÃO EM MASSA

A Lei n.º 5/20, de 27 de Janeiro, estabelece que as instituições financeiras devem adoptar e implementar medidas para prevenir e detectar actividades criminosas, incluindo a prevenção do branqueamento de capitais, do financiamento do terrorismo e da proliferação de armas de destruição em massa, bem como, assegurar as comunicações com as autoridades competentes, em particular a Unidade de Informação Financeira (“UIF”).

A Direcção do *Compliance* tem uma área funcional específica, que trata dos assuntos ligados à Prevenção e Combate ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e Proliferação de Armas de Destruição em Massa (BC/FT/PADM), cujas responsabilidades incluem, mas não se limitam a: esteve envolvida na condução e/ou finalização de 3 acções de monitorização:

- Assegurar a adopção de uma abordagem baseada no risco, na avaliação do perfil de risco de conformidade do Banco;
- Assegurar que os Colaboradores do Banco recebem formação contínua e que possuem os conhecimentos técnicos adequados, compreendem e cumprem o quadro regulamentar aplicável ao Banco, para melhor prevenir e combater o BC/FT/PADM a que o Banco está exposto;
- Fornecer direcção/orientação estratégica, governação e supervisão às respectivas unidades de negócio em todos os assuntos relacionados com a Prevenção do BC/FT/PADM e Sanções;
- Aconselhamento especializado em matéria de Prevenção do BC/FT/PADM e Sanções para todos os funcionários bancários;
- Gestão eficaz de uma equipa dinâmica de analistas com foco predominante na análise de Clientes e pagamentos, funções de inquérito, actividade suspeita, risco de reputação, sanções e aconselhamento empresarial sobre riscos associados a potenciais Clientes antes do estabelecimento de qualquer relação comercial ou de negócio;
- Implementar processos e procedimentos adequados por forma a gerir e investigar alertas de branqueamento de capitais, financiamento ao terrorismo, sanções e PEP's.

GESTÃO DO RISCO DE BC/FT/PADM

a) *Know Your Customer* (KYC)

O SBA tem implementada uma política rigorosa de KYC, que abrange o conhecimento do Cliente, da sua actividade e da origem dos respectivos fundos. Para além de ser uma medida eficaz de combate às actividades de BC/FT/PADM, permite também ao Banco entender as obrigações e necessidades gerais dos seus Clientes.

O principal objectivo consiste em assegurar que todos os Clientes com os quais o SBA estabelece uma relação de negócio são devidamente identificados e sujeitos a revisões periódicas com base no risco, cumprindo com as obrigações regulamentares estabelecidas.

b) Clientes de Alto Risco Submetidos ao Comité no Primeiro Semestre de 2021

A fim de gerir o risco de BC/FT/PADM, o Conselho de Administração aprovou a composição do Comité de Alto Risco que tem o mandato de decidir sobre o início, manutenção e cessação das relações com Clientes de alto risco “A (Risco Alto) e P (Risco PEP)”, à luz da análise de risco que o seu perfil representa para o Banco. Nestes termos, este Comité, no acto de avaliação, tem a prerrogativa não só de decidir o início, encerramento e/ ou manutenção da relação de negócio com determinado perfil de Cliente, bem como, solicitar a revisão de processos e procedimentos afectos ao perfil de Clientes de alto risco, analisando e propondo alterações às políticas existentes, e sistemas em uso.

A tabela abaixo ilustra o número de Clientes submetidos ao Comité de Alto Risco para aprovação:

SECTOR	CLIENTE NOVO	MANUTENÇÃO DA RELAÇÃO	APROVADOS	PENDENTES DE AVALIAÇÃO ADICIONAL
Banca de Particulares	3	15	15	3
Banca de Pequenas Empresas	27	34	50	11
Banca de Grandes Empresas	12	64	55	21

SISTEMAS OPERACIONAIS DE PREVENÇÃO DE BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E FINANCIAMENTO AO TERRORISMO

Ao longo dos anos o Banco tem vindo a apostar na optimização de sistemas operacionais de suporte ao BC/FT/PADM, assegurando a filtragem e monitorização contínua da actividade transaccional e do comportamento dos Clientes do Banco. Neste sentido, estes sistemas de monitorização identificam, com base em parâmetros e cenários de risco pré-definidos, pessoas, entidades, transacções e comportamentos potencialmente suspeitos, possibilitando uma atempada e efectiva detecção de actividades e transacções que possam configurar a prática de BC/ FT/PADM.

a) Monitorização de Transacções de Clientes

No período em referência o Banco identificou, com base na ferramenta de monitorização de transacções, denominada *Nice Actimize*, um total de 3 473 alertas de transacções, das quais 3 174 foram encerradas como não suspeitas e 183 encerradas como suspeitas, que obrigou à validação das transacções por parte da Direcção de *Compliance* para uma tomada de decisão e as 116 transacções no final do primeiro semestre de 2021 encontravam-se em análise por parte equipa.

Acresce ao exposto 388 alertas suspeitos relacionados com sanções e 1 025 alertas identificados como Pessoas Politicamente Expostas (PEPs).

b) Comunicações à Unidade de Informação Financeira

De acordo com a legislação sobre a BC/FT/PADM, no âmbito da obrigação de reporte, o Banco identificou e comunicou à UIF 4 767 transacções de numerário, bem como 45 operações suspeitas de estarem relacionadas com práticas de branqueamento de capitais, essencialmente, por execução de transacções fora do perfil financeiro inicialmente declarado pelos Clientes.

Listas Internacionais de Sanções e PEP

O SBA, bem como o Grupo Standard Bank, reconhecem o regime de sanções e efectuam uma monitorização contínua - *Customer Due Diligence* - através dos seus sistemas, tanto a nível de pagamentos, como nos seus processos de abertura de conta. Para execução do processo, são reconhecidas as seguintes listas internacionais de rastreio de entidades sancionadas:

- HMT: *Her Majesty's Treasury* (UK)
- EU: *European Union*
- OFAC: *Office of Foreign Assets Control* (US)
- UNSC: *United Nations Security Council*
- MINEFI: *French Ministry of Economics, Finances and Industry*

Este reconhecimento não afasta a inclusão e reconhecimento de outra lista que o Estado Angolano venha a considerar, nem o facto de o SBA ter em consideração a lista de PEPs locais aquando das suas avaliações.

POLÍTICAS E MANUAIS

De forma a garantir a eficácia legalmente exigida, a função de *Compliance* possui um conjunto de políticas, procedimentos e processos para a gestão e mitigação do risco de *Compliance*.

- Política de Conflito de Interesses
- Política de Interesses Comerciais Externos
- Transacções a Título Pessoal
- Política de Presentes e Entretenimentos
- Política de Informação Estritamente Necessária
- Política Barreiras de Informação
- Política de Controlo de Sanções Financeiras e de Financiamento contra o Terrorismo
- Abuso de Mercado
- Processo Safewatch
- Política de Prevenção à Facilitação da Evasão Fiscal
- Política Anti-Suborno e Corrupção
- Matriz de Risco de *Compliance* para CBC/FT
- Processo de Aprovação de KYC
- Política de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Normas sobre Sanções Financeiras e Combate ao Financiamento do Terrorismo
- Normas Mínimas para Estabelecimento de Relação com Bancos Correspondentes
- Processo de Reporte de Operações Suspeitas
- Processo de Reporte de Declaração de Transacções em Numerário
- Procedimento de Restrições de Contas e Congelamento de Fundos
- Procedimento para Tratamento de Solicitação de Informação de Bancos Correspondentes.
- Manual de Diligência Reforçada de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo - CBC/FT
- Estrutura de Abordagem Baseada no Risco de Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo
- Normas de Monitorização de Transacções Suspeitas

- Manual da Metodologia do Universo do Risco de *Compliance* Regulatório e Plano de
- Gestão do Risco de *Compliance*
- Normas Operacionais de Privacidade de Dados Política Lista de Observação e Lista Restrita
- Política Anti-Suborno e Corrupção
- Política de Comunicação da Sala de Negociações
- Política do Risco de Conduta
- Política de Negociação de Conta Pessoal
- Política de Anti-Concorrência
- Manual de Concorrência
- Normas de Governação da Gestão de Risco de *Compliance*

INVESTIGAÇÃO E RISCO DE FRAUDE

Integrada na equipa de *Compliance* desde Setembro de 2020, a Unidade de Investigação e Risco de Fraude (IFR) tem aproveitado esta oportunidade para estabelecer sinergias com as restantes áreas de *Compliance*, de forma a apresentar em 2021 uma nova dinâmica no âmbito da gestão de risco de fraude, com foco principal em continuar a servir os nossos stakeholders com excelência.

Investigações

Em termos de incidentes de fraude, até final de Junho de 2021, foram reportados à equipa da IFR em Angola incidentes no valor de Kwanzas 50 Milhões, resultantes principalmente de reclamações relacionadas com fraudes com cartões de débito em que as transacções não foram reconhecidas pelos nossos Clientes. Em 2021, o Banco não incorreu em nenhuma perda operacional até o momento.

Prevenção e Sensibilização

O primeiro semestre de 2021 foi importante para consolidar a nossa estratégia de gestão de risco de fraude. Alinhada ao plano anual de *Compliance*, a equipa de IFR conseguiu concluir 3 exercícios de investigação proactiva onde foram realizadas análises de tendências e testes de detalhe de forma a prevenir o risco de fraude. De igual forma, foi também possível estabelecer um acordo com a equipa de Marketing para o desenvolvimento de um trabalho em conjunto consubstanciado na disseminação de informações de consciencialização sobre conceitos gerais de fraude como protecção de credenciais, uso seguro de cartões de débito e crédito, bem como a aplicabilidade da política de denúncia.

SUMÁRIO DAS INICIATIVASE PROJECTOS DO COMPLIANCE

DATA	INICIATIVAS	ESTADO	VALOR	COMENTÁRIOS
2021	Criar um painel na ferramenta <i>workflow</i> , para que os membros do Comité de Alto Risco tenham acesso aos ficheiros a serem analisados pelo Comité	Em Curso	Melhorar o processo de aprovação de Clientes de alto risco	O objectivo desta iniciativa é automatizar a submissão de Clientes de alto risco ao Comité de Alto Risco
2021	Automatização dos alertas legislativos	Em Curso	Digitalização	Trabalho em curso. Não obstante não ser possível automatizar a elaboração dos alertas legislativos, foi possível automatizar a pesquisa e notificação de diplomas emitidos pelos reguladores, BNA, CMC, BODIVA, estando em curso a automatização ou notificação dos diplomas emitidos pela ARSEG.
2021	Disponibilizar na intranet do Banco a legislação e os regulamentos chave, bem como os alertas legislativos	Em Curso	Centralização do Cliente	Criar um repositório de legislação chave e resumos de alertas legislativos para permitir uma consulta fácil pelos intervenientes internos relevantes (BUs e CFs)

FORMAÇÕES

No decorrer do primeiro semestre de 2021, foram realizadas as seguintes sessões de formação ministradas através do *Microsoft Teams*, organizadas pela Direcção de *Compliance*:

ACTIVIDADES A REALIZAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Durante o segundo semestre de 2021, o *Compliance* dará seguimento as suas actividades regulares e continuará a implementar as acções previstas no Plano Anual de *Compliance* que passamos a citar:

- Universos regulatórios;
- Planos de Gestão de Risco de *Compliance*;
- Monitorizações;
- Formações;
- Revisão de Políticas de *Compliance*;
- Sensibilizações das Políticas de *Compliance*, entre outras.

DATA	TEMA	PÚBLICO ALVO
Janeiro	Operação do <i>WorldCheck One</i>	Procurement
Fevereiro	Workshop sobre a Diretiva n.o 05 / DIF / 2020 (Sistema Financeiro - Reporte de Informação Estatística sobre Agentes Bancários)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Fevereiro	Workshop sobre o Instrutivo no 19/2020 (Limites de valor nas transações realizadas em sistemas de pagamento)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Abril	Workshop sobre a Lei no. 40/2020 (Lei dos sistemas de pagamentos de Angola)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Abril	Workshop sobre o Instrutivo no 20/2020 (Relatório de Prevenção ao Branqueamento de Capitais, Financiamento do Terrorismo e da Proliferação; Avaliação do Risco; Ferramentas e Aplicativos Informáticos)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Maiο	Formação sobre a importância dos Universos Regulatórios e Planos de Gestão de Risco de <i>Compliance</i>	Comissão Executiva
Maiο	Workshop sobre Instrutivo n.o 18/2020 (Operações de Depósito de Moeda Metálica no Banco Nacional de Angola)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	Workshop sobre a Lei 22/2015 (Código de Valores Mobiliários)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	Workshop sobre o Aviso no 02/2021 (Sistema Financeiro - Centro de Informações de Risco de Crédito)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto
Junho	Workshop sobre o Instrutivo n.o 05/2021 (Funcionamento do Centro de Informação de Risco de Crédito)	Colaboradores afectos as diversas áreas às quais o diploma tem impacto

O nosso modelo de gestão de risco

Visão Geral

O Standard Bank Angola adota uma abordagem consciente, holística e transversal à gestão do risco, avaliando continuamente os riscos actuais a que se encontra exposto, bem como, os riscos emergentes, adoptando assim uma postura de rigor e transparência. O nosso apetite e exposição ao risco é revisto regularmente, em resposta a mudanças no contexto operacional.

Os nossos principais riscos estão intrinsecamente ligados à natureza do nosso negócio. Assim, geri-los com eficácia é essencial para proteger os interesses dos nossos Clientes e accionistas e criar valor partilhado para os diversos stakeholders.

As constantes mudanças na indústria e no ambiente operacional dão origem a riscos emergentes cujo impacto potencial na estratégia e nas operações do Banco deve ser compreendido e gerido. Estes riscos são discutidos nos Comités de Gestão e Governação, permitindo-nos agir de modo a mitigar o seu impacto, tanto a nível financeiro, como reputacional. Com efeito, o SBA dispõe de processos internos apropriados preparando o Banco para reagir de forma adequada aos riscos emergentes. No futuro, continuaremos a melhorar a consistência do processo de identificação e materialização destes riscos. Pretendemos melhorar a nossa capacidade de transformar o conhecimento sobre risco em medidas concretas, de modo a reforçar a cultura de risco em todo o Banco.



Os diferentes tipos de risco, tanto actuais como potenciais, são identificados, avaliados, acompanhados e mitigados com uma periodicidade regular e, conseqüentemente, são produzidos relatórios periódicos, avaliando a materialidade dos riscos detectados. Estes relatórios não só cumprem com os requisitos internos do Banco, como também com as imposições estabelecidas na política de risco do Grupo Standard Bank.

De acordo com a estrutura do Banco, o Conselho de Administração é o responsável máximo pelo sistema de gestão de riscos do Banco, suportado por cada Director responsável pela sua linha de actuação, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo Standard Bank e tendo em conta os Avisos n.º 1/13 e n.º 2/13 do BNA.

Os principais riscos contemplados no Modelo de Gestão de Risco são os seguintes:

- Risco de Mercado: crédito, liquidez, mercado; país, seguros
- Risco Estratégico: Estratégia, Negócio, Reputação
- Riscos não financeiros: resiliência empresarial, conduta, ambiente fiscal, cibernético, socioambiental e governamental, risco tributário, crime financeiro, risco de informação, risco jurídico, risco do modelo de negócio, risco de pessoas, segurança e protecção de activos físicos, tecnologia, riscos terceiros, risco de processamento de Transacções

O Modelo de Gestão de Risco do Banco actua transversalmente às áreas de negócio e de suporte do SBA. Assim sendo, existe uma estrutura completamente definida que facilita a comunicação entre os vários intervenientes do Banco e, assim, permite a eficácia nos processos e procedimentos de mitigação do risco.

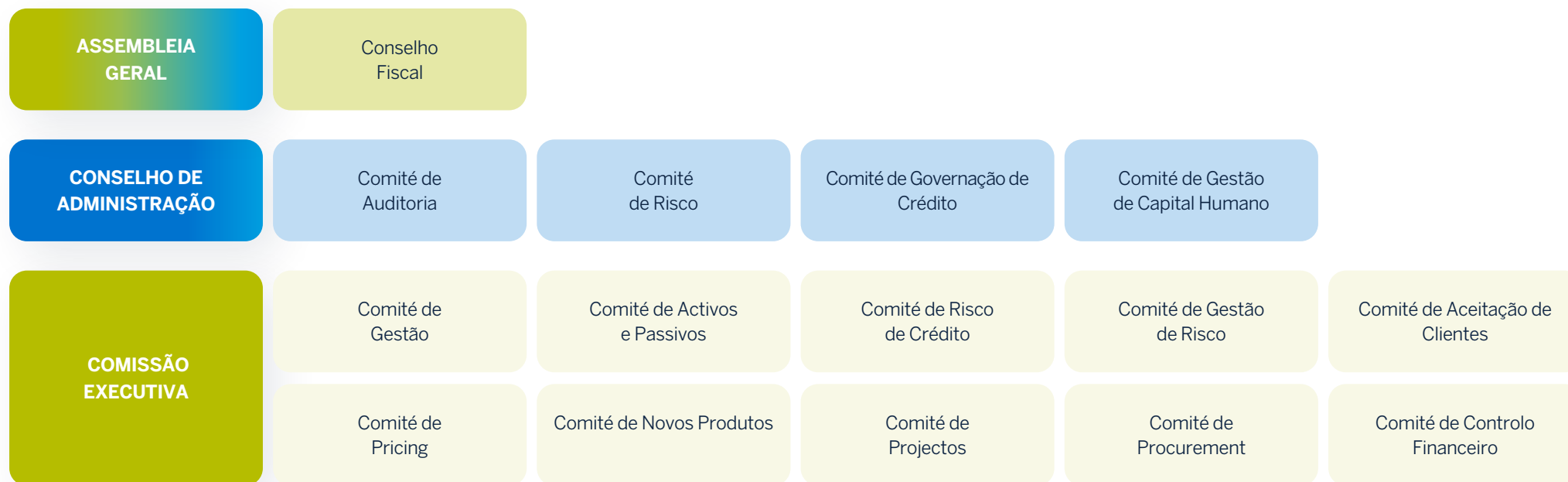
Governança e Estrutura de Gestão de Risco

O SBA dispõe de uma estrutura orgânica que assenta numa gestão de riscos avançada, preservando a independência da função e mantendo a proximidade necessária às áreas de negócio, onde o risco é originado.

De acordo com a estrutura do Grupo, o Presidente da Comissão Executiva é o responsável máximo pelo Sistema de Gestão de Riscos do Banco, garantindo um desenho adequado e a operacionalidade dos controlos, com base nos requisitos e orientações do Grupo e tendo em conta os Avisos n.ºs 1/13, 2/13 e 10/21 do

BNA que irá entrar em vigor em 31 de Dezembro de 2021. O Administrador, com o Pelouro da Direcção de Risco, apoia o Presidente da Comissão Executiva (PCE) a desempenhar a sua responsabilidade e faz parte de um órgão independente, responsável pela Função de Gestão de Riscos do Banco, tendo como principais objectivos a supervisão e avaliação do Sistema de Gestão de Riscos e o aconselhamento ao Conselho de Administração em matéria de Risco.

MODELO DE GESTÃO DE RISCO



MODELO DE GESTÃO DE RISCO

O modelo de gestão de riscos do SBA assenta em três linhas de defesa, visando garantir a independência e eficiência desta gestão, e assegurar a monitorização e governação adequada dos diversos riscos, nomeadamente, Crédito, *Compliance*, Mercados, Taxa de Juro, Cambial, Liquidez, Operacional, Estratégico, Reputacional e Sistemas de Informação.

UNIVERSO DO RISCO

O universo de risco de um Banco representa os riscos que são inerentes ao negócio e podem ser classificados da seguinte forma:

1

RISCOS ESTRATÉGICOS

O risco de que o plano de negócio e estratégia futuros possam ser inadequados para evitar perdas financeiras ou proteger a nossa posição competitiva e o valor para os accionistas. Inclui os riscos estratégico, de negócio e de reputação.

2

RISCOS FINANCEIROS

Alterações inesperadas nos mercados externos, preços, taxas e oferta e procura por liquidez. Os riscos financeiros incluem os riscos de crédito, de mercado e de liquidez, riscos de país e de seguro.

3

RISCOS NÃO FINANCEIROS

São considerados inerentes às operações de uma empresa. Geralmente, não tem uma vantagem financeira e nem sempre pode ser medido em termos financeiros o que pode levar a graves danos reputacionais. Os riscos não financeiros normalmente excluem aqueles riscos que podem ser quantificáveis e mensuráveis, como os riscos de mercado, de crédito e de liquidez. Este tipo de riscos têm uma natureza complexa e por vezes apresentam uma sobreposição entre eles, como é o caso dos riscos de conduta, contraparte, cibernético, entre outros.

CICLO DE VIDA DO RISCO

Os vários riscos que um banco se encontra exposto são geridos ao longo do ciclo de vida do risco. O processo de gestão de risco inclui uma rigorosa quantificação dos riscos em condições normais e cenários de stress. **O modelo de gestão de riscos do SBA baseia-se na identificação, avaliação, monitorização e mitigação dos riscos actuais e potenciais numa base contínua.**

1

IDENTIFICAÇÃO

As actividades de identificação de riscos possuem técnicas específicas definidas e têm por base a disponibilização de informação actualizada e correcta. Neste sentido, encontra-se definida uma estratégia de detecção de riscos e processos inerentes à mesma. Os processos são desenvolvidos analisando a informação recolhida das diversas áreas e tendo em consideração os indicadores e limites de risco do SBA.

2

AVALIAÇÃO

Os riscos identificados são posteriormente hierarquizados de modo a proceder, de forma atempada, à sua avaliação. A avaliação desenvolvida encontra-se suportada por modelos de mensuração de risco que contemplam análises qualitativas e quantitativas que, por conseguinte, permitem perceber a probabilidade de ocorrência de perdas e respectiva magnitude. Adicionalmente, a avaliação dos riscos inclui a realização de exercícios de testes de stress.

3

ACOMPANHAMENTO

De modo a assegurar a sustentabilidade e eficácia do modelo de gestão de risco este é regularmente revisto e actualizado em conformidade com as melhorias identificadas de forma a garantir a sua robustez e eficiência. O acompanhamento da exposição a cada risco encontra-se suportado por um processo sistematizado que inclui a elaboração de relatórios periódicos com base em informação fidedigna.

4

MITIGAÇÃO

Após os procedimentos de comunicação dos riscos, são definidos, implementados e executados os controlos adequados à sua mitigação, permitindo a adopção de medidas correctivas face a factores externos ou internos.

APETITE AO RISCO

O apetite de risco é o nível de tolerância ou tipo de risco que o Banco está disposto a assumir na prossecução dos seus objectivos financeiros e estratégicos, reflectindo a sua capacidade de suportar perdas e continuar a cumprir as suas obrigações, tanto num cenário normal, como em condições adversas.

De forma a garantir um aumento da rentabilidade e um crescimento sustentável, é essencial garantir uma associação entre o apetite de risco e a estratégia definida pelo Banco. Para 2021 o apetite de risco cobre três níveis diferentes:

O SBA geriu as métricas do seu apetite de risco dentro dos limites definidos, contudo nos casos em que não o é possível, as situações foram geridas pelos respectivos comités de acompanhamento, de forma a que voltassem a estar dentro dos limites de tolerância.

Há uma revisão contínua para garantir que os planos estratégicos, de capital e financeiros de curto e longo prazo do Banco estejam alinhados a propensão de risco. O apetite de risco também foi integrado ao programa de stress do Banco, no sentido de garantir que os resultados dos testes de stress obtidos de programas de teste de stress são medidos em relação ao Apetite de Risco definido.

01

Nível I: Dimensões de apetite de risco

- Capital regulamentar
- Capital económico
- *Stressed earnings*
- Liquidez

02

Nível II: Dimensões de apetite de risco, por tipo de risco

- Risco de crédito
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco de taxa de juro
- Risco de liquidez
- Risco de negócio

03

Nível III: Limites de portfolio por tipo de risco

- Risco de crédito (rácio de perdas de crédito, crédito vencido, concentrações)
- Risco operacional (perdas de risco operacional (em %) para o total de rendimentos)
- Risco de mercado: (limites *Value at Risk* (VaR) e *Shareholder Value at Risk* (SVaR))
- Risco de taxa de juro (sensibilidade da taxa de juro)
- Risco de liquidez (rácio de financiamento estável líquido, rácio de cobertura das necessidades de liquidez)
- Risco do Negócio (relação custo-benefício)

Tipologia de Riscos

Como mencionado anteriormente, e de forma inerente à sua actividade, o Banco enfrenta diariamente um conjunto relevante de riscos sobre os quais dedica uma atenção e controlo permanente.

O SBA faz, anualmente, uma avaliação abrangente dos riscos a que se encontra exposto de forma identificar os riscos que requerem uma maior atenção e acompanhamento devido ao seu potencial impacto nos objectivos estratégicos. O Banco analisa os principais factores de geração de risco e aplica controlos de forma a minimizar os seus impactos caso ocorra um evento desfavorável.

Os principais riscos identificados no exercício de 2021 foram: Crédito; Regulatório; Tecnologia; Cibernético e de Informação; Risco estratégico; Riscos terceiros; Perturbações do Negócio; Conduta; Crime Financeiro e Pessoas.

O acesso à informação do Banco é um tema que requer a devida atenção, considerando o aumento significativo do uso de dispositivos móveis privados dentro das organizações. **Considerando o risco iminente e a necessidade de proteger a informação, proactivamente a Direcção de Sistemas de Informação implementou em 2021 várias soluções de segurança tais como:**

- **Actualizações de Vulnerabilidades Remota**

A solução permite a actualização de patches de segurança nos dispositivos usados por Colaboradores em regime de trabalho remoto.

- **Campanhas de *Phishing***

Foi introduzida uma ferramenta que permite aferir o grau de susceptibilidade a ataques cibernéticos de phishing. A solução permite o envio de targeted emails para os Colaboradores e registo automático para formações de *phishing*.

- **Fraude**

O banco já disponibiliza de uma solução de Fraude interna, que foi desenvolvida via robótica, e que permite identifica transacções fraudulentas por parte dos Colaboradores.

- **Testes de Penetração**

Testes de penetração ao novo canal digital, SB24, foram efectuados com um resultado positivo. Os mesmos validaram a capacidade do banco em operar a partir do seu site secundário por um período de uma semana.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste no risco de uma alteração no justo valor, no valor efectivo de mercado ou nos resultados de uma carteira de instrumentos financeiros, causada por movimentos adversos de variáveis do mercado (ex.: preços de acções, obrigações ou matérias-primas, taxas de câmbio, taxas de juro, spreads de crédito, taxas de recuperação, correlações e volatilidades implícitas nas variáveis de mercado).

A identificação, gestão, controlo, análise e reporte do risco de mercado são classificados da seguinte forma:



Risco de Negociação

Este risco surge em actividades de negociação em que o Banco actua como agente principal, sem intermediários, com os investidores. A política do Banco é que todas as actividades de negociação estejam contidas nas operações de Wholesale.



Risco Cambial

Tem a sua génese na alteração do justo valor futuro dos fluxos de caixa, com diferentes níveis de exposição financeira, devido a alterações na taxa de câmbio subjacente.



Risco de Investimento em Acções

Este risco surge da volatilidade dos preços das acções, com maior ou menor liquidez, devido a condições sistémicas e não sistémicas.

GOVERNAÇÃO

O Conselho de Administração aprova o apetite e os padrões de risco de mercado para todos os tipos de risco de mercado. O Conselho concede ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) autoridade geral para assumir a exposição ao risco de mercado.

O ALCO define políticas de risco de mercado para garantir que a medição, produção de relatórios, monitorização e gestão do risco de mercado associado às operações do Banco seguem uma estrutura de governação holística. O ALCO reporta à Comissão Executiva (EXCO) e ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

A gestão de risco em Angola está sob a tutela do Grupo Standard Bank para assegurar que os padrões do Grupo são respeitados e que os requisitos mínimos são alcançados.

A Unidade de Gestão de Risco, que é independente da actividade de negociação e faz reporte directo ao ALCO, controla as exposições ao risco de mercado decorrente da actividade do Banco. Esta Unidade monitoriza diariamente as exposições e respectivos excessos, reportando mensalmente ao ALCO, e numa base trimestral ao Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração.

POLÍTICAS DE RISCO DE MERCADO

A Política de Risco de Mercado pretende cobrir todo o risco de mercado incluído nas carteiras de justo valor através de resultados (FVTPL ou negociação), justo valor através de outro rendimento integral (FCTOCI) e custo amortizado do Banco.

• Norma de Gestão de Risco de Mercado

A norma sobre risco do mercado garante que os riscos do mercado são claramente identificados, avaliados e geridos com prudência, garantindo, assim, que a mensuração, o reporte, a monitorização e a gestão do mesmo obedece a um quadro de governação comum ao Grupo e em cumprimento com a regulamentação angolana.

• Procedimento de *Backtesting*

O Banco tem definidos procedimentos de *Backtesting* e estes devem ser efectuados em conjugação com a Política de Risco do Mercado, à qual está subordinado.

• Princípios de VaR

O SBA tem princípios centrais que devem ser utilizados no cálculo do VaR e na elaboração dos correspondentes relatórios visando as actividades de negociação, sendo aplicáveis aos motores VaR existentes e aos novos implementados.

• Procedimento de Testes de Stress

Existem procedimentos de testes de stress que devem ser conduzidos em complemento de outras medidas de análise do risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco do mercado.



TÉCNICAS PARA MEDIR E CONTROLAR O RISCO DE MERCADO

• Posição cambial diária

O Conselho de Administração sob sugestão do ALCO define os limites para o nível de exposição por moeda, e para as posições overnight de forma agregada. Estes limites estão alinhados com os limites especificados pelo BNA que correspondem a uma percentagem do capital do Banco.

• Value-at-Risk (VaR) diário

O VaR é uma técnica que estima as perdas potenciais que possam ocorrer em resultado de movimentos do mercado, durante um período de tempo específico e com uma probabilidade pré-determinada. Os limites definidos para o VaR e para a medição do nível de risco encontram-se estipulados para todos os riscos de mercado a que o Banco se encontra exposto. Para chegar a medidas quantitativas para o risco de mercado, o SBA utiliza, em condições normais de mercado, a abordagem do VaR histórico. Esta metodologia contempla dados históricos observáveis no mercado e, implicitamente a correlação de dados. Para operações em que existem posições não lineares consideráveis, este tipo de cálculo é mais rigoroso que a variação/co-variação, porque tem explicitamente em consideração efeitos de segunda e de terceira ordem.

A utilização do VaR histórico, no entanto, por se basear no pressuposto de que a volatilidade e preços futuros vão seguir a distribuição histórica observada, apresenta mais limitações do que quando se adopta uma simulação de Monte Carlo. São efectuadas simulações de Monte Carlo para complementar o cálculo do VaR e auxiliar a análise de novas transacções, sempre que necessário.

• **Backtesting do VAR**

A área de Risco de Mercado testa o rigor da métrica VaR através de um processo de backtesting, ou seja, uma comparação ex-post da medida do risco gerado pelo modelo VaR com as alterações diárias efectivas do valor da carteira devido a alterações das variáveis do mercado, de acordo com o pressuposto de compra e detenção por 1 dia, seguindo o VaR do dia anterior. Os lucros ou perdas do *backtesting* baseiam-se em lucros ou perdas teóricas derivados dos movimentos de mercado e calculam-se para 250 dias de negociação acumulados, com um intervalo de confiança de 95%. A Unidade de Risco reporta as excepções e respectivas justificações com uma periodicidade mensal ao ALCO.

• **Testes de Stress**

Os testes de stress permitem quantificar as perdas potenciais que podem ocorrer em condições de mercado extremas, mas plausíveis. São um complemento a outras medidas de análise de risco utilizadas pelo Banco, como o VaR e a sensibilidade a factores de risco de mercado. O exercício de testes de stress praticado pelo SBA, para além de ser uma ferramenta crucial à gestão de risco interna do Banco, também responde às directrizes previstas no Instrutivo N.º 2/17 do BNA que tem como objectivo uma gestão de risco eficaz e eficiente, bem como, salvaguardar a solvabilidade e liquidez das Instituições Financeiras que operam no Sistema Financeiro Angolano.

• **Point value 01 (Pv01)**

O PV01 é uma medida de risco utilizada para avaliar o efeito de uma alteração de um ponto base, numa determinada taxa sobre o preço de um activo. Este limite é definido para as carteiras de rendimento fixo, de negociação no mercado monetário, de negociação de crédito, de derivados e de negociação cambial.

• **Outras medidas de risco de mercado**

Algumas das medidas de risco de mercado, específicas para as Unidades de Negócio, incluem a utilização de instrumentos admissíveis, a concentração de exposições ou a automatização dos limites máximos e mínimos para a exposição ao risco de mercado. Por outro lado, apenas produtos que estejam aprovados e correctamente processados poderão ser alvo de negociação. Os modelos de pricing e as métricas de gestão de risco em vigor no Banco, desenvolvidas pelo SBA ou por entidades externas, são avaliados de forma independente pela área de Risco de Mercado, cujo parecer é decisivo para a sua posterior utilização. Para além disso, estes modelos são também alvo de acções de revisão periódica, de forma a assegurar a permanente aplicabilidade dos mesmos. Do mesmo modo, a área de Risco de Mercado avalia o preço líquido de fecho do dia dos inputs utilizados no pricing dos diferentes instrumentos, realizando uma revisão menos razoável dos preços relativos dos instrumentos menos líquidos, numa base quinzenal. Sempre que sejam identificadas diferenças significativas são executados os ajustes mark-to-market necessários.

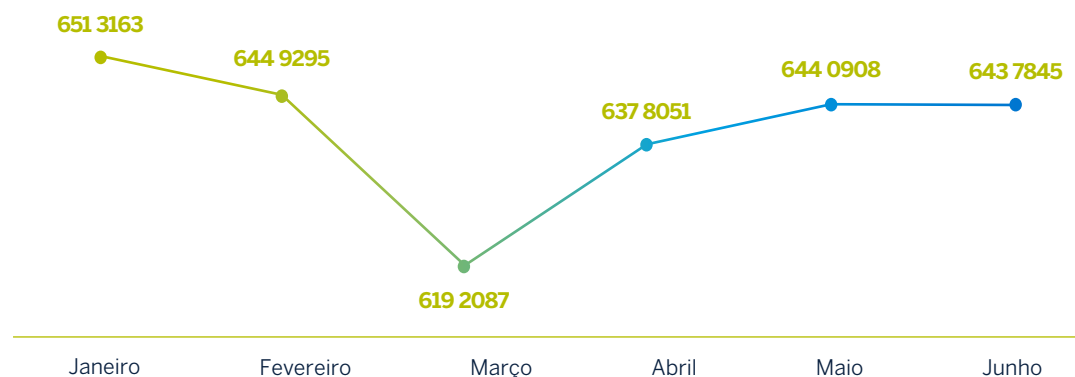
• **Monitorização e reporte**

O controlo e acompanhamento do risco de mercado é realizado, diariamente pelas Unidades de Negócio, mensalmente pelo ALCO e trimestralmente pelo Comité de Risco.

RISCO CAMBIAL

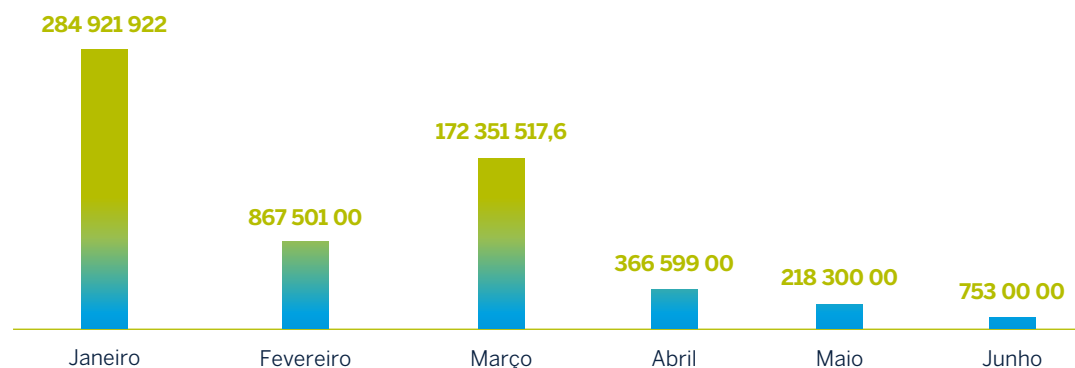
As posições de câmbio do Banco surgem principalmente de actividades de negociação de câmbio, que são regidas por limites de posição aprovados pela ALCO de acordo com a política de risco de mercado do Grupo Standard Bank. Esses limites de posição estão sujeitos a revisão, pelo menos anualmente, e as exposições cambiais são monitorizadas diariamente pela função de risco de mercado e revistas mensalmente para garantir vão ao encontro do apetite de risco aprovado pelo Comité. O gráfico abaixo apresenta o comportamento da taxa de câmbio Kwanzas/USD durante o ano de 2021.

TAXA DE CÂMBIO MÉDIO MENSAL (KWANZAS/ USD)



Fonte: BNA

VOLUME DE VENDAS DE DIVISAS DO BNA (EM MILHARES)



Fonte: BNA

Risco de Crédito

O risco de crédito corresponde à probabilidade de incumprimento efectivo da contraparte e é um dos riscos mais relevantes da actividade do Banco. Dada a sua materialidade, a formalização de políticas, procedimentos, metodologias, ferramentas e sistemas, torna-se vital para assegurar a estabilidade financeira e a solvabilidade do Banco.

A incerteza sustentou as perspectivas para 2021 e anos subsequentes. Com o impacto global da pandemia (Covid-19) associados a bloqueios, mutações do vírus, eficácia da vacina e lançamentos de vacinas, juntamente com restrições de crédito e liquidez verifica-se um efeito significativo na recuperação da economia Angolana.

Por esse motivo houve uma análise constante da carteira de crédito do SBA, tendo sido efectuadas revisões frequentes do risco assumido, por forma a garantir que o impacto da pandemia fosse gerido de forma adequada.

Em Abril de 2021, a *Moody's* reiterou a probabilidade de *Default* (PD), o que resultou em imparidades para as exposições soberanas dentro da carteira para aumentar ano a ano. Nenhuma outra alteração do *Sovereign* afectou o portfólio.

Para o SBA, a gestão deste risco baseia-se numa metodologia que abrange cada uma das fases do processo de gestão, entre elas i) Análise; ii) Aprovação; iii) Monitorização e, quando necessário, Recuperação. Esta gestão difere entre Clientes “particulares” e “empresas”, sendo por isso efectuada a segmentação dos Clientes tendo por base o:

- Recurso a sistemas internos de rating e scoring apropriados aos diferentes segmentos do negócio e utilização de um modelo de monitorização de portfolio de detecção antecipada de potencial risco de incumprimento;
- Estrutura sólida de análise e avaliação de riscos que abrange processos integrados de monitorização diária das exposições de crédito;
- Dedicção exclusiva de unidades estruturais para recuperação de crédito em situações de incumprimento;
- Acompanhamento regular da evolução da carteira.

As exposições ao risco são definidas por meio de diferentes técnicas e monitoradas contra um apetite de risco que sustenta a nossa estratégia. Gerimos e alocamos capital de forma eficiente para aumentar o valor do accionista, garantindo o cumprimento dos requisitos regulamentares de capital. Estes limites devem ser cumpridos nas medidas de concessão e gestão da carteira de crédito.

MODELO DE GOVERNAÇÃO

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O nosso sistema de gestão de risco é regido por comités do governo e documentos do governo. Os comités do governo estão em funcionamento tanto no nível do conselho quanto na gestão. Esses comités têm mandatos e autoridades delegadas que são revistos regularmente. Os membros têm as habilidades e conhecimentos necessários para gerenciar riscos.

POLÍTICAS DE CRÉDITO

O SBA rege-se pela política do Grupo Standard Bank que estabelece e define os princípios e métodos de gestão utilizados na identificação, monitorização e reporte do risco de crédito.

A política do Grupo Standard Bank é transversal a todas as Unidades de Negócio e funções de apoio com actividades relacionadas com a gestão de risco de crédito e explicita, entre outros:

- Processos e princípios de avaliação e medição do risco de crédito
- Delegação de autoridade e poderes na gestão de risco de crédito
- Definição das principais responsabilidades
- Estrutura de reporte a utilizar

FACTORES DE RISCO DE CRÉDITO

01

Avaliação do risco de crédito

A SBA usa uma escala de classificação principal de 25 pontos para quantificar o risco de crédito para cada mutuário (classes de activos corporativos) ou instalação (empréstimos especializados e classes de activos de varejo). As classificações são mapeadas para PDs (Probabilidade de Default) por meio de fórmulas de calibração que usam taxas de default históricas e outros dados do portfólio aplicável.

Quanto aos níveis de aprovação, são quantificados, tendo em consideração as classes de risco das contrapartes, sendo-lhes atribuída uma classificação de risco com a exposição ou limite de risco alocado.

Adicionalmente, o SBA definiu modelos de avaliação de crédito para atribuição do nível de risco para o segmento de Clientes empresa, tendo em consideração a opinião especializada do Analista de Crédito e alinhada às políticas e procedimentos internos.

02

Avaliação de garantias hipotecárias

O SBA tem um modelo de avaliação de garantias hipotecárias, em cumprimento com as orientações do BNA, que depende de pareceres externos especializados efectuados por peritos designados.

As suas avaliações devem ser realizadas de acordo com os métodos de avaliação já aprovados e utilizados pelo Banco, para que as garantias sejam consideradas como medidas mitigadoras de risco.

03

Aprovação de crédito

De forma a garantir que as pessoas e Comitês com qualificações cumprem os seus deveres, a delegação de poderes é definida na norma de crédito do Banco. Assim a eficiência operacional da concessão, gestão de contas e função de cobrança dos departamentos de crédito é otimizada.

Enquanto vigorar a nomeação de cada pessoa para determinado cargo, os poderes são concedidos, individualmente.

A política esclarece ainda que de 2 em 2 anos devem-se a realizar testes regulares para que os mandatos de crédito sejam alocados aos devidos Colaboradores, com as qualificações necessárias.



04

Imparidades para crédito

O SBA calcula as imparidades para crédito através de um modelo interno em conformidade com a IFRS9, adoptada em 2018.

Este modelo permite identificar a probabilidade de incumprimento da carteira (PD ou *Probability of Default*) e a sua percentagem de perda (LGD ou *Loss Given Default*).

Para cada Cliente que apresente um incumprimento igual ou superior a 90 dias, é realizada uma análise que determina o justo valor da carteira de crédito, considerando o valor actual dos cash-flows futuros estimados.

05

Risco de concentração

Com o intuito de salvaguardar potenciais incumprimentos dos requisitos regulamentares e/ou os limites definidos pelo Conselho de Administração, para além da monitorização, o SBA avalia e reporta regularmente as grandes exposições de crédito, face ao nível de fundos próprios do Banco.

06

Monitorização e reporte do Risco de Crédito

Adicionalmente, para acompanhar a evolução do risco da carteira de crédito, o SBA adopta um conjunto de iniciativas:

- Testes de stress: é uma ferramenta chave de gestão dentro do Standard Bank Angola e é usado para avaliar a sensibilidade do perfil de risco actual e futuro em relação aos diferentes níveis de apetite de risco.

Estes testes são uma ferramenta chave de apoio para processos de negócio: (i) planeamento estratégico e financeiro; (ii) planeamento de gestão de capital; (iii) planeamento e gestão de liquidez; (iv) actualização e definição do apetite de risco; (v) identificação e mitigação pro-activa de riscos através de limites dinâmicos.

- Análise/ impacto do risco de país à carteira: prevê quais os Clientes da carteira de crédito que, numa eventual queda da notação de risco do país, terão impacto negativo.
- Gestão de contratos: monitoriza de forma contínua, os termos e condições dos contratos celebrados.
- Avaliação de garantias: actualiza as avaliações de garantias hipotecárias, alinhadas com as orientações estipuladas pelo BNA.

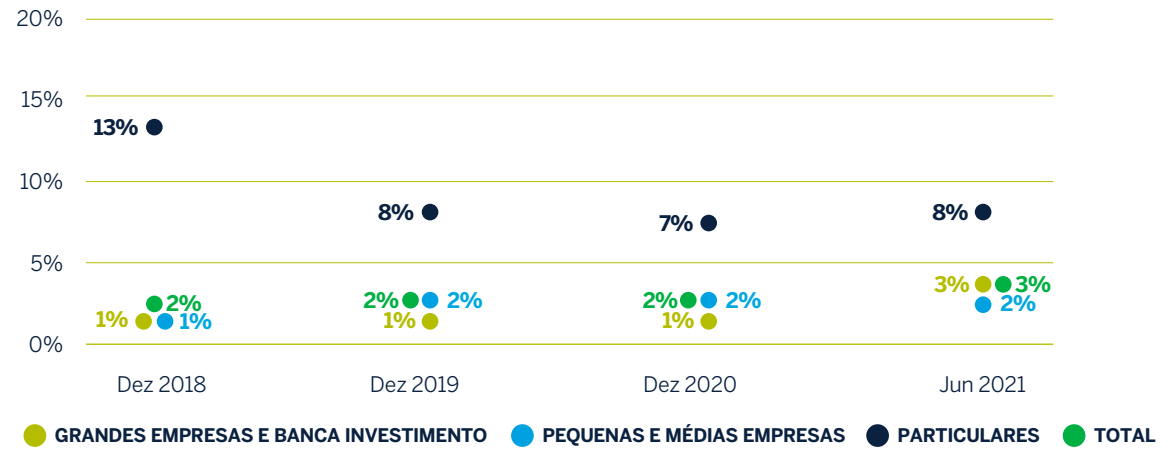
07

Qualidade de Crédito

O nível de provisionamento da carteira de crédito do SBA aumentou 1% face a 2020, situando-se agora em 3%. Este resultado reflecte a manutenção do nível de incumprimento, resultado da adopção de medidas de risco preventivas e da revisão do apetite de risco de crédito do Banco para combater o contexto macroeconómico adverso.

Paralelamente, o rácio de incumprimento superior a 90 dias da carteira de crédito, diminuiu para os 0,5%, comparativamente a 2019.

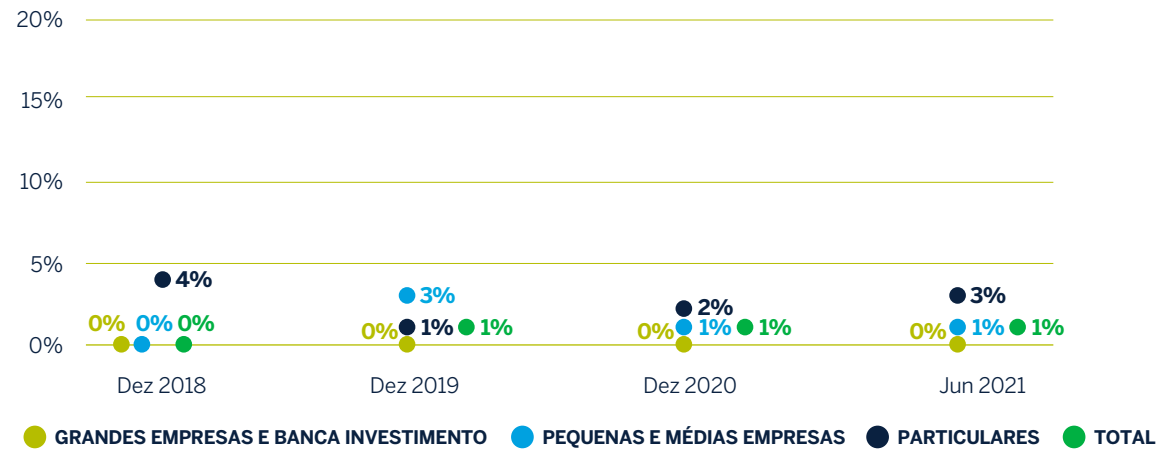
COBERTURA DA CARTEIRA DE CRÉDITO



Fonte: Demonstrações financeiras 2020

Nota: Cobertura da carteira de crédito = Imparidade de Crédito / Crédito Total Bruto

INCUMPRIMENTO SUPERIOR A 90 DIAS



Fonte: Demonstrações financeiras 2020

Nota: Incumprimento superior a 90 dias = Crédito em Incumprimento com mais de 90 dias / Crédito Total Bruto

EXPOSIÇÃO AO RISCO DE CRÉDITO

Com o objectivo de poder assegurar uma adequada gestão do risco, o modelo definido de gestão do risco de crédito, suportado numa organização matricial, está integrado na estrutura geral de controlo do Standard Bank de Angola envolvendo todos os níveis que intervêm na tomada de decisões de risco mediante a atribuição de funções, utilização de procedimentos, circuitos de decisão e ferramentas que delimitam claramente as responsabilidades.

O nosso sistema de gestão de risco é regido por comités do governo e documentos do governo. Os comités do governo estão em funcionamento tanto no nível do conselho quanto na gestão. **Esses comités têm mandatos e autoridades delegadas que são revistos regularmente. Os membros têm as habilidades e conhecimentos necessários para gerenciar riscos.**

Incumprimento

A definição de incumprimento, que desencadeia a classificação de imparidade de crédito (estágio 3), é baseada na abordagem e nas definições internas de gestão do risco de crédito. Embora a determinação específica de incumprimento varie de acordo com a natureza do produto, ela está em conformidade com a definição de incumprimento da Basel aquando dos seguintes eventos:

- Improbabilidade de pagamento do montante devido na data de vencimento ou pouco tempo depois deste, sem que a contraparte recorra a alienações de títulos (tendo indícios objectivos por base);
- Quando a contraparte é devedora há mais de 90 dias.

Crédito vincendo (PL ou *Performing Loans*)

- Crédito ainda não vencido, que cumpre todas as obrigações e condições contratuais. Os créditos cuja monitorização não requer especial atenção, são classificados de 1 a 21 na escala do Banco, enquanto que os que necessitem de monitorização regular são dadas classificações de 22 a 25, aplicável à carteira do *Wholes*;
- Créditos que sofreram falhas contratuais nos pagamentos estando há menos de 90 dias em falta. É esperado que o valor facial seja recuperado. Neste caso a probabilidade de perda é baixa, mas poderá ocorrer aquando da persistência de condições adversas.

Crédito em incumprimento (NPL ou *Non-Performing Loans*)

- Créditos onde são identificados indícios de incumprimentos pelo Banco, como a quebra de obrigações ou condições contratuais, ou a existência de prestações em dívida há mais de 90 dias.

A tabela abaixo define a escala de scoring do Banco e é utilizada para garantir o alinhamento com as políticas de crédito do Banco.

	CLASSIFICAÇÃO	QUALIDADE DE CRÉDITO	MOODY'S INVESTOR SERVICES	STANDARD & POOR'S	FITCH
1-4	Investimento	Monitorização normal	AAA, AA1, AA2, AA3	AAA, AA+, AA, AA-	AAA, AA+, AA, AA-
5-7			A1, A2, A3	A+, A, A-	A+, A, A-
8-12			BAA1, BAA2, BAA3	BBB+, BBB, BBB-	BBB+, BBB, BBB-
13-21	Sub- investimento	Monitorização próxima	BA1, BA2, BA3, B1, B2, B3	BB+, BB, BB-, B+, B, B-	BB+, BB, BB-, B+, B, B-
22-25			CAA1, CAA2, CAA3, CA	CCC+, CCC, CCC-	CCC+, CCC, CCC-
INCUMPRIMENTO	Incumprimento	Incumprimento	C	D	D

POLÍTICAS DE RISCO OPERACIONAL

O Banco tem uma preocupação crescente com a mitigação do risco operacional, com um investimento contínuo para aplicação/transposição das melhores práticas internacionais para a sua realidade. A gestão do risco operacional no SBA, preconiza as políticas seguidas pelo Grupo e assenta, essencialmente, em pilares como:

- Gestão de incidentes
- Sistema Auto-avaliação de Controlos de Risco (RCSA)
- Indicadores Chave de Risco Operacional (KRI ou *Key Risk Indicator*)
- Análise de cenários de riscos

A FUNÇÃO DE RISCO OPERACIONAL

A função de risco operacional tem vindo a ganhar cada vez mais destaque no sector financeiro, dada a sua importância face a potenciais impactos negativos resultantes de uma gestão danosa.

Por sua vez, o risco operacional impacta outros tipos de risco, como o de crédito e o de liquidez. Desta forma, é essencial para o Banco implementar mecanismos de gestão robustos e eficazes, de forma a minimizar a exposição a este risco.

Para a identificação, monitorização e mitigação do risco operacional, o SBA recorre a 3 instrumentos de gestão de risco:

Política de gestão de incidentes

Política que regula a identificação, registo, investigação, quantificação e reporte de incidentes de risco operacional e subsequente implementação de medidas correctivas. Os incidentes devem ser reportados em 48 horas e introduzidos numa aplicação informática que permite a sua gestão centralizada.

Key risk indicators (KRI)

Implementação de indicadores-chave de risco operacional que permitem monitorizar adequadamente os níveis de risco a que o Banco se encontra exposto, bem como todos os processos dos controlos implementados.

Risk control self-assessment

Metodologia de auto-avaliação de risco na qual são analisados os processos de negócio para identificar os riscos inerentes e actividades de controlo necessárias para a mitigação desses riscos.

Análise de cenários de risco

Ferramenta de abordagem de gestão avançado (AMA) para gerir o risco operacional. AMA é uma abordagem oficial do Grupo Standard Bank para o cálculo e alocação de capital de risco operacional.

2021 EM ANÁLISE

Nos últimos meses, os tópicos a seguir moldaram a função, considerando um espectro mais amplo de riscos. A função de risco operacional passou por uma mudança estrutural com um foco mais directo em todos os riscos não financeiros:

- O *roll-out* de um novo *framework* de integração de novos fornecedores e a realização de uma análise e avaliação dos fornecedores considerados críticos. Isso permite que o Banco avalie sua capacidade de resposta em termos de a gestão da continuidade do negócio, o tratamento da informação, bem como os seus controlos ao nível da segurança física e electrónica.
- A melhoria contínua e implementação de trabalho remoto e acesso a plataformas digitais para apoiar uma transformação pronta para o futuro.
- O aprimoramento contínuo do sistema de Gestão de Risco Operacional (RMP), como a automação do processo de resiliência do negócio e o gerenciamento de informações está em curso.
- Revisão de políticas de risco não financeiro e planos de recuperação e resposta de bancos para se alinhar com as novas mudanças estruturais e lições aprendidas com a pandemia para garantir que nos mantenham resilientes para continuar atendendo nossos Clientes.
- Melhorias e implementação de novas funcionalidades na solução de robótica (Nala), um assistente virtual de risco. Nala é o primeiro assistente digital para risco não financeiro com a função de habilitar efectivamente o acesso à informação, proporcionando uma experiência única ao usuário, colaborar, solucionar problemas e apoiar o suporte à comunidade do risco.
- Realização de campanhas de conscientização sobre cibernética e privacidade de dados.
- O Banco continua a apoiar condições de trabalho remotas para reduzir o risco de contaminação, com 50% da capacidade do Banco trabalhando em casa. Alguns Funcionários trabalham em regime de rodízio e equipes distribuídas pelos diferentes andares e instalações do Banco.
- Realização de campanhas de conscientização e webinars sobre os benefícios das vacinas covid-19, esclarecendo dúvidas e preocupações e incentivando os Colaboradores a se vacinarem.
- O Comité de Gestão de Crises, que tem como missão acompanhar a evolução da pandemia, continua a reunir-se mensalmente para tomar decisões sobre as melhores medidas de prevenção e salvaguarda da saúde dos seus Colaboradores.

Risco Taxa de Juro

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afectem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afectam os lucros de um Banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um Banco também é afectado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor actual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afectando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

GOVERNAÇÃO

É da responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

1

RISCO DE REFIXAÇÃO

Surge aquando de divergências entre as maturidades residuais e/ ou de prazos de refixação da taxa de juro dos instrumentos financeiros.

2

RISCO DA CURVA DE RENDIMENTOS

Sempre que existem alterações imprevistas na curva de rendimentos (taxa de juro) que têm consequências adversas no rendimento ou no valor económico do Banco. Ao contrário do risco de refixação, este admite a possibilidade de se verificarem alterações não paralelas na curva de rendimentos, constituindo, por isso, um refinamento de abordagem face ao anterior.

3

RISCO DE INDEXAÇÃO

Consequência da correlação imperfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, que de outro modo têm características de refixação semelhantes, por dependência de diferentes indexantes.

4

RISCO DE OPÇÃO

Resultado da inclusão de cláusulas de opção em instrumentos de balanço, ou nas contas extrapatrimoniais, que facultam ao proprietário não a obrigação, mas apenas o direito de comprar, vender, ou de alguma alterar o fluxo financeiro associado a um instrumento financeiro.



PRINCÍPIOS DE GESTÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO

Análise de Sensibilidade do Valor Económico

O valor económico do activo e passivo das Instituições Financeiras é afectado por variações nas taxas de juro do mercado. Este valor representa uma avaliação actual dos seus fluxos de caixa líquidos futuros.

Ao contrário da perspectiva de sensibilidade da margem de juros, a perspectiva do valor económico oferece uma visão mais abrangente dos possíveis efeitos e impacto das alterações das taxas de juro no longo prazo.

As alterações no valor económico por consequência do choque padrão das taxas de juro, serve de base para o cálculo do risco associado a este valor. Assim, é realizada uma quantificação dos efeitos das variações da taxa de juro no valor económico através da aplicação de ponderadores de sensibilidade para cada banda temporal.

Actualmente, o alerta de apetência de risco do valor económico do SBA é 20% da soma dos fundos próprios de base (Nível 1) e fundos próprios complementares (Nível 2).

Análise de estatística de gaps

Esta análise quantifica o impacto na margem financeira de juros, causado por alterações das taxas de juro.

Os activos, passivos e elementos extrapatrimoniais sensíveis a taxa de juro, são colocados em bandas temporais com base nas respectivas características de refixação da taxa de juro. Deste modo, o gap de refixação surge da subtracção dos passivos em cada uma das bandas temporais aos activos correspondentes. Para dar um número aproximado da alteração na margem de juros, resultante do anteriormente referido movimento das taxas de juro, estes gaps podem ser multiplicados por uma suposta alteração nas taxas de juro. Contudo, não são especificados quaisquer limites de tolerância ou alertas de apetência ao risco, devido às limitações desta metodologia.

Análise de sensibilidade da margem financeira

Para quantificar a exposição prevista do Banco às taxas de juro, é utilizada uma previsão dinâmica e prospectiva da margem de juros.

Para tal, de forma a determinar o impacto que estas alterações possam ter na margem de juros futura, é necessária uma abordagem que envolve um balanço reinvestido e a previsão de cenários de taxas de juro.

Para calcular o impacto das alterações das taxas de juro na margem de juros e nos preços de mercado dos instrumentos da carteira bancária, devem ser considerados pelo menos 12 meses de previsão. Esta análise permite não só a interacção dinâmica de pagamentos e taxas de juro, como também captura o impacto das opções incorporadas e explícitas.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES NORMAIS DE MERCADO:

A exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária nos cenários de taxa de juro optimista, esperado e em baixa deve ser quantificado e relatado mensalmente ao ALCO. Estes cenários devem ser específicos para o tipo de moeda, seja nacional ou estrangeira, e basear-se em possíveis alterações das taxas de juro no curto prazo que poderão acontecer devido a aumentos ou cortes das taxas de referência pelo BNA e/ou alterações das taxas de juro de mercado no curto prazo.

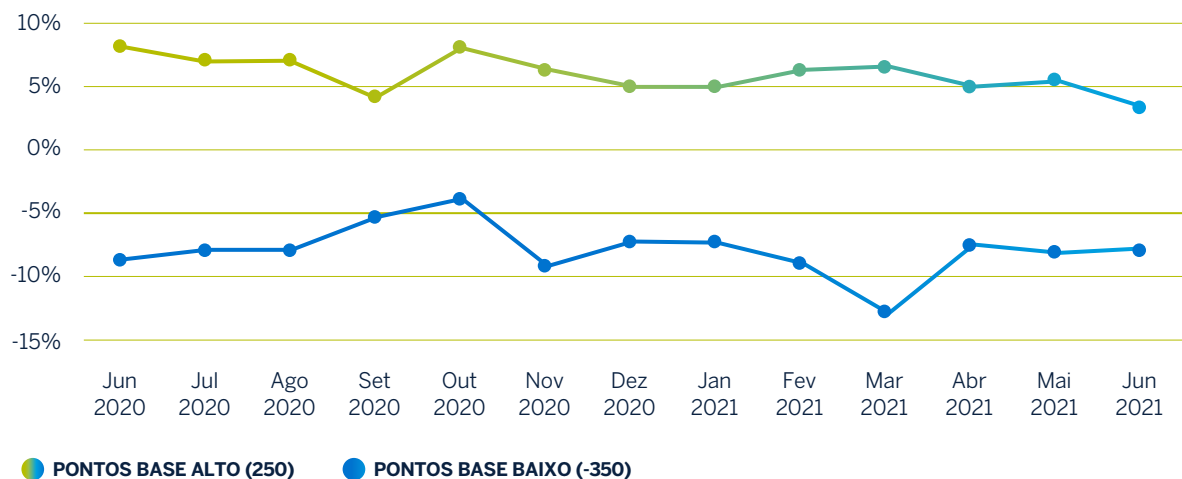
MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA PARA EFEITOS DE TESTE DE STRESS MACROECONÓMICO:

Considerando os termos exigidos pelo regime de governação de testes de stress do SBA, os testes de stress macroeconómicos devem ser realizados pelo menos uma vez por ano.

MEDIÇÃO DO RISCO DE TAXA DE JURO NA CARTEIRA BANCÁRIA EM CONDIÇÕES DE MERCADO ADVERSAS:

Quantificação e relato mensal ao ALCO da exposição ao risco de taxa de juro na carteira bancária em condições de mercado adversas. Para esta análise são aplicados choques paralelos (*up and down*) de taxa de juro nos activos e passivos, que têm como limite de tolerância um máximo de alteração negativa igual a 10% da margem de juros prospectiva para 12 meses. O princípio orientador é que o choque de taxa de juro deve reflectir um ambiente de taxas razoavelmente incomum e adverso que seja suficientemente significativo para capturar, para além do delta, os efeitos das opções incorporadas e da convexidade existente nos activos e passivos do Banco.

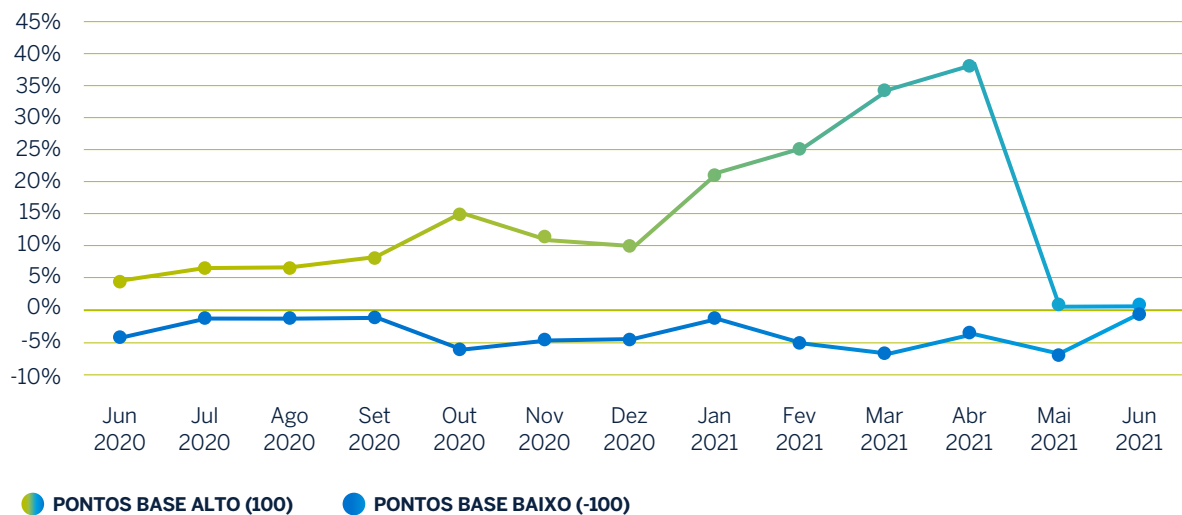
MOEDA NACIONAL



Segundo as tabelas acima, é possível constatar que em 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional, como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira, cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

MOEDA ESTRANGEIRA



De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais.

Consiste numa previsão dinâmica e prospectiva da margem financeira para quantificar a exposição antecipada do Banco à taxa de juro. Envolve a previsão de alterações da estrutura do balanço e dos cenários de taxa de juro, para determinar o efeito que estas alterações possam ter em receitas futuras. A análise é realizada para condições de mercado normais e para condições de mercado extremas.

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco de que o Banco, embora solvente, não possa manter ou gerar recursos financeiros suficientes para atender às suas obrigações totais de pagamento na maturidade, ou só possa fazê-lo em termos materialmente desvantajosos.

Risco de liquidez de Financiamento

Representa o risco dos financiadores do Banco retirarem ou não renovarem o seu financiamento.

Risco de liquidez de Mercado

Associado ao risco de transformar activos líquidos em ilíquidos, por ocorrência de uma perturbação generalizada dos mercados, que leve a potenciais perdas, como consequência da venda forçada de activos que resulte em rendimentos abaixo do seu justo valor de mercado.

GESTÃO DE RISCO DE LIQUIDEZ

É da responsabilidade do ALCO definir as orientações de gestão de risco da taxa de juro na carteira bancária (*Interest Rate Risk of Banking Book – IRRBB*), de modo a salvaguardar a margem financeira e valor económico dos fundos próprios do Banco.

A IRRBB é gerida pela Direcção de Tesouraria e Gestão de Capital (TCM), que tem total responsabilidade pela monitorização e medição do risco de taxa de juro a que o Banco está exposto, para posteriormente reportar os resultados ao ALCO.

01

Gestão tática de liquidez (curto prazo)

- Gestão diária de liquidez
- Gestão de fluxos de caixa de curto prazo
- Monitorização dos requisitos de caixa

02

Gestão estrutural de liquidez (longo prazo)

- Garantia de estrutura apropriada do balanço
- Determinação e aplicação do perfil comportamental
- Gestão dos fluxos de caixa de longo prazo
- Indicação dos requisitos de fundos a longo prazo
- Garantia de preços de transferência de fundos (FTP)

03

Gestão contingente do risco de liquidez

- Monitorização e gestão de indicadores antecipados de alerta
- Estabelecimento e manutenção de um plano formal de contingência de liquidez
- Realização de testes de stress de liquidez regulares e análise dos diversos cenários

A gestão de liquidez do Banco foi criada para garantir uma gestão completa e ampla do risco de liquidez, de forma a garantir o cumprimento dos rácios prudenciais e dos requisitos internos mínimos (em ambas as moedas nacional e estrangeira).

Para cada moeda material (quando os depósitos totais específicos nesta moeda excederem 5% do total do passivo relacionado com Clientes) são calculados os seus limites de tolerância, alertas de apetência de risco, elementos de monitorização e os requisitos adicionais.

GOVERNAÇÃO

Como anteriormente referido, no SBA é responsabilidade do ALCO estabelecer as linhas orientadoras de gestão do risco de liquidez, de forma a proporcionar a gestão dos recebimentos e pagamentos adequada e atempada.

Para tal, a TCM responsabiliza-se pela gestão do risco de liquidez, monitorizando e medindo o risco de liquidez a que o Banco está exposto e reporta os resultados ao ALCO.

Princípios de Gestão de Risco de Liquidez

- Stress de liquidez e teste de cenário;
- Gestão do desfasamento estrutural de liquidez;
- Rácio de financiamento a longo prazo;
- Manutenção de níveis mínimos de activos líquidos;
- Restrições à concentração de depósitos;
- Testes de stress e análises de cenário;
- Planos de contingência de liquidez;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda local;
- Rácio de transformação dos depósitos em moeda estrangeira;
- Dependência do mercado interbancário;
- Gestão de liquidez intra-diária;
- Gestão de garantias (colaterais);
- Gestão do fluxo de caixa diário;
- Preços de transferência de fundos (FTP);
- Planos de financiamento;
- Quantificação do risco de financiamento

POLÍTICA DE RISCO DE LIQUIDEZ

Norma de Risco de Liquidez

Determina e define os princípios em que o SBA assume riscos de liquidez, assim como o quadro geral para governação, identificação, mensuração, monitorização, gestão e reporte de forma consistente e uniforme.

Política de Risco de Liquidez

Estabelece os princípios de gestão de risco de liquidez concretos para o Banco, em conformidade com a norma de risco de liquidez definida pelo Grupo Standard Bank.

Documento de métodos de criação do perfil comportamental face ao risco de liquidez

Para a análise de risco de liquidez, tem como objectivo identificar um perfil de maturidade dos activos e passivos para análise de risco de liquidez.

Gestão do desfasamento estrutural de liquidez

Tem como objectivo medir a liquidez do Banco, através das diferenças entre as entradas e saídas de caixa, dentro de bandas temporais diferentes (assumindo uma escalada de maturidades limitada aos 12 meses).

A medição desta liquidez, é feita através dos fluxos de caixa ajustados ao perfil comportamental dos activos e passivos. De acordo com a sua probabilidade de vencimento, estas são enquadrados nas diversas bandas temporais.

De forma a evidenciar potencial risco de liquidez, antecipando as disparidades entre as entradas e saídas de caixa, a análise do desfasamento estrutural é feita regularmente.

Para tal, a posição de liquidez do Banco é avaliada através do desfasamento cumulativo líquido, em cada banda temporal, como percentagem do total do passivo relacionado com Clientes – através das saídas agregadas de fluxo de caixa subtraídas às entradas agregadas em cada banda temporal.

De forma a restringir este desfasamento acumulado nas diferentes bandas temporais, o Banco define limites internos.

Plano de contingência de liquidez

Pretende garantir a disponibilidade adequada de liquidez durante situações adversas e proporcionar um mecanismo de resposta pré-planeado para gestão das eventualidades temporárias e de longo prazo.

Adicionalmente, tem como objectivo servir como mecanismo de resposta pré-planeado de gestão de potenciais situações adversas. Incorpora os diversos elementos que permitem identificar, avaliar, comunicar e remediar um evento de crise de liquidez, para que desta forma o Banco possa ter acesso a uma resposta rápida e eficaz durante períodos de crise de liquidez.

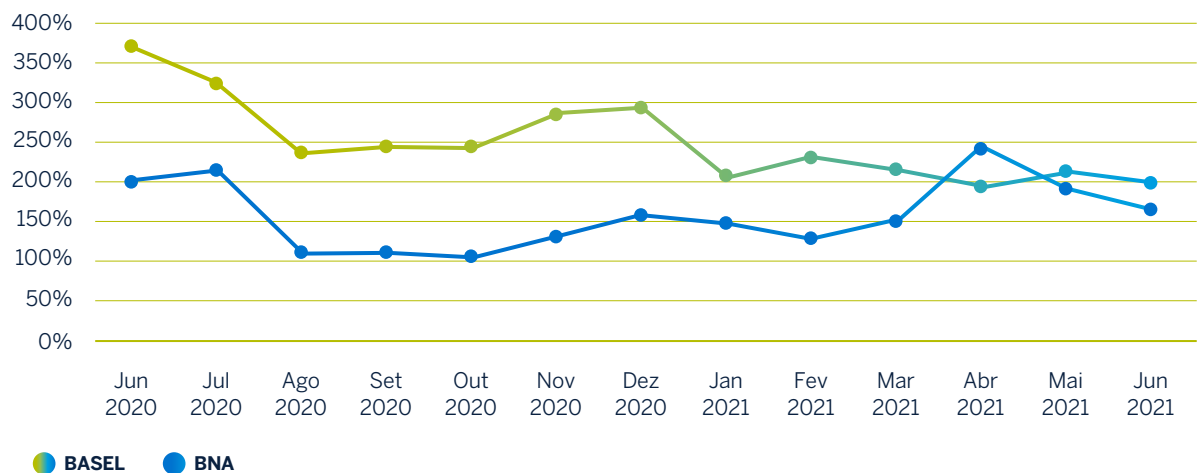
Assim que revisto pela TCM e aprovado pelo ALCO, o plano deve ser formalmente reconhecido e adoptado pelo Conselho de Administração do Banco.

Monitorização do rácio de liquidez BNA e Basileia III

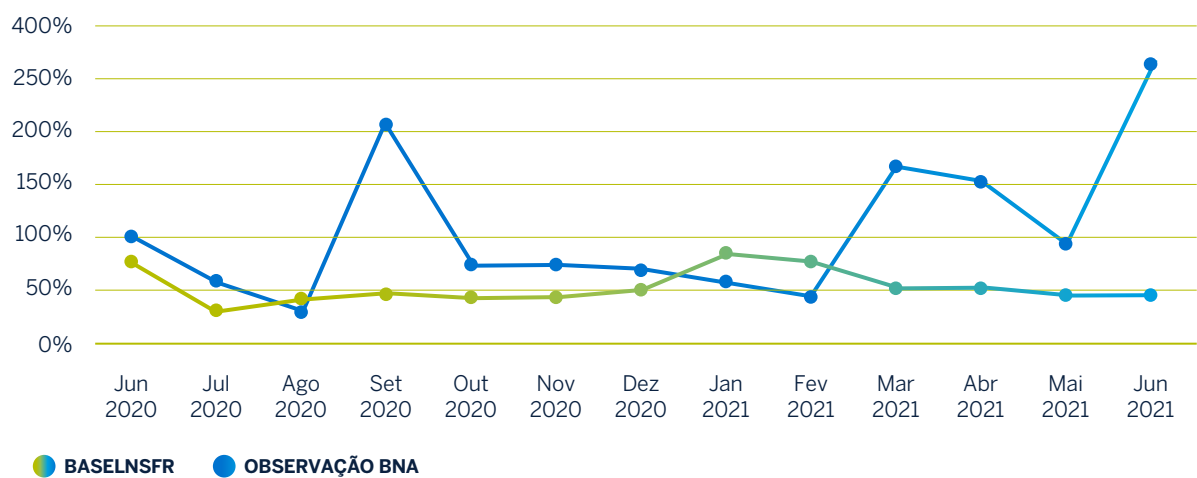
O reporte dos rácios de liquidez deve ser feito ao BNA, de acordo com a legislação local, e ao regulador de África do Sul (SARB ou *South African Reserve Bank*), de acordo com Basileia III.

Na metodologia Basileia III, o objectivo do rácio de cobertura de liquidez é promover a resiliência dos activos líquidos de curto prazo, ao reconhecer o valor dos títulos na integra no seu método de cálculo. Por outro lado, a legislação angolana tem como objectivo garantir que o Banco detém os activos líquidos suficientes para fazer face às suas necessidades de liquidez de curto prazo, através do rácio entre os activos líquidos e a diferença entre as saídas e entradas de fluxo de caixa.

RISCO DE LIQUIDEZ: BNA E BASILEIA III



RÁCIO DE OBSERVAÇÃO: BNA E BASILEIA NSFR



O Banco reporta o rácio de observação em conformidade com o Instrutivo n.º 19/16 do BNA. Adicionalmente, calcula o Rácio de Financiamento Líquido Estável (NSFR) de acordo com a estrutura de Basileia III, tanto para os balanços patrimoniais em moeda nacional como para estrangeira, para reporte ao Grupo. O gráfico acima mostra a variação de ambos os rácios do SBA, ao longo do ano de 2021.

De acordo com o BNA, o Banco deve atingir 100% no rácio de observação. No entanto, de acordo com políticas internas, o Banco mais do que garante esses limites em ambos os rácios, aplicando limites de apetência de 102,5%.

Encontram-se de seguida os princípios internos com maior influência na actividade de gestão de liquidez do Banco:

TESTE DE STRESS DE LIQUIDEZ E ANÁLISE DE CENÁRIOS

Realização de testes de stress de liquidez internos para identificar eventuais fontes de crise de liquidez e assegurar que as exposições actuais estão dentro dos limites de tolerância e do perfil de risco definido pelo Banco. Estes incluem cenários sistémicos e específicos ao Banco (individualmente e combinados, sempre que possível).

Tanto os testes de stress como a análise de cenários são baseados em episódios históricos e hipotéticos, devendo estar sempre em conformidade com os requisitos regulamentares, quando aplicável.

Apesar do Banco monitorar o rácio de liquidez diariamente, de acordo com o Instrutivo n.º 2/17 do BNA, o Banco deve realizar testes de esforço anualmente de forma a ter uma gestão do risco efectiva e eficiente, bem como salvaguardar liquidez, assim como apoiar no processo de planeamento e gestão do capital e da liquidez e outros.

Para tal, é feita uma análise de cenário aplicando os resultados ao balanço do Banco com objectivo de aferir como é que potenciais variações afectariam os rácios de liquidez numa perspectiva futura.

O quadro abaixo ilustra a posição de liquidez no final de Dezembro 2021 e as posições de liquidez futuras após as variações no balanço resultantes dos cenários identificados.

RESULTADOS TESTE DE STRESS

	KWANZAS	USD
Rácio Liquidez / Dez 2020	155%	124%
Rácio de Liquidez stress / Dez 2021	112%	235%
Rácio de Liquidez stress / Dez 2022	140%	236%
Limite de tolerância	100%	100%
Apetência	105%	105%

Face ao exposto, podemos verificar que o rácio de liquidez continuará muito acima do limite de tolerância (100%) e da apetência (105%), o que significa, que num cenário de stress o Banco ainda conseguiria honrar com as suas obrigações nos respectivos períodos 2020 e 2021, como resultado de uma gestão efectiva da liquidez e das políticas internas e externas que obrigam ao Banco a manter o mínimo de activos líquidos que corresponda as saídas líquidas em cenários atípicos tanto no mercado quanto no próprio Banco.

MANUTENÇÃO DE NÍVEIS MÍNIMOS DE ACTIVOS LÍQUIDOS

Com o objectivo de manter os requisitos prudenciais e de teste de stress interno, o Banco mantém um portfolio de activos líquidos, podendo desta forma proteger-se contra perturbações inesperadas nos fluxos de caixa.

O valor agregado dos activos líquidos do SBA não onerados, às cotações de fecho do dia menos um desconto de venda forçada, deve sempre ultrapassar o maior entre 5% dos passivos relacionados com os Clientes e ainda, o limite prudencial imposto pela entidade reguladora.

A tabela abaixo apresenta os activos líquidos (milhões de kwanzas) do Banco a 31 de Dezembro de 2021:

ACTIVOS LÍQUIDOS

	MOEDA NACIONAL	MOEDA ESTRANGEIRA
Notas e Moedas	8,52	1,81
Disponibilidade no BNA	47,45	55,46
Contas Nostro	-	147,34
Aplicações em Instituições de Crédito (até 1 mês)	47,41	39,22
Aplicações em Títulos	85,99	-
Outros Activos Líquidos	-	-
Total de Activos Líquidos (TAL)	141,97	243,84
Mínimo (TPRC x5%)	19,82	13,47
TAL/ TPRC	36%	90%
Total do Passivo Relacionado com o Cliente (TPRC)	396	269

Risco Reputacional

O risco de reputação é o dano real ou potencial para a imagem do Banco que pode prejudicar a rentabilidade e a sustentabilidade de seus negócios. Esses danos podem resultar de uma quebra de confiança ou relações de negócios por parte dos Clientes, contrapartes, accionistas, investidores ou reguladores, bem como partes sociais interessadas mais amplas que podem afectar negativamente a capacidade do Banco de manter relacionamentos existentes ou gerar novos relacionamentos e acesso continuadas fontes de financiamento.

O SBA tem valores e um código de ética definidos os quais fornecem orientações sobre os comportamentos e tomada de decisão que auxiliam a gestão do risco reputacional. Está a ser implementada uma estrutura de risco de conduta para apoiar este processo.

O principal objectivo do SBA é manter o foco na excelência do serviço prestado junto do Cliente e impulsionar melhorias constantes na experiência do mesmo. Neste sentido, há uma constante preocupação com a dimensão de riscos reputacionais.

Com o intuito de garantir que as actividades de potencial impacto nos Clientes estão alinhadas com os procedimentos internos do Banco, é adoptado um guia interno com os procedimentos e legislação associadas.

Deste modo, o SBA consegue gerir as situações de risco reputacional a que se encontra exposto, minimizando a percepção negativa dos *stakeholders*. De entre os diversos métodos de gestão do risco reputacional, o Código de Ética do Banco é essencial como forma de mitigação do risco reputacional e é um ponto de referência para todos os Colaboradores do Banco. A Comissão Executiva é o último responsável pelo cumprimento do Código de Ética.

GOVERNAÇÃO

Existe uma área específica responsável pela gestão do risco de reputação, em linha com a preocupação do Banco com a sua reputação junto de Clientes, Fornecedores, Contrapartes, Accionistas, Investidores e Reguladores.

Esta área procura identificar potenciais situações com impacto para o Banco e promove diversas actividades que garantam uma adequada gestão do risco reputacional.

Adicionalmente, a gestão das reclamações efectuadas pelos Clientes, são geridas por esta área garantindo uma resolução eficaz através da identificação da causa e respectivos planos de acção, por forma a que não existam recorrências, assegurando, assim, a satisfação contínua dos Clientes.

O Banco pretende conhecer e satisfazer continuamente as necessidades dos Clientes e contribuir para a eliminação do risco reputacional que possa estar associado à qualidade dos serviços. Com base nas estratégias dos vários departamentos e segmentos, foram criados e implementados em 2019 diversos mecanismos que possibilitam monitorizar e avaliar as várias actividades e serviços prestados.

OS PRINCIPAIS PILARES DA GESTÃO DO RISCO REPUTACIONAL



Código de Ética

De modo a assegurar que os seus Colaboradores actuam em conformidade com os princípios e valores do Banco, existe um Código de Ética de referência. Este documento é apresentado a todos Colaboradores no âmbito do programa de acolhimento.



Brand Awareness

A área de Relações Institucionais gere a marca SBA, identifica e avalia quaisquer notícias que envolvam o nome do Banco e possa impactar a sua actividade e/ ou reputação. Deste modo, o Banco consegue actuar com eficiência perante quaisquer acontecimentos que envolvam, de forma menos positiva, o nome da Marca.



Gestão de Reclamações

Sendo a prestação de um serviço de excelência ao Cliente um aspecto primordial da estratégia do Banco, é dada especial atenção à gestão de reclamações, identificando e acompanhando as causas da reclamação e garantindo o cumprimento do prazo de resposta e resolução estabelecido no Aviso n.º 12/16 do BNA.

QUALIDADE DE SERVIÇOS

A área de Qualidade de Serviços do SBA tem como foco principal, proporcionar uma experiência positiva aos nossos Clientes, sempre que estes interajam connosco, conseguindo ultrapassar positivamente as expectativas do Cliente e garantir um atendimento de excelência.

A Voz do Cliente

Para o Banco prestar um serviço de Excelência é necessário ouvirmos a Voz do Cliente. O SBA possui mecanismos de avaliação da Satisfação do Cliente. Esta avaliação é feita anualmente e permite-nos conhecer as necessidades dos Clientes, as suas ambições e preocupações. Associado a este sistema de avaliação está implementada uma plataforma que permite fazer a gestão de todas as reclamações e pedidos de serviços.

Através da análise dos dados provenientes dos sistemas acima mencionados, são elaborados planos de acção direccionados a cada situação de forma a assegurar a não existência de recorrências e, conseqüentemente, reduzir exponencialmente a probabilidade associada ao risco reputacional dos serviços prestados pelo Banco.

Métodos e sistemas de transacção

Avaliação da eficiência e eficácia dos diversos sistemas de transacção, nomeadamente:

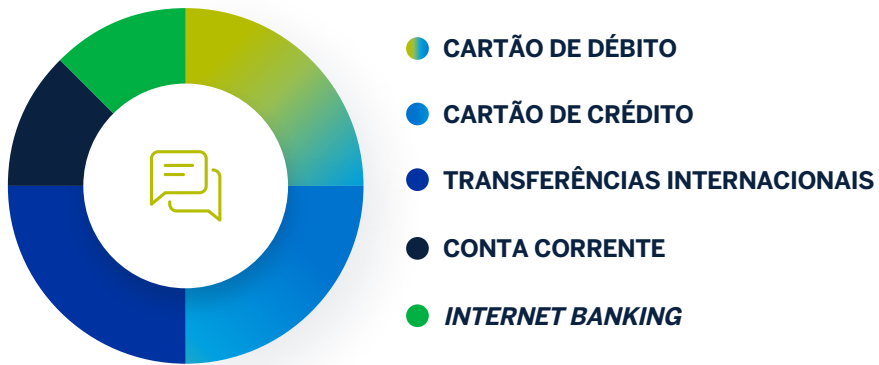
- Automatização de processos;
- Redefinição de SLAs, priorizando as necessidades dos Clientes;
- Métricas de *Turn Around Time* (TAT);
- Dinamizar o uso das plataformas digitais disponíveis e dos serviços associados através de campanhas alinhadas com as áreas de negócio e os pilares estratégicos do Banco.

Eficiência dos sistemas

- Análise da operacionalidade dos sistemas do Banco (*uptime e downtime*);
- Análise do funcionamento de ATMs;
- Acompanhamento e monitorização de todas as solicitações de serviços e reclamações no sistema *Service Cloud/ QRM*;



TOP 5 RECLAMAÇÕES POR PRODUTO



Os números apresentados abaixo fornecem a clara perspectiva da qualidade do serviço prestado pelo SBA, onde o total de reclamações tem um peso de 3% no universo total de Clientes.

Risco de *Compliance*

Este risco compreende o risco de ocorrência de sanções legais ou regulamentares que pode resultar em perdas financeiras materiais ou na perda da reputação do Banco devido à incapacidade de cumprir leis, regulamentos, regras e normas de conduta aplicáveis à sua actividade.

A abordagem proactiva do Banco na gestão do risco de *Compliance* está alinhada com os padrões do Grupo Standard Bank, que se baseiam em princípios e requisitos regulatórios internacionais.

O objectivo da função de *Compliance* é alcançado através da adopção da abordagem baseada no risco que permite ao Banco identificar, gerir e mitigar eficazmente o risco de *Compliance*. Paralelamente aos procedimentos internos adoptados pelo SBA, a comunicação regular e transparente, assente na confiança mútua com os órgãos reguladores, é uma mais-valia na gestão deste risco.

GOVERNAÇÃO

Realizado de forma contínua, este trabalho envolve a validação periódica da aderência ao material de maior risco, legislação aplicável, políticas, normas e padrões. O *scope* de tais actividades de monitorização e teste garante que o Banco cumpra continuamente com os seus riscos materiais de conformidade. Esta monitorização de rotina inclui os seguintes procedimentos:

- Conclusão da formação de *Compliance* para todos os Colaboradores;
- Declaração de contas de negociação e contas de funcionários para garantir que a negociação excessiva seja limitada e os conflitos sejam limitados e conflitos de interesse evitados;
- Cadastro e processos de “brindes” e “entretenimento”;
- Declaração de interesses comerciais externos.

AVALIAÇÃO DE RISCO DE COMPLIANCE

Essas revisões planejadas concentram-se em testar a adequação e eficácia dos controles para garantir o cumprimento com a legislação, regras, políticas e padrões aplicáveis. Os controles devem ser suficientes para mitigar o risco.

Durante os primeiros 6 meses de 2021, a área de Monitorização de Controlo esteve envolvida na condução e/ou conclusão de três ações de monitorização:

1

ACOMPANHAMENTO KYC

Este acompanhamento teve início no último semestre de 2020 e estendeu-se até o primeiro trimestre de 2021, foi realizado em conjunto com a área de Controlos Internos, e o relatório foi emitido como Acompanhamento Combinado de Asseguração.

2

ACOMPANHAMENTO DA INSTRUÇÃO 13/2018

(Normas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Financiamento do Terrorismo nas operações de comércio internacional)

Este acompanhamento teve início no último semestre de 2020 e estendeu-se até o primeiro trimestre de 2021, foi realizado em conjunto com a área de Controlos Internos, e o relatório foi emitido como Acompanhamento Combinado de Asseguração.

3

ACOMPANHAMENTO DO AVISO 1/2013 (GOVERNO SOCIETÁRIO)

Este acompanhamento teve início em Dezembro de 2020 e foi realizado exclusivamente pela equipa de acompanhamento de *compliance*.

RISCO DE INVESTIGAÇÃO E FRAUDE

Integrada na equipa de *Compliance* desde Setembro de 2020, a unidade de Investigação e Risco de Fraude tem aproveitado esta oportunidade para estabelecer sinergias com as restantes áreas de *Compliance*, de forma a apresentar em 2021 uma nova dinâmica no âmbito da gestão de fraude e risco, com foco principalmente na continuação de atender as necessidades dos nossos stakeholders com excelência.

Pesquisar

Em termos de incidentes de fraude, no final de junho de 2021, foram reportados à equipa da IFR em Angola incidentes no valor de Kwanzas 50 Milhões, decorrentes principalmente de reclamações relacionadas com fraudes com cartões de débito em que as transacções não foram reconhecidas pelos nossos Clientes. Do ponto de vista do acumulado do ano, o Banco não incorreu em nenhuma perda operacional até o momento.

Prevenção e Sensibilização

O primeiro semestre de 2021 foi importante para consolidar nossa estratégia de gestão de risco de fraude. Alinhada ao plano anual de *Compliance*, a equipa de Investigação e Risco de Fraude (IFR) conseguiu concluir 3 exercícios de investigação pró-ativa onde foram efectuadas análises de tendências e testes de detalhe de forma a prevenir o risco de fraude.

A IFR também estabeleceu um acordo com a equipe de marketing para trabalhar em conjunto para disseminar informações de conscientização sobre fraude em relação a conceitos gerais de fraude, como protecção de credenciais, uso seguro de cartões de débito e crédito, bem como a aplicabilidade da política de denúncias



Foco para 2021/22

O SBA destaca um conjunto de dimensões a serem endereçadas em 2021 no âmbito da função de risco:

01

Implementação de ferramenta online de prevenção de fraudes para monitorizar contas e canais digitais. Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, no sentido de garantir que a informação sensível não é partilhada com pessoas indevidas

02

Implementação de ferramenta de avaliação de risco de fiscal com capacidade em tempo real de revisão da base de Clientes.

03

Implementar um sistema de classificação automática da informação produzida, de forma a garantir que a informação sensível não seja partilhada com pessoas indevidas ou fora do Banco.

04

Implementação de uma estrutura de risco de conduta e formação de um comité de conduta de defesa.

06

A Cibersegurança é um tópico de extrema importância no mundo digital de hoje. O crime cibernético tem aumentado exponencialmente nos últimos anos, especialmente no sector financeiro, que continua como o mais atacado. O investimento em cibersegurança irá continuar sob a forma de um programa que contempla campanhas de awareness, formações para Colaboradores assim como a implementação de projectos específicos para proteger os canais do Banco.

05

Implementação e incorporação de sistema de gestão de risco de terceiros e avaliação de fornecedores para avaliar sua resiliência cibernética por forma a rever e avaliar consistentemente os fornecedores considerados críticos.



4.4 Solidez dos Resultados Financeiros

Para o SBA, a criação de valor para os nossos Accionistas está intrinsecamente associada à criação de valor para a Sociedade em que operamos.



Os nossos indicadores

Visão Geral

No 1º semestre de 2021 o SBA registou um resultado líquido de 32 772 milhões kwanzas, apresentando um aumento de 53% face ao mesmo período do ano transacto.

O aumento do resultado líquido do exercício do 1º semestre de 2021, face ao período homologado resultou, essencialmente, do **crescimento do produto bancário, em cerca de 17 851 milhões de kwanzas**, o qual permitiu compensar o acréscimo de gastos do ano, de cerca de 2 607 milhões de kwanzas, associados, essencialmente, aos custos de estrutura (maioritariamente, custos com o pessoal e fornecimentos e serviços de terceiros – cerca de 3 701 milhões de kwanzas), em contraponto verificaram-se reversões de imparidade no valor de cerca 1 680 milhões de kwanzas.

O crescimento do produto bancário, em cerca de 17 851 milhões de kwanzas, decorreu da melhoria da margem financeira do banco, em cerca de 12 630 milhões de kwanzas, e da margem complementar, em cerca de 5 221 milhões de kwanzas, face ao período homologado. A margem financeira registou uma melhoria, essencialmente, explicada pelo aumento dos juros

recebidos de títulos e Crédito a Clientes, enquanto a evolução positiva da margem complementar foi, essencialmente, alavancada pela melhoria dos resultados cambiais.

Apesar da ligeira diminuição dos recursos de Clientes, em 3% face a Dezembro de 2020, com o aumento do rácio de transformação de 20% (Dezembro de 2020) para 28% (Junho de 2021), decorrente do aumento do Crédito concedido, o produto bancário aumentou cerca de 47% face a Junho 2020.

Quanto ao Crédito concedido pelo Banco, assistimos a um crescimento da carteira de empréstimos, de cerca de 49 mil milhões de kwanzas, face a Dezembro de 2020, **correspondente a um crescimento de 35%**, a qual se materializou em novos créditos e no crescimento do número de Clientes, assente sempre numa política eficaz de gestão de risco, a qual permitiu a manutenção dos níveis de qualidade de crédito, com a taxa de incumprimento a ronda os 0.5%.

O SBA continua a evidenciar uma trajectória de optimização dos níveis de eficiência através do investimento em tecnologia e automatização

de processos, centrado no desenvolvimento de soluções inovadoras para os Clientes com base numa experiência digital.

O *Return-on-Equity* aumentou 12 p.p. para 46%, em relação ao ano anterior devido ao resultado alcançado pelo SBA no 1º semestre de 2021 o que levou a um reforço dos capitais próprios do banco, assim como da reserva de reavaliação.

Pela evolução acima descrita, o rácio de solvabilidade manteve-se em linha com o verificado no final do exercício de 2020, apresentando um valor de 38%. É de notar que este valor é consideravelmente superior ao limite de solvabilidade exigido pelo BNA, o qual corresponde a 10%.

Face aos resultados evidenciados conclui-se que o 1º semestre do exercício de 2021, deixa boas perspectivas para o exercício integral de 2021 e que **este será mais um ano de crescimento e afirmação do Banco, o qual manteve o seu lema: Solidez, Crescimento e Sustentabilidade.**

As nossas contas

Num ambiente económico particularmente exigente, no qual é previsto uma melhoria face ao ano de 2020, mas que ainda é expectável que a economia angolana sofra uma recessão com uma diminuição do PIB em cerca de 2% e com os efeitos da pandemia ainda a fazerem-se sentir na economia mundial, o SBA obteve, graças à qualidade da sua gestão um resultado líquido 32 772 milhões de kwanzas no 1º semestre do exercício de 2021.

CRÉDITO CONCEDIDO¹ (MILHARES DE KWANZAS)



¹ Crédito bruto de imparidade

DEPÓSITOS (MILHARES DE KWANZAS)



INVESTIMENTOS FINANCEIROS (MILHARES DE KWANZAS)



MARGEM FINANCEIRA (MILHARES DE KWANZAS)



MARGEM COMPLEMENTAR (MILHARES DE KWANZAS)



PROVISÕES E IMPARIDADE (MILHARES DE KWANZAS)



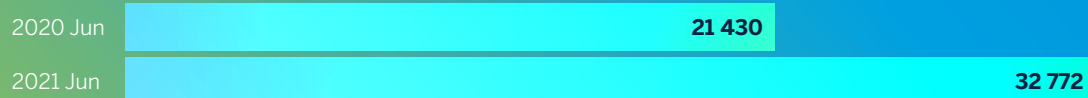
DESPESAS OPERACIONAIS (MILHARES DE KWANZAS)



IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS (MILHARES DE KWANZAS)



RESULTADO LÍQUIDO (MILHARES DE KWANZAS)



Análise de Balanço

Os resultados alcançados pelo Banco no 1º semestre de 2021 são bastante positivos e traçam um caminho de crescimento sólido, com o aumento da concessão de Crédito a Clientes, embora os Recursos de Clientes tenham registado uma ligeira redução face a Dezembro de 2020.

BALANÇO	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	31.12.2020	Variação	30.06.2021	31.12.2020	Variação
Activo						
Disponibilidades	260 623 160	212 701 958	23%	403 441	327 433	23%
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	92 771 481	142 266 522	-35%	143 609	219 005	-34%
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 272 905	1 824 677	299%	11 258	2 809	301%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	132 467 303	89 032 526	49%	205 058	137 057	50%
Investimentos ao custo amortizado	150 894 142	235 843 696	-36%	233 582	363 058	-36%
Crédito a clientes	189 525 404	140 309 033	35%	293 383	215 992	36%
Imobilizado	49 961 461	46 297 659	8%	77 340	71 271	9%
Outros activos	11 520 717	12 006 267	-4%	17 834	18 482	-4%
Total de Activo	895 036 573	880 282 338	2%	1 385 506	1 355 106	2%
Passivo e capital próprio						
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	13 471 084	894 112	1407%	20 853	1 376	1415%
Recursos de clientes e outros empréstimos	672 653 587	691 667 486	-3%	1 041 259	1 064 753	-2%
Responsabilidades representadas por títulos	4 743 781	4 745 970	0%	7 343	7 306	1%
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	83 877	214 709	-61%	130	331	-61%
Provisões	3 496 895	2 796 343	25%	5 413	4 305	26%
Passivos por impostos correntes	7 873 300	2 918 522	170%	12 188	4 493	171%
Passivos subordinados	19 671 307	19 553 301	1%	30 451	30 100	1%
Outros passivos	38 089 869	40 509 524	-6%	58 963	62 360	-5%
Total do Passivo	760 083 700	763 299 967	0%	1 176 600	1 175 024	0%
Capital próprio						
Capital Social	9 530 007	9 530 007	0%	14 752	14 670	1%
Reservas e resultados transitados	92 651 264	71 321 276	30%	143 423	109 792	31%
Resultado líquido	32 771 602	36 131 088	-9%	50 730	55 620	-9%
Total do Capital Próprio	134 952 873	116 982 371	15%	208 905	180 083	16%
Total do Passivo e do Capital Próprio	895 036 573	880 282 338	2%	1 385 506	1 355 106	2%

ANÁLISE DE BALANÇO

A 30 de Junho de 2021 o SBA apresentou no seu activo líquido um montante de 895 037 milhões kwanzas, registando um aumento de 2% face ao exercício de 2020, resultante do aumento das rúbricas e Disponibilidades em outras instituições de crédito e Crédito a Clientes que compensaram a diminuição verificada nas rúbricas de activos financeiros.

O aumento do rácio de transformação em cerca de 8 p.p., passando de 20% no exercício de 2020 para 28% no 1º semestre de 2021 foi consequência do crescimento verificado no crédito concedido. Este crescimento na carteira de crédito, para além de estar relacionado com o Aviso n.º 10/2020 do BNA, denota também o claro compromisso do Banco em continuar a financiar a economia e potenciar a diversificação económica em curso no país.

Nesta medida, verificamos o aumento de 16% para 21% da composição do activo do Banco em termos de Crédito a Clientes, e uma diminuição de 37% para 32% em termos de activos financeiros e investimentos. As disponibilidades e aplicações financeiras mantiveram um peso de cerca de 40% do activo do SBA. A eficiente gestão de liquidez e dos investimentos do Banco é um dos motores responsáveis pela elevada rentabilidade do Banco.

COMPOSIÇÃO DO ACTIVO



● DISPONIBILIDADES ● APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ ● ACTIVOS FINANCEIROS E INVESTIMENTOS
● CRÉDITO A CLIENTES ● OUTROS ACTIVOS

Os recursos de Clientes continuam a constituir a principal fonte de financiamento, embora no 1º semestre do exercício de 2021 tenham registado uma ligeira diminuição de 3%, passando de 691 667 milhões de kwanzas em 2020 para 672 654 milhões de kwanzas em Junho de 2021.

No primeiro semestre de 2021, assistiu-se a um aumento, em termos percentuais, dos depósitos em moeda estrangeira face aos depósitos em moeda nacional, fixando-se o montante de depósitos em kwanzas nos 397 mil milhões kwanzas (o que representa um peso de 59% no total de depósitos). Por sua vez, os depósitos em moeda estrangeira representaram 41% do total, ascendendo a 276 mil milhões kwanzas.

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Taxa Média		Milhares de Kwanzas			Milhares de USD		
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020	Variação	30.06.2021	31.12.2020	Variação
Activos financeiros ao justo valor através de resultados								
Obrigações do Tesouro	7.38%	7.25%	7 117 484	1 353 257	426%	11 018	2 083	429%
Instrumentos Financeiros Derivados	n.a.	n.a.	83 877	399 876	-79%	130	616	-79%
Participação EMIS	n.a.	n.a.	71 544	71 544	0%	111	110	1%
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	8 485 933	22 114 771	-62%	13 136	34 043	-61%
Obrigações do Tesouro	15.80%	15.65%	123 981 370	66 917 755	85%	191 922	103 013	86%
Investimentos ao custo amortizado								
Bilhetes do Tesouro	n.a.	n.a.	43 142 369	131 118 462	-67%	66 784	201 844	-67%
Obrigações do Tesouro - USD	5%	0.05	37 209 249	36 012 597	3%	57 599	55 438	4%
Obrigações do Tesouro - Kwanzas	15.17%	15.07%	70 542 525	68 712 637	3%	109 199	105 776	3%
Total			290 634 351	326 700 899	-11%	449 898	502 924	-11%
Bilhetes do Tesouro	-	-	51 628 302	153 233 233	-66%	79 920	235 887	-66%
Obrigações do Tesouro	-	-	238 850 628	172 996 246	38%	369 738	266 310	39%
Instrumentos Financeiros Derivados	-	-	83 877	399 876	-79%	130	616	-79%
Participação EMIS	-	-	71 544	71 544	0%	111	110	1%

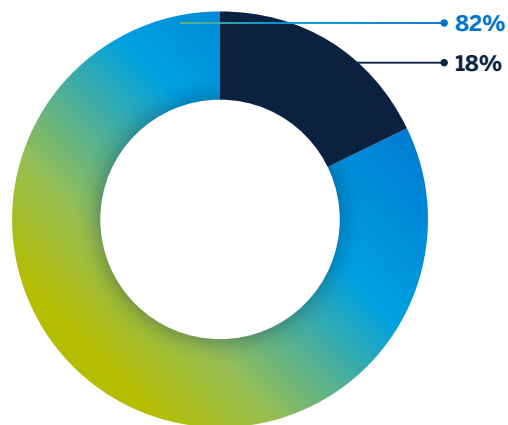
Uma componente relevante do activo do SBA (32%) é representada por títulos e valores mobiliários, resultado das limitadas opções de investimento existentes no País.

A carteira de títulos do Banco é caracterizada pelas seguintes tipologias: 82% em Obrigações do Tesouro e 18% em Bilhetes do Tesouro.

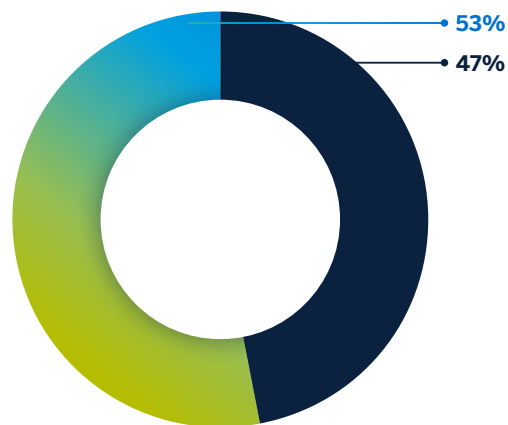
Analisando a carteira de investimento do SBA verifica-se que neste 1º semestre de 2021 houve um maior investimento na aquisição de Obrigações do Tesouro em deterioração de Bilhetes do Tesouro.

JUNHO 2021

- BILHETES DO TESOURO
- OBRIGAÇÕES DO TESOURO

**DEZEMBRO 2020**

- BILHETES DO TESOURO
- OBRIGAÇÕES DO TESOURO

**TÍTULOS POR MATURIDADE RESIDUAL**

(milhares de kwanzas)

	1-3 MESES	3 MESES A 1 ANO	1-5 ANOS	TOTAL
Activos Financeiros ao justo valor através de resultados				
Obrigações do Tesouro	1 367 399	5 750 085	–	7 117 484
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral				
Bilhetes do tesouro	4 814 262	3 671 671	–	8 485 933
Obrigações do tesouro	–	33 124 095	90 857 275	123 981 370
Investimentos ao custo amortizado				
Bilhetes do tesouro	19 086 897	24 055 472	–	43 142 369
Obrigações do tesouro	25 064 243	27 588 624	55 098 906	107 751 773
TOTAL	50 332 801	94 273 824	145 956 181	290 562 806

CRÉDITO

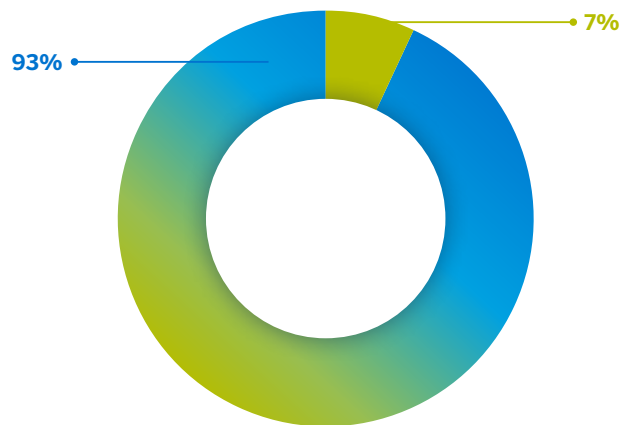
	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	31.12.2020	Varição	30.06.2021	31.12.2020	Varição
Operações de crédito	194 392 242	142 134 946	37%	300 917	216 595	39%
Operações de crédito em incumprimento	910 874	939 752	-3%	1 410	1 432	-2%
Crédito Total	195 303 116	143 074 698	37%	300 917	216 595	39%
Perdas por Imparidade	-5 777 712	-2 765 665	109%	-8 944	-4 215	112%
Crédito Líquido	189 525 404	140 309 033	35%	291 973	212 380	37%
Garantias prestadas	26 459 474	24 435 726	8%	40 959	37 237	10%
Cartas de crédito	14 132 533	14 172 410	0%	21 877	21 597	1%
Limites de crédito não utilizados	55 811 870	77 374 898	-28%	86 396	117 909	-27%
Responsabilidades perante terceiros	96 403 877	115 983 034	-17%	149 232	176 743	-16%
Provisões para garantias e compromissos assumidos	-608 299	-502 662	21%	-942	-766	23%

No 1º semestre de 2021, o crédito concedido, líquido de provisões para perdas por imparidade registou um acréscimo de 35% face ao ano anterior, passando de 140 309 milhões kwanzas para 189 525 milhões kwanzas, sendo que houve um reforço do crédito concedido ao abrigo do Aviso n.º 10/2020 do BNA. A composição da carteira de crédito por moeda manteve-se bastante semelhante a Dezembro de 2020, com 94% de crédito concedido em moeda nacional e apenas 6% de crédito concedido em moeda estrangeira.



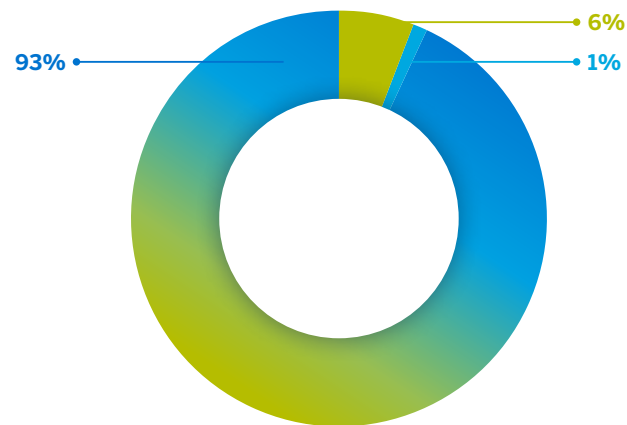
CRÉDITO POR TIPO DE CLIENTE

- PARTICULARES
- EMPRESAS



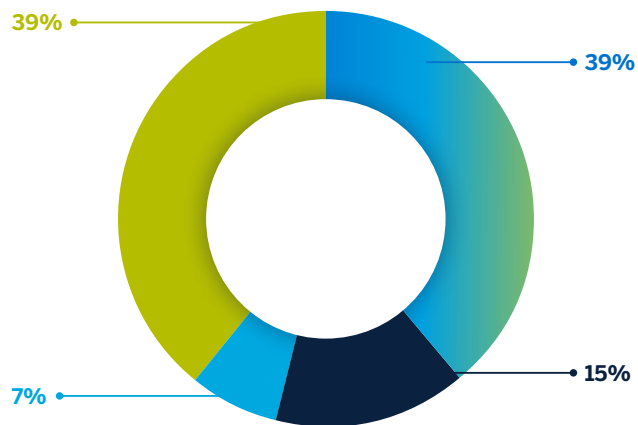
TIPOLOGIA DE CRÉDITO

- CONSUMO E OUTROS
- EMPRÉSTIMO HABITAÇÃO
- FINANCIAMENTO A EMPRESAS



CRÉDITO POR SECTOR DE ACTIVIDADE

- COMÉRCIO
- INDÚSTRIAS/FÁBRICAS
- PARTICULARES
- CONSTRUÇÃO
- OUTROS



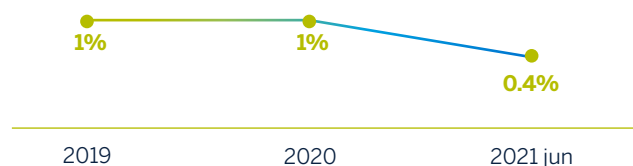
QUALIDADE DE CRÉDITO

O SBA adopta políticas internas conservadoras de concessão de crédito, nomeadamente ao nível da análise de risco dos Clientes e das garantias recebidas, dado o contexto macroeconómico que, por si, potencia o crescimento do nível de incumprimento.

O volume de crédito vencido no total da carteira do Banco tem-se mantido em valores aceitáveis para o contexto actual, ainda que, devidamente compensado por um nível adequado de perdas por imparidade. Similarmente, ao ano transacto, o crédito em incumprimento, no 1º semestre de 2021, totalizou 911 milhões kwanzas (0.5% da carteira total de crédito) que compara com os 940 milhões kwanzas em 2020 (1% da carteira de crédito total).

QUALIDADE DE CRÉDITO	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	31.12.2020	Varição	30.06.2021	31.12.2020	Varição
Crédito em incumprimento/ Crédito total	0.5%	1%	0.5%	0%	1%	-1%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito	16%	34%	-18%	34%	47%	-13%
Cobertura de crédito vencido por imparidade para crédito e garantias e compromissos assumidos	14%	29%	-14%	42%	36%	6%

EVOLUÇÃO DO CRÉDITO EM INCUMPRIMENTO²



² Crédito vencido com mais de 90 dias/ crédito concedido bruto

Como é possível verificar, o rácio de incumprimento tem-se mantido estável ao longo dos últimos exercícios o que vem demonstrar a eficiente gestão de risco efectuada pelo SBA e a qualidade da sua carteira de crédito.

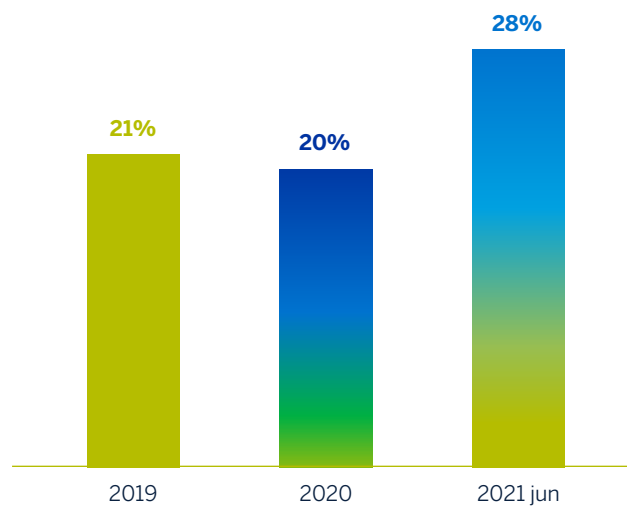
RECURSOS DE CLIENTES - DEPÓSITOS

Independentemente do panorama macroeconómico e da política monetária actual, a carteira de depósitos do SBA apresenta-se estável registando apenas ligeira diminuição de 3p.p. face ao exercício de 2020. Em termos de composição, os depósitos à ordem (518 902 milhões kwanzas), representaram o maior volume da carteira, uma proporção de 77% do total dos depósitos de Clientes.

Referente aos depósitos a prazo, verificou-se um aumento de 1% em relação ao período homólogo. Assim sendo, o Banco registou um montante total de depósitos de 672 654 milhões kwanzas.



RÁCIO DE TRANSFORMAÇÃO



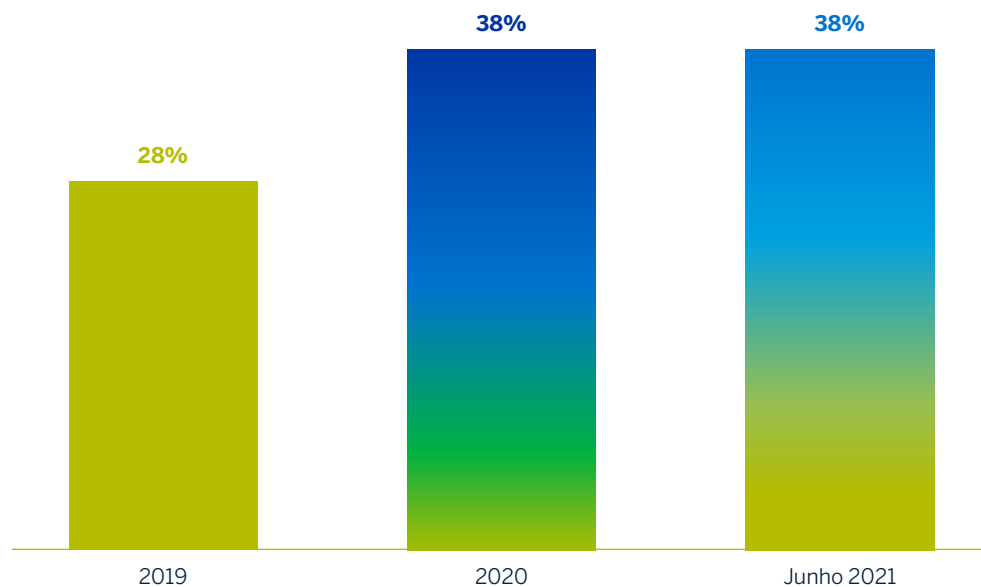
FUNDOS PRÓPRIOS

Fundos Próprios Regulamentares

O total de capitais próprios a 30 de Junho de 2021 atingiu 134 953 milhões kwanzas, representa um aumento de 15% face ao exercício anterior. Este registo deve-se, essencialmente, à robustez das reservas e resultados transitados, os quais reforçam a solidez e a posição do Banco no sector financeiro. Os fundos próprios regulamentares aumentaram de 131 301 milhões kwanzas em 2020 para 150 424 em Junho de 2021.

RÁCIO SOLVABILIDADE

O rácio de solvabilidade regulamentar, calculado de acordo com o Aviso n.º 02/2016, correspondeu a 38% no final do 1º semestre de 2021. Este valor mantém-se significativamente acima do limite de solvabilidade de 10% exigido pelo Banco Nacional de Angola.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

Os níveis elevados de rentabilidade do Banco num cenário macroeconómico desafiante é o reflexo da solidez da sua estrutura financeira e de uma gestão prudente. A melhoria observada no produto bancário e a contínua preocupação em manter o cost-to-income abaixo dos 50% foram o resultado da estratégia do Banco centrada no Cliente, na gestão de liquidez e optimização de custos.

Os resultados atingidos no 1º semestre de 2021 foram o reflexo de elevados padrões de eficiência e eficácia operacional e do reconhecimento da Marca Standard Bank, o que reflecte a solidez, experiência e inovação da Instituição, ainda que em contexto macroeconómico adverso.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	30.06.2020	Varição	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Juros e rendimentos similares	41 489 033	26 514 838	56%	64 225	45 759	40%
Juros e encargos similares	(6 223 647)	(3 879 091)	60%	(9 634)	(6 694)	44%
Margem financeira	35 265 386	22 635 747	56%	54 590	39 065	40%
Resultados de prestação de serviços financeiros	6 167 005	3 827 446	61%	9 546	6 605	45%
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	(45 424)	(348 138)	-87%	-70	(601)	-88%
Resultados cambiais	16 912 533	12 861 649	31%	26 180	22 196	18%
Outros resultados de exploração	(2 425 221)	(953 088)	154%	(3 754)	(1 645)	128%
Produto da actividade bancária	55 874 279	38 023 616	47%	86 493	65 620	32%
Custos com pessoal	(9 957 010)	(8 165 827)	22%	(15 413)	(14 092)	9%
Fornecimentos e serviços de terceiros	(6 899 457)	(4 989 931)	38%	(10 680)	(8 611)	24%
Depreciações e amortizações do exercício	(1 322 144)	(975 817)	35%	(2 047)	(1 684)	22%
Provisões e imparidade	458 821	(981 020)	-147%	710	(1 693)	-142%
Resultado antes de impostos	38 154 489	22 911 021	67%	59 063	39 540	49%
Impostos sobre os resultados	(5 382 887)	(1 480 687)	264%	(8 333)	(2 555)	226%
Resultado líquido	32 771 602	21 430 334	53%	50 730	36 985	37%

ANÁLISE DE RESULTADOS

Apesar do contexto macroeconómico desafiante, dos leves sinais de recuperação da económica mundial causada pela pandemia da Covid-19, e de se prever mais um ano de recessão para a economia angolana, o SBA manteve a robustez e solidez do seu resultado líquido, registando um valor de 32 772 milhões de kwanzas.

O produto bancário fixou-se nos 55 874 milhões de kwanzas, representando um crescimento de 56% na margem financeira e um crescimento de 34% na margem complementar respectivamente em relação ao período homólogo. Os Juros e rendimentos similares fixaram-se em 41 489 milhões (+56% face ao período homólogo), o que influenciou de forma significativa o desempenho da Margem Financeira, a qual ascendeu a 35 265 milhões kwanzas. O crescimento da margem complementar foi bastante impactado pelos resultados das operações cambiais, os quais aumentaram em 31%.

No 1º semestre de 2021 os custos operacionais assinalaram uma subida de 29%, tendo atingido 18 179 milhões kwanzas, bastante influenciado pelo aumento do custo com pessoal e dos fornecimentos e serviços externos, os quais aumentaram 22% e 38%, respectivamente, em resultado do aumento dos Colaboradores do Banco de 635 em 2020 para 645 em Junho de 2021.

A gestão de custos do Banco continuou a ser, a Junho de 2021, alvo de especial atenção através do reforço do seu modelo de governação e da constante preocupação na manutenção do cost-to-income, tendo este registado um valor de 33% em Junho de 2021, representando uma melhoria de 4 p.p. face ao período homólogo.

CONTRIBUIÇÃO PARA O ROE

O *Return-on-Equity* situou-se nos 46% em Junho de 2021, que corresponde a uma melhoria de 12 pontos percentuais em relação ao exercício de 2020, devido essencialmente ao resultado alcançado no 1º semestre de 2021.

O SBA continua a reforçar o seu posicionamento como uma das Instituições Financeiras de Angola com a melhor rentabilidade de capitais próprios. Este nível de rentabilidade, combinado com um rácio de solvabilidade de 38% coloca o SBA no caminho certo para o crescimento e solidez. A capacidade de remunerar os seus accionistas e a constante adopção das melhores práticas de gestão de risco são também prova da confiança e de um modelo de governação ajustado.

EVOLUÇÃO DO ROE



MARGEM FINANCEIRA

	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	30.06.2020	Variação	30.06.2021	30.06.2020	Variação
Proveitos de títulos e valores mobiliários	28 225 803	16 850 060	68%	43 693	49 005	-11%
Proveitos de créditos	11 194 001	8 844 934	27%	17 328	25 724	-33%
Outros juros e proveitos similares	2 069 229	819 844	152%	3 203	2 385	34%
Proveitos de instrumentos financeiros activos	41 489 033	26 514 838	56%	64 225	77 114	-17%
Custos de depósitos	5 252 264	2 864 385	83%	8 130	8 331	-2%
Outros custos e encargos similares	971 383	1 014 706	-4%	1 504	2 951	-49%
Custos de instrumentos financeiros passivos	6 223 647	3 879 091	60%	9 634	11 282	-15%
Margem financeira	35 265 386	22 635 747	56%	54 590	65 832	-17%

A melhoria verificada na margem financeira deve-se essencialmente ao aumento dos proveitos provenientes dos créditos concedidos, que aumentaram 27% face ao período homólogo e ao aumento dos proveitos provenientes de títulos e valores mobiliários que registaram um aumento de 68% face ao mesmo período.

MARGEM COMPLEMENTAR

(milhares de kwanzas)

(milhares de USD)

	30.06.2021	30.06.2020	Varição	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Resultados de prestação de serviços financeiros	6 167 005	3 827 446	61%	9 546	11 131	-14%
Resultados cambiais	16 912 533	12 861 649	31%	26 180	37 406	-30%
Outros resultados	-2 470 645	-1 301 226	90%	-3 825	-3 784	1%
Margem Complementar	20 608 893	15 387 869	34%	31 902	44 753	-29%

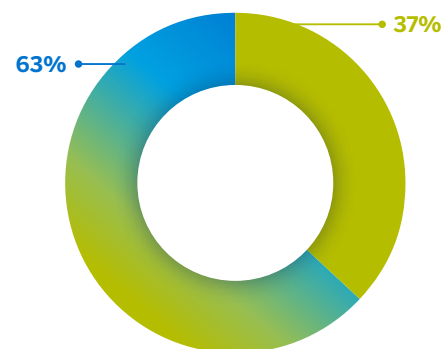


- RESULTADOS CAMBIAIS
- RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS
- OUTROS RESULTADOS

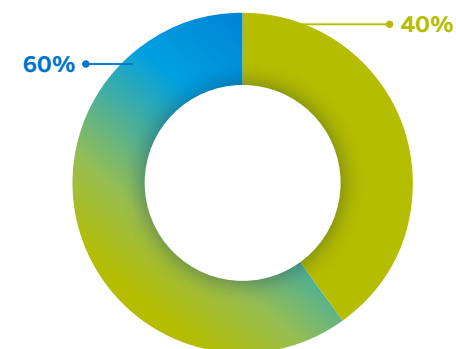
O aumento apresentado no resultado de prestação de serviços financeiros e nos resultados cambiais de 61% e 31% respectivamente, com um aumento total de 6 390 milhões de kwanzas face ao período homólogo, justificam a melhoria registada na margem complementar, o que juntamente com a melhoria da margem financeira resultaram num aumento do produto bancário de 47%.

JUNHO 2021

- MARGEM COMPLEMENTAR
- MARGEM FINANCEIRA

**JUNHO 2020**

- MARGEM COMPLEMENTAR
- MARGEM FINANCEIRA



CUSTOS DE ESTRUTURA

O valor do *cost-to-income* melhorou em 4 p.p, tendo registado 33% em Junho de 2021, no entanto, o SBA continua altamente focado na optimização deste indicador e em manter os valores em níveis competitivos.

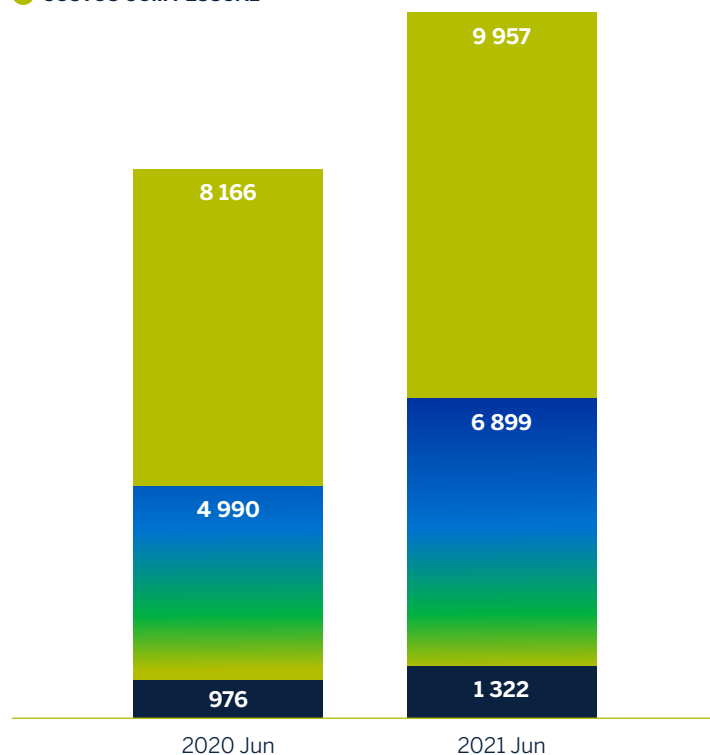
Durante o primeiro semestre do exercício de 2021, o total dos custos de estrutura, que corresponde ao somatório dos custos com pessoal, fornecimentos e serviços de terceiros e às depreciações e amortizações do exercício, ascendeu a 18 179 milhões kwanzas, representando um crescimento de 29% face ao período homólogo. Este aumento é explicado maioritariamente pelo aumento nos custos com pessoal, fruto da grande aposta do Banco nos seus Colaboradores e pelo aumento dos fornecimentos e serviços de terceiros relacionado com a inflação.

O aumento dos Colaboradores do Banco para 645 (635 em Dezembro de 2020) e a aplicação de uma política de remunerações muito competitiva, combinada com o forte investimento na formação e no bem-estar dos Colaboradores, contribuíram para que o SBA registasse no primeiro semestre de 2021 um total de custos com pessoal de 9 957 milhões kwanzas. Este valor reflecte um aumento de 22% face ao valor do ano anterior e representa 55% do total dos custos de estrutura do SBA.

	(milhares de kwanzas)			(milhares de USD)		
	30.06.2021	30.06.2020	Varição	30.06.2021	30.06.2020	Varição
Custos com pessoal	9 957 010	8 165 827	22%	15 328	14 105	9%
Fornecimento e serviços de terceiros	6 899 457	4 989 931	38%	10 621	8 619	23%
Depreciações e amortizações do exercício	1 322 144	975 817	35%	2 035	1 686	21%
Custos de estrutura	18 178 611	14 131 575	29%	27 984	24 410	15%
Cost-to-income	33%	37%	-4%	33%	37%	-4%

CUSTOS DE ESTRUTURA (MILHÕES DE KWANZAS)

- DEPRECIACOES E AMORTIZACOES DO EXERCICIO
- FORNECIMENTO E SERVIÇOS A TERCEIROS
- CUSTOS COM PESSOAL

**PROVISOES E IMPARIDADES**

No 1º semestre de 2021 o Banco registou reversões de provisões e imparidades no valor de 459 milhões de kwanzas, quando no período homologo registou perdas de imparidade no valor de 981 milhões de kwanzas. Esta reversão é explicada maioritariamente pela diminuo da carteira de títulos e valores mobiliários.

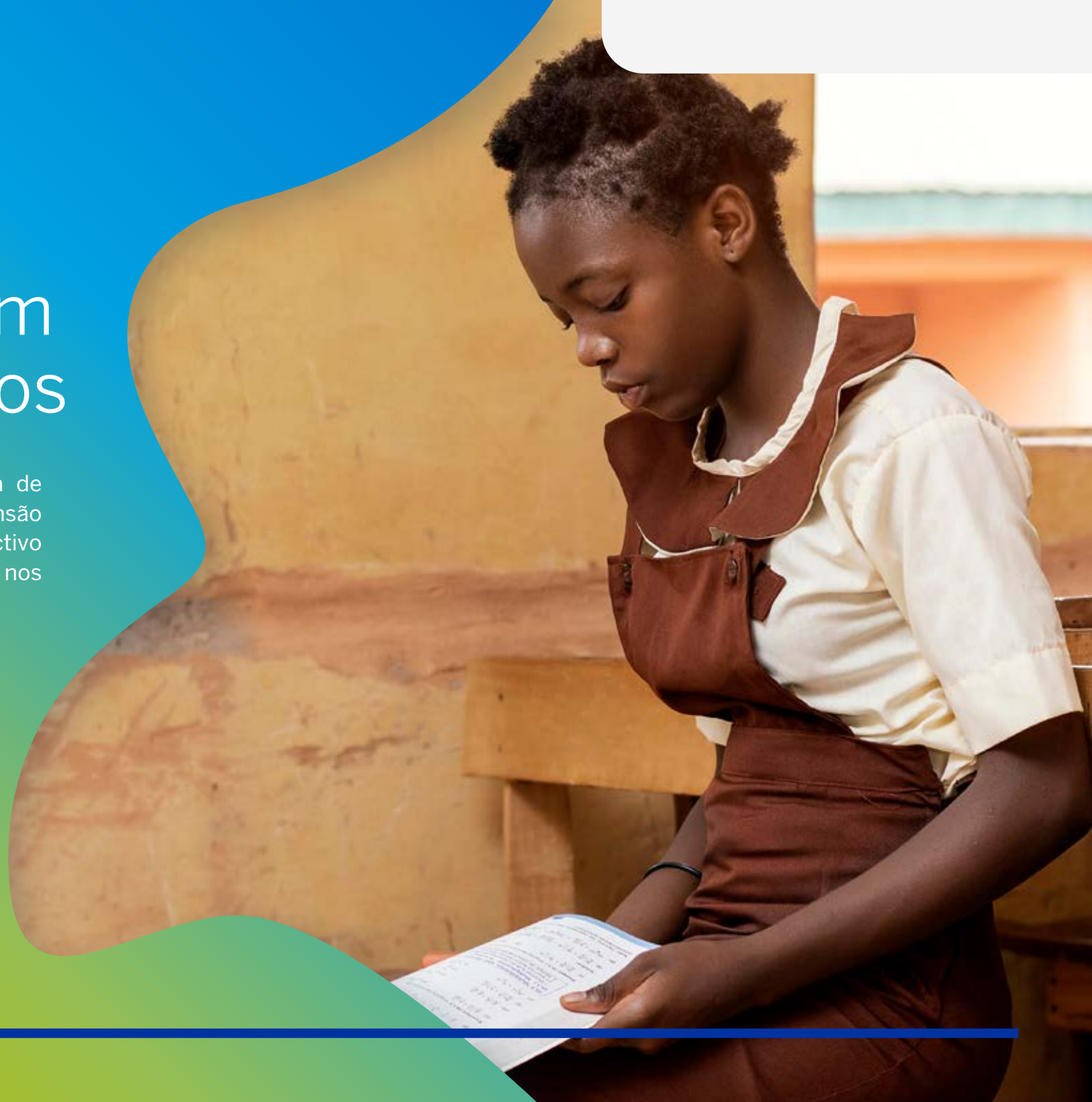
IMPOSTOS

Em linha com as práticas do Grupo Standard Bank, o Banco tem uma estratégia fiscal que determina o quadro pelo qual as obrigações fiscais devem ser satisfeitas. O Standard Bank de Angola adopta uma abordagem prudente em matéria fiscal, com o objectivo de mitigar quaisquer consequências financeiras inesperadas e, naturalmente, proteger a sua reputação.

De referir que no ano de 2020 existiram diversas alterações de cariz fiscal com impacto na actividade do Banco. No 1º semestre do exercício de 2021, o SBA reconheceu uma estimativa de imposto industrial cerca de 5 383 milhões de kwanzas, 264% superior à estimativa do período homólogo de 2020.

4.5 Impacto relevante na sociedade em que operamos

O Standard Bank de Angola aposta de forma coerente e contínua na dimensão social, procurando ter um impacto efectivo nas comunidades em particular, nos segmentos mais carenciados.



A nossa Responsabilidade Social

As áreas de educação e ensino, saúde e empreendedorismo permanecem como pilares determinantes para a promoção do desenvolvimento dos povos para assegurar a estabilidade social e a consequente expansão da marca.

Diante do quadro global actual, imposto pela pandemia da Covid-19 os Heróis de Azul redefiniram o seu modelo de actuação para melhor responderem aos inúmeros desafios. Em 2021 foram distribuídos donativos diversos em comunidades carenciadas, centros de acolhimento e hospitais para minimizar a situação de carência identificada. Para ajudar a prevenir a Covid-19 em todas as doações foram sempre distribuídos produtos de higiene e limpeza, de desinfecção e biossegurança. Temos como base para as nossas missões, a integração e o respeito por todos os intervenientes. Doamos muito mais do que se vê. Incentivamos, inspiramos e incutimos valores.

Valorizamos todo o tempo investido e ajustamos a disponibilidade de quem se dispõe a trabalhar com a responsabilidade social e levar um pouco si para quem mais precisa.



Aproveitamos a oportunidade para partilhar alguns dos momentos do programa das sopas, tendo como **beneficiários os idosos do Lar do Ancião em Viana**.

Este programa irá decorrer até ao final do ano, com a possibilidade de continuar e permitirá a participação de diferentes integrantes nas distintas fases.



Os Heróis de Azul, em parceria com a Rádio Nacional de Angola, promovem uma Manhã Especial com Orientação para Saúde e muita diversão para os meninos da Orquestra Camunga, para celebrar o Dia Internacional da Criança.

A Orquestra Camunga é constituída por 365 Crianças e Adolescentes, dos 5 aos 17 anos, que carecem de vários apoios.

Junta-te aos Heróis de Azul para continuarmos a promover sorrisos e bem-estar.



Os Heróis de Azul procederam a entrega de donativos composto por material de escritório e produtos alimentares ao Centro Dom Bosco e ao Orfanato Caio Litoral, na Província de Cabinda.

No âmbito do seu programa de responsabilidade social, o Standard Bank continua a apoiar os mais vulneráveis.

Estas acções foram possíveis com a parceria da RNA e da Ropicons.



Os Heróis de Azul realizaram consultas médicas e conselhos de saúde e conselhos de saúde, em parceria com a Ordem dos Médicos de Angola na zona do Zango 4, Província de Luanda.



Os Heróis de Azul procederam ao treinamento e estágio intensivo em padaria e hotelaria, em parceria com a Viana Sol Padaria e Hoteltur. Os beneficiários são pessoas carenciadas e vulneráveis.



Os Heróis de Azul realizaram consultas médicas, orientação para a saúde e sessão de literacia financeira – Especial Dia da Mulher Angola, em parceria com a Rádio Nacional de Angola no Mercado do KM30, Viana, Província de Luanda.



Os Heróis de Azul procederam a doação de alimentos e produtos de desinfecção ao Centro Casa Davi, comunidade Cabiri, Catete Província de Luanda.

Foram também realizadas consultas em estomatologista, no bairro Assaca 1, Sumbe, Província do kwanza Sul.



Somos caminho em Angola

Aliado à transparência e responsabilidade na gestão, que fazem parte do ADN do Banco, bem como à excelência dos Colaboradores que dão corpo a esta instituição, o foco no Cliente é a chave para a resiliência e estabilidade do Standard Bank de Angola no contexto tão difícil que se vive.



05 GOVERNAÇÃO CORPORATIVA

Standard Bank *É POSSÍVEL*

5.1 O Nosso Modelo de Governação

A estrutura interna do SBA tem em consideração as características inerentes à sua actividade.

A Governação Corporativa é um dos pilares fulcrais do Banco dada a responsabilidade que detém na execução do enquadramento regulamentar, facilitando a decisão estratégica e a reconciliação do interesse de todos os *stakeholders*.

De acordo com o modelo de governação definido, o Banco favorece a distribuição de responsabilidades, com base numa estrutura lógica e consistente, onde o Conselho de Administração tem o seu papel fundamental na supervisão do risco e na definição estratégica, garantindo o cumprimento do enquadramento regulamentar.

O Banco prevê ainda a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês do Conselho de Administração, conservando sempre um controlo efectivo e a garantia final de todas as decisões. A cultura do SBA reconhece que a forma “como fazemos” é tão importante como “o que fazemos”.

Princípios orientadores

O SBA adoptou um modelo de Governação Corporativa adequado aos seus processos organizativos, gestão corrente e aos riscos inerentes à sua actividade, em linha com a regulamentação aplicável. Apresenta uma estrutura coerente de gestão de risco que permite a correcta implementação e monitorização do Sistema de Controlo Interno, assegurando o alinhamento das políticas e processos de Gestão de Risco com a estratégia de negócio.

De acordo com o modelo de governação definido, a administração é exercida pelo Conselho de Administração, que procura equilibrar o seu papel de supervisão do risco e de orientação estratégica com a necessidade de garantir o cumprimento de requisitos regulamentares e aceitação de risco. O modelo de Governação do SBA prevê a delegação de poderes na Comissão Executiva e em Comitês (internos) do Conselho de Administração, mantendo sempre um controlo efectivo e a responsabilidade final de todas as decisões.

Os princípios orientadores da política de governação corporativa do SBA cumprem com os requisitos exigidos pela regulamentação do Banco Nacional de Angola (BNA), bem como com os requisitos da Comissão de Mercado de Capitais (CMC) e da Autoridade Geral Tributária (AGT), estando também alinhados com os princípios orientadores do Grupo Standard Bank, visando garantir a manutenção das melhores práticas, nomeadamente:

- 01 Promover transparência, responsabilidade e empatia na gestão dos relacionamentos com os *stakeholders***, de forma a garantir que nossos Clientes são tratados de forma justa e consistente;
- 02 Gerar um impacto positivo na sociedade**, na economia e no meio ambiente por meio da nossa actividade;
- 03 Cumprir com os elevados padrões regulatórios e de *governance***, incluindo os do Grupo Standard Bank;
- 04 Incutir uma cultura ética** e de consciência do risco.



Os Avisos n.º 1/19 e n.º 2/19 do BNA vieram estabelecer os pilares fundamentais de Governança Corporativa e Controlo Interno das Instituições Financeiras, definindo um conjunto de práticas no âmbito da estrutura de capital, estratégia, modelo de organização societária, transparência das estruturas orgânicas, políticas de gestão de risco, de remuneração e do conflito de interesses.

O modelo de Governança Corporativa é composto pelos seguintes mecanismos:

- **Políticas que regulam** a participação dos accionistas no Banco, sendo de especial relevância as referentes ao exercício dos seus direitos estatutários;
- **Políticas do Conselho de Administração**, das suas Comissões e da Comissão Executiva;
- **Procedimentos internos** que contêm um conjunto de princípios e regras concretas de actuação, que estão contidas no código de conduta;
- **Organograma** que permite uma clara segregação de funções e responsabilidades dos diferentes órgãos. A distribuição dos pelouros sob alçada de cada administrador executivo é realizada de forma a garantir a segregação entre as funções de negócio, suporte e controlo;
- **Instrumentos utilizados para melhorar a informação** prestada aos accionistas (com destaque para o Relatório e Contas e para a página institucional do Banco na *internet*) e processos destinados a fazer com que esta informação seja precisa, completa e tempestiva, incluindo tudo o que está vinculado à relação com o Conselho Fiscal e o Auditor Externo.

O *framework* de Governação Corporativa do SBA encontra-se alinhado com os princípios definidos para Angola e alinhado com os princípios do Grupo Standard Bank, de forma a fornecer uma estratégia clara e a ser ágil a responder aos desafios que lhe são colocados. As melhores práticas implementadas são por exemplo:

- Identificar oportunidades estratégicas de acordo com o seu apetite ao risco, o qual se encontra aprovado, tendo em consideração uma gestão sã e prudente;
- Promover um ambiente de controlo interno eficaz de forma a evitar perdas financeiras ou danos reputacionais;
- Ter sempre presente os princípios éticos que regem o SBA e o Grupo, de forma a conseguir os melhores negócios sem haver riscos reputacionais.



Organograma

AUDITORIA INTERNA, JURÍDICO E COMPLIANCE

DIRECÇÃO DE AUDITORIA INTERNA

Portfolio WS/BCC

Portfolio CF e Risco

DIRECÇÃO JURIDICA

Legal CF

Legal WS

Legal BCC / CHNW

DIRECÇÃO DE COMPLIANCE

Regulatório

Monitorização

Combate ao branqueamento de capitais

Investigação e Risco de fraude

RISCO, CONTROLO CAMBIAL E FINANCEIRO

DIRECÇÃO DE RISCO

Crédito BCC e CHNW

Crédito WS

Risco não Financeiro

Recuperação e Reabilitação CHNW

Governance

DIRECÇÃO DE CONTROLO CAMBIAL

DIRECÇÃO FINANCEIRA

Contabilidade

Controlo de Gestão

Controlo de Produtos

Impostos

Controlo Financeiro e Reportes Regulatórios

Gestão de Tesouraria e Capital

Compras

MARKETING, PESSOAS E CULTURA E INOVAÇÃO

DIRECÇÃO DE BRAND & MARKETING

Comunicação e Responsabilidade Social

Plataforma Digital

Brand Marketing

Insights Research and Data

DIRECÇÃO DE PESSOAS E CULTURA

Aquisição de Talentos

Formação e Desenvolvimento

Serviços Partilhados

Parceiro de Negocios CHNW/ BCC

Parceiro de Negocios WS/CF/MD

Parceiro de Negocios ENG/INN/ FIN

Relações Laborais

Bem-Estar

APOIO ÀS ÁREAS DO NEGÓCIO E DE SUPORTE

Direcção de Inovação

Transformação Digital

Inovação

WS, CHNW, BCC, CS, SERVIÇO

DIREÇÃO CLIENTES CORPORATIVOS E INSTITUCIONAIS (WHOLESALE - WS)

Banca de Investimento

Mercado de Capitais

Banca Transaccional

Banca Corporativa

DIREÇÃO CLIENTES CONSUMO E DE ELEVADO PATRIMÓNIO (CHNW)

Cobertura de Clientes

Clients Affluents

Digital & eCommerce

Main Markets

Personalisation

Agência Voz

DIREÇÃO CLIENTES COMERCIAIS E DE NEGÓCIOS (BCC)

PME's

Digital & eCommerce

Agro-Negócios

Banca Ecosistemas

Sector Público

Banca Africa China

Banca Comercial

DIREÇÃO SOLUÇÕES PARA CLIENTES (CS)

Seguros

Banca

ENGENHARIA

DIREÇÃO DE ENGENHARIA

Data e Segurança de Informaçã

Património, Segurança e Logística

Tecnologia e Operações

Governança Corporativa

ASSEMBLEIA GERAL

CONSELHO FISCAL

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

COMISSÃO EXECUTIVA

Comité de Auditoria

Comité de Risco

Comité de Governação de Crédito

Comité de Gestão de Capital Humano

Comité de Sistemas de Informação

Comité de Activos e Passivos

Comité de Gestão de Risco

Comité de Risco de Crédito

Comité de Pessoas e Cultura

Comité de *Pricing*

Comité de Novos Produtos

Comité de Projectos

Comité de Compras

Comité de Análise de Clientes de Alto Risco

Comité de Controlo Interno Financeiro

Comité de Experiência do Cliente

Comité de Governação de Dados e Informação

O SBA foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola a 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional a 27 de Setembro de 2010.

O Capital Social do Banco, no valor de Kz 9 530 006 500,00 (nove mil milhões, quinhentos e trinta milhões, seis mil e quinhentos kwanzas), está dividido em 1 000 000 acções, encontrando-se repartido por três accionistas minoritários (pessoas individuais fiduciárias do Grupo Standard Bank) e dois accionistas maioritários, nomeadamente:

- Grupo Standard Bank Lda – 50,1%
- AAA Activos Lda. - 49%

De salientar que as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).



Principais Áreas de Foco

- 01** **Optimizar a experiência do Cliente**, através de processos e procedimentos disruptivos e automáticos, de forma a aumentar a sua fidelização e retenção;
- 02** **Proporcionar aos nossos Colaboradores melhores condições de trabalho** e apostar continuamente na sua formação, preparando todas as áreas do Banco para um futuro digital;
- 03** **Alinhar as melhores práticas** do SBA com as internacionais;
- 04** **Tornar os processos operacionais e o modelo de gestão de risco mais robusto**, com o objectivo de mitigar eficaz e eficientemente os riscos inerentes à operação do Banco;
- 05** **Disponibilizar soluções inovadoras** e de baixo custo aos nossos Clientes;
- 06** **Implementar metodologias de trabalho mais ágeis** que promovam e dinamizem a inovação no Banco;
- 07** **Apostar na análise de grande volume de dados**, de forma a alavancar o negócio e proporcionar aos Clientes um maior leque de oferta de produtos e serviços financeiros.

Órgão Sociais

De modo prevenir a existência de conflitos de interesses ou situações de abuso de informação privilegiada, os membros integrantes dos Órgãos Sociais do Banco regem-se por um Código de Conduta do qual faz parte um conjunto de regras e deveres de confidencialidade.

Aliada à elevada experiência profissional e competências técnicas, os Órgãos Sociais são ainda reconhecidos pela sua idoneidade moral, cumprindo as normas e padrões do Banco.

A estrutura de Governança Corporativa do SBA segrega funções e responsabilidades entre diversos Órgãos Sociais do Banco, nomeadamente Assembleia Geral, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

ASSEMBLEIA GERAL

A Assembleia Geral é o Órgão Social constituído por todos os accionistas do SBA e o seu funcionamento é regulado pelos estatutos do Banco. A mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente e um secretário, que são mandatados por 4 anos. **A composição da mesa da Assembleia Geral é a seguinte:**

Presidente da mesa da Assembleia Geral

Sofia Vale, que actualmente desempenha funções de Professora Universitária na Faculdade de Direito Agostinho Neto e Árbitra em Tribunais Arbitrais *Ad Hoc* e Institucionais

Secretário da mesa da Assembleia Geral

A nomear

A Assembleia Geral tem como competências:

- Eleição dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos membros da mesa da Assembleia Geral;
- Apreciação do relatório anual do Conselho de Administração, incluindo a análise e aprovação das demonstrações financeiras, conforme aprovadas pelo Conselho de Administração e adopção da aplicação de resultados proposta pelo Conselho de Administração, bem como a criação de reservas da Sociedade;
- Aprovação das remunerações dos membros dos órgãos sociais;
- Deliberação sobre alterações aos Estatutos;
- Aumento ou redução (incluindo, sem limitação, qualquer reembolso total ou parcial do capital social e pagamento aos accionistas do valor nominal das acções respectivas ou de parte destas, desde que o pagamento seja efectuado através de fundos distribuíveis) do capital da Sociedade, mas sob reserva do estipulado nos Estatutos;
- Dissolução e liquidação da Sociedade;
- Qualquer fusão ou aquisição que envolva o pagamento de um montante igual ou superior a 25% do capital da Sociedade;
- Qualquer alteração material da actividade principal da Sociedade em cada momento.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração é o Órgão de decisão máximo, com a responsabilidade última pelo controlo dentro dos limites impostos pela lei e pelos estatutos do Banco. Actualmente este Órgão é composto por 7 membros, que foram nomeados em Assembleia Geral por mandatos de 4 anos. Os Administradores têm acesso ilimitado à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para o desempenho das suas responsabilidades.

Presidente

Octávio Manuel de Castro Castelo Paulo

Administrador não executivo

António Caroto Coutinho

Administrador executivo

Luís Miguel Fialho Teles

Administrador não executivo

Vogal

(Em face dos anteriores

Administradores Não Executivos terem cessado funções a 28/12/2020 por deliberação da Assembleia Geral, o Banco encontra-se actualmente em processo de aprovação e registo de novos membros do CA)

Administrador não executivo

Vogal

(Em face dos anteriores

Administradores Não Executivos terem cessado funções a 28/12/2020 por deliberação da Assembleia Geral, o Banco encontra-se actualmente em processo de aprovação e registo de novos membros do CA)

Administrador executivo

Eduardo Miguel Massena Clemente

Administradora executiva

Yonne Lizett de Queiróz de Castro

O Conselho de Administração tem como competências:

- Responsável pelo controlo e gestão corrente da actividade do Banco, dentro dos limites impostos por Lei e pelos Estatutos da Sociedade, sendo a gestão diária da Sociedade delegada na Comissão Executiva;
- Órgão decisório máximo do Banco com responsabilidade última em matéria de governação.

Os administradores têm acesso irrestrito à equipa de gestão e às informações sobre o Banco, bem como aos recursos necessários para desempenharem as suas responsabilidades.

COMISSÃO EXECUTIVA

A Comissão Executiva foi constituída pelo Conselho de Administração com o intuito de garantir o correcto acompanhamento do exercício da actividade bancária da sociedade, através da delegação dos poderes de gestão, dentro dos limites estipulados por Lei e pelos Estatutos do Banco. É constituída pelo Presidente da Comissão Executiva e por dois Administradores Executivos. Participam nas reuniões da Comissão Executiva os membros convidados, indicados pelos Administradores Executivos.

Presidente da Comissão Executiva

Luís Miguel Fialho Teles

Administrador Executivo

Eduardo Miguel Massena Clemente

Administradora Executiva

Yonne Lizett de Queiróz de Castro

A Comissão Executiva tem poderes de gestão necessários ou convenientes para o exercício da actividade bancária nos termos e com a extensão com que a mesma é configurada no mandato deste órgão e na Lei.

CONSELHO FISCAL

O Conselho fiscal é o Órgão Social com a função de fiscalizar a gestão da Sociedade, zelar pela observância da Lei e dos Estatutos, e verificar os registos contabilísticos e financeiros do Banco. É actualmente composto por dois membros, um Presidente e quatro Vogal, em mandatos de 4 anos, estando um vogal por nomear. O seu funcionamento e composição rege-se pelo disposto em legislação aplicável e nos Estatutos do Banco.

Presidente

Sérgio Eduardo Sequeira Serrão

Vogal

Fernando Jorge Teixeira Hermes

Vogal

Donald Carmo Calunda Lisboa

Suplente

Eduardo Quental Avelino Bango

AUDITOR EXTERNO

A fiscalização externa do Banco é actualmente assegurada pela empresa de auditoria PWC Angola, após quatro anos de fiscalização pela empresa de auditoria KMPG Angola. De acordo com a regulamentação aplicável, designadamente o Aviso n.º 4/14 do BNA, e em conformidade com as orientações do Grupo Standard Bank, o Banco acautela a independência e a objectividade dos seus auditores externos através da selecção de empresas de auditoria com reconhecimento internacional, cumprindo os requisitos internos de independência e rotatividade a cada 4 anos.

Comités

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO			
Comité de Auditoria	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Membro do Conselho Fiscal e Administrador Não-Executivo 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Auxiliar no cumprimento das obrigações relativas à salvaguarda de activos e avaliação do Sistema de Controlo Interno e assegurar que os riscos inerentes à actividade do Banco são adequadamente geridos e monitorizados. • Analisar a situação financeira do Banco e fazer recomendações ao Conselho de Administração sobre assuntos de natureza financeira, risco, controlo interno, fraudes e riscos informáticos relevantes, assegurando ainda uma comunicação eficaz entre o Conselho de Administração, a equipa de gestão, os auditores internos, os auditores externos e as autoridades reguladoras.
Comité de Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Administrador Não-Executivo e Administrador Executivo 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar a qualidade, integridade e fiabilidade da gestão de risco, gerir e controlar o risco, nas seguintes vertentes: <ul style="list-style-type: none"> – Aconselhar o Conselho de Administração quanto à estratégia de risco – Supervisionar a implementação da estratégia de risco – Supervisionar a função de gestão de risco

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Governação de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo Independente • Membros: Administrador Não-Executivo e Administrador Executivo 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que existe uma efectiva governação do crédito e que é efectuada uma adequada gestão da carteira de crédito • Monitorização dos créditos concedidos • Controlo efectivo do risco de crédito, incluindo o risco País.
Comité de Pessoas e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Administrador Não-executivo e Administrador Executivo 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar e aprovar a política de remuneração do Banco e zelar pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores; • Gerir a componente de recursos humanos, tais como a definição de políticas e procedimentos ou a nomeação de Directores; • Acompanhar a componente de avaliação, definir as políticas de recrutamento e contratação.
Comité de Sistemas de Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Não Executivo • Membros: Administrador Executivo e Administrador Não Executivo Independente 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Assegurar que existe uma efectiva governação e gestão do risco tecnológico, com especial ênfase para a estratégia do SBA.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
COMITÉS DA COMISSÃO EXECUTIVA			
Comité de Activos e Passivos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administrador Executivo, Director Financeiro, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>) e de Risco 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Visa o estabelecimento das linhas orientadoras da gestão do risco de liquidez, de mercado e cambial.
Comité de Gestão de Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administradora Executiva • Membros: PCE, Administrador Executivo, Director de Risco, Directora de <i>Compliance</i>, Director de Controlo Cambial, Director de Auditoria Interna, Director de Engenharia, Directora de Pessoas e Cultura, Directora Financeira, Directora de Serviços Jurídicos, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>) 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Formular estratégias de risco e desenvolver políticas de gestão de risco para aprovação do Conselho de Administração obedecendo aos requisitos regulamentares vigentes; • Adoptar os princípios corporativos e código de boas práticas bancárias por forma a promover a adequada gestão de risco, bem como, rever e avaliar o ambiente de controlo do Banco, incluindo (mas não se limitando) ao quadro de risco e garantir que a integridade dos sistemas de controlo de risco, políticas, procedimentos, processos e estratégias são geridos de forma eficaz em linha com os níveis/apetite de risco aprovados pela Administração.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Risco de Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Director de Risco • Membros: PCE, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>), Directora Jurídica, Director de Recuperação de Crédito 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Estabelecer e definir os princípios de assunção do risco de crédito e do quadro geral para uma consistente e unificada governação, identificação, avaliação, gestão e comunicação do risco de crédito. <p>Para fins de cumprimento dos seus deveres e responsabilidades, o Comité de Gestão de Risco de Crédito tem o direito de delegar responsabilidades aos subcomités e / ou indivíduos dentro de mandatos claramente definidos e autoridades delegadas.</p>
Comité de Pessoas e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>) e de Directora de Pessoas e Cultura 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar a política de remuneração do Banco bem como a responsabilidade pela nomeação, avaliação e remuneração dos Colaboradores, acompanhar a componente de avaliações periódicas de desempenho, políticas de recrutamento, rever e aprovar políticas e procedimentos relacionados com Capital Humano.
Comité de Pricing	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: CFO • Membros: Administrador Executivo do Pelouro Financeiro, Administrador Executivo do Pelouro <i>Compliance</i>, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>), Director de <i>Client Solutions</i>, Director dos Sistemas de Informação, Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Banca Transaccional (Grandes Empresas), Director de Mercado de Capitais (Grandes Empresas), Director de Banca de Investimento (Grandes Empresas) e Director de Marketing 	Trimestral	<ul style="list-style-type: none"> • Definir e rever a estratégia de pricing do Banco, tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> – Os produtos e segmentos em que o Banco pretende posicionar-se; – A concorrência; – O risco de crédito; – Todas as condicionantes do mercado.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Novos Produtos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: CFO • Membros: Directora Executiva de Consumo & Clientes <i>Prestige - (Consumer & High Networth Clients)</i>, Directora Executiva de Micro, Pequenas e Medias Empresas - <i>(Business & Commercial Clients)</i>, Director Executivo de Clientes da Banca Corporativa - <i>(Wholesale Clients)</i>, Director de TI, Director de Operações, Director de Risco, Director de <i>Compliance</i>, Director pelo Departamento Jurídico, Director de <i>Client Solutions</i>, Responsável da Unidade de Negócios que propõe o novo produto, Director de Marketing e Director de Auditoria Interna 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliação e aprovação de novos produtos, canais e propostas de serviços.
Comité de Projectos	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: PCE • Membros: Administradores Executivos, Director de Engineering, Directora Executiva de Directora Executiva do segmento Particulares - <i>(Consumer & High Networth Clients)</i>, Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - <i>(Business & Commercial Clients)</i>, Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - <i>(Wholesale Clients)</i>, Directora Financeira, Director de Pessoas e Cultura, Director da Gestão da Transformação (TMO) 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Garantir o alinhamento do investimento considerado Change the Bank, nas áreas de sistemas de informação e de negócio, com as iniciativas estratégicas adoptadas pelo SBA e, se pertinente, pelo Grupo Standard Bank. O Comité deve ainda garantir que os projectos resultantes são executados de acordo com os parâmetros acordados em termos de qualidade, custo, âmbito e prazos, e que eventuais desvios aos parâmetros estabelecidos são adequadamente geridos.
Comité de Compras	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: CFO • Membros: Director de Compras, Director de <i>Engineering</i>, Director do Jurídico, Directora Executiva do segmento Particulares - <i>(Consumer & High Networth Clients)</i>, Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - <i>(Business & Commercial Clients)</i>, Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - <i>(Wholesale Clients)</i>, Director de <i>Client Solutions</i>, e Director de Risco 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Alinhar as propostas de adjudicação de bens e serviços de terceiras partes com os objectivos do Banco a curto, médio e longo prazo. • Assegurar que todas as propostas, alterações aos contractos e reclamações são resolvidas seguindo um procedimento justo e imparcial e que todas as propostas são sujeitas a uma avaliação adequada. • Assegurar o alinhamento das estratégias de contratação e de celebração de contractos com os objectivos do Negócio.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Análise de Clientes de Alto Risco	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administradora Executiva • Membros: Administradores Executivos, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>) Director de Risco, Director do Jurídico e Director do <i>Compliance</i> 	Semanal	<ul style="list-style-type: none"> • Aprovar as relações com Clientes quando estas possam ter implicações ao nível de risco reputacional para o Banco e garantir que o processo de revisão é realizado para todas as relações relevantes, designadamente, Clientes categorizados como de Alto Risco para o Banco, incluindo pessoas politicamente expostas.
Comité de Controlo Interno Financeiro	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: CFO • Membros: CFO, Director de <i>Engeneering</i>, Directora Executiva de Consumo & Clientes Prestige - (Consumer & High Networth Clients), Directora Executiva de Micro, Pequenas e Medias Empresas - (Business & Commercial Clients), Director Executivo de Clientes da Banca Corporativa - (Wholesale Clients), Director de Client solutions 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a proporcionalidade, eficiência e adequação do controlo interno financeiro do Banco, reduzindo a tolerância para o risco operacional e financeiro.

	COMPOSIÇÃO	FREQUÊNCIA DE REUNIÕES	RESPONSABILIDADE
Comité de Experiência do Cliente	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: Administradora Executiva, Director de <i>Client Solutions</i>, Director de <i>Experience</i>, Director de <i>Engineering</i>, Director de Pessoas e Cultura, Director de Marketing, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>) 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Tem como objectivo ter uma visão global de reclamações, solicitações de Clientes, quebras dos prazos acordados, campanhas de serviços, formações e eventos, por forma a melhorar a cultura organizacional e melhorar de forma consistente a experiência do Cliente com o Banco
Comité de Governação de Dados e Informação	<ul style="list-style-type: none"> • Presidente: Administrador Executivo • Membros: Administradores Executivos, Director de <i>Engineering</i>, Directora Executiva do segmento Particulares - (<i>Consumer & High Networth Clients</i>), Directora Executiva do segmento Pequenas e Medias Empresas - (<i>Business & Commercial Clients</i>), Director Executivo de Grande Empresas e Banca de Investimento da Banca Corporativa - (<i>Wholesale Clients</i>), Director de <i>Compliance</i>, Director de Risco, Director de Jurídico, Director do Data Office 	Mensal	<ul style="list-style-type: none"> • Visa estabelecer a estratégia de gestão de Dados e informação bem como as prioridades e decisões de investimentos de sistemas para os principais programas.

Principais Políticas

CÓDIGO DE ÉTICA E CONFLITO DE INTERESSES

O SBA coloca o Cliente no centro da sua actividade, dando primazia aos seus interesses e fazendo do dever de lealdade para com este, o pilar que define o seu modo de actuação.

A política de conflito de interesses implementada pelo Banco rege-se pelos mais altos padrões éticos e deontológicos. Por um lado, procura identificar, monitorizar e mitigar situações de potenciais conflitos de interesse protegendo o Banco, os seus Colaboradores e os seus Clientes, de eventuais danos. Por outro lado, permite assegurar o estrito cumprimento das leis e dos regulamentos aplicáveis.

De forma a poder conduzir a sua actividade de forma coerente, foram identificadas directrizes comuns, tais como a visão de valores e a identidade da marca Standard Bank, que implicam um quadro comum de tomada de decisão. Este quadro está definido com maior clareza no Código de Ética, que foi concebido para facilitar uma maior descentralização e consequente tomada de decisões de forma mais rápida e eficiente em todos os níveis do Banco.

TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A definição do quadro de governação, gestão de riscos e comunicação de transacções com partes relacionadas, e os empréstimos a partes associadas e relacionadas são os principais objectivos desta política.



POLÍTICA DE REMUNERAÇÕES E BENEFÍCIOS

No SBA, a política de remunerações e benefícios é fundamental na contratação e retenção de quadros do Banco, garantindo desta forma a motivação dos seus Colaboradores e proporcionando-lhes boas oportunidades de remuneração e benefícios. De modo a garantir a efectiva execução desta política, são seguidos os seguintes princípios orientadores:

- 01 Cultura de responsabilidade e excelência, através do desempenho individual, competências adquiridas, capacidades técnicas e experiência demonstrada;
- 02 A abordagem de remuneração tem o objectivo de atrair e reter os Colaboradores chave, bem como motivar e premiar o desempenho de excelência;
- 03 Valor do trabalho, que é definido pelo Banco com base nas capacidades, nomeadamente:
 - (i) competência,
 - (ii) capacidade técnica,
 - (iii) experiência e desempenho e
 - (iv) posição ocupada nos diferentes níveis organizacionais;
- 04 Respeito pelos princípios de remuneração do mercado, de forma a garantir que as diferenças relativas ao valor de mercado são suportadas e justificadas, e que as práticas de remuneração garantem níveis adequados de competitividade;
- 05 Capacidade financeira da Instituição;
- 06 Garantia de remuneração (fundamentalmente no que se refere a benefícios), a qual se encontra dependente da contribuição dos Colaboradores para a concretização dos objectivos do Banco.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Administradores Executivos

No SBA a remuneração dos membros da Comissão Executiva, tem composição mista, i.e., apresenta uma componente fixa complementada por uma componente variável, determinada em função da conjugação de vários factores, tais como:

- Desempenho individual de cada Administrador referente não só ao ano precedente, mas à consistência de desempenho em anos anteriores.
- Desempenho geral do Banco.
- Respeito pelas regras e normativos inerentes à actividade desenvolvida pelo Banco, bem como pelo Código de Conduta.

Administradores não executivos e membros da mesa da Assembleia Geral

Os Administradores não executivos do Conselho de Administração são remunerados pelas funções exercidas através de uma parcela fixa e de senhas de presença em reuniões.

O Administrador não executivo independente recebe uma remuneração fixa definida directamente pelos accionistas.

A remuneração da mesa da Assembleia Geral corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões.

Conselho Fiscal

A remuneração dos membros do Conselho Fiscal corresponde a um valor fixo consoante a sua presença em reuniões. Os valores destas são aprovados pelos accionistas através de deliberação da Assembleia Geral.

A remuneração dos Órgãos Sociais tem em vista a compensação das actividades que desenvolvem no Banco directamente.

A remuneração dos Órgãos Sociais engloba a remuneração fixa, remuneração varável e benefícios de longo prazo, como apresentada de seguida.

(milhares de kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
30 de Junho de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	815 233	–	815 233	6 904	27 000	849 137
Remunerações variáveis	545 455	–	545 455	4 474	8 156	558 085
Sub total	1 360 688	–	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222
Benefícios e outros encargos sociais	–	–	–	–	–	–
Outras remunerações e prémios de antiguidade	–	–	–	–	–	–
Total	1 360 688	–	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222
30 de Junho de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	117 102	38 455	155 557	6 129	334 448	496 134
Remunerações variáveis	–	5 336	5 336	3 029	–	8 365
Sub total	117 102	43 791	160 893	9 158	334 448	504 499
Benefícios e outros encargos sociais	118 000	32 967	150 967	–	225 548	376 515
Total	235 102	76 758	311 860	9 158	559 996	881 014



Somos resultados em Angola

Queremos transmitir uma mensagem clara e transparente a todos os nossos *stakeholders*, não apenas numa vertente financeira, mas de forma mais abrangente pois a actividade que desenvolvemos e os desafios que enfrentamos não se resumem só a números.



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 06 E NOTAS

Standard Bank *É POSSÍVEL*

6.1 Demonstrações Financeiras



(milhares de kwanzas)

BALANÇO	Notas	30.06.2021	31.12.2020
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	4	113 269 369	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	147 353 791	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	92 771 481	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7	7 272 905	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	132 467 303	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	9	150 894 142	235 843 696
Crédito a clientes	10	189 525 404	140 309 033
Outros activos tangíveis	11	42 671 364	39 912 155
Activos intangíveis	12	7 290 097	6 385 504
Activos por impostos correntes	13	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	13	3 170 818	1 150 917
Outros activos	14	7 900 953	10 406 404
Total de Activo		895 036 573	880 282 338
Passivo e capital próprio			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	13 471 084	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	16	672 653 587	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	17	4 743 781	4 745 970
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	7	83 877	214 709
Provisões	18	3 496 895	2 796 343
Passivos por impostos correntes	13	7 873 300	2 918 522
Passivos subordinados	19	19 671 307	19 553 301
Outros passivos	20	38 089 869	40 509 524
Total do Passivo		760 083 700	763 299 967
Capital próprio			
Capital Social	21	9 530 007	9 530 007
Reservas de reavaliação	22	358 016	(1 099 873)
Outras reservas e resultados transitados	22	92 293 248	72 421 149
Resultado líquido		32 771 602	36 131 088
Total do Capital Próprio		134 952 873	116 982 371
Total do Passivo e do Capital Próprio		895 036 573	880 282 338

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Notas	30.06.2021	30.06.2020
Juros e rendimentos similares	24	41 489 033	26 514 838
Juros e encargos similares	24	(6 223 647)	(3 879 091)
Margem financeira		35 265 386	22 635 747
Rendimentos de serviços e comissões	25	8 144 867	5 107 953
Encargos com serviços e comissões	25	(1 977 862)	(1 280 507)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	26	(45 424)	(348 138)
Resultados cambiais	27	16 912 533	12 861 649
Outros resultados de exploração	28	(2 425 221)	(953 088)
Produto da actividade bancária		55 874 279	38 023 616
Custos com pessoal	29	(9 957 010)	(8 165 827)
Fornecimentos e serviços de terceiros	30	(6 899 457)	(4 989 931)
Depreciações e amortizações do exercício	11 e 12	(1 322 144)	(975 817)
Provisões líquidas de anulações	18	(681 955)	(546 974)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	10	(3 101 706)	(600 401)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	4,5,6,9,14 e 22	4 242 482	166 355
Resultado antes de impostos		38 154 489	22 911 021
Impostos sobre os resultados	13	(5 382 887)	(1 480 687)
Resultado líquido		32 771 602	21 430 334
Número médio de acções ordinárias emitidas		1 000 000	1 000 000
Resultados por acção básico (em kwanzas)	31	32 772	36 131
Resultados por acção diluído (em kwanzas)	31	32 772	36 131

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS E DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL	Notas	30.06.2021	30.06.2020
Resultado líquido do exercício		32 771 602	21 430 334
Outro rendimento integral do exercício			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para resultados			
Instrumentos de dívida ao justo valor através de outro rendimento integral	8 e 22		
Variações no justo valor		1 324 653	(890 561)
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período		133 236	(12 853)
Total do outro rendimento integral do exercício		1 457 889	(903 414)
Total do rendimento integral do exercício		34 229 491	20 526 920

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	30.06.2021	30.06.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS			
Juros, comissões e outros proveitos equiparados recebidos	24 e 25	42 730 555	38 546 987
Juros, comissões e outros custos equiparados pagos	24 e 25	(6 740 757)	(5 013 595)
Pagamentos a empregados e fornecedores	29 e 30	(16 856 467)	(13 155 758)
Outros resultados	27 e 28	14 487 311	11 908 561
Fluxos de caixa antes das alterações nos activos e passivos operacionais		33 620 642	32 286 195
(Aumentos)/Diminuições de activos operacionais:			
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	6	49 689 115	(34 651 608)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 e 26	(6 099 462)	(7 527 463)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	8	(42 941 504)	13 233 257
Investimentos ao custo amortizado	9	94 507 675	1 044 985
Crédito a clientes	10	(50 297 061)	(30 950 511)
Outros activos	13 e 14	497 072	(4 847 564)
Fluxo líquido proveniente dos activos operacionais		45 355 834	(63 698 904)
(Aumentos)/Diminuições de passivos operacionais:			
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	15	12 576 972	1 398 319
Recursos de clientes e outros empréstimos	16 e 19	(20 356 645)	96 653 672
Outros passivos	18 e 20	(3 802 162)	(18 723 656)
Fluxo líquido proveniente dos passivos operacionais		(11 581 835)	79 328 335
Caixa líquida das actividades operacionais antes dos impostos sobre o rendimento		67 394 641	47 915 626
Impostos sobre o rendimento pagos	13	(439 631)	(613 501)
Caixa líquida das actividades operacionais		66 955 010	47 302 125

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	Notas	30.06.2021	30.06.2020
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de outros activos tangíveis, líquidas de alienações	11	(3 478 777)	(4 916 192)
Aquisições de activos intangíveis, líquidas de alienações	12	(1 186 180)	(1 707 242)
Caixa líquida das actividades de investimento		(4 664 957)	(6 623 434)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Distribuição de dividendos	22	(16 258 989)	(12 851 076)
Emissão de responsabilidades representadas por títulos, líquida de reembolsos e compras	17	(2 189)	-
Caixa líquida das actividades de financiamento		(16 261 178)	(12 851 076)
Variação de caixa e seus equivalentes		46 028 875	27 827 616
Caixa e seus equivalentes no início do período	4 e 5	289 596 070	261 768 454
Caixa e seus equivalentes no fim do período		335 624 945	289 596 070
Caixa e equivalentes engloba:			
Caixa	4	10 356 794	8 910 350
Disponibilidades em Bancos Centrais	4	38 616 880	42 855 913
Disponibilidades em Bancos Centrais de natureza obrigatória	4	64 295 695	53 057 593
Disponibilidades em outras instituições de crédito	5	147 353 791	184 772 214
Total		260 623 160	289 596 070

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	Reservas de reavaliação (Nota 22)	Outras reservas e resultados transitados (Nota 22)			Resultado líquido	Total do capital próprio	
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas			Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536	32 127 689	95 665 750
Outro rendimento integral:							
Alterações de justo valor	(890 561)	-	-	-	-	-	(890 561)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	(12 853)	-	-	-	-	-	(12 853)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	21 430 334	21 430 334
Total de rendimento integral no exercício	(903 414)	-	-	-	-	21 430 334	20 526 920
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689	(32 127 689)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2020	(39 896)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	21 430 334	103 341 594
Outro rendimento integral:							
Alterações de justo valor	(1 223 194)	-	-	-	-	-	(1 223 194)
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	163 217	-	-	-	-	-	163 217
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	14 700 754	14 700 754
Total de rendimento integral no exercício	(1 059 977)	-	-	-	-	14 700 754	13 640 777
Aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149	36 131 088	116 982 371
Outro rendimento integral:							
Alterações de justo valor	1 324 653	-	-	-	-	-	1 324 653
Desvios atuariais	-	-	-	-	-	-	-
Variação cambial	-	-	-	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	133 236	-	-	-	-	-	133 236
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	32 771 602	32 771 602
Total de rendimento integral no exercício	1 457 889	-	-	-	-	32 771 602	34 229 491
Constituição de reservas	-	-	36 131 088	-	36 131 088	(36 131 088)	-
Distribuição de dividendos	-	-	(16 258 989)	-	(16 258 989)	-	(16 258 989)
Outros movimentos	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	358 016	9 530 007	82 762 032	1 209	92 293 248	32 771 602	134 952 873

As notas explicativas anexas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras

6.2 Notas às Demonstrações Financeiras



Nota 1 - Nota Introdutória

O Standard Bank de Angola, S.A. (doravante também designado por “Banco” ou “SBA”), é um Banco de capitais privados com sede no Condomínio Belas Business Park, Edifício Cuando Cubango, 8º andar, Talatona, Angola. O Banco foi autorizado a operar pelo Banco Nacional de Angola em 9 de Março de 2010, tendo iniciado a sua actividade operacional em 27 de Setembro de 2010.

O Banco tem como objectivo o exercício da actividade bancária nos termos permitidos por lei, que inclui a obtenção de recursos de terceiros sob a forma de depósitos ou outros, os quais aplica, juntamente com seus recursos próprios, na concessão de empréstimos, depósitos no Banco Nacional de Angola (BNA), aplicações em instituições de crédito, aquisição de títulos e em outros activos, para os quais se encontra devidamente autorizado. Presta ainda outros serviços bancários e realiza diversos tipos de operações em moeda estrangeira.

No que se refere à estrutura accionista e conforme detalhado na Nota 21 o Banco é detido maioritariamente pelo Standard Bank da África do Sul em 51%. Na Nota 32 encontram-se detalhados os principais saldos e transacções com accionistas e outras entidades relacionadas.

Em Junho de 2021 e Dezembro de 2020, o Banco terminou o ano com 19 agências abertas.

Nota 2 - Políticas Contabilísticas

BASES DE APRESENTAÇÃO

No âmbito do disposto no Aviso nº 05/2019 de 30 de Agosto, do Banco Nacional de Angola, as demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. são preparadas de acordo com as International Financial Reporting Standards (IFRS).

As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras do Standard Bank de Angola, S.A. agora apresentadas reportam-se ao período de seis meses findo em 30 de Junho de 2021.

As demonstrações financeiras estão expressas em milhares de kwanzas, a moeda do ambiente económico no qual o Banco se encontra, arredondado ao milhar mais próximo. Foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao seu justo valor, nomeadamente instrumentos financeiros derivados, activos e passivos financeiros ao justo valor através dos resultados e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral. Os outros activos e passivos financeiros e os activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

Os câmbios de kwanzas face às divisas relevantes para a actividade do Banco eram os seguintes nas datas de referência abaixo:

	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2020
USD	653.652	649.604	579.450
EUR	774.839	798.429	649.419

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Banco efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade, ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras do Banco em 30 de Junho de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Setembro de 2021.

As políticas contabilísticas são consistentes com as reportadas em anos anteriores.

2.1 COMPARABILIDADE DA INFORMAÇÃO

O Banco adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para os períodos que se iniciaram em ou após 1 de Janeiro de 2019. As políticas contabilísticas são consistentes com as utilizadas na preparação das demonstrações financeiras do período anterior.

2.2 CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do crédito é adiantado ao Cliente. O crédito a Clientes é inicialmente registado ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos/proveitos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros reconhecidos na margem financeira. A componente dos juros é reconhecida na rubrica “Juros e rendimentos similares”, com base no método da taxa de juro efectiva e de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. Adicionalmente são periodificadas, pelo prazo da vida das operações, na margem de crédito as comissões cobradas relacionadas com as operações de crédito.

O crédito a Clientes é desreconhecido do balanço quando (i) os direitos contratuais do Banco relativos aos respectivos fluxos de caixa expiraram, (ii) o Banco transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, (iii) não obstante o Banco ter retido parte, mas não substancialmente todos, os riscos e benefícios

associados à sua detenção, o controlo sobre os activos foi transferido, ou (iv) quando não existem perspectivas realistas da recuperação dos créditos, numa perspectiva, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, sendo os mesmos abatidos ao activo.

2.2.1 Imparidade (IFRS 9)

A IFRS9 estabeleceu um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” pelo que o evento de perda não necessita assim de ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral (OCI ou Other comprehensive income).

No caso do risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso do risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificando-se o evento de perda (o que

actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, incluindo o tratamento do respectivo juro.

2.1.1.1 Expected Credit Loss (ECL)

Os ECL são uma estimativa de probabilidade das perdas de crédito.

Os inputs chave para a mensuração dos ECL são previsivelmente as seguintes variáveis:

- Probabilidade de Incumprimento (Probability of Default ou PD);
- Perda dado o Incumprimento (Loss Given Default ou LGD); e
- Exposição em Incumprimento (Exposure at Default ou EAD).

Estes parâmetros derivam de modelos estatísticos internos desenvolvidos e outros dados históricos que derivam de modelos regulatórios, sendo ajustados para reflectir informação prospectiva.

As estimativas de PD são estimativas a uma determinada data, calculadas com base num modelo de notações estatísticas, e obtidas utilizando ferramentas de notações criadas para as várias categorias de contrapartes e exposições. Estes modelos estatísticos são baseados em dados compilados internamente, compreendendo tanto factores qualitativos como factores quantitativos. Onde se encontrarem disponíveis dados de mercado, estes podem também ser utilizados para obter a PD de grandes contrapartes Wholesale. Se

uma contraparte ou exposição migrar entre classes de notação, isso dá origem a uma mudança na estimativa da PD associada. As PDs são estimadas considerando as maturidades contratuais das exposições e taxas de pagamento antecipado estimado.

A LGD é a magnitude da perda provável se existir incumprimento. O Banco estima os parâmetros de LGD com base nas taxas de recuperação históricas de processos contra contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, o colateral, a senioridade da disputa, indústria da contraparte e custos de recuperação de qualquer colateral que integra o activo financeiro. Para empréstimos colateralizados por propriedades imobiliárias, os rácios de loan-to-value (LTV) são o parâmetro chave na determinação da LGD. As estimativas de LGD são calibradas para diferentes cenários económicos e, no caso de empréstimos imobiliários, procuram reflectir possíveis mudanças nos preços das propriedades. São calculadas numa base de fluxos de caixa não descontados utilizando a taxa de juro efectiva como o factor de desconto. Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, foi acordado para efeitos de consistência pelo Grupo Standard Bank, o pressuposto de que a LGD não inclui recuperações de contratos abatidos ao activo.

A EAD representa a exposição esperada na eventualidade de incumprimento. O Banco obtém a EAD da exposição actual às contrapartes e as mudanças potenciais para o montante nos

termos do contrato, incluindo amortização, e pagamentos antecipados. A EAD dos activos financeiros corresponde ao valor bruto devido no incumprimento.

Para posições extrapatrimoniais (limites não utilizados, cartas de crédito e garantias financeiras), a EAD considera o valor descontado, bem como os potenciais montantes futuros que poderão ser levantados ou amortizados no âmbito do contrato. Para esta estimativa, o Banco considera o valor nominal das posições extrapatrimoniais multiplicado pelo Credit Conversion Factor (CCF) tendo em conta os níveis de risco apresentados na Tabela 2 do Aviso nº 09/2016 do Banco Nacional de Angola, onde posições com risco elevado são ponderadas a 100%, posições com risco médio são ponderadas a 20%, posições com risco médio/baixo são ponderadas a 20% e posições com risco baixo são ponderadas a 0%.

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, os limites não utilizados são considerados pelo modelo de imparidade como exposições patrimoniais.

2.2.1.2 Análise individual e colectiva

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, o modelo de imparidade do Banco para os créditos no Estágio 3 é efectuado numa base individual. Para créditos no Estágio 1 e 2 é efectuado numa base colectiva, agrupando a carteira por segmento (Business & Commercial Client ou BCC e Consumer & High Net Worth Client ou CHNW) e por produto (empréstimos à habitação, leasing, descobertos,

empréstimos de médio e longo prazo, cartões de crédito e cartas de crédito).

Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, o modelo de imparidade do Banco é efectuado numa base individual, tendo em conta um modelo de rating para cada classe de activo.

2.2.1.3 Aumento significativo do risco de crédito (Significant increase in credit risk ou SICR)

No âmbito da IFRS 9, na determinação de que o risco de crédito (isto é risco de incumprimento) aumentou consideravelmente num instrumento financeiro desde o seu reconhecimento inicial, devendo nessa medida transitar de estágio 1 para estágio 2, o Banco considera a informação razoável e suportável que é relevante e disponível sem grande custo ou esforço, incluindo tanto informação qualitativa como quantitativa, e a análise baseada na experiência histórica do Banco, análise técnica do crédito e informação prospectiva.

Primeiramente, o Banco identifica de que forma um aumento significativo do risco de crédito ocorreu para uma exposição comparando a probabilidade de incumprimento (PD) para a restante vida do contrato à data de reporte, com a PD da restante vida do contrato para este ponto no tempo que foi estimado no reconhecimento inicial da exposição. No segmento Grandes Empresas e Banca de Investimento a degradação do rating (três notas ou uma nota, dependendo do rating inicial) atribuído ao Cliente é um evento para a identificação de aumento significativo de risco de crédito.

Avaliar se o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial de um instrumento financeiro requer a identificação da data de reconhecimento inicial do instrumento. Para certos instrumentos de crédito de carácter renovável (por exemplo cartões de crédito e descobertos bancários), a data em que o crédito foi concedido pode ter sido há muito tempo atrás. A modificação dos termos contratuais de instrumentos financeiros pode também afectar a avaliação.

2.2.1.4 Níveis de risco de crédito (Estágios)

O Banco aloca cada exposição a um determinado nível de risco de crédito (Estágio), entre 1, 2 ou 3, com base numa variedade de dados que é determinada de forma preditiva do risco de incumprimento, e aplicando julgamento experimentado de crédito. Os níveis de risco de crédito são definidos usando factores qualitativos e quantitativos que são indicadores do risco de incumprimento (default). Estes factores podem variar dependendo da natureza da exposição e do tipo de Cliente.

Os níveis de risco de crédito são definidos e calibrados para que o risco do incumprimento aumente exponencialmente à medida que o risco de crédito se deteriora. Nesse sentido, a diferença entre o risco de incumprimento e o risco de crédito nos níveis 1 e 2 é inferior à diferença entre os riscos de crédito nos níveis 2 e 3.

Cada exposição será alocada ao seu nível de risco de crédito no momento do reconhecimento inicial,

com base na informação disponível acerca do Cliente. Todas as exposições são sujeitas a uma monitorização constante, que pode resultar em transferências de um nível de risco de crédito para outro.

O Banco considera contratos com mais de 90 dias de atraso no Estágio 3. Adicionalmente, considera no Estágio 2 contratos com mais de 30 dias de atraso, que tenham apresentado um aumento significativo do risco de crédito ou contratos que estejam na watchlist. Os restantes contratos são considerados no Estágio 1.

Para as exposições no Estágio 1, o período de mensuração do ECL é de 12 meses (ou o seu período remanescente de maturidade, caso seja inferior a 12 meses). Para as exposições no Estágio 2 ou 3, o período de mensuração do ECL é toda a vida útil da exposição (lifetime).

2.2.1.5 Estrutura Temporal da PD

Os níveis de risco de crédito serão um input primário para a determinação da estrutura temporal da PD nas exposições. O Banco recolhe indicadores de performance e de incumprimento acerca das suas exposições tendo em consideração o identificador geográfico, o tipo de produto e Cliente, e o nível de risco de crédito. Para determinados portfólios, pode também ser utilizada a informação obtida de agências de notação de crédito externas.

O Banco utiliza modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos e gerar estimativas da PD para o restante período da exposição.

Esta análise inclui a identificação e calibração das relações entre as variações das taxas de incumprimento e as variações nos principais factores macroeconómicos, bem como numa análise mais aprofundada do impacto de determinados factores (por exemplo, experiência de reestruturações) no risco de incumprimento. Para a maioria das exposições, os indicadores macroeconómicos chave incluem o crescimento do PIB, taxas de juro de benchmark e os níveis de desemprego.

Para as exposições de indústrias específicas e regiões, a análise poderá ser estendida às correspondentes matérias primas e/ou preços do mercado imobiliário.

2.2.1.6 Definição de default

No âmbito da IFRS 9, o Banco considera os seus activos financeiros como estando em default quando:

- O devedor não irá ser capaz de pagar as suas obrigações de crédito na totalidade, sem recurso pelo Banco ao accionar as garantias detidas (no caso de existência das mesmas); ou
- O devedor encontra-se em incumprimento há pelo menos 90 dias de alguma obrigação material do contrato a realizar junto do Banco. No caso dos descobertos bancários, considera-se que existe incumprimento quando:
 - (i) O mutuário tenha excedido o limite recomendado por mais de 90 dias, ou seja, o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida, no referido prazo, para um valor dentro

do limite autorizado; ou

(ii) For recomendado ao mutuário um limite inferior ao montante em dívida do mutuário e o mutuário em causa não tenha conseguido reduzir o montante em dívida no prazo de 90 dias para um valor dentro do novo limite recomendado; ou

(iii) O Banco conceda crédito a uma pessoa sem limite autorizado, cujo crédito não seja pré-pago no prazo de 90 dias.

Na verificação do incumprimento (default), o Banco considera os seguintes indicadores:

- Qualitativos: quebras de cláusulas ou covenants contratuais;
- Quantitativos: estado de incumprimento e o não pagamento de outra obrigação do mesmo devedor ao Banco;
- Outros indicadores baseados em dados desenvolvidos internamente ou obtidos externamente.

Os inputs da avaliação de quando um instrumento financeiro se encontra em default, e da sua significância, podem variar ao longo do tempo para reflectir modificações nas circunstâncias.

Os activos financeiros em estado de default são considerados no Estágio 3.

2.2.1.7 Informação prospectiva

No âmbito da IFRS 9, o Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração dos ECL.

O Banco formula um “cenário base” de perspectiva futura das variáveis económicas relevantes e um conjunto representativo de outras possíveis projecções de cenários, com base nos conselhos do Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC), de especialistas económicos, e uma variedade de considerações actuais e de projecção de informação externa. Este processo envolve o desenvolvimento de dois ou mais cenários económicos e a consideração das probabilidades relativas de cada desfecho. A informação externa inclui dados económicos e projecções publicadas por entidades governamentais e autoridades monetárias nos países onde o Banco desenvolve operações, organizações supranacionais como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico e o Fundo Monetário Internacional, e analistas privados académicos e do sector.

O cenário base representa o resultado mais provável e é alinhado com a informação utilizada pelo Banco para outros efeitos, tais como planeamento estratégico e orçamentação. Os restantes cenários representam resultados mais optimistas ou pessimistas. O Banco leva a cabo testes de stress periódicos com choques mais extremos para calibrar e determinar outros cenários

representativos, sempre que considere adequado.

O Banco identifica os drivers chave de risco de crédito e perdas de crédito para cada portfolio de instrumentos financeiros e, utilizando uma análise dos dados históricos, estima relações entre as variáveis macroeconómicas, o risco de crédito e as perdas de crédito. Estes drivers chave incluem taxas de juro, taxas de desemprego e projecções do PIB. As relações previsíveis entre os indicadores chave, o incumprimento e as taxas de perdas nos diversos portfolios de activos financeiros foram desenvolvidos com base na análise de dados históricos sobre os últimos 5 anos.

Os cenários económicos utilizados são aprovados pelo Comité de Gestão de Risco de Crédito (CRMC).

Para Particulares e Pequenas e Médias Empresas, esta informação prospectiva é incluída na ECL no Estágio 2. Para Grandes Empresas e Banca de Investimento, a informação prospectiva é incluída no modelo de rating de cada Cliente.

2.2.1.8 Activos financeiros curados

O Banco analisa continuamente se os triggers que levaram contratos ao estado de default (Estágio 3) ainda existem. São mantidos no Estágio 3 os contratos que entraram em default durante pelo menos 6 meses, mesmo que já não apresentem indícios de imparidade. Se os contratos tiverem prestações trimestrais ou com periodicidade superior, será decidido no CRMC quando é que estes contratos podem ser transferidos do Estágio 3.

Um activo financeiro será transferido do Estágio 2 para o Estágio 1 quando não apresentar critérios de aumento significativo do risco de crédito e estiver curado.

2.2.1.9 Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um empréstimo podem ser modificados por um conjunto de razões, incluindo mudanças de condições de mercado, retenção de Clientes, e outros factores não directamente relacionados com uma actual ou potencial deterioração de crédito do Cliente. Um empréstimo existente no qual os termos tenham sido modificados através da negociação deve ser avaliado quanto ao seu possível desreconhecimento. Caso os termos do empréstimo renegociado sejam significativamente diferentes, o mesmo deve ser desreconhecido, e o empréstimo renegociado, reconhecido como um novo empréstimo ao justo valor, calculando a sua nova taxa de juro efectiva.

Se os termos do contrato não forem significativamente diferentes, a renegociação ou modificação não é elegível para desreconhecimento e o Banco recalcula o montante contabilístico bruto na data de modificação descontando os fluxos de caixa contratuais do activo financeiro modificado usando a taxa de juro efectiva original do activo. A diferença entre essa quantia escriturada e a quantia escriturada bruta do activo original é reconhecida como um ganho ou perda de modificação. Quaisquer custos ou comissões suportadas com a modificação ajustam a quantia escriturada do activo financeiro modificado e são amortizados ao longo do restante

prazo do activo financeiro modificado.

No âmbito da IFRS 9, quando os termos de um activo financeiro são modificados, e a modificação não resulta em desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD da vida remanescente à data de reporte com base nos termos modificados, com a PD da vida remanescente estimada com base nos dados do reconhecimento inicial e nos termos originais do contrato.

O Banco renegoceia os empréstimos de Clientes em dificuldades financeiras (referido como “actividades de reestruturação”) para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. No âmbito da Política de Reestruturação do Banco, a reestruturação é elegível numa base selectiva caso o devedor se encontre actualmente em incumprimento ou se existir um risco elevado de incumprimento e exista evidência de que o devedor tenha efectuado todas as diligências para realizar os pagamentos nos termos do contrato original e seja expectável que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos normalmente incluem uma extensão da maturidade, uma modificação dos períodos de pagamento de juros e alterações aos termos das cláusulas contratuais (covenants) do empréstimo. Ambos os empréstimos de retalho e empresa são sujeitos à Política de Reestruturação. O Comité de Crédito do Banco revê regularmente os reportes da actividade de reestruturação.

Para activos financeiros modificados como resultado da aplicação da Política de Reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte a forma como a modificação melhorou a capacidade do Banco para obter o pagamento de capital e juros e a experiência passada da actividade de reestruturação em situações similares. Como parte do processo, o Banco avalia a performance de pagamento do devedor de acordo com as modificações dos termos contratuais e considera vários indicadores de comportamento.

A reestruturação é normalmente um indicador qualitativo de incumprimento e de imparidade de crédito, sendo as expectativas de reestruturação relevantes para o julgamento da existência do aumento de risco de crédito significativo. Após a reestruturação, o Cliente necessita de demonstrar ser um bom cumpridor durante um período de tempo de 2 anos antes da exposição ser considerada como já não estando em incumprimento e a PD ser considerada como tendo diminuído de forma a que o ajustamento de crédito criado seja revertido e mensurado num montante igual à ECL de 12 meses (Estágio 1).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco não possui activos que tenham preenchido estes requisitos para o desreconhecimento no período de reporte.

2.2.1.10 Definição de classes de risco

No âmbito da determinação das perdas por imparidade para créditos analisados em base colectiva, o Banco efectua a classificação das exposições nas seguintes classes de risco:

- i) “Carteira de crédito Normal”: empréstimos que estão a decorrer dentro dos prazos expectáveis e nunca foram reestruturados / modificados devido a dificuldades financeiras do Cliente ou empréstimos que nunca entraram em incumprimento;
- ii) “Carteira de crédito Curado (Cliente curado)”: empréstimos que entraram em incumprimento e foram curados (actualmente em vigor) devido à capacidade do Cliente em realizar o reembolso integral e restabelecer o status de desempenho;
- iii) “Carteira de crédito reestruturado (reestruturado)”: empréstimos com prazos originais que foram reestruturados ou modificados pelo banco devido a dificuldades financeiras dos Clientes, resultando no Cliente ser capaz de fornecer o reembolso total no cumprimento dos termos modificados / reestruturados do contrato.

2.2.1.11 Período de emergência

O processo de cálculo do parâmetro de risco de probabilidade de incumprimento (PD) tem por base a segmentação definida pelo Banco, sendo que cada segmento representa um grupo homogéneo de Clientes/operações. É necessário assegurar que cada segmento de cálculo de PD é homogéneo face aos seus Clientes e heterogéneo entre si. Desta forma é possível assegurar que o risco é gerido de forma homogénea nos diversos segmentos da carteira, logo, Clientes com perfis de risco idênticos terão probabilidade de incumprimento idênticas.

O apuramento de imparidade para perdas incorridas mas não reportadas depende da definição do período de emergência, o que corresponde ao período de tempo entre o evento de incumprimento e a observação desse incumprimento pelo Banco.

O Banco assumiu como período de emergência um período de 12 meses.

2.2.2 Processo de avaliação de colaterais

A avaliação das garantias é assegurada de forma regular para que o Banco disponha de informação actualizada sobre o valor destes instrumentos e, conseqüentemente, da sua capacidade de mitigação do risco das operações de crédito.

Os sistemas operacionais do Banco geram relatórios que permitem monitorar as datas nas quais deverão ser feitas as reavaliações de colaterais.

2.2.2.1 Fase de concessão de crédito

No âmbito das condições de aprovação das operações de crédito, sempre que é definida a necessidade de obter uma garantia por parte do Cliente, caso a tipologia da garantia ou colateral identificada implique um pedido de avaliação para a definição e validação do seu valor, o Banco solicita avaliação da garantia junto de empresas de avaliação externa devidamente certificadas.

2.2.2.2 Fase de acompanhamento de crédito

Relativamente ao processo de reavaliação periódica de colaterais, tendo por base os requisitos do Aviso nº 10/2014 emitido pelo BNA, nomeadamente no que respeita aos critérios que foram definidos para a realização de uma nova avaliação dos colaterais hipotecários, foi definido que o Banco será responsável pela identificação das garantias que são sujeitas a reavaliação e por desencadear o respectivo processo junto de avaliadores externos.

O Banco solicita, a entidades idóneas vocacionadas para o efeito, avaliações formais e trianuais de imóveis industriais e comerciais no mínimo de dois em dois anos, sempre que a posição em risco represente:

- (i) Um montante igual ou superior a 1% (um por cento) do total da carteira de crédito ou igual ou superior a 100 milhões de kwanzas; ou
- (ii) Situações de crédito vencido há mais de 90 (noventa) dias e/ou outros indícios de imparidade; ou

(iii) Situações em que sejam identificadas alterações de outra natureza nas condições de mercado com um potencial impacto relevante no valor dos activos imobiliários e/ou num grupo ou mais de activos imobiliários com características semelhantes.

Alternativamente, caso as condições acima referidas não sejam cumpridas, o Banco solicita avaliações de 3 em 3 anos, em linha com a Política do Grupo Standard Bank.

2.2.2.3 Fase de recuperação de crédito

Sempre que relevante no âmbito do processo de recuperação de crédito e de forma a determinar o montante recuperável do crédito através da execução das garantias existentes ou para suportar uma operação de reestruturação de crédito, o Banco pode solicitar a reavaliação das garantias associadas aos empréstimos sempre que tiver um incumprimento acima de 90 dias.

O valor de avaliação de cada tipo de garantia é determinado tendo por base as especificidades de cada um destes instrumentos, considerando os seguintes critérios:

(i) Imóveis

O valor de avaliação que é considerado como valor garantido corresponde ao valor mínimo entre o valor de avaliação, obtido nos termos do disposto na Nota 2.2.2.2 acima, e o montante máximo de hipoteca, ao qual é previamente subtraído o montante de outras hipotecas não pertencentes ao

Banco e com prioridade sobre o mesmo, sempre que essa informação estiver disponível.

Os valores e datas de avaliação das garantias são registados no sistema de gestão de colaterais.

(ii) Penhor de Depósitos a Prazo

O valor da garantia corresponde ao valor nominal do depósito, bem como os respectivos juros (caso se encontrem igualmente penhorados).

(iii) Outras garantias recebidas

Relativamente a outras garantias recebidas, designadamente penhores de equipamentos, é considerado o valor de mercado determinado com base numa avaliação actualizada, com uma antiguidade inferior a um ano, a ser realizada por uma entidade idónea e com competência específica tendo em conta a natureza particular de cada garantia recebida. É condição necessária para a avaliação desta tipologia de garantias, a validação da propriedade, salvaguarda e condições de funcionamento dos bens subjacentes.

As eventuais excepções a esta regra são sujeitas a julgamento profissional, e são aplicados descontos ajustados à natureza específica dos activos.

No caso de não existir uma avaliação da garantia, ou não se conseguir garantir a propriedade e salvaguarda dos bens, o valor da garantia recebida não é considerado para efeitos de apuramento de perdas por imparidade.

Tendo em conta as dificuldades subjacentes a

uma correcta e criteriosa avaliação deste tipo de garantias recebidas, o Banco tem optado por seguir uma abordagem conservadora e não as considerar enquanto mitigadores de risco de crédito, para efeitos do apuramento da imparidade de crédito.

2.2.3 Reversão de imparidade

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminuir e a diminuição puder ser objectivamente relacionada com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida. A quantia da reversão é reconhecida nos resultados do exercício.

2.2.4 Abate de instrumentos financeiros

A anulação contabilística de instrumentos financeiros é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação, numa perspectiva económica, quando estes instrumentos se encontram totalmente provisionados e, para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos. Essa anulação é efectuada pela utilização de perdas de imparidade correspondendo a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

2.2.5 Cartas de crédito

O Banco reclassifica para Crédito a Clientes, por contrapartida de Outros passivos, todas as cartas de crédito para as quais já tenha recebido toda a documentação de suporte necessária para proceder aos pagamentos contratualmente definidos, uma

vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva. Assim existe um registo do passivo do Banco na rubrica Outros passivos (Nota 20), por contrapartida da responsabilidade do Cliente para com o Banco na rubrica de Crédito a Clientes (Nota 10).

2.2.6 Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado e que o Banco não tenha a intenção de venda imediata num futuro próximo são classificados nesta categoria. Estes activos financeiros que incluem, nomeadamente obrigações não cotadas e papel comercial, são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade.

2.3 OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O crédito a Clientes inclui os empréstimos originados pelo Banco, cuja intenção não é a de venda no curto prazo, os quais são registados na data em que o montante do

2.3.1 Classificação dos activos financeiros

A IFRS 9 preconiza uma abordagem de classificação e mensuração para activos financeiros que reflecte o modelo de negócio utilizado na gestão do activo bem como as características dos seus fluxos de caixa.

A IFRS 9 inclui 3 categorias principais de classificação de activos financeiros: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (Fair value through other comprehensive income ou FVOCI) e mensurados ao justo valor através de resultados (Fair value through profit and loss ou FVTPL).

A classificação dos activos financeiros baseia-se em dois critérios de determinação, nomeadamente: (i) nas características dos fluxos de caixa contratuais do activo financeiro e (ii) no modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Um activo ou passivo financeiro é inicialmente mensurado no balanço ao justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis à aquisição ou emissão, excepto se forem itens registados ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos como gastos do exercício.

De acordo com a IFRS 13, entende-se por justo valor o preço que seria recebido pela venda de um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção efectuada entre participantes no mercado à data da mensuração. Na data de contratação ou de início de uma operação o justo valor é geralmente o valor da transacção.

Avaliação do modelo de negócio

O modelo de negócio reflecte a forma como o Banco efectua a gestão dos seus activos na óptica de geração de fluxos de caixa, isto é, se os activos são geridos com o intuito de i) recebimento dos fluxos de caixa contratuais ou ii) de se receber os fluxos de caixa contratuais e os fluxos de caixa resultantes da venda desses activos. Para estes dois tipos de portfolios, o Banco deve avaliar e testar se os fluxos de caixa do instrumento financeiro correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida (Teste “solely payments of principal and interest” ou SPPI), isto é, se os fluxos de caixa contratuais são consistentes com um contracto de empréstimo básico, em que o juro inclui apenas considerações relativas ao valor temporal do dinheiro, risco de crédito e margem de lucro que é consistente com um contracto de crédito básico ou se apresentam exposição ao risco ou volatilidades inconsistentes com um contracto de crédito básico, situação que determina que o instrumento financeiro deva ser classificado e mensurado ao justo valor através de resultados.

Se não se cumprir nenhuma destas situações anteriores, os activos financeiros são reconhecidos

ao justo valor através de resultados, como é o caso dos títulos detidos para negociação, que são geridos com o objectivo de serem vendidos no curto prazo.

A informação a considerar nesta avaliação inclui:

- As políticas e objectivos estabelecidos para o portfolio e a operacionalidade prática dessas políticas, incluindo a forma como a estratégia da gestão se foca no recebimento de juros contratualizados, na manutenção de perfil específico de taxa de juro, no match entre os activos e os passivos que os financiam ou na realização de fluxos de caixa através da venda de activos;
- A forma como a performance do portfolio é avaliada e reportada aos órgãos de gestão do Banco;
- A avaliação dos riscos que afectam a performance do modelo de negócio (e dos activos financeiros geridos no âmbito desse modelo de negócio) e a forma como estes riscos são geridos;
- A forma como a remuneração dos gestores do negócio depende do justo valor dos activos sob gestão ou dos fluxos de caixa contratuais recebidos; e
- A frequência, volume e timing das vendas nos períodos anteriores, os motivos para as referidas vendas, e as expectativas sobre vendas futuras. Contudo, a informação sobre as vendas não deverá ser considerada isoladamente, mas como parte de uma avaliação global da forma como o Banco estabelece objectivos de gestão dos

activos financeiros e de como os fluxos de caixa são obtidos.

Avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento exclusivo de capital e juros (SPPI)

Nesta avaliação, “capital” é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial. “Juro” é definido como a contrapartida pelo valor temporal do dinheiro, o risco de crédito associado ao montante em dívida, outros riscos e custos associados à actividade (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como uma margem de lucro.

Aquando da avaliação dos fluxos de caixa contratuais no que respeita ao recebimento de capital e juro, o Banco considera os termos contratuais do instrumento, o que inclui a análise da existência de situações em que estes podem modificar o timing e o montante dos fluxos de caixa para que não cumpram esta condição, nomeadamente:

- Eventos contingentes que possam modificar a periodicidade e o montante dos fluxos de caixa;
- Características que resultam em alavancagem;
- Cláusulas de pagamento antecipado e de extensão da maturidade;
- Cláusulas que possam limitar o direito de reclamar os fluxos de caixa em relação a activos específicos (por exemplo, contratos com cláusulas que impedem o acesso a activos em caso de default); e

- Características que podem modificar a compensação pelo valor temporal do dinheiro (por exemplo, reinicialização periódica das taxas de juro).

As taxas de juro em determinados empréstimos de retalho feitos pelo Banco são baseadas em taxas standard variáveis (“SVRs”) estabelecidas ao critério do Banco. As SVRs são geralmente baseadas numa taxa do Banco Central de uma jurisdição específica incluindo um spread discricionário. Nestes casos, o Banco irá avaliar de que modo as características discricionárias são consistentes com o critério SPPI considerando um conjunto de factores, incluindo de que forma:

- Os devedores poderão antecipar os pagamentos sem penalidades significativas;
- A competição de mercado assegura que a taxa de juro é consistente entre bancos; e
- Estruturas de protecção regulatória ou de consumidor requerem que o Banco trate os consumidores de forma justa.

Todos os empréstimos de retalho do Banco e certos empréstimos corporativos de taxa fixa contêm características que possibilitam a antecipação de pagamento.

Um contrato com possibilidade de pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o montante de pagamento antecipado representar montantes de capital e juro não pagos do montante de capital em dívida, que poderão incluir uma

compensação razoável pela antecipação de pagamento.

Adicionalmente, um pagamento antecipado é consistente com o critério SPPI, se o activo financeiro for adquirido ou originado com um prémio ou desconto relativamente ao seu valor contratual, o pagamento antecipado representar substancialmente o montante nominal do contrato adicionado do juro periodificado (mas não pago, que pode incluir uma compensação razoável pela antecipação de pagamento), e o justo valor do pagamento antecipado é insignificante no reconhecimento inicial.

O Banco classifica e valoriza os seus instrumentos de dívida em:

2.3.1.1 Investimentos ao custo amortizado

Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio cujo objectivo é deter o activo por forma a receber os fluxos de caixa contratuais e os termos dos seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Estes activos financeiros são reconhecidos ao custo no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado, usando o método da taxa de juro efectiva. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12. As perdas

por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

2.3.1.2 Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (FVOCI)

Um activo financeiro é classificado na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral se cumprir cumulativamente as seguintes condições:

- o activo financeiro for detido no âmbito de um modelo de negócio em que o objectivo é a recolha dos seus fluxos de caixa contratuais e a venda desse activo financeiro, mantendo-se o rendimento de juros a afectar os resultados; e
- os seus fluxos de caixa dão lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante de capital e juro em vigor (SPPI).

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções e posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no valor contabilístico são registadas por contrapartida de outro rendimento integral até ao momento em que os activos sejam alienados ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados, assim como os rendimentos de juros e ganhos e perdas por diferenças de câmbio, também estes reconhecidos em resultados.

Na alienação dos activos financeiros ao justo

valor através de outro rendimento integral, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em outro rendimento integral são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral” da demonstração dos resultados. A flutuação cambial dos títulos de dívida em moeda estrangeira é registada na demonstração de resultados na rubrica de “Resultados cambiais”. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva na rubrica de “Juros e rendimentos similares”, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável, de acordo com os critérios descritos na Nota 2.12.

2.3.1.3 Activos financeiros ao justo valor através de resultados (FVTPL)

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados são instrumentos financeiros que não se enquadram nas categorias anteriormente referidas.

Adicionalmente, o Banco pode designar irrevogavelmente um activo financeiro, que cumpra os critérios para ser mensurado ao custo amortizado ou ao FVOCI, ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se tal eliminar ou reduzir significativamente uma incoerência na mensuração ou no reconhecimento (accounting mismatch), que de outra forma resultaria da mensuração de activos ou passivos ou do reconhecimento de ganhos e perdas sobre os mesmos em diferentes bases.

O Banco classificou os “Activos financeiros ao justo

valor através de resultados” nas seguintes rubricas:

a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos financeiros classificados nesta rubrica são adquiridos com o objectivo de venda no curto prazo; no momento do reconhecimento inicial fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo; ou enquadram-se na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

b) Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados

Nesta rubrica são classificados os instrumentos de dívida cujos fluxos de caixa contratuais não correspondem apenas a reembolsos de capital e pagamento de juros sobre o capital em dívida (SPPI).

c) Activos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

Nesta rubrica são classificados os activos financeiros que o Banco optou por designar ao justo valor através de resultados para eliminar o accounting mismatch.

Considerando que as transacções efectuadas pelo Banco no decurso normal da sua actividade são em condições de mercado, os activos financeiros ao justo valor através de resultados são reconhecidos

inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial. As variações subsequentes de justo valor destes activos financeiros são reconhecidas em resultados.

A avaliação destes activos é efectuada diariamente com base no justo valor, tendo em consideração o risco de crédito próprio e das contrapartes das operações. No caso das obrigações e outros títulos de rendimento fixo, o valor de balanço inclui o montante dos juros corridos e não cobrados.

Os ganhos e perdas resultantes de alteração de justo valor são reconhecidos na rubrica “Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados” da demonstração de resultados.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica “Activos financeiros detidos para negociação”, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica “Passivos financeiros detidos para negociação”.

As operações de derivados são sujeitas a análise de risco de crédito, sendo o respectivo valor ajustado por contrapartida da rubrica “Resultados cambiais” da demonstração de resultados.

2.3.2 Instrumentos de capital

Os instrumentos de capital são instrumentos que satisfazem a definição de capital na perspectiva do emitente, isto é, são instrumentos que não

contêm uma obrigação contratual de pagamento e que evidenciam um interesse residual no activo líquido do emissor, como por exemplo as acções. Os investimentos em instrumentos de capital são por norma classificados como detidos para negociação e contabilizados ao justo valor através de resultados. Caso o modelo de negócio e consequentemente o propósito da aquisição do conjunto de investimentos seja o de deter em carteira por tempo indeterminado para valorização, deve ser reconhecido na categoria de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, não podendo reclassificar posteriormente na carteira de negociação (condição irrevogável). As variações de justo valor e o resultado da venda destes títulos são contabilizados em outro rendimento integral. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao seu reconhecimento. Não é reconhecida imparidade para instrumentos de capital ao justo valor através de outro rendimento integral, sendo os respectivos ganhos ou perdas acumuladas registados em variações de justo valor transferidos para resultados transitados no momento do seu desreconhecimento.

2.3.3 Classificação dos passivos financeiros

Um instrumento financeiro é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual de uma liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independente da sua forma legal.

No momento do seu reconhecimento inicial, os passivos financeiros são classificados numa das

seguintes categorias:

- Passivos financeiros ao custo amortizado;
- Passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os passivos financeiros classificados na categoria de “Passivos financeiros ao justo valor através de resultados” incluem:

- Passivos financeiros detidos para negociação

Nesta rubrica são classificados os passivos emitidos com o objectivo de recompra no curto prazo, os que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais exista evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura).

- Passivos financeiros designados ao justo valor através de resultados (Fair Value Option)

O Banco pode designar irrevogavelmente um passivo financeiro ao justo valor através de resultados, no momento do seu reconhecimento inicial, se for cumprida pelo menos uma das seguintes condições:

- o passivo financeiro é gerido, avaliado e reportado internamente ao seu justo valor; ou
- a designação elimina ou reduz significativamente o mismatch contabilístico das transações.

O Banco classifica os seus passivos financeiros

como mensurados ao custo amortizado, sendo divulgado nestas notas anexas às demonstrações financeiras o apuramento do justo valor destes passivos.

Os passivos financeiros ao custo amortizado incluem recursos de instituições de crédito e de Clientes, empréstimos, responsabilidades representadas por títulos e outros passivos subordinados.

Os passivos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os juros são periodificados pelo prazo das operações e reconhecidos na rubrica de “Juros e rendimentos similares”. Os passivos financeiros ao justo valor através de resultados são registados ao justo valor.

As mais e menos valias apuradas no momento da recompra de passivos financeiros são reconhecidas em “ de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados” no momento em que ocorrem.

2.3.4 Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

No momento do seu reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros serão registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transacção directamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. No caso dos instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados, os custos de transacção directamente

atribuíveis são reconhecidos imediatamente em resultados. Os custos de transacção são definidos como gastos directamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um activo financeiro, ou à emissão ou assunção de um passivo financeiro, que não teriam sido incorridos se o Banco não tivesse efectuado a transacção. Estes incluem, por exemplo, comissões pagas a intermediários (tais como promotores) e despesas de formalização de hipotecas.

2.3.4.1 Reconhecimento e mensuração ao custo amortizado

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro é o montante pelo qual um activo ou passivo financeiro é reconhecido inicialmente, deduzido de recebimentos de capital, acrescido ou deduzido de amortizações acumuladas, decorrentes da diferença entre o valor inicialmente reconhecido e o montante na maturidade, menos as reduções decorrentes de perdas por imparidade.

2.3.4.2 Reconhecimento e mensuração ao justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido ao vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção corrente entre participantes de mercado à data da mensuração ou, na sua ausência, o mercado mais vantajoso a que o Banco tem acesso para efectuar a transacção aquela data. O justo valor de um passivo também reflecte o risco de crédito do próprio Banco.

Quando disponível, o justo valor de um investimento é mensurado utilizando a sua cotação de mercado

num mercado activo para aquele instrumento. Um mercado é considerado activo se houver frequência e volume de transacções suficientes de forma a que exista uma cotação de preços numa base constante.

Se não houver cotação num mercado activo, o Banco utiliza técnicas de valorização que maximizem a utilização de dados de mercado observáveis e minimizem a utilização de dados não observáveis em mercado. A técnica de valorização escolhida incorpora todos os factores que um participante no mercado levaria em consideração para calcular um preço para a transacção.

2.3.4.3 Identificação e mensuração de imparidade

Adicionalmente à análise de imparidade sobre os créditos a Clientes, em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade para todos os restantes activos financeiros que não estejam registados ao justo valor através de resultados.

Em conformidade com a IFRS 9, o Banco avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para as acções e outros instrumentos de capital, uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu valor de mercado abaixo do

custo de aquisição, e (ii) para os títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

No que se refere aos investimentos ao custo amortizado, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados. Estes activos são apresentados no balanço líquidos de imparidade. Caso estejamos perante um activo com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual, determinada com base nas regras de cada contrato. Ainda em relação aos investimentos ao custo amortizado, se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, e essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, a perda potencial acumulada em reservas é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminui, a perda por imparidade anteriormente reconhecida é revertida por

contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, em que as mais-valias subsequentes são reconhecidas em reservas.

2.3.5 Transferências entre categorias de instrumentos financeiros

O Banco apenas procederá à transferência de activos financeiros caso haja uma alteração ao modelo de negócio da entidade para a gestão dos seus activos financeiros.

Estas transferências são efectuadas de forma prospectiva, a partir da data de reclassificação, com base no justo valor dos activos transferidos, determinado na data da transferência. A diferença entre este justo valor e o respectivo valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade do activo, com base no método da taxa de juro efectiva. O montante em outro rendimento integral existente na data da transferência é também reconhecido em resultados com base no método da taxa de juro efectiva. De acordo com a IFRS 9, não são expectáveis que as mudanças no modelo de negócio ocorram com frequência. Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

Durante o corrente ano, o Banco não transferiu activos financeiros entre categorias.

2.3.6 Desreconhecimento

O Banco desreconhece os seus activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou na qual o Banco nem transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios e não mantém controlo dos activos financeiros.

O Banco procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados, extintos ou expirados.

2.3.7 Instrumentos financeiros derivados

O Banco pode realizar operações de instrumentos financeiros derivados, no âmbito da sua actividade, gerindo posições próprias com base em expectativas de evolução dos mercados ou satisfazendo as necessidades dos seus Clientes. Todos os instrumentos derivados são registados na data da sua negociação ao justo valor e as variações de justo valor reconhecidas em resultados, excepto se se qualificarem como cobertura de fluxos de caixa ou investimento líquido em cobertura, entendida como a parte do item coberto pelo instrumento de cobertura, deve ser o mesmo que o rácio de cobertura que se utiliza para efeitos de gestão.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de

cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

a) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, o instrumento financeiro derivado é transferido para a categoria de negociação e a contabilidade de cobertura é descontinuada, posteriormente (o ajustamento realizado ao montante contabilístico de um instrumento de cobertura, em que o método da taxa de juro efectivo é utilizado, é amortizado através de resultados pelo período até à sua maturidade e reconhecido na rubrica de “Juros e rendimentos similares”). Caso o activo ou passivo coberto corresponda a um instrumento de rendimento fixo, os ganhos ou perdas acumuladas pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura, são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

b) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa são

reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa - na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem. Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados. Quando o instrumento de cobertura é desreconhecido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura ou é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente.

Desta forma, as variações de justo valor acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, e reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso do instrumento coberto se ter extinguido.

2.4 OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

2.4.1 Reconhecimento e mensuração

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo inclui despesas que são directamente atribuíveis à aquisição dos bens (custo de aquisição, custo de instalação de equipamentos, custos de desalfandegamento e impostos de importação de imobilizado, e outros custos adicionais associados à compra de imobilizado).

As obras em edifícios arrendados são capitalizadas enquanto activos próprios do Banco, sendo depreciadas entre o menor da sua vida útil e o prazo de arrendamento dos respetivos contratos.

2.4.2 Custos subsequentes

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.4.3 Depreciações

Os terrenos não são depreciados. As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	Número de Anos
Imóveis de serviço próprio	50
Obras em imóveis arrendados	4 a 7
Equipamento	
Mobiliário e material	4 a 8
Máquinas e ferramentas	4 a 10
Equipamento informático/ATM	3 a 6
Material de transporte	3 a 4
Equipamento de segurança	4 a 15

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, a IAS 36 – Imparidade de activos exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados, sendo revertidas quando os factos que lhes deram origem deixem de se verificar (as reversões de perdas por imparidade são efetuadas até ao limite de valor que os activos teriam caso nunca tivessem sido reconhecidas perdas por imparidade).

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.4.4 Locações

A IFRS 16 estabelece os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamento para ambas as partes de um contrato, sendo estas o arrendatário (Cliente) e o proprietário (fornecedor). O princípio central desta norma é que, o arrendatário e o proprietário, devem reconhecer todos os direitos e obrigações decorrentes dos acordos de arrendamento, no balanço patrimonial.

Na óptica do proprietário, os arrendamentos continuam a ser classificados como arrendamentos operacionais ou arrendamentos financeiros. Na óptica do arrendatário, a norma introduz um modelo contabilístico de arrendatário individual, em que um activo de direito de uso (ROU - right of use) juntamente com um passivo de arrendamento para os pagamentos futuros, deve ser reconhecido para todos os arrendamentos com prazo superior a 12 meses, a menos que o activo subjacente seja de baixo valor.

2.4.4.1 Isenções de reconhecimento

Além das exclusões de âmbito acima, um arrendatário pode optar por não aplicar o reconhecimento e os requisitos da IFRS 16 sobre:

- arrendamentos de curto prazo - arrendamentos que, na data de início, têm um prazo de arrendamento inferior ou igual a 12 meses (devem ser aplicados consistentemente a todos os activos subjacentes da mesma classe); e
- arrendamentos para os quais o activo subjacente

é de baixo valor e inferiores a USD 5 000 para activos não dependentes e inferiores a ZAR 250 000 para activos dependentes/combinados, segundo a Política do Grupo.

2.4.4.2 Reconhecimento e mensuração

Na data de início o arrendatário deve reconhecer um activo de direito de uso e um passivo de arrendamento.

	Mensuração inicial	Mensuração subsequente
Activos de direito de uso	Custo (mensuração inicial do passivo de arrendamento) mais custos directos iniciais.	Modelo de Custo: Custo menos depreciação acumulada e imparidade acumulada. O activo de ROU é depreciado pelo menor prazo entre o prazo do arrendamento e a vida útil, excepto se for provável que o arrendatário exerça uma opção de compra, onde, nesse caso, devemos utilizar a vida útil.
Passivo de arrendamento	Pelo valor actual dos pagamentos de arrendamento futuros. Os pagamentos de arrendamento serão descontados usando a taxa de juro implícita no arrendamento, se essa taxa puder ser prontamente determinada. Se não, usar a taxa de empréstimo incremental do arrendatário.	O arrendatário deve mensurar o passivo de arrendamento da seguinte forma: <ul style="list-style-type: none"> • aumentar o valor contabilístico para reflectir juros sobre o passivo de arrendamento; • reduzir o valor contabilístico para reflectir os pagamentos feitos.

Os pagamentos de arrendamento compreendem:

- Pagamentos fixos (incluindo pagamentos fixos em substância, menos quais-quer incentivos de arrendamento a receber);
- Pagamentos de aluguer variáveis que dependem de um índice ou taxa;
- Valores esperados a pagar pelo arrendatário sob garantias de valor residual;
- O preço de exercício de uma opção de compra, se for razoavelmente certo que o arrendatário exerça essa opção; e
- Pagamentos de multas pelo término do contrato de arrendamento, se o prazo do arrendamento reflectir que o arrendatário exerce a opção de rescindir o arrendamento.

Dado que não é possível determinar facilmente a taxa de juros implícita na locação (parágrafo 26 da IFRS 16), os pagamentos da locação são descontados segundo a taxa de juro incremental de financiamento do locatário a qual incorpora a curva de taxa de juro sem risco (curva swap), acrescido de um spread de risco do Banco, aplicada sobre o prazo médio ponderado de cada contrato de locação. Para os contratos com termo é considerada essa data como a data fim da locação, para os outros contratos sem termo é avaliado o prazo no qual o mesmo terá força executória. Na avaliação da força executória é tido em consideração as cláusulas particulares dos contratos bem como a legislação vigente relativamente ao Arrendamento Urbano.

Subsequentemente é mensurado da seguinte forma:

- Pelo aumento da sua quantia escriturada de forma a refletir os juros sobre o mesmo;
- Pela diminuição da sua quantia escriturada de forma a refletir os pagamentos de locação.

A quantia escriturada é remensurada de forma a refletir quaisquer reavaliações ou alterações da locação, bem como para refletir a revisão de pagamentos de locação fixos em substância e a revisão do prazo da locação.

O Banco reavalia um passivo de locação (e calcula o respectivo ajustamento relacionado ao activo sob direito de uso) sempre que:

- houver uma alteração do prazo da locação ou na avaliação de uma opção de compra do activo subjacente, situação em que o passivo de locação é re-mensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista;
- houver uma alteração dos montantes a pagar ao abrigo de uma garantia de valor residual, ou dos pagamentos futuros de locação resultantes da alteração de um índice ou taxa utilizados para determinar esses pagamentos, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto inalterada (a menos que a alteração dos pagamentos de locação resulte de uma alteração das taxas de juro variáveis, nesse

caso deverá ser utilizada uma taxa de des-conto revista); e

- um contrato de locação é alterado mas essa alteração à locação não é contabilizada como uma locação distinta, situação em que o passivo de locação é remensurado, descontando os pagamentos de locação revistos utilizando uma taxa de desconto revista.

Os activos sob direito de uso são depreciados/amortizados desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente, ou até ao final do prazo da locação, caso este seja anterior. Se a locação transferir a propriedade do activo subjacente, ou se o custo do activo sob direito de uso reflectir o facto de o Banco exercer uma opção de compra, o activo sob direito de uso deve ser depreciado/amortizado desde a data de entrada em vigor até ao fim da vida útil do activo subjacente. A depreciação/amortização começa na data de entrada em vigor da locação.

Os principais registos contabilísticos decorrentes da IFRS 16 detalham-se conforme segue:

- Na demonstração dos resultados:
 - registo em “Margem financeira” do gasto de juros relativo aos passivos de locação;
 - registo em “Outros gastos administrativos” dos montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e contratos de locação de activos de baixo valor; e

– registo em “Amortizações” do custo de depreciação dos activos sob direito de uso.

- No balanço:

– registo em “Outros activos tangíveis”, pelo reconhecimento dos activos sob direito de uso; e

– registo em “Outros passivos” pelo valor dos passivos de locação reconhecidos.

- Na demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica Fluxos de caixa de actividades operacionais - Pagamentos (de caixa) a empregados e a Fornecedores inclui montantes relativos a contratos de locação de curto prazo e a contratos de locação de activos de baixo valor e a rubrica (Aumento)/Diminuição em outras contas de passivo inclui montantes relativos a pagamentos de partes de capital do passivo de locações, conforme detalhado na Demonstração dos fluxos de caixa.

Impacto na óptica do locador

De acordo com a IFRS 16, os locadores classificam as locações como financeiras ou operacionais.

2.5 ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando (i) sejam identificáveis, (ii) seja provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros e (iii) o seu custo possa ser mensurado com fiabilidade. O custo de aquisição dos activos intangíveis compreende (i) preço de compra, incluindo custos com direitos intelectuais e taxas após a dedução de quaisquer descontos e (ii) qualquer custo directamente atribuível à preparação do activo para o seu uso pretendido. Após a sua contabilização inicial, o Banco mensura

2.5.1 Software

Os custos incorridos com a aquisição e software a terceiras entidades são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pelo Banco necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados linearmente pelo período da vida útil estimado de 3 a 5 anos.

2.5.2 Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas, sobre os quais seja expectável que venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis.

Todos os restantes encargos relacionados com os serviços informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Até à presente data, o Banco não reconheceu quaisquer activos intangíveis gerados internamente.

2.5.3 Certificados escolares

Os custos incorridos com a aquisição dos certificados escolares são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes certificados geram e continuarão a gerar benefícios económicos, e têm uma vida útil indefinida pelo que não são amortizados.

2.6 EMPRÉSTIMO DE TÍTULOS E TRANSACÇÕES COM ACORDO DE RECOMPRA

Títulos vendidos com acordo de recompra (repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de venda acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são desreconhecidos do balanço, sendo classificados e valorizados em conformidade com a política contabilística referida na Nota 2.3. O correspondente passivo é contabilizado em valores a pagar a outras instituições de crédito ou a Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de venda e o valor de recompra é tratada como juro e é diferida durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

Títulos comprados com acordo de revenda (reverse repos) por um preço fixo ou por um preço que iguala o preço de compra acrescido de um juro inerente ao prazo da operação não são reconhecidos no balanço, sendo o valor de compra registado como empréstimos a outras instituições de crédito ou Clientes, conforme apropriado. A diferença entre o valor de compra e o valor de revenda é tratada como

juro e é diferido durante a vida do acordo, através do método da taxa de juro efectiva.

2.7 INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Banco e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão; e
- fornecimento de informação técnica essencial.

2.7.1 Imparidade

O valor recuperável dos investimentos em subsidiárias e associadas é avaliado sempre que existam sinais de evidência de imparidade. As perdas de imparidade são apuradas tendo por base a diferença entre o valor recuperável dos investimentos em subsidiárias ou associadas e o seu valor contabilístico. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior. O valor recuperável é determinado com base no maior entre o valor em uso dos activos e o justo valor deduzido dos custos de venda, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.8 ACTIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA (IFRS 5)

O Banco classifica em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito cuja finalidade não é o uso continuado na actividade do Banco mas sim a realização do seu valor contabilístico através de uma transacção de uma venda que deverá ser muito provável ocorrer no prazo de um ano.

Estes activos são mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de custos de venda e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas por peritos externos.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido dos custos de venda, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

2.9 IMPOSTOS SOBRE LUCROS (IAS 12)

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados

em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos ao justo valor através de outro rendimento integral e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

2.9.1 Imposto Corrente

Os impostos correntes correspondem ao valor apurado relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

2.9.2 Imposto Industrial

A 30 de Junho de 2021, o Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A e sujeito actualmente a uma taxa de imposto de 35% nos termos da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, que altera o Código do Imposto Industrial, aprovado pela Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro.

Nos termos da Lei supracitada, foi de igual modo estipulado um aumento do prazo de reporte dos prejuízos fiscais para 5 anos, bem como entre outros, foram efectuadas alterações quanto ao tratamento fiscal das variações cambiais e a dedutibilidade fiscal das provisões, de forma a determinar que as perdas por imparidade em créditos garantidos não

são dedutíveis para efeitos fiscais, excepto a parte não garantida.

Nos termos da Lei 19/14, que aprova o Código do Imposto Industrial em vigor a 1 de Janeiro de 2015, o Banco é objecto de liquidação provisória numa única prestação a ser efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (“IAC”), independentemente da existência de matéria colectável no exercício.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 26/20, o Banco deixa de ser obrigado a efectuar a liquidação e pagamento provisório do Imposto Industrial sobre as vendas nos casos em que tenham apurado prejuízo fiscal no ano anterior.

O Código do Imposto Industrial determina que os proveitos sujeitos a IAC são deduzidos para efeitos de determinação do lucro tributável em sede de Imposto Industrial, não constituindo o IAC um custo fiscalmente dedutível.

Os rendimentos de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano após 1 de Janeiro de 2013 encontram-se sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC), à taxa de 10% (5% no caso de títulos de dívida admitidos à negociação em mercado regulamentado e que apresentem uma maturidade igual ou superior a três anos) e a Imposto Industrial: (i) no caso das

mais ou menos valias obtidas (incluindo eventuais reavaliações cambiais sobre a componente do capital); e (ii) no reconhecimento do desconto relativamente aos títulos adquiridos ou emitidos a valor descontado. Os rendimentos sujeitos a IAC encontram-se excluídos de Imposto Industrial.

2.9.3 Imposto Diferido

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com excepção do goodwill, não dedutível para efeitos fiscais, das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal, e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias na medida em que não seja provável que se revertam no futuro, e a Gestão consegue controlar a tempestividade da sua realização.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Banco procede, conforme estabelecido na IAS

12 – Imposto sobre o Rendimento, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

2.9.4 Imposto sobre a Aplicação de Capitais (IAC)

O Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14, de 20 de Outubro, em vigor desde o dia 19 de Novembro, veio rever e introduzir diversas alterações legislativas ao Código do IAC, na sequência do projecto da Reforma Tributária.

O IAC incide, genericamente, sobre os rendimentos provenientes das aplicações financeiras do Banco, é retido na fonte pelo BNA e os respectivos rendimentos estão excluídos de tributação em sede de Imposto Industrial. Por estes motivos, o Banco considera estarem cumpridas as condições para considerar, à luz da IAS 12, que o IAC é um imposto sobre o rendimento. A taxa varia entre 5% (no caso de juros, prémios de amortização ou reembolso e outras formas de remuneração de títulos de dívida pública, obrigações, títulos de participação

ou outros títulos análogos emitidos por qualquer sociedade, que se encontrem admitidos à negociação em mercado regulamentado e a sua emissão apresente uma maturidade igual ou superior a três anos) e 15%.

Adicionalmente, nos termos do artigo 18º do Código do Imposto Industrial, não é aceite como custo dedutível para efeitos de apuramento da matéria colectável o próprio IAC, bem como, por outro lado, deduzir-se-ão ao lucro tributável, os rendimentos sujeitos a IAC, conforme o disposto no artigo 47º do Código do Imposto Industrial.

2.9.5 Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)

A Lei n.º 7/19 introduziu o IVA, com uma taxa de 14%, que está em vigor desde 1 de Outubro de 2019, revogando o Regulamento do Imposto de Consumo (IC) e introduzindo relevantes alterações ao Código do Imposto de Selo (IS), passando a estar isentas de IS as operações aduaneiras, de financiamento, de seguro e de resseguro que sejam tributadas em IVA. É ainda revogado o IS sobre os recibos.

O regime de IVA define também o regime de cativação, em que o Banco actua como agente cativador de 50% do IVA liquidado por parte dos seus fornecedores, com algumas exceções definidas no Código do IVA.

No que respeita aos serviços prestados, o Banco tem obrigação de liquidar IVA nas comissões cobradas aos Clientes estando isento de liquidar o IVA em algumas das operações como sejam os juros.

O Banco tem simultâneo operações sujeitas e não sujeitas que lhe confere, o direito à dedução e operações isentas que lhe restringem esse direito, desta forma apenas pode deduzir o IVA incorrido aos montantes de aquisição de bens e serviços na proporção das operações que conferem esse direito.

Em Abril de 2019 entrou em vigor o Regime Jurídico das Faturas e Documentos Equivalentes (RJFDE). Desta forma, o Banco cumpre com regras em matéria de faturação nos termos deste Regime e emite faturas genéricas através de software certificado pela AGT.

2.9.6 Outros impostos

O Banco está igualmente sujeito a impostos indirectos, designadamente, impostos aduaneiros, Imposto do Selo, Imposto de Consumo (até Outubro de 2019), bem como outras taxas.

2.10 BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

Os investimentos em filiais e associadas são contabilizados nas demonstrações financeiras do Banco ao seu custo histórico deduzido de quaisquer perdas por imparidade.

Subsidiárias são entidades (incluindo fundos de investimento e veículos de securitização) controladas pelo Banco. O Banco controla uma entidade quando está exposta, ou tenha direitos, à variabilidade nos retornos provenientes do seu envolvimento com essa entidade e possa apoderar-se dos mesmos através do poder que detém sobre as actividades relevantes dessa entidade (controlo de facto).

As empresas associadas são entidades nas quais o Banco tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Banco exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Banco detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Banco não possui influência significativa, excepto quando essa influência possa ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Banco é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

2.10.1 Remuneração variável paga aos Colaboradores e administradores

O Banco atribui remunerações variáveis aos seus Colaboradores e administradores em resultado do seu desempenho (prémios de desempenho). Compete ao Comité de Gestão de Capital Humano fixar os respectivos critérios de alocação a cada Colaborador e administrador, respectivamente, sempre que a mesma seja atribuída. A remuneração variável atribuída aos Colaboradores e administradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito, apesar do seu pagamento ocorrer apenas no exercício seguinte (Nota 20).

2.10.2 Provisão para férias e subsídio de férias

A Lei Geral do Trabalho determina que o montante de subsídio de férias pagável aos trabalhadores em determinado exercício é um direito por eles adquirido no ano imediatamente anterior. Consequentemente, o Banco releva contabilisticamente no exercício os valores relativos a férias e subsídio de férias pagáveis no ano seguinte, e férias não gozadas pagáveis em caso de saída do Colaborador (Nota 20).

2.11 PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES (IAS 37)

São reconhecidas provisões quando (i) o Banco tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa

ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

A mensuração das provisões tem em conta os princípios definidos na IAS 37 no que respeita à melhor estimativa do custo expectável, ao resultado mais provável das acções em curso e tendo em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo.

Nos casos em que o efeito do desconto é material, as provisões correspondem ao valor actual dos pagamentos futuros esperados, descontados a uma taxa que considera o risco associado à obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por contrapartida de resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

Caso não seja provável o futuro dispêndio de recursos, trata-se de um passivo contingente, procedendo apenas à sua divulgação.

2.12 RECONHECIMENTO DE JUROS

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e rendimentos similares ou juros e encargos similares (Nota 24), de acordo com os prazos das

operações subjacentes, utilizando a taxa de juro efectiva da transacção sobre o valor contabilístico bruto da transacção.

Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral também são reconhecidos em margem financeira (Nota 24) assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Banco inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

Os proveitos com juros reconhecidos em resultados associados a contratos classificados no stage 1 ou 2 são apurados aplicando a taxa de juro efectiva de cada contrato sobre o seu valor de balanço bruto. O valor de balanço bruto de um contrato é o seu custo amortizado, antes da dedução da respectiva imparidade. Para os activos financeiros incluídos no estágio 3, os juros são reconhecidos em resultados

com base no seu valor de balanço líquido (deduzido de imparidade). O reconhecimento de juros é realizado sempre forma prospectiva, i.e., para activos financeiros que entrem em estágio 3 os juros são reconhecidos sobre o custo amortizado (líquido de imparidade) nos períodos subsequentes.

Para activos financeiros originados ou adquiridos em imparidade de crédito (POCIs) a taxa de juro efectiva reflecte as perdas de crédito esperadas na determinação dos fluxos de caixa futuros expectáveis a receber do activo financeiro.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de activos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de justo valor através de resultados, a componente de juro é reconhecida em juros e rendimentos similares ou em juros e encargos similares (Nota 24). Com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco não tem estas operações.

2.13 RECONHECIMENTO DE RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

Os rendimentos resultantes de serviços e comissões (Nota 25) são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- i) quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- ii) quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira (Nota 24).

2.14 RESULTADOS DE ACTIVOS FINANCEIROS AVALIADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE RESULTADOS E DE ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL

Os resultados de activos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados (Nota 26) incluem os ganhos e perdas gerados por activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, nomeadamente das carteiras de negociação e de outros activos e passivos ao justo valor através de resultados, incluindo derivados embutidos e dividendos associados a estas carteiras. As variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura e dos instrumentos cobertos, quando aplicável a relações de cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas. O Banco não tem contabilidade de cobertura.

Os resultados de activos financeiros ao justo valor

através de outro rendimento integral (Nota 27) incluem as valias nas vendas desta categoria de activos financeiros.

2.15 GARANTIAS FINANCEIRAS E COMPROMISSOS

Garantias financeiras (Nota 23) são contratos que obrigam o Banco a efectuar pagamentos específicos de forma a reembolsar o detentor por uma perda incorrida em virtude de um devedor falhar o cumprimento de um pagamento. Compromissos (Nota 23) são compromissos firmes com o objectivo de fornecer crédito ao abrigo de condições pré-determinadas.

Passivos que decorrem de garantias financeiras ou compromissos dados para fornecer um empréstimo a uma taxa de juro abaixo do valor de mercado são inicialmente reconhecidos ao justo valor, sendo o justo valor inicial amortizado durante o período de vida útil da garantia ou compromisso. Subsequentemente o passivo é registado ao mais alto entre o valor amortizado e o valor presente de qualquer pagamento expectável para liquidar.

2.16 TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional (Kwanzas) à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os

activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos ao justo valor através de outro rendimento integral.

As compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias, são registadas em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20).

2.17 RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção básicos (Nota 32) são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pelo Banco.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias em circulação é ajustado de forma a reflectir o efeito de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento

que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

2.18 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, e com risco de variação de justo valor imaterial, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

Nota 3 - Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das demonstrações financeiras

As IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efectue julgamentos e faça as estimativas necessárias para decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Banco são apresentadas nesta Nota, tendo como objectivo melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados pelo Banco e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pelo Banco é apresentada na Nota 2 anexa às demonstrações financeiras.

Considerando que, em muitas situações, existem alternativas ao tratamento contabilístico adoptado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pelo Banco poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efectuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Banco e o resultado das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

3.1 USTO VALOR DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E OUTROS ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes semelhantes e realizadas em condições de mercado, ou com base em metodologias de avaliação baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

A situação conjuntural dos mercados financeiros, nomeadamente em termos de liquidez, pode influenciar o valor de realização dos instrumentos financeiros não cotados em algumas situações específicas, nomeadamente a sua alienação antes da respectiva maturidade.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo, poderia originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados nas Notas 7, 8 e 34.

3.2 CLASSIFICAÇÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS

A classificação e mensuração dos activos financeiros depende dos resultados dos testes SPPI (análise das características dos fluxos de caixa contratuais, para

concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do teste do modelo de negócio.

O Banco determina o modelo de negócio tendo em consideração a forma como os grupos de activos financeiros são geridos em conjunto para atingir um objectivo de negócio específico. Esta avaliação requer julgamento, na medida em que têm de ser considerados, entre outros, os seguintes aspectos: a forma como o desempenho dos activos é avaliada; os riscos que afetam o desempenho dos activos e a forma como esses riscos são geridos; e a forma de retribuição dos gestores dos activos.

O Banco monitoriza os activos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral que sejam desconhecidos antes da sua maturidade, para perceber os motivos subjacentes à sua alienação e determinar se são consistentes com o objectivo do modelo de negócio definido para esses activos. Esta monitorização insere-se no processo de avaliação contínua pelo Banco do modelo de negócio dos activos financeiros que permaneçam em carteira, para determinar se o mesmo é adequado e, caso não seja, se houve uma alteração do modelo de negócio e consequentemente uma alteração prospectiva da classificação desses activos financeiros (Notas 7, 8, 9 e 10).

3.3 PERDAS POR IMPARIDADE DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO OU AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL (OCI)

O Banco efectua uma revisão periódica dos instrumentos financeiros de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na política contabilística descrita na Nota 2.3.

O processo de avaliação de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento (PD), a perda dado o incumprimento (LGD), a avaliação da existência de aumento significativo no risco de crédito do activo financeiro desde o seu reconhecimento inicial, a definição de grupos de activos com características de risco de crédito co-muns, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Durante os exercícios de 2020 e 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Fo-ram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio, de formas a assegurar que planos de acção para evitar a redução da qualidade da carteira de crédito seriam tomadas de forma proactiva, tendo sido priorizados Clientes que

não se encontram em incumprimento antes do COVID-19.

Em Junho de 2021, o Banco Nacional de Angola orientou aos bancos comerciais que fosse concedida uma moratória não superior a 6 meses, podendo esse período ser prolongado pelo Banco Nacional de Angola, caso as circunstâncias assim o determinem, aos Clientes que assim solicitassem e apresentassem as devidas evidências do impacto da pandemia do COVID-19, visando garantir a estabilidade financeira da economia.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas para os instrumentos financeiros ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral apresentadas nas Notas 4, 5, 6, 8, 9 e 10, com o consequente impacto nos resultados do Banco.

3.4 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO E IMPOSTOS DIFERIDOS

Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

A Administração Geral Tributária tem a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco durante um período de cinco anos. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Nota 4 – Caixa e disponibilidades em bancos centrais

A rubrica de caixa e disponibilidades em bancos centrais é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Caixa	10 356 794	9 680 332
Disponibilidades em bancos centrais	102 912 575	137 840 098
Banco Nacional de Angola	102 912 575	137 840 098
Imparidade acumulada	-	-
	113 269 369	147 520 430

Em 30 de Junho de 2021, a rubrica Disponibilidades no Banco Nacional de Angola inclui depósitos de carácter obrigatório, no montante de 64 295 695 milhares de kwanzas (2020: 99 152 688 milhares de kwanzas), que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de reservas mínimas obrigatórias. De acordo com o Instrutivo nº 16/2020 do Banco Nacional de Angola, de 02 de Outubro de 2020, e de acordo com a Directiva nº 04/DMA/2020 do Banco Nacional de Angola, de 06 de Outubro de 2020, as reservas mínimas obrigatórias em depósitos à ordem no BNA em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, são apuradas de acordo com a seguinte tabela:

		Moeda Nacional	Moeda Estrangeira
Taxas sobre Base de Incidência			
Governo Central, Governos Locais e Administradores Municipais	Apuramento Diário	22%	100%
Outros Sectores	Apuramento Semanal	22%	15% ^[1]

[1] 80% deste saldo deve ser através de obrigações do tesouro em USD (Nota 9)

O cumprimento das reservas mínimas obrigatórias, para um dado período de observação semanal (Outros Sectores), é concretizado tendo em consideração o valor médio dos saldos dos depósitos junto do Banco durante o referido período. Em 30 de Junho de 2021, o montante de exigibilidades totais (Governo Central, Governos Locais, Administrações Locais e Outros Sectores) ascende a 162 655 851 milhares de kwanzas (2020: 162 415 807 milhares de kwanzas).

Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda estrangeira, a legislação aplicável considera elegíveis as Obrigações do Tesouro em moeda estrangeira pertencentes à carteira própria registada no SIGMA emitidas a partir de 2015, até 80% da exigibilidade efectiva, e o saldo referente ao fecho diário da conta de depósitos à ordem em moeda nacional no montante de 2% da média da base de incidência sobre os depósitos privados em moeda estrangeira. Para o cumprimento das reservas mínimas em moeda nacional, são elegíveis os créditos em moeda nacional concedidos ao Abrigo do Aviso nº 10/2020 de 01 de Abril de 2020.

Em 30 de Junho de 2021 estes saldos ascendem a 98 360 156 milhares de kwanzas (2020: 63 263 119 milhares de kwanzas), estando relacionados com Títulos do Tesouro em moeda estrangeira e os contractos ao abrigo do Aviso nº 10/2020.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 de 27 de Dezembro de 2019, que refere que deve ser considerada uma LGD de 0% para a carteira de disponibilidades e aplicações constituídas junto do Banco Nacional de Angola, não houve a constituição de imparidades.

Nota 5 – Disponibilidades em outras instituições de crédito

O saldo da rubrica disponibilidades em outras instituições de crédito é composto, quanto à sua natureza, como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Disponibilidades em outras instituições de crédito no país		
Outras disponibilidades	17 550	13 156
Disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro		
Depósitos à ordem	147 336 241	65 168 372
Valor aplicado	147 341 374	65 169 032
Imparidade acumulada	(5 133)	(660)
	147 353 791	65 181 528

As disponibilidades em outras instituições de crédito no estrangeiro incluem contas à ordem remuneradas com o Standard Bank de África do Sul.

Em 30 de Junho de 2021, o Banco calculou imparidades de acordo com a IFRS 9 para as disponibilidades em outras instituições de crédito no valor de 5 133 milhares de kwanzas (2020: 660 milhares de kwanzas). Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 6 – Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito

Esta rubrica em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Aplicações em instituições de crédito no país		
Operações com acordo de revenda	53 332 328	42 956 379
Juros corridos	233 229	101 550
Aplicações em instituições de crédito		
Aplicações de muito curto prazo	39 205 924	99 208 593
Valor aplicado	39 219 285	99 217 039
Juros corridos	1 046	6 313
Imparidade acumulada	(14 407)	(14 759)
	92 771 481	142 266 522

Em 30 de Junho de 2021, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro média ponderada de 11.68% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.11%.

Em 31 de Dezembro de 2020, as operações com acordo de revenda correspondem a repos celebrados com o Banco Nacional de Angola, com uma taxa de juro ponderada de 3.73% e as aplicações em instituições de crédito de muito curto prazo em moeda estrangeira de 0.21%.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1.

Nota 7 – Activos e Passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica activos financeiros ao justo valor através de resultados apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7.38%	6 960 837	6 992 629	83 478	(22 767)	64 144	7 117 484
- Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	-	-
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	64 397	64 397	-	-	-	64 397
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	83 877	83 877
				7 032 381	7 064 173	83 478	(22 767)	148 021	7 272 905

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados									
- Obrigações do Tesouro	AOA	USD	7.25%	1 322 123	1 341 122	25 771	(5 590)	(8 046)	1 353 257
- Obrigações do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	-	-	-	-	-	-
- Participação EMIS - Capital	AOA	n.a.	n.a.	64 397	64 397	-	-	-	64 397
- Participação EMIS - Prestações acessórias não remuneradas	AOA	n.a.	n.a.	7 147	7 147	-	-	-	7 147
Activos financeiros detidos para negociação									
- Instrumentos Financeiros Derivados	AOA	n.a.	-	-	-	-	-	399 876	399 876
				1 393 667	1 412 666	25 771	(5 590)	391 830	1 824 677

Os activos financeiros ao justo valor através de resultados encontram-se mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33), com excepção da participação da EMIS (nível 3).

O movimento dos ativos e passivos financeiros valorizados no nível 3 da hierarquia de justo valor durante os exercícios de 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, pode ser analisado como segue:

(milhares de Kwanzas)

Activos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados		
	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira	71 544	55 864
Aquisições	-	15 680
Saldo final da carteira	71 544	71 544

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de resultados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
- Obrigações do Tesouro	1 367 399	5 750 085	-	-	7 117 484
- Participação EMIS	-	-	-	71 544	71 544
Saldo em 30 de Junho de 2021	1 367 399	5 750 085	-	71 544	7 189 028
- Obrigações do Tesouro	23 351	1 329 906	-	-	1 353 257
- Participação EMIS	-	-	-	71 544	71 544
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	23 351	1 329 906	-	71 544	1 424 801

Derivados

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as rubricas de Derivados tiveram a seguinte composição:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Activos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	-	399 552
- FX Option	83 877	324
	83 877	399 876
Passivos financeiros detidos para negociação		
Instrumentos Financeiros Derivados		
- FX Forward	-	(214 385)
- FX Option	(83 877)	(324)
	(83 877)	(214 709)
Saldo final da Carteira	-	185 167

Em 30 de Junho de 2021, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Opções Cambiais contratadas com sociedades não financeiras, com maturidades entre Agosto e Dezembro do corrente ano.

Em 31 de Dezembro de 2020, os instrumentos financeiros derivados correspondem a Forwards e Opções Cambiais contratados com sociedades não financeiras, com maturidades entre Fevereiro e Agosto de 2021, respectivamente.

Os nocionais das Opções encontram-se reconhecidos nas rubricas extrapatrimoniais, tendo um montante de 11 612 514 milhares de kwanzas (2020: 30 549 milhares de kwanzas). Os nocionais dos Forwards a 31 de Dezembro de 2020 ascendem a 19 163 473 milhares de kwanzas.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos derivados por prazos de maturidade residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	-	-	-	-	-
- FX Option	101	83 776	-	-	83 877
	101	83 776	-	-	83 877
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	-	-	-	-	-
- FX Option	(101)	(83 776)	-	-	(83 877)
	(101)	(83 776)	-	-	(83 877)
Saldo em 30 de Junho de 2021	-	-	-	-	-

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Duração indeterminada	Total
Activos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	399 533	19	-	-	399 552
- FX Option	324	-	-	-	324
	399 857	19	-	-	399 876
Passivos financeiros detidos para negociação					
Instrumentos Financeiros Derivados					
- FX Forward	(214 385)	-	-	-	(214 385)
- FX Option	(324)	-	-	-	(324)
	(214 709)	-	-	-	(214 709)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	185 148	19	-	-	185 167

Nota 8 – Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Esta rubrica em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	9 006 807	7 726 702	-	745 422	13 809	8 485 933
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15.80%	131 199 300	114 633 270	4 874 156	4 454 085	19 859	123 981 370
				140 206 107	122 359 972	4 874 156	5 199 507	33 668	132 467 303

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/Desconto	Ajuste do justo valor	Valor de Balanço
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	23 333 250	21 422 867	-	832 654	(140 750)	22 114 771
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15.65%	72 009 000	64 198 244	2 835 767	1 033 979	(1 150 235)	66 917 755
				95 342 250	85 621 111	2 835 767	1 866 633	(1 290 985)	89 032 526

Os activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral estão mensurados ao justo valor de acordo com o nível 2, em conformidade com o disposto na IFRS 13 (Nota 33).

O modelo de valorização do justo valor da carteira de activos ao justo valor através de outro rendimento integral considera como taxa de desconto as correspondentes às últimas emissões dos bilhetes de tesouro e obrigações do tesouro verificadas em cada data de referência para a totalidade da carteira de bilhetes de tesouro e obrigações emitidas em Kwanzas (excluindo obrigações indexadas ao dólar).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral por prazos de vencimento residual é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	4 814 262	3 671 671	-	8 485 933
- Obrigações do Tesouro	-	33 124 095	90 857 275	123 981 370
Saldo em 30 de Junho de 2021	4 814 262	36 795 766	90 857 275	132 467 303
- Bilhetes do Tesouro	13 350 188	8 764 583	-	22 114 771
- Obrigações do Tesouro	10 802 995	4 361 755	51 753 005	66 917 755
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	24 153 183	13 126 338	51 753 005	89 032 526

Nota 9 – Investimentos ao custo amortizado

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de investimentos ao custo amortizado apresenta os seguintes valores:

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	46 992 593	39 359 814	-	4 825 870	(1 043 316)	43 142 368
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	41 343 489	41 343 490	120 586	-	(4 254 827)	37 209 249
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15.17%	74 825 900	63 904 551	3 032 146	6 650 983	(3 045 155)	70 542 525
				163 161 982	144 607 855	3 152 732	11 476 853	(8 343 298)	150 894 142

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Prémio/ Desconto	Imparidade Acumulada	Valor de Balanço
Investimentos ao custo amortizado									
- Bilhetes do Tesouro	AOA	n.a.	n.a.	146 500 041	132 451 004	-	2 536 987	(3 869 529)	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	USD	n.a.	5.00%	41 087 453	41 087 453	119 839	-	(5 194 695)	36 012 597
- Obrigações do Tesouro	AOA	Taxa fixa	15.07%	74 270 000	67 812 182	3 389 466	1 182 035	(3 671 046)	68 712 637
				261 857 494	241 350 639	3 509 305	3 719 022	(12 735 270)	235 843 696

O justo valor da carteira de investimentos ao custo amortizado encontra-se apresentado na Nota 33.

Em 30 de Junho de 2021, com a entrada em vigor da Directiva 13/2019 do BNA de 27 de Dezembro de 2019, o Banco registou uma dotação adicional de imparidade pelo aumento da PD e LGD em conformidade com a notação de rating de Angola publicada no estudo da Moody's aplicável ao exercício em questão. Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 as exposições estavam classificadas no estágio 1, excepto duas que estavam em estágio 2.

As perdas por imparidade em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 para as obrigações e bilhetes do tesouro foram apuradas com base nos parâmetros de risco de crédito fornecidos pela agência de rating internacional Moody's.

Na avaliação da existência de aumento significativo de risco de crédito em 30 de Junho de 2021 para a carteira de instrumentos ao custo amortizado, a qual deve ser efectuada desde a data de aquisição dos activos financeiros, o Banco considerou que as Obrigações e Bilhetes do Tesouro com risco Estado Angolano adquiridas após Outubro de 2017 reuniam as condições para se manterem no Estágio 1, na medida em que aquando da sua aquisição o risco soberano Angolano já era de B2 - highly speculative, pelo que o risco implícito já existia, não tendo sofrido alterações significativas até 30 de Junho de 2021 (apenas registou dois downgrades de rating). Da mesma forma, as Obrigações e Bilhetes do Tesouro adquiridas antes de Outubro de 2017, na medida em

que a 30 de Junho de 2021 já sofreram mais de 2 downgrades no rating desde a data de aquisição, cumprem com os critérios para serem consideradas em Estágio 2 (aumento significativo de risco de crédito).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o escalonamento dos investimentos ao custo amortizado por prazos de vencimento é como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Inferior a três meses	Entre três meses e um ano	De um a cinco anos	Total
- Bilhetes do Tesouro	19 086 897	24 055 472	-	43 142 369
- Obrigações do Tesouro	25 064 243	27 588 624	55 098 906	107 751 773
Saldo em 30 de Junho de 2021	44 151 140	51 644 096	55 098 906	150 894 142
- Bilhetes do Tesouro	49 294 226	81 824 236	-	131 118 462
- Obrigações do Tesouro	8 156 287	28 690 648	67 878 299	104 725 234
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	57 450 513	110 514 884	67 878 299	235 843 696

Nota 10 – Crédito a Clientes

Esta rubrica em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Crédito interno		
A empresas	181 019 923	130 132 013
Empréstimos	155 237 147	102 178 538
Descobertos	23 177 959	26 767 222
Leasing	367 685	274 857
Cartas de crédito	2 237 132	911 395
A particulares	13 372 319	12 002 933
Habitação	1 299 800	1 097 972
Consumo e outros	12 072 519	10 904 961
	194 392 242	142 134 946
Crédito e juros vencidos		
Até 3 meses	170 779	222 121
De 3 meses a 1 ano	316 419	297 892
De 1 a 3 anos	423 676	419 740
	910 874	939 752
	195 303 116	143 074 698
Perdas por imparidade	(5 777 712)	(2 765 665)
	189 525 404	140 309 033

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a rubrica de Crédito a Clientes inclui, por contrapartida de Outros passivos (Nota 20), as cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 1 102 094 milhares de kwanzas e 1 006 426 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento do justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 14).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Crédito a Clientes inclui, respectivamente, 80 107 762 milhares de kwanzas e 45 956 306 milhares de kwanzas relativos aos créditos concedidos ao abrigo do Aviso 10 de 3 de Abril de 2020.

O escalonamento do crédito a Clientes por prazos de vencimento residual, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Até 3 meses	23 730 758	19 513 792
De 3 meses a um ano	18 473 385	50 166 548
De um a cinco anos	124 766 673	59 895 752
Mais de cinco anos	23 637 223	12 340 482
Duração indeterminada	4 695 077	1 158 125
	195 303 116	143 074 698

Os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade evidenciadas no Crédito a Clientes foram os seguintes:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial	2 765 665	1 898 991
Dotações	3 584 624	1 794 743
Utilizações (Nota 23)	(198 511)	(320 353)
Reversões	(373 725)	(607 603)
Diferenças de câmbio e outras	(341)	(113)
Saldo final	5 777 712	2 765 665

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as Utilizações (Nota 23) correspondem aos créditos desreconhecidos do balanço (abatidos ao activo). Adicionalmente, a sua variação anual inclui uma recuperação de 107 810 milhares de kwanzas referentes a créditos anteriormente abatidos ao activo e 1 383 milhares de kwanzas de juros curados.

A distribuição do crédito a Clientes por tipo de taxa é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Taxa fixa	62 382 595	39 227 043
Taxa variável	132 920 521	103 847 655
	195 303 116	143 074 698

O detalhe das exposições e imparidade do crédito concedido a Clientes constituída por segmento e por intervalo de dias de atraso é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 30.06.2021						Imparidade 30.06.2021						
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	139 876 309	122 160 626	-	-	17 715 683	-	11 582 099	-	-	(3 955 481)	(3 634 435)	(321 046)	-
Pequenas e Médias Empresas	41 565 283	39 874 868	-	-	1 270 131	-	-	420 284	29 492	(760 923)	(31 397)	(466 653)	(262 873)
Particulares	13 861 524	12 453 841	33 909	-	917 109	10 966	-	490 574	28 607	(1 061 308)	(89 969)	(480 765)	(490 574)
Total	195 303 116	174 489 335	33 909	-	19 902 923	10 966	11 582 099	910 858	58 099	(5 777 712)	(3 755 801)	(1 268 464)	(753 447)

(milhares de Kwanzas)

Segmento	Exposição 31.12.2020						Imparidade 31.12.2020						
	Exposição total	Crédito em Estágio 1	Do qual curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 2	Do qual em curado	Do qual reestruturado	Crédito em Estágio 3	Do qual reestruturado	Imparidade total	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3
Grandes Empresas e Banca de Investimento	97 795 776	91 715 984	-	7 620 316	6 079 792	-	-	-	-	(1 227 477)	(856 511)	(370 966)	-
Pequenas e Médias Empresas	32 805 581	31 535 439	-	-	800 813	-	-	469 329	81 891	(682 728)	(106 412)	(291 560)	(284 756)
Particulares	12 473 341	11 464 283	33 006	-	538 650	4 223	-	470 408	30 602	(855 460)	(145 732)	(239 320)	(470 408)
Total	143 074 698	134 715 706	33 006	7 620 316	7 419 255	4 223	-	939 737	112 492	(2 765 665)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)

2. POR INTERVALO DE DIA DE ATRASO

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO	Exposição 30.06.2021									Imparidade 30.06.2021								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investimento	122 160 626	-	-	15 208 947	2 506 721	15	-	-	-	(3 634 435)	-	-	(314 813)	(6 233)	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	39 874 868	-	-	1 269 981	150	-	-	29 592	390 692	(31 397)	-	-	(466 611)	(42)	-	-	(18 023)	(244 850)
Particulares	12 453 841	-	-	815 050	102 059	-	-	141 187	349 387	(89 969)	-	-	(429 056)	(51 709)	-	-	(141 187)	(349 387)
Total	174 489 335	-	-	17 293 978	2 608 930	15	-	170 779	740 079	(3 755 801)	-	-	(1 210 480)	(57 984)	-	-	(159 210)	(594 237)

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO	Exposição 31.12.2020									Imparidade 31.12.2020								
	Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3			Estágio 1			Estágio 2			Estágio 3		
	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias	≤ 30 dias	> 30 dias ≤ 90 dias	> 90 dias
Grandes Empresas e Banca de Investiment	79 154 449	12 561 520	15	6 079 792	-	-	-	-	-	(453 486)	(403 026)	-	(370 966)	-	-	-	-	-
Pequenas e Médias Empresas	31 535 439	-	-	781 918	18 895	-	-	-	469 329	(106 412)	-	-	(285 418)	(6 142)	-	-	-	(284 756)
Particulares	11 464 283	-	-	469 148	69 502	-	-	222 121	248 287	(145 731)	-	-	(204 102)	(35 218)	-	-	(222 121)	(248 287)
Total	122 154 171	12 561 520	15	7 330 858	88 397	-	-	222 121	717 616	(705 629)	(403 026)	-	(860 486)	(41 360)	-	-	(222 121)	(533 043)

O detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de concessão das operações relativas a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

ANO DE CONCESSÃO	30.06.2021								
	Grandes Empresas e Banca de Investimento			Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída
2016 e anteriores	8	7 376 180	(101 843)	12	8 339 617	(186 675)	2 659	701 847	(39 378)
2017	-	-	-	2	79 353	(48 506)	1 412	143 789	(9 115)
2018	9	4 892 941	(216 285)	22	1 090 767	(142 028)	716	779 254	(191 524)
2019	13	15 670 923	(346 015)	29	1 326 464	(48 098)	1 564	2 940 057	(235 671)
2020	16	33 335 963	(200 199)	29	13 017 122	(291 879)	1 413	5 437 354	(429 597)
2021	99	78 600 302	(3 091 139)	52	17 711 960	(43 737)	791	3 859 223	(156 023)
Total	145	139 876 309	(3 955 481)	146	41 565 283	(760 923)	8 555	13 861 524	(1 061 308)

(milhares de Kwanzas)

ANO DE CONCESSÃO	31.12.2020									
	Grandes Empresas e Banca de Investimento				Pequenas e Médias Empresas			Particulares		
	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	Número de operações	Montante	Imparidade constituída	
2015 e anteriores	21	9 699 390	(160 037)	9	7 541 387	(126 191)	2 551	563 260	(39 705)	
2016	-	-	-	3	4 091 216	(107 057)	112	135 329	(12 136)	
2017	-	-	-	3	80 551	(47 743)	1 458	182 760	(13 496)	
2018	2	2 908 394	(226 895)	22	1 188 086	(140 934)	815	1 196 090	(283 207)	
2019	10	32 366 379	(563 018)	29	1 409 293	(30 317)	1 693	3 920 413	(247 025)	
2020	102	52 821 613	(277 527)	71	18 495 048	(230 486)	1 631	6 475 489	(259 891)	
Total	135	97 795 776	(1 227 477)	137	32 805 581	(682 728)	8 260	12 473 341	(855 460)	

O detalhe do montante de exposição bruta de crédito e do montante de imparidade constituída para as exposições analisadas por segmento e sector de actividade, individual e colectivamente, com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

1. POR SEGMENTO

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	139 876 309	(3 955 481)	420 284	(262 873)	490 574	(490 574)	140 787 167	(4 708 928)
Imparidade colectiva	-	-	41 144 999	(498 050)	13 370 950	(570 734)	54 515 949	(1 068 784)
Total	139 876 309	(3 955 481)	41 565 283	(760 923)	13 861 524	(1 061 308)	195 303 116	(5 777 712)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Grandes Empresas e Banca de Investimento		Pequenas e Médias Empresas		Particulares		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	97 795 776	(1 227 477)	469 330	(284 757)	470 408	(470 408)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	32 336 251	(397 971)	12 002 933	(385 052)	44 339 184	(783 023)
Total	97 795 776	(1 227 477)	32 805 581	(682 728)	12 473 341	(855 460)	143 074 698	(2 765 665)

2. POR SECTOR DE ACTIVIDADE

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	35 013 205	(2 591 960)	39 470 433	(412 970)	-	-	25 258 408	(241 624)	490 574	(490 574)	40 554 547	(971 800)	140 787 167	(4 708 928)
Imparidade colectiva	-	-	36 230 886	(26 173)	38 405	(30)	4 026 713	(444 258)	13 370 950	(570 734)	848 995	(27 589)	54 515 949	(1 068 784)
Total	35 013 205	(2 591 960)	75 701 319	(439 143)	38 405	(30)	29 285 121	(685 882)	13 861 524	(1 061 308)	41 403 542	(999 389)	195 303 116	(5 777 712)

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Administração central		Comércio por grosso		Construção		Indústria transformadora		Particulares		Outras		Total	
	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade	Exposição total	Imparidade
Imparidade individual	-	-	37 248 936	(291 735)	-	-	7 655 781	(1 156)	470 408	(470 408)	53 360 389	(1 219 343)	98 735 514	(1 982 642)
Imparidade colectiva	-	-	26 782 756	(93 862)	45 415	(248)	3 686 374	(229 965)	12 004 959	(385 052)	1 819 680	(73 896)	44 339 184	(783 023)
Total	-	-	64 031 692	(385 597)	45 415	(248)	11 342 155	(231 121)	12 475 367	(855 460)	55 180 069	(1 293 239)	143 074 698	(2 765 665)

Em termos de geografia, a totalidade do crédito concedido é em Angola.

As tabelas abaixo apresentam, com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a composição do crédito a Clientes, com detalhe do crédito vincendo e vencido, acréscimos e diferimentos e imparidades de crédito por estágio e por classe de incumprimento. Os acréscimos e diferimentos incorporam os acréscimos de juros (vincendos) e a especialização das comissões associadas aos contratos de crédito.

1. POR ESTÁGIO

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO A CLIENTES	30.06.2021			
	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	109 231 304	15 084 030	-	124 315 334
Crédito e juros vencidos	11 720 030	2 506 736	908 030	15 134 796
Imparidade	(297 931)	(6 233)	(753 447)	(1 057 611)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	50 590 336	909 372	-	51 499 708
Crédito e juros vencidos	1 509 272	716 006	-	2 225 278
Imparidade	(4 607)	(410 584)	-	(415 191)
Acréscimos e diferimentos	(2 014 870)	(164 868)	2 828	(2 176 910)
Total	170 733 534	18 634 459	157 411	189 525 404

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO A CLIENTES	31.12.2020			
	Estágios de imparidade			Total
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	76 605 816	6 071 826	-	82 677 642
Crédito e juros vencidos	15 110 797	-	938 207	16 049 004
Imparidade	(856 511)	(370 966)	(754 935)	(1 982 412)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	41 846 179	715 753	-	42 561 932
Crédito e juros vencidos	1 027 466	618 084	-	1 645 550
Imparidade	(252 144)	(530 880)	-	(783 024)
Acréscimos e diferimentos	125 448	13 592	1 530	140 570
Total	133 607 051	6 517 409	184 802	140 309 033

A decomposição dos montantes brutos e da imparidade de crédito da carteira de crédito a Clientes, analisada por classes de incumprimento e pela tipologia de análise de imparidade realizada pelo Banco em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 apresenta-se como segue:

1. POR CLASSE DE INCUMPRIMENTO

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO A CLIENTES	30.06.2021					Total
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	124 316 705	-	-	-	-	124 316 705
Crédito e juros vencidos	-	11 720 030	2 679 274	312 363	423 129	15 134 796
Imparidade	-	(297 931)	(165 444)	(321 963)	(272 274)	(1 057 612)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	51 498 338	-	-	-	-	51 498 338
Crédito e juros vencidos	-	2 124 317	100 961	-	-	2 225 278
Imparidade	-	(363 440)	(51 751)	-	-	(415 191)
Acréscimos e diferimentos	(2 136 305)	(44 681)	(527)	4 056	547	(2 176 910)
Total	173 678 738	13 138 295	2 562 513	(5 544)	151 402	189 525 404

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO A CLIENTES	31.12.2020					Total
	Crédito vincendo	Classe de incumprimento				
		Até 1 mês	De 1 mês a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 ano a 5 anos	
Com imparidade atribuída com base em análise individual	82 685 608	-	-	-	-	82 685 608
Crédito e juros vencidos	-	2 470 558	12 864 632	294 514	419 300	16 049 003
Imparidade	(818 046)	(6 406)	(625 146)	(268 958)	(263 856)	(1 982 412)
Com imparidade atribuída com base em análise colectiva	42 559 906	-	-	-	-	42 559 906
Crédito e juros vencidos	-	1 550 451	89 159	-	-	1 639 610
Imparidade	(568 122)	(71 443)	(143 688)	-	-	(783 252)
Acréscimos e diferimentos	207 926	8 554	(79 726)	3 378	440	140 572
Total	124 067 271	3 951 715	12 105 230	28 934	155 884	140 309 033

O detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada é como segue:

(milhares de Kwanzas)

MEDIDA APLICADA	30.06.2021											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	-	-	-	2	11 582 099	(8 228)	7	58 099	(46 530)	9	11 640 198	(54 758)
Total	-	-	-	2	11 582 099	(8 228)	7	58 099	(46 530)	9	11 640 198	(54 758)

(milhares de Kwanzas)

MEDIDA APLICADA	31.12.2020											
	Crédito em Estágio 1			Crédito em Estágio 2			Crédito em Estágio 3			Total		
	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade	Número de operações	Exposição	Imparidade
Extensão de prazo	1	7 620 316	(27 280)	-	-	-	10	112 492	(79 674)	11	7 732 809	(106 954)
Total	1	7 620 316	(27 280)	-	-	-	10	112 492	(79 674)	11	7 732 809	(106 954)

A tabela abaixo apresenta com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o crédito reestruturado com o detalhe do valor vincendo, vencido e imparidade para empresas e particulares.

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO REESTRUTURADO	30.06.2021			Imparidade
	Crédito			
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	11 611 590	-	11 611 590	(26 072)
Particulares	18 596	10 011	28 607	(28 686)
Consumo	18 596	10 011	28 607	(28 686)
Total	11 630 186	10 011	11 640 197	(54 758)

(milhares de Kwanzas)

CRÉDITO REESTRUTURADO	31.12.2020			Imparidade
	Crédito			
	Vincendo	Vencido	Total	
Empresas	7 620 316	81 891	7 702 207	(76 302)
Particulares	26 084	4 517	30 601	(30 651)
Consumo	26 084	4 517	30 601	(30 651)
Total	7 646 400	86 408	7 732 808	(106 953)

Os movimentos de entradas e saídas na carteira de créditos reestruturados são como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	7 732 809	227 971
Créditos reestruturados no período	11 595 161	7 645 007
Juros corridos da carteira de créditos reestruturados	38 451	64 330
Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total)	(7 715 473)	(170 631)
Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal"	(10 750)	(56 564)
Outros	-	22 696
Saldo final da carteira de créditos reestruturados (bruto de imparidade)	11 640 198	7 732 809

O detalhe do justo valor das garantias subjacentes à carteira de crédito dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

JUSTO VALOR	30.06.2021											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	14	382 192	33	18 204	-	-	-	-	-	-	3	124 273
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	3	253 005	-	-	2	108 583	-	-	-	-	9	625 652
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	15	4 754 096	2	326 814	-	-	-	-	-	-	13	3 474 404
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	3	2 027 919	3	2 577 159	-	-	-	-	-	-	1	802 919
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	3	4 850 639	1	1 250 000	-	-	-	-	1	1 683 500	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	6	16 141 272	5	19 003 490	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	-	-	3	51 257 508	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	44	28 409 123	47	74 433 175	2	108 583	-	-	1	1 683 500	26	5 027 248

(milhares de Kwanzas)

JUSTO VALOR	31.12.2020											
	Empresas				Construção e promoção imobiliária				Habitação			
	Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais		Imóveis		Outras garantias reais	
	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante	Número de imóveis	Montante	Número	Montante
< 50 MAOA	11	285 905	2	66 766	-	-	-	-	13	472 283	1	35 701
>= 50 MAOA e < 100 MAOA	2	129 376	1	50 000	-	-	-	-	17	1 110 695	-	-
>= 100 MAOA e < 500 MAOA	6	1 048 107	2	525 157	-	-	-	-	9	1 741 504	4	1 049 129
>= 500 MAOA e < 1.000 MAOA	2	1 459 154	6	4 034 724	-	-	-	-	1	802 261	-	-
>= 1.000 MAOA e < 2.000 MAOA	-	-	4	6 258 181	1	1 224 200	1	1 683 500	-	-	-	-
>= 2.000 MAOA e < 5.000 MAOA	-	-	5	18 407 544	-	-	-	-	-	-	-	-
>= 5.000 MAOA	1	5 216 576	5	54 507 104	-	-	-	-	-	-	-	-
Total	22	8 139 119	25	83 849 476	1	1 224 200	1	1 683 500	40	4 126 743	5	1 084 830

O rácio financiamento-garantia dos segmentos de empresas, construção e promoção imobiliária e habitação é como segue:

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO / RÁCIO	30.06.2021					
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	83 544 978	13 794 790	107	(3 529 783)
< 50%	2	36	29 989 797	377 769	-	(158 302)
>= 50% e < 75%	10	-	9 157 479	-	-	(6 435)
>= 75% e <100%	1	-	5 035 497	-	-	(3 577)
>= 100%	31	11	34 269 338	3 351 938	420 176	(997 392)
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
< 50%	3	-	3 555	-	-	(8)
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	-	-	-	-	-
>= 100%	2	1	34 849	1 461 318	-	(14 711)
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
>= 100%	26	6	594 009	65 968	122 591	(133 614)
Total	75	54	162 629 502	19 051 783	542 874	(4 843 822)

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO / RÁCIO	31.12.2020					
	Número de imóveis	Número de outras garantias reais	Crédito em Estágio 1	Crédito em Estágio 2	Crédito em Estágio 3	Imparidade
Empresas						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	46 240 465	6 651 456	8	938 398
< 50%	-	1	14 607 986	-	-	13 514
>= 50% e < 75%	-	-	-	-	-	-
>= 75% e <100%	-	9	13 491 421	-	-	39 587
>= 100%	22	15	39 034 667	1 198	469 321	870 232
Construção e promoção imobiliária						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	8 009 503	-	-	30 491
>= 100%	1	1	1 692 499	-	-	11 013
Habitação						
Sem garantia associada	n.a.	n.a.	-	-	-	-
>= 100%	40	5	1 031 454	66 519	196 036	211 992
Total	63	31	124 107 995	6 719 173	665 365	2 115 227

A distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos é como segue:

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO	30.06.2021						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	10 208 949	129 667 255	39	-	-	66
Pequenas e Médias Empresas	-	-	41 144 955	29 636	-	1	390 691
Particulares	-	-	13 250 941	83 218	233 923	43 792	249 650
Total	-	10 208 949	184 063 151	112 893	233 923	43 793	640 407

(milhares de Kwanzas)

SEGMENTO	31.12.2020						
	Grau de risco Baixo			Grau de risco Médio		Grau de risco Elevado	
	A	B	C	D	E	F	G
Grandes Empresas e Banca de Investimento	-	12 561 521	85 234 170	-	-	-	85
Pequenas e Médias Empresas	-	-	32 317 357	18 895	8	-	469 321
Particulares	-	-	12 073 554	84 048	106 503	34 083	175 154
Total	-	12 561 521	129 625 080	102 943	106 510	34 083	644 560

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os níveis de risco internos de A a G apresentados na tabela acima estão de acordo com a classificação do Instrutivo n.º 09/2015 do BNA sobre a metodologia para a constituição de provisões. Este Instrutivo ainda é aplicável para efeitos dos rácios prudenciais.

A divulgação dos factores de riscos associados ao modelo de imparidade por segmento é como segue:

Segmento	Imparidade 30.06.2021				Imparidade 31.12.2020			
	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)	Probabilidade de incumprimento (%)			Perda dado o incumprimento (%)
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Grandes Empresas e Banca de Investimento								
Empresas	1.53%	3.93%	N/A	44.57%	1.73%	8.87%	N/A	13.74%
Estado	12.23%	N/A	N/A	60.00%	5.19%	N/A	N/A	38.89%
Instituições Financeiras	0.19%	N/A	N/A	20.40%	0.34%	N/A	N/A	20.09%
Pequenas e Médias Empresas	0.32%	9.38%	100%	24.25%	1.53%	26.20%	100%	23.42%
Particulares	1.10%	25.70%	100%	67.57%	1.82%	27.75%	100%	67.56%

Durante o período de 2021, os modelos de cálculo da imparidade foram aprimorados devido à Pandemia de COVID-19, no entanto, apesar da considerável pressão exercida pela pandemia na economia angolana, não ocorreram mudanças materiais nas premissas. Foram tomadas medidas de monitoramento e acompanhamento pelas equipas de negócio que revêm o negócio, tendo sido priorizados Clientes que não se encontravam em incumprimento antes do COVID-19.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 30 de Junho de 2021:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2021	2022	2023
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	0.70%	2.40%	-2.30%
	Cenário favorável	1.80%	2.90%	1.10%
	Cenário adverso	-1.30%	1.60%	-2.70%
Taxa de Inflação	Cenário Base	19.60%	13.10%	11.40%
	Cenário favorável	15.00%	9.20%	7.40%
	Cenário adverso	21.30%	17.20%	15.40%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	602	639	694
	Cenário favorável	580	602	642
	Cenário adverso	696	756	832
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	75.13		
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	15.78%		

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2021	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	5.25%	35.09%	1 009 574
Cenário favorável	2.97%	35.09%	570 876
Cenário adverso	7.45%	35.09%	1 433 728

(*) Os valores das perdas de crédito esperadas estão em milhares de Kzs.

As tabelas abaixo apresentam a informação prospectiva considerada no modelo de imparidade do Banco em 31 de Dezembro de 2020:

a) Incorporação de informação prospectiva – Cenários considerados

		2020	2021	2022	2023	2024
Taxa de Crescimento do PIB	Cenário Base	-5.24%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
	Cenário favorável	-1.87%	1.40%	3.60%	1.43%	2.22%
	Cenário adverso	-8.84%	-1.31%	2.22%	-2.43%	1.30%
Taxa de Inflação	Cenário Base	24.79%	18.51%	14.57%	13.93%	12.01%
	Cenário favorável	23.82%	15.11%	11.38%	9.51%	8.89%
	Cenário adverso	22.62%	21.20%	19.84%	17.18%	14.57%
Taxa de Câmbio USD/AOA	Cenário Base	650	725	836	942	1 049
	Cenário favorável	620	701	780	859	934
	Cenário adverso	579	854	1 083	1 374	1 742
Preço do Petróleo (ramo Angolano)	Cenário Base	47.70				
Taxa de juros de referência - Luibor 3 meses	Cenário Base	12.50%				

b) Incorporação de informação prospectiva – créditos analisados em base coletiva

2020	PD (média)	LGD (média)	Perdas de crédito esperadas
Cenário Base	4.67%	35.50%	735 699
Cenário favorável	3.27%	35.50%	515 330
Cenário adverso	6.14%	35.50%	965 752

(*) Os valores das perdas de crédito esperadas estão em milhares de Kzs.

A tabela abaixo apresenta o movimento do valor contabilístico bruto dos activos financeiros por classe de activo e estágio:

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2019	476 146 536	4 117 204	887 539	481 151 279
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	168 833 548	1 435	-	168 834 983
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	30 884 139	-	-	30 884 139
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	72 318 198	-	-	72 318 198
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	5 582 825	-	-	5 582 825
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 127 523	-	-	110 127 523
Crédito a clientes (Nota 10)	88 400 303	4 115 769	887 539	93 403 611
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		(1 435)		(1 435)
<i>Transferência para estágio 2</i>	1 435			1 435
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	22 521 590			22 521 590
<i>Outras alterações</i>	(126 174 385)			(126 174 385)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	1 373 041			1 373 041
<i>Outras alterações</i>	(30 432 503)			(30 432 503)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	67 333 499			67 333 499
<i>Outras alterações</i>	(50 619 170)			(50 619 170)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	122 792 996	19 488 285		142 281 281
<i>Outras alterações</i>	(5 582 825)			(5 582 825)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		36 593 837		36 593 837
<i>Transferência para estágio 2</i>	(36 593 837)			(36 593 837)
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	161 648 381	11 196 258		172 844 639
<i>Outras alterações</i>	(34 393 197)			(34 393 197)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		(2 943 597)	(15 225)	(2 958 822)
<i>Transferência para estágio 2</i>	2 943 597		(7 145)	2 936 451
<i>Transferência para estágio 3</i>	15 225	7 145		22 370
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	82 074 383	620 351	105 163	82 799 898
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	(2 738 218)	(85 100)		(2 823 319)
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			(136 369)	(136 369)
<i>Outras alterações</i>	(35 979 584)	5 704 687	105 774	(30 169 123)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Valor Contabilístico bruto em 31 de Dezembro de 2020	614 336 964	74 697 635	939 737	689 974 336
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	-	-	65 182 188
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	-	89 032 526
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	122 792 996	19 488 285	-	142 281 281
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	200 788 870	47 790 095	-	248 578 965
Crédito a clientes (Nota 10)	134 715 706	7 419 255	939 737	143 074 698
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	89 322 069			89 322 069
<i>Outras alterações</i>	(7 145 332)			(7 145 332)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	7 117 484			7 117 484
<i>Outras alterações</i>	(1 669 255)			(1 669 255)
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	70 509 842			70 509 842
<i>Outras alterações</i>	(27 075 065)			(27 075 065)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	73 175 281	19 609 625		92 784 906
<i>Outras alterações</i>	(122 792 014)	(19 488 285)		(142 280 299)

	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	7 284 714	-		7 284 714
<i>Outras alterações</i>	(97 225 531)	599 291		(96 626 240)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		7 299 239	3 846	7 303 085
<i>Transferência para estágio 2</i>	(7 299 239)		181 892	(7 117 347)
<i>Transferência para estágio 3</i>	(3 846)	(181 892)		(185 738)
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	90 944 584	9 362 884	10 717	100 318 185
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	(7 054 682)	(20 255)	(65 353)	(7 140 290)
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			(10 974)	(10 974)
<i>Outras alterações</i>	(36 813 188)	(3 976 308)	(149 007)	(40 938 503)
Valor Contabilístico bruto em 30 de Junho de 2021	645 612 786	87 901 934	910 858	734 425 578
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	147 358 925	-	-	147 358 925
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	7 272 906	-	-	7 272 906
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	132 467 303	-	-	132 467 303
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	73 176 263	19 609 625	-	92 785 888
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	110 848 053	48 389 386	-	159 237 439
Crédito a clientes (Nota 10)	174 489 335	19 902 923	910 858	195 303 116

A tabela abaixo apresenta o movimento da perda esperada por classe de activo e estágio:

Perda esperada a 31 de Dezembro de 2019	(2 499 609)	(499 125)	(375 664)	(3 374 398)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(1 774)	-	-	(1 774)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	-	-	-	-
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(1 473 633)	-	-	(1 473 633)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 024 202)	(499 125)	(375 664)	(1 898 991)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(180)			(180)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	1 293			1 293
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(2 615)	(12 144)		(14 759)

Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	(564 094)			(564 094)
<i>Transferência para estágio 2</i>		564 094		564 094
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(5 668 103)			(5 668 103)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>				-
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	(724 662)	(4 868 871)		(5 593 533)
Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>		(75 742)	(2 012)	(77 754)
<i>Transferência para estágio 2</i>	75 742		(8 506)	67 236
<i>Transferência para estágio 3</i>	2 012	8 507		10 519
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>		(296 741)	(995 346)	(1 292 086)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	173 250			173 250
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			320 353	320 353
<i>Alterações devido a modificações que não resultaram em desreconhecimento</i>				-
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(433 286)	(50 886)	(18 485)	(502 657)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	97 829	12 028	324 496	434 353
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>				-
<i>Taxa de câmbio e outros movimentos</i>		112		112

Perda esperada a 31 de Dezembro de 2020	(8 414 234)	(6 346 955)	(755 164)	(15 516 353)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(660)	-	-	(660)
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(2 615)	(12 144)	-	(14 759)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(7 302 304)	(5 432 965)	-	(12 735 269)
Crédito a clientes (Nota 10)	(1 108 655)	(901 846)	(755 164)	(2 765 665)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(4 484)			(4 484)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	10			10
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)				
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)				
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(1 691)	(12 716)		(14 407)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	2 616	12 144		14 760
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)				
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(534 509)	-		(534 509)
<i>Alterações nos modelos/parâmetros de risco</i>	3 240 285	1 151 687		4 391 972

Crédito a clientes (Nota 10)				
<i>Transferência para estágio 1</i>	-	(18 660)	(5 756)	(24 416)
<i>Transferência para estágio 2</i>	18 660	-	405	19 065
<i>Transferência para estágio 3</i>	5 756	(405)	-	5 351
<i>Aumentos devido a alterações no risco de crédito</i>	(1 674 965)	(373 387)	(181 382)	(2 229 734)
<i>Diminuições devido a alterações no risco de crédito</i>	221 214	66 740		287 954
<i>Créditos abatidos ao activo</i>			198 511	198 511
<i>Novos activos financeiros adquiridos ou originados</i>	(1 303 367)	(41 121)	(10 061)	(1 354 549)
<i>Activos financeiros que foram desreconhecidos</i>	85 555	215	-	85 771
Perda esperada a 30 de Junho de 2021	(7 824 643)	(5 562 458)	(753 447)	(14 140 547)
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	(5 133)	-	-	(5 133)
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	-	-	-	-
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	-	-	-	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	(1 690)	(12 716)	-	(14 406)
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	(4 062 019)	(4 281 278)	-	(8 343 297)
Crédito a clientes (Nota 10)	(3 755 801)	(1 268 464)	(753 447)	(5 777 712)

Nota 11 – Outros activos tangíveis

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2021
(milhares de Kwanzas)					
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	1 278 188	-	-	(355 041)	923 147
Obras em imóveis arrendados	1 507 529	-	(254 058)	48 178	1 301 649
	2 785 717	-	(254 058)	(306 863)	2 224 796
Equipamento					
Equipamento informático	1 807 726	514 008	(6 919)	981 517	3 296 332
Mobiliário e material	616 367	308 407	(190 931)	149 117	882 960
Máquinas e ferramentas	1 084 011	944 529	(17 364)	50 698	2 061 874
Material de transporte	671 272	-	(22 709)	355 041	1 003 604
Outros	1 054 494	12 815	56	(524 820)	542 545
	5 233 870	1 779 759	(237 867)	1 011 553	7 787 315
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	32 271 799	1 808 833	-	(195 737)	33 884 895
Equipamento	2 331 137	24 481	(15 413)	(511 747)	1 828 458
Outros	13 645	(11 649)	-	2 794	4 790
	34 616 581	1 821 665	(15 413)	(704 690)	35 718 143
Direito de Uso					
Imóveis	3 339 739	-	(14 312)	-	3 325 427
	3 339 739	-	(14 312)	-	3 325 427
	45 975 907	3 601 424	(521 650)	-	49 055 681
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(109 051)	(8 196)	-	-	(117 247)
Obras em imóveis arrendados	(1 283 847)	(27 703)	249 794	-	(1 061 756)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 392 898)	(35 899)	249 794	-	(1 179 003)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 473 667)	(177 840)	6 903	-	(1 644 604)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(467 166)	(41 345)	162 798	-	(345 713)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(421 711)	(130 247)	14 308	-	(537 650)
Material de transporte	(387 924)	(96 107)	22 706	-	(461 325)
Outros	(1 512)	(111)	(56)	-	(1 679)
	(2 751 980)	(445 650)	206 659	-	(2 990 971)
Direito de Uso					
Imóveis	(1 918 874)	(295 469)	-	-	(2 214 343)
	(1 918 874)	(295 469)	-	-	(2 214 343)
	(6 063 752)	-	-	-	-
		(777 018)	456 453	-	(6 384 317)
	39 912 155	2 824 406	(65 197)	-	42 671 364

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Custos					
Imóveis					
De serviço próprio	923 147	355 041	-	-	1 278 188
Obras em imóveis arrendados	1 529 316	-	(26 392)	4 605	1 507 529
	2 452 463	355 041	(26 392)	4 605	2 785 717
Equipamento					
Equipamento informático	1 742 496	70 854	(5 636)	12	1 807 726
Mobiliário e material	603 256	23 264	(10 446)	293	616 367
Máquinas e ferramentas	691 151	387 394	(5 967)	11 433	1 084 011
Material de transporte	564 768	109 141	(2 637)	-	671 272
Outros	102 022	961 884	-	(9 412)	1 054 494
	3 703 693	1 552 537	(24 686)	2 326	5 233 870
Imobilizado em curso					
Obras em imóveis	23 262 117	9 292 981	-	(283 299)	32 271 799
Equipamento	295 567	1 759 202	-	276 368	2 331 137
Outros	13 645	-	-	-	13 645
	23 571 329	11 052 183	-	(6 931)	34 616 581
Direito de Uso					
Imóveis	2 787 594	675 414	(123 269)	-	3 339 739
	2 787 594	675 414	(123 269)	-	3 339 739
	32 515 079	13 635 175	(174 347)	-	45 975 907
Amortizações acumuladas					
Imóveis					
De serviço próprio	(92 657)	(16 394)	-	-	(109 051)
Obras em imóveis arrendados	(1 249 216)	(61 023)	26 392	-	(1 283 847)
Outros	-	-	-	-	-
	(1 341 873)	(77 417)	26 392	-	(1 392 898)
Equipamento					
Equipamento informático	(1 215 368)	(263 683)	5 384	-	(1 473 667)
Instalações interiores	-	-	-	-	-
Mobiliário e material	(427 168)	(48 580)	8 582	-	(467 166)
Equipamento de segurança	-	-	-	-	-
Máquinas e ferramentas	(304 168)	(122 743)	5 200	-	(421 711)
Material de transporte	(268 115)	(122 446)	2 637	-	(387 924)
Outros	(1 289)	(223)	-	-	(1 512)
	(2 216 108)	(557 675)	21 803	-	(2 751 980)
Direito de Uso					
Imóveis	(1 026 946)	(891 928)	-	-	(1 918 874)
	(1 026 946)	(891 928)	-	-	(1 918 874)
	(4 584 927)	(1 527 020)	48 195	-	(6 063 752)
	27 930 152	12 108 155	(126 152)	-	39 912 155

Em 30 de Junho de 2021 o imobilizado em curso inclui 36 925 144 milhares de kwanzas relacionado, maioritariamente, ao projecto de construção da nova Sede do Standard Bank de Angola, S.A. (2020: 33 566 483 milhares de kwanzas). A mesma já se encontra concluída e está a decorrer o processo de contagem dos activos e identificação de toda a sua documentação de suporte, dando início à amortização de todo o projecto.

Em 30 de Junho de 2021 a linha Máquinas e Ferramentas inclui 832 013 milhares de kwanzas relacionados ao sistema de segurança electrónica instalado na nova sede e na nova agência sede do Standard Bank de Angola, S.A.

Nota 12 – Activos intangíveis

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, esta rubrica apresentou o seguinte movimento:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	30.06.2021
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 702 466	946 880	(66 680)	5 222 466	7 805 132
Certificados escolares	120 945	-	(40 862)	-	80 083
Imóveis	-	288 983	-	-	288 983
Activos intangíveis em curso	5 548 855	321 393	-	(5 222 466)	647 782
	7 372 266	1 557 256	(107 542)	-	8 821 980
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(986 762)	(545 121)	-	-	(1 531 883)
	(986 762)	(545 121)	-	-	(1 531 883)
	6 385 504	1 012 135	(107 542)	-	7 290 097

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Aquisições/ Dotações	Alienações/ Abates	Transferências	31.12.2020
Activos intangíveis					
Adquiridos a terceiros					
Sistema de tratamento automático de dados	1 645 740	56 726	-	-	1 702 466
Certificados escolares	80 083	40 862	-	-	120 945
Activos intangíveis em curso	1 447 434	4 101 421	-	-	5 548 855
	3 173 257	4 199 009	-	-	7 372 266
Amortização acumulada					
Sistema de tratamento automático de dados	(705 723)	(281 039)	-	-	(986 762)
	2 467 534	3 917 970	-	-	6 385 504

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as aquisições com activos intangíveis em curso estão relacionadas com diversos projectos e softwares que foram sendo desenvolvidos e que irão permitir prestar um melhor serviço ao Cliente. Em 2021 destaca-se o projecto de upgrade do Work Flow do banco tendo como principal objectivo melhorar a experiência do Cliente.

Nota 13 – Impostos

O Banco encontra-se sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial, sendo considerado fiscalmente um contribuinte do Grupo A. Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a tributação dos seus rendimentos foi efectuada à taxa de 35% e 30% respectivamente.

Entrou em vigor, a 1 de Janeiro de 2017, o novo regime fiscal de tributação autónoma. A partir da referida data, encontram-se sujeitas a tributação autónoma as seguintes realidades:

Natureza	Taxa
Custos indevidamente documentados	2%
Custos não documentados	4%
Custos incorridos com despesas confidenciais	30%/ 50%(1)

Contudo, com a entrada em vigor da Lei n.º 26/20, de 20 de Julho, lei que altera o Código do Imposto Industrial, a partir dessa data somente os custos incorridos com despesas confidenciais são sujeitos a tributação autónoma.

Importa salientar que a análise do cumprimento dos requisitos documentais deverá ser realizada em articulação com as disposições do Regime Jurídico das Facturas e Documentos Equivalentes. O novo Regime Jurídico de Facturas e Documentos Equivalentes foi aprovado pelo Decreto Presidencial n.º 292/18 de 3 de Dezembro, que revogou a anterior

Lei n.º 149/13, de 1 de Outubro do Regime das Facturas e Documentos Equivalentes.

A 1 de Outubro de 2019, entrou em vigor o Código do Imposto de Valor Acrescentado, que no caso do sector bancário aplica-se uma taxa de 14%, estando sujeitas todas as comissões e despesas cobradas pelos serviços prestados e as locações financeiras, na componente de capital amortizado, estando isentas operações de intermediação financeira, com exceção das referidas anteriormente.

A composição dos activos e passivos por impostos tem a seguinte composição:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Activos por impostos correntes	448 946	448 946
Activos por impostos diferidos	3 170 818	1 150 917
Total	3 619 764	1 599 863

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Passivos por impostos correntes	7 873 300	2 918 522
Imposto Aplicação de Capitais	1 910 659	1 531 491
Imposto Industrial a pagar	5 726 527	1 150 917
Contingência fiscal (IFRIC23)	236 114	236 114
Outro Passivos (Nota 20)	425 624	700 238
IVA	425 624	700 238
Total	8 298 924	3 618 760

(1) Aplicação da taxa agravada de 50% nas circunstâncias em que estas despesas originem um custo ou proveito na esfera de um sujeito passivo isento ou não sujeito a tributação em sede de Imposto Industrial.

Foi registado um passivo em conformidade com a IFRIC 23 respeitante a contingências fiscais relacionadas com impostos sobre o rendimento (nomeadamente IAC e Imposto Industrial).

Os activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos em balanço a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 podem ser analisados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Activo		Passivo	
	30.06.2021	31.12.2020	30.06.2021	31.12.2020
Prejuízos fiscais reportáveis	1 670 283	1 150 917	-	-
Variações cambiais desfavoráveis potenciais	1 500 535	-	-	-
Activo/(passivo) por imposto diferido	3 170 818	1 150 917	-	-

O Banco avaliou a recuperabilidade dos seus impostos diferidos em balanço tendo por base a expectativa de lucros fiscais futuros tributáveis. Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o Banco reconheceu imposto diferido activo sobre o montante de prejuízos fiscais reportáveis passíveis de recuperação no ano em que apura lucro tributável, bem como sobre variações cambiais potenciais desfavoráveis apuradas com referência a 30 de Junho de 2021.

Os movimentos ocorridos na rubrica de impostos diferidos de balanço tiveram as seguintes contrapartidas:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Saldo inicial	1 150 917	911 944
Reconhecido em resultados	3 170 818	1 150 917
Utilização	(1 150 917)	(911 944)
Saldo no final (Activo/(Passivo))	3 170 818	1 150 917

O imposto reconhecido em resultados e reservas em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 teve as seguintes origens:

	30.06.2021		30.06.2020	
	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados	Reconhecido em reservas	Reconhecido em resultados
Prejuízos fiscais reportáveis	-	1 670 283	-	1 721 468
Variações cambiais desfavoráveis potenciais	-	1 500 535	-	-
Impostos Diferidos	-	3 170 818	-	1 721 468
Impostos Correntes	-	(8 553 704)	-	(3 202 155)
Imposto Industrial	-	(5 726 527)	-	(1 817 140)
Imposto sobre Aplicação de Capitais	-	(2 827 177)	-	(1 385 015)
Contingência fiscal (IFRIC23)	-	-	-	-
Total de imposto reconhecido	-	(5 382 886)	-	(1 480 687)

A reconciliação da taxa de imposto, na parte respeitante ao montante reconhecido em resultados, pode ser analisada como segue:

	30.06.2021		30.06.2020	
	%	Valor	%	Valor
Resultado antes de impostos		38 154 488		22 911 021
Imposto apurado com base na taxa de imposto	35.0%	13 354 071	30.0%	6 873 306
Benefícios fiscais em rendimentos de títulos	-27.2	(10 379 943)	-21.7%	(4 967 369)
(Proveitos)/Custos não dedutíveis	7.2%	2 752 262	-3.3%	(760 279)
Constituição de Imposto diferido activo	-8.3%	(3 170 818)	4.0%	911 944
Imposto de Aplicação de Capitais	7.4%	2 827 177	-6.0%	(1 385 015)
Contingência fiscal (IFRIC23)	0.0%	-	0.0%	-
Outros	0.0%	137	3.5%	808 100
Imposto do exercício	14.1%	5 382 886	6.5%	1 480 687

Os rendimentos de títulos da dívida pública resultantes de Obrigações do Tesouro e de Bilhetes do Tesouro emitidos pelo Estado Angolano, após 31 de Dezembro de 2011 estão sujeitos a tributação sede de Imposto sobre a Aplicação da Capitais, conforme definido na alínea k) do n.º 1 do artigo 9º do Decreto Legislativo Presidencial n.º 2/14 de 20 de Outubro.

De acordo com o disposto no artigo 47.º do Código do Imposto Industrial (Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro) na determinação da matéria tributável deduzir-se-ão os rendimentos sujeitos a Imposto sobre a Aplicação de Capitais.

Desta forma, na determinação do lucro tributável para os exercícios findos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, tais rendimentos foram deduzidos ao lucro tributável.

O custo apurado com a liquidação de Imposto de Aplicação de Capitais não é fiscalmente aceite para o apuramento da matéria colectável, conforme disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 18º do Código de Imposto Industrial.

A Autoridade Tributária tem a possibilidade de rever a situação fiscal do Banco durante um período de cinco anos (2016 a 2021), podendo resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais correcções ao lucro tributável. Contudo, decorrente do artigo 8.º da Lei n.º 31/20 (Lei que aprova a revisão do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2020), o prazo de caducidade das obrigações tributárias referentes ao exercício de 2015 vigora, excepcionalmente, até 31 de Dezembro de 2021.

O Conselho de Administração do Banco entende que eventuais liquidações adicionais que possam resultar destas revisões não serão significativas para as demonstrações financeiras anexas.

O detalhe dos activos por impostos correntes é analisado como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Liquidações provisórias	427 893	427 893
Retenções na fonte	21 053	21 053
Saldo	448 946	448 946

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica liquidações provisórias corresponde à liquidação provisória obrigatória efectuada no mês de Agosto, apurada através da aplicação de uma taxa de 2% sobre o resultado derivado das operações de intermediação financeira, apurados nos primeiros seis meses do exercício fiscal anterior, excluídos os proveitos sujeitos a imposto sobre aplicação de capitais (Nota 2.9.1).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Passivos por impostos correntes, no montante de 7 873 300 milhares de kwanzas e 2 918 444 milhares de kwanzas, respectivamente, diz respeito ao valor do acréscimo de custos com Imposto sobre a Aplicação da Capitais a liquidar pelo Banco das Obrigações do Tesouro e Bilhetes do Tesouro em carteira, da estimativa de imposto corrente a pagar apurada e do passivo contingente.

Nota 14 – Outros activos

A rubrica Outros activos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Compra e Venda de Moeda estrangeiras	2 162 566	7 352 507
Outros activos	1 816 304	1 269 543
Outros devedores	861 880	702 208
Despesas com custo diferido	2 682 675	794 686
Proveitos a receber	441 655	453 400
Outras operações a regularizar	109 922	591
Operações sobre valores mobiliários a regularizar	13 658	19
	8 088 660	10 572 954
Perdas por imparidade	(187 707)	(166 550)
	7 900 953	10 406 404

Em 30 de Junho de 2021, as compras e vendas de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 2 162 566 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outros activos inclui, respectivamente, 1 129 496 milhares de kwanzas e 1 006 426 milhares de kwanzas relativos ao ajustamento de justo valor dos créditos concedidos a Colaboradores (Nota 10).

Em 30 de Junho de 2021, a rubrica Outros devedores inclui 446 741 milhares de kwanzas relativos a adiantamentos a fornecedores que aguardavam a realização do serviço (2020: 283 353 milhares de kwanzas).

A rubrica Despesas com custo diferido inclui, em 30 de Junho de 2021, 234 190 milhares de kwanzas referente aos diferentes seguros do Banco (2020: 500 191 milhares de kwanzas).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Outras operações a regularizar inclui operações de compra e venda de moeda a aguardar liquidação financeira, tendo as mesmas sido liquidadas nos primeiros dias de Julho de 2021 e Janeiro de 2021, respectivamente.

Os movimentos ocorridos em perdas por imparidade em Outros activos são apresentados como segue:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	30.06.2021
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	166 550	12 157	(22)	9 022	-	187 707

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Dotações	Reversões	Outras movimentações	Variação Cambial	31.12.2020
Perdas por Imparidade (Activo)						
Perdas por imparidade nos Outros Activos	168 758	73 089	(76 368)	-	1 071	166 550

Em 30 de Junho de 2021, as perdas por imparidade em Outros activos incluem uma provisão multirisco para eventuais perdas relacionadas com bens e equipamentos no valor de 158 900 milhares de kwanzas (2020: 146 900 milhares de kwanzas).

Nota 15 – Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

A rubrica de Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Recursos próprios ou de terceiros em trânsito		
Valores pendentes de contagem	50 000	618 803
Outras operações pendentes de liquidação	12 886 540	201 148
Cheques visados e bancários	-	25 178
Outros recursos	534 544	48 983
	13 471 084	894 112

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Valores pendentes de contagem regista os sacos de notas que entraram nas agências mas que ainda não foram contados e reclassificados para as contas de depósitos de Clientes.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Outras operações pendentes de liquidação inclui as utilizações dos cartões de débito de Clientes a liquidar no dia seguinte e saldos de POS não encerrados.

Nota 16 – Recursos de Clientes e outros empréstimos

O saldo da rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos é composto, quanto à sua natureza, como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Depósitos à ordem	518 901 822	545 188 662
Depósitos a prazo	142 116 565	140 301 572
Depósitos recebidos como colateral	5 497 343	5 775 438
Outros depósitos	6 137 857	401 814
	672 653 587	691 667 486

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor na rubrica Depósitos recebidos como colateral é referente na totalidade a montantes cativos para garantia de crédito concedido e cartas de crédito.

Em 30 de Junho de 2021, o valor na rubrica de Outros depósitos inclui depósitos de Clientes a prazo em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos no valor de 168 074 milhares de kwanzas (2020: 15 163 milhares de kwanzas).

O escalonamento dos Recursos de Clientes e outros empréstimos por prazos de vencimento, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, é como segue:

	(milhares de Kwanzas)	
	30.06.2021	31.12.2020
Exigível à vista	524 680 498	551 344 972
Exigível a prazo		
Até 3 meses	124 962 929	120 698 590
De 3 meses a um ano	23 010 160	19 614 249
De um a cinco anos	-	9 675
Mais de cinco anos	-	-
	147 973 089	140 322 514
	672 653 587	691 667 486

Em 30 de Junho de 2021, os depósitos a prazo em Kwanza e USD são remunerados a uma taxa média de 11.43% e 0.23%, respectivamente (2020: 10.44% e 0.79%, respectivamente).

Nota 17 – Responsabilidades representadas por títulos

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Responsabilidades representadas por títulos é composta pela emissão de obrigações seniores não garantidas em Kwanzas, no dia 11 de Dezembro de 2018, pelo Standard Bank de Angola, S.A.. A maturidade desta emissão é a 11 de Dezembro de 2021. Estas obrigações pagam juro semestralmente e postecipadamente em 11 de Junho e 11 de Dezembro.

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17.00%	4 700 000	4 700 000	43 781	4 743 781
				4 700 000	4 700 000	43 781	4 743 781

(milhares de Kwanzas)

31.12.2020	Moeda	Indexante	Taxa média	Valor nominal	Custo de aquisição	Juros corridos	Valor de Balanço
- Obrigações Seniores	AKZ	Taxa fixa	17.00%	4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970
				4 700 000	4 700 000	45 970	4 745 970

Nota 18 – Provisões

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica Provisões apresenta os seguintes movimentos:

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	30.06.2021
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	2 293 681	2 063 934	(1 487 616)	19 028	(431)	-	2 888 596
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	502 662	415 463	(309 826)	-	-	-	608 299
	2 796 343	2 479 397	(1 797 442)	19 028	(431)	-	3 496 895

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2019	Dotações	Reversões	Utilizações	Variação cambial	Transferências	31.12.2020
Provisões (Passivo)							
Outras provisões para riscos e encargos	1 679 456	1 200 830	(492 888)	(84 373)	76 769	(86 113)	2 293 681
Provisões para garantias e compromissos assumidos (Nota 23)	138 570	561 304	(197 212)	-	-	-	502 662
	1 818 026	1 762 134	(690 100)	(84 373)	76 769	(86 113)	2 796 343

O saldo da rubrica de provisões visa a cobertura de determinadas contingências devidamente identificadas, decorrente da actividade do Banco, sendo revistas em cada data de reporte de forma a reflectir a melhor estimativa do montante e respectiva probabilidade de pagamento.

Em 30 de Junho de 2021, as Outras provisões para riscos e encargos incluem 1 138 468 milhares de kwanzas (2020: 911 121 milhares de kwanzas) de provisões para responsabilidades eventuais com reformas, de acordo com a Lei nº 2/2000 e com os artigos 218º e 262º da Lei Geral do Trabalho (Nota 2.11). Em 2015 foi publicada a Lei nº 7/2015 (Lei Geral do Trabalho) que veio revogar a Lei nº 2/2000 e que deixou de prever a necessidade de constituição de provisões para responsabilidades eventuais com reformas. O Banco encontra-se a analisar de que forma irá reverter este montante em benefícios aos Colaboradores.

Em 30 de Junho de 2021, as Outras provisões para riscos e encargos incluem adicionalmente uma provisão para contingências diversas no montante de 375 652 milhares de kwanzas (2020: 374 452 milhares de kwanzas) e 353 315 milhares de kwanzas (2020: 212 686 milhares de kwanzas) relativa a contingências judiciais. Inclui ainda uma provisão para férias não gozadas no montante de 798 088 milhares de kwanzas (2020: 595 317 milhares de kwanzas).

Em 30 de Junho de 2021, as Provisões para garantias e compromissos assumidos em extrapatrimoniais, nomeadamente, garantias bancárias, limites de descobertos bancários e cartas de crédito ascendem a 608 299 milhares de kwanzas (2020: 502 662 milhares de kwanzas).

Nota 19 – Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

(milhares de kwanzas)

Empresa emitente	Designação	Moeda	Data de emissão	Valor de Emissão (em USD)	Valor de Balanço em milhares de Kwanzas		Taxa de juro	
					30.06.2021	31.12.2020		
Standard Bank South Africa, SA	Dívida subordinada	USD	03/12/2018	30 000 000	19 671 307	19 553 301	Libor +3,92% (4,92% desde 03/12/2023)	03/12/2028 (possibilidade de reembolso antecipado a partir do 5º ano)

Nota 20 – Outros passivos

A rubrica Outros passivos em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é analisada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Cartas de crédito (Nota 10)	11 586 833	10 855 362
Saldos com entidades relacionadas	3 743 928	9 739 982
Compra e venda de moedas estrangeiras	2 180 949	7 368 548
Custos administrativos e de comercialização a pagar	5 690 871	4 788 289
Obrigações com pessoal (Nota 2.10)	2 125 840	3 273 369
Locações	1 219 211	1 574 189
Encargos fiscais a pagar - retidos de terceiros	1 093 430	585 217
Outros	1 298 923	665 030
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	425 624	700 238
Outras comissões a diferir	5 625	21 701
Fornecedores	635 066	841 081
Contribuição para a Segurança Social	112 648	91 445
Outras operações a regularizar	3 871	4 994
Dividendos a pagar	7 967 051	79
	38 089 870	40 509 524

contrapartida da rubrica Crédito a Clientes (Nota 10), os contratos de cartas de crédito cuja documentação para proceder aos pagamentos contratualmente definidos foi recebida na totalidade, uma vez que a partir desse momento a responsabilidade dos pagamentos passa a ser efectiva.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, os saldos com entidades relacionadas incluem essencialmente a comissão de franchising a pagar e custos incorridos com pessoal do Grupo Standard Bank cedido ao Banco.

Em 30 de Junho de 2021, a rubrica Dividendos a pagar inclui os dividendos acumulados aprovados para distribuição pelo Banco aos seus accionistas (Nota 22).

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica Obrigações com pessoal inclui os custos a pagar com férias e subsídio de férias dos Colaboradores.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o saldo da rubrica Custos administrativos e de comercialização a pagar diz respeito a acréscimo de custos com fornecimentos de terceiros, não facturados.

Em 30 de Junho de 2021, os custos por compra e venda de moeda estrangeira a liquidar até dois dias inclui 2 162 566 milhares de kwanzas registados em balanço nas rubricas de Outros activos (Nota 14) e Outros passivos (Nota 20), de acordo com os critérios descritos na Nota 2.16 (2020: 7 352 507 milhares de kwanzas).

Nota 21 – Capital Social

ACÇÕES ORDINÁRIAS

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o capital social do Banco, no valor de 9 530 007 milhares de kwanzas, encontrava-se representado por 1 000 000 acções ordinárias, totalmente subscritas e realizadas por diferentes accionistas, nomeadamente:

	Nº acções	Valor nominal em milhares de Kwanzas	% Capital Social	
			30.06.2021	31.12.2020
Standard Bank Group Limited	509 996	4 860 265	51%	51%
AAA Activos, Lda.	490 000	4 669 703	49%	49%
Outros accionistas	4	39	0.00040%	0.00040%
	1 000 000	9 530 007	100%	100%

De salientar que o accionista maioritário é o Standard Bank Group Limited e as acções pertencentes ao accionista AAA Activos Lda., foram apreendidas pela Procuradoria Geral da República de Angola tendo sido nomeado fiel depositário o Instituto de Gestão de Activos e Participações do Estado (IGAPE).

Nota 22 – Reservas, Resultados Transitados e Outro Rendimento Integral

Os movimentos ocorridos nestas rubricas foram os seguintes:

(milhares de Kwanzas)

	Reservas de reavaliação	Outras reservas e resultados transitados			Total
		Reserva legal	Resultados transitados	Outras reservas	
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	863 518	6 470 874	46 672 453	1 209	53 144 536
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	(2 113 755)	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	150 364	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	(1 963 391)	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	3 059 133	29 068 556	-	32 127 689
Distribuição de dividendos	-	-	(12 851 076)	-	(12 851 076)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	(1 099 873)	9 530 007	62 889 933	1 209	72 421 149
Outro rendimento integral:					
Alterações de justo valor	1 324 653	-	-	-	-
Transferência para resultados por imparidade reconhecida no período	133 236	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-
Total de rendimento integral no exercício	1 457 889	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	36 131 088	-	36 131 088
Distribuição de dividendos	-	-	(16 258 989)	-	(16 258 989)
Outros movimentos	-	-	-	-	-
Saldo em 30 de Junho de 2021	358 016	9 530 007	82 762 032	1 209	92 293 248

As reservas de reavaliação representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, líquidas de imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

Em 2017 e 2018 o Banco não refletiu o impacto da IAS 29 nas suas demonstrações financeiras dos exercícios findos a essa data. Caso tivesse aplicado a IAS 29, o impacto em termos acumulados em 1 de Janeiro de 2019 seria nulo na rubrica de Reserva de reavaliação, o qual incorpora o efeito da actualização do capital social a essa data no montante de 19 142 051 milhares de kwanzas.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2020 Angola não cumpriu com os critérios estabelecidos na IAS 29 para ser considerada uma economia hiperinflacionária.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a Reserva legal no montante de 9 530 007 milhares de kwanzas só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o Capital.

A legislação angolana aplicável exige que a Reserva legal seja anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do seu capital social.

Durante o ano de 2021 foi aprovada a distribuição de dividendos aos Accionistas no montante de 16 258 989 milhares de kwanzas.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o valor das opções sobre acções é de 1 209 milhares de kwanzas.

Nota 23 – Rubricas extrapatrimoniais

Esta rubrica é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	31.12.2020
Responsabilidades de terceiros		
Garantias recebidas	178 361 947	127 282 870
Responsabilidades perante terceiros		
Garantias prestadas	26 459 474	24 435 726
Cartas de crédito	14 132 533	14 172 410
Limites de crédito não utilizados	55 811 870	77 374 898
	96 403 877	115 983 034
Responsabilidades por prestação de serviços		
Depósito e guarda de valores	338 099 441	209 673 210
Operações cambiais		
Compras de moedas estrangeiras a liquidar	-	171 827
Vendas de moedas estrangeiras a liquidar	-	(324 952)
	-	(153 125)
Valor actual dos créditos		
Créditos mantidos no activo	197 231 014	145 029 288
Créditos abatidos (Nota 10)	3 359 270	3 268 568
	200 590 284	148 297 856

As garantias prestadas são operações bancárias que não se traduzem por mobilização de fundos por parte do Banco.

As cartas de crédito são compromissos irrevogáveis, por parte do Banco, por conta dos seus Clientes, de pagar um montante determinado ao fornecedor de uma dada mercadoria ou serviço, dentro de um prazo estipulado, contra a apresentação de documentos referentes à expedição da mercadoria ou prestação do serviço. A condição de irrevogável consiste no facto de não ser viável o seu cancelamento ou alteração sem o acordo expresso de todas as partes envolvidas. As cartas de crédito são registadas no balanço a partir do momento em que toda a documentação é recebida pelo Banco.

Os limites de crédito não utilizados são, na sua totalidade, irrevogáveis e, de forma geral, são contratados por prazos fixos de um ano. Substancialmente todos os compromissos de concessão de crédito em vigor requerem que os Clientes mantenham determinados requisitos verificados aquando da contratualização dos mesmos.

Não obstante as particularidades destes compromissos, a apreciação destas operações obedece aos mesmos princípios básicos de uma qualquer outra operação comercial, nomeadamente o da solvabilidade, quer do Cliente, quer do negócio que lhe está subjacente, sendo que o Banco requer que estas operações sejam devidamente colateralizadas quando necessário. Uma vez que é expectável que a maioria dos mesmos expire sem ter sido utilizado, os montantes indicados não representam necessariamente necessidades de caixa futuras.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Responsabilidades perante terceiros estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito nomeadamente quanto à avaliação da adequação das provisões constituídas (Nota 2.2.1). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Banco na eventualidade de incumprimento

pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, as provisões para prestação de garantias e compromissos assumidos ascendiam a 608 299 milhares de kwanzas e 502 662 milhares de kwanzas, respectivamente (Nota 18).

Nota 24 – Margem Financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	30.06.2021			30.06.2020		
	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total	De activos/ passivos ao custo amortizado e activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	De activos/ passivos ao justo valor através de resultados	Total
(milhares de Kwanzas)						
Juros e rendimentos similares						
Juros de crédito a clientes	11 194 000	-	11 194 000	8 844 934	-	8 844 934
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	72 049	72 049	-	1 747 765	1 747 765
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	431 607	-	431 607	509 113	-	509 113
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10 967 244	-	10 967 244	6 294 508	-	6 294 508
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 186 510	-	17 186 510	8 807 787	-	8 807 787
Outros juros e proveitos similares	1 637 623	-	1 637 623	310 731	-	310 731
	41 416 984	72 049	41 489 033	24 767 073	1 747 765	26 514 838
Juros e encargos similares						
Juros de recursos de bancos centrais e instituições de crédito	87 103	-	87 103	75 419	-	75 419
Juros de responsabilidades representadas por títulos	396 217	-	396 217	398 406	-	398 406
Juros de recursos de clientes	5 252 264	-	5 252 264	2 864 385	-	2 864 385
Juros de passivos subordinados	398 790	-	398 790	436 988	-	436 988
Juros de captação de instituições de crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de locações	89 273	-	89 273	103 893	-	103 893
	6 223 647	-	6 223 647	3 879 091	-	3 879 091
Margem Financeira	35 193 337	72 049	35 265 386	20 887 982	1 747 765	22 635 747

Em 30 de Junho de 2021, a rubrica de juros de crédito a Clientes inclui o montante de 16 083 milhares de kwanzas relativo a comissões contabilizadas de acordo com o método da taxa de juro efectiva (2020: 68 988 milhares de kwanzas).

A tabela abaixo apresenta os ganhos líquidos ou perdas líquidas em instrumentos financeiros:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	431 606	-	431 606	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	89 065	(17 016)	72 049	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	10 967 244	-	10 967 244
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 186 510	-	17 186 510	-	-	-
Juros de crédito a clientes	11 194 001	-	11 194 001	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	1 637 623	-	1 637 623	-	-	-
	30 538 805	(17 016)	30 521 789	10 967 244	-	10 967 244
Passivo						
Juros de recursos de clientes	8 921	(5 261 185)	(5 252 264)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(87 103)	(87 103)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(398 790)	(398 790)	-	-	-
Juros de locações	-	(89 273)	(89 273)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(396 217)	(396 217)	-	-	-
	8 921	(6 232 568)	(6 223 647)	-	-	-
Margem Financeira	30 547 726	(6 249 584)	24 298 142	10 967 244	-	10 967 244

	30.06.2020					
	Por contrapartida de resultados			Por contrapartida do outro rendimento integral		
	Ganhos	Perdas	Líquido	Ganhos	Perdas	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	510 012	(898)	509 114	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 820 822	(73 057)	1 747 765	-	-	-
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	6 294 508	-	6 294 508
Juros de investimentos ao custo amortizado	8 807 787	-	8 807 787	-	-	-
Juros de crédito a clientes	8 964 692	(119 758)	8 844 934	-	-	-
Outros juros e proveitos similares	325 638	(14 908)	310 730	-	-	-
	20 428 951	(208 621)	20 220 330	6 294 508	-	6 294 508
Passivo						
Juros de recursos de clientes	-	(2 864 385)	(2 864 385)	-	-	-
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(75 419)	(75 419)	-	-	-
Juros de Captação de Instituições de Crédito	-	-	-	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(436 988)	(436 988)	-	-	-
Juros de locações	-	(103 893)	(103 893)	-	-	-
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(398 406)	(398 406)	-	-	-
	-	(3 879 091)	(3 879 091)	-	-	-
Margem Financeira	20 428 951	(4 087 712)	16 341 239	6 294 508	-	6 294 508

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021			30.06.2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de disponibilidades e aplicações em instituições de crédito	431 607	-	431 607	510 012	(898)	509 114
Juros de investimentos ao custo amortizado	17 186 510	-	17 186 510	8 807 787	-	8 807 787
Juros de crédito a clientes	11 194 000	-	11 194 000	8 964 692	(119 758)	8 844 934
Outros juros e proveitos similares	1 637 623	-	1 637 623	296 975	-	296 975
	30 449 740	-	30 449 740	18 579 466	(120 656)	18 458 810
Passivo						
Juros de recursos de clientes	8 921	(5 261 185)	(5 252 264)	-	(2 864 385)	(2 864 385)
Juros de recursos de outras instituições de crédito	-	(87 103)	(87 103)	-	-	-
Juros de passivos subordinados	-	(398 790)	(398 790)	-	(436 988)	(436 988)
Juros de locações	-	(89 273)	(89 273)	-	(103 893)	(103 893)
Juros de responsabilidades representadas por títulos	-	(396 217)	(396 217)	-	(398 406)	(398 406)
	8 921	(6 232 568)	(6 223 647)	-	(3 803 672)	(3 803 672)
Margem Financeira relativa a instrumentos ao custo amortizado	30 458 661	(6 232 568)	24 226 093	18 579 466	(3 924 328)	14 655 138

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021			30.06.2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	10 967 244	-	10 967 244	6 294 508	-	6 294 508
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de outro rendimento integral	10 967 244	-	10 967 244	6 294 508	-	6 294 508

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos de juros de instrumentos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021			30.06.2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Juros de activos financeiros ao justo valor através de resultados	89 065	(17 016)	72 049	1 820 822	(73 057)	1 747 765
Margem Financeira relativa a instrumentos ao justo valor através de resultados	89 065	(17 016)	72 049	1 820 822	(73 057)	1 747 765

Nota 25 – Rendimentos e encargos de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Rendimentos de serviços e comissões		
Por transferências	2 733 603	1 205 760
Por operações de crédito	1 298 480	743 799
Por compensação electrónica	847 613	1 209 965
Por outros serviços bancários prestados	176 149	256 579
Por créditos documentários	418 673	565 268
Outros rendimentos	891 269	212 705
Por levantamentos	446 423	204 857
Por manutenção de conta	240 413	498 356
Por mediação	262 507	-
Por consultoria financeira	645 844	43 468
Por garantias prestadas	132 099	95 018
Por transporte de valores recebidos	50 761	1 322
Por emissão de cheques	1 033	70 856
	8 144 867	5 107 953
Encargos com serviços e comissões		
Por serviços bancários prestados por terceiros	1 560 625	(993 273)
Por transporte de valores	417 237	(287 234)
	1 977 862	(1 280 507)
	6 167 005	3 827 446

Com referência a 30 de Junho de 2021, a rubrica de Serviços bancários prestados por terceiros inclui um montante de 339 724 milhares de Kwanzas referentes à taxa de custódia aplicável às reservas excedentárias, conforme Instrutivo nº 14/2020 de 04 de Agosto.

A tabela abaixo apresenta os rendimentos e gastos com comissões não incluídos no cálculo da taxa de juro efectiva de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao justo valor através de outro rendimento integral:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021			30.06.2020		
	Rendimentos	Gastos	Líquido	Rendimentos	Gastos	Líquido
Activo						
Por operações de crédito	1 298 480	-	1 298 480	1 209 965	-	1 209 965
Por transporte de valores recebidos	50 761	-	50 761	43 468	-	43 468
Por mediação	262 507	-	262 507	204 857	-	204 857
Por consultoria financeira	261 114	-	261 114	-	-	-
Outros rendimentos	891 269	-	891 269	70 856	-	70 856
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(339 724)	(339 724)	-	-	-
	2 764 131	(339 724)	2 424 407	1 529 146	-	1 529 146
Passivo						
Por outros serviços bancários prestados	91 436	-	91 436	84 727	-	84 727
Por transferências	2 733 604	-	2 733 604	1 205 760	-	1 205 760
Por manutenção de conta	240 413	-	240 413	212 705	-	212 705
Por emissão de cheques	1 033	-	1 033	1 322	-	1 322
Por levantamentos	446 423	-	446 423	256 579	-	256 579
Por transporte de valores	-	(417 237)	(417 237)	-	(287 234)	(287 234)
Por compensação electrónica	847 613	-	847 613	565 268	-	565 268
Por serviços bancários prestados por terceiros	-	(1 220 901)	(1 220 901)	-	(993 273)	(993 273)
	4 360 522	(1 638 138)	2 722 384	2 326 361	(1 280 507)	1 045 854
Extrapatrimoniais						
Por créditos documentários	418 673	-	418 673	743 799	-	743 799
Por garantias prestadas	132 098	-	132 098	95 018	-	95 018
Por outros serviços bancários prestados	84 713	-	84 713	413 629	-	413 629
Por consultoria financeira	384 730	-	384 730	-	-	-
	1 020 214	-	1 020 214	1 252 446	-	1 252 446
	8 144 867	(1 977 862)	6 167 005	5 107 953	(1 280 507)	3 827 446

Nota 26 – Resultados de activos financeiros ao justo valor através de resultados

O valor desta rubrica é composto por:

	30.06.2021			30.06.2020		
	Proveitos	Custos	Total	Proveitos	Custos	Total
Resultados de activos ao justo valor através de resultados						
De emissores públicos	77 826	-	77 826	371 283	(581 403)	(210 120)
Instrumentos Financeiros Derivados	25	(113 607)	(113 582)			-
De depósitos de clientes em kwanzas indexados ao USD	-	(9 668)	(9 668)	-	(138 018)	(138 018)
	77 826	(9 668)	(45 424)	371 283	(719 421)	(348 138)

Nota 27 – Resultados Cambiais

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Resultados de operações de compra e venda de moeda	16 081 102	8 501 031
Resultados da reavaliação de activos e passivos	831 431	4 360 618
	16 912 533	12 861 649

Nota 28 – Outros resultados de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Outros proveitos / (custos) de exploração		
Impostos directos e indirectos	(1 312 829)	(818 803)
Quotizações e donativos	(297 650)	(104 428)
Perdas operacionais	(137 411)	(39 339)
Outros proveitos de exploração	(590 307)	(7 219)
Outras perdas em activos tangíveis	-	1 500
Outros ganhos e perdas em outros activos tangíveis	(87 025)	15 201
	(2 425 222)	(953 088)

Em 30 de Junho de 2021, a rubrica Impostos directos e indirectos, inclui 1 310 947 milhares de kwanzas de custos com o Impostos sobre o Valor Acrescentado (IVA).

Nota 29 – Custos com pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	30.06.2020
Custos directos		
Salários e subsídios	7 665 399	6 013 962
Bónus de performance	1 019 993	969 846
Encargos sociais obrigatórios	460 853	363 149
Outros	118 767	191 194
	9 265 012	7 538 151
Custos indirectos	691 998	627 676
	9 957 010	8 165 827

Em 30 de Junho de 2021 e 2020, a rubrica Salários e subsídios inclui diversos subsídios atribuídos aos Colaboradores, nomeadamente, subsídio de alojamento, subsídio de transporte, subsídio de férias e mês de férias, no montante de 1 252 033 milhares de kwanzas e 985 672 milhares de kwanzas, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2021 e 2020, o número de trabalhadores do Banco corresponde a 645 e 631, respectivamente.

Em 30 de Junho de 2021 e 2020 os Colaboradores dividiam-se nas seguintes categorias profissionais:

	30.06.2021	30.06.2020
Administradores executivos	2	3
Director	32	22
Coordenador	304	295
Técnico	287	301
Órgãos Sociais	10	0
Administrativo	10	10
		631
	645	631

A 30 de Junho de 2021 e 2020, as remunerações e outros benefícios associados aos Órgãos Sociais do Banco detalham-se como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Conselho de Administração			Conselho Fiscal	Comissão Executiva	Total
	Administradores executivos	Membros não executivos	Total			
30 de Junho de 2021						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	815 233	-	815 233	6 904	27 000	849 137
Remunerações variáveis	545 455	-	545 455	4 474	8 156	558 085
Sub total	1 360 688	-	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222
Benefícios e outros encargos sociais	-	-	-	-	-	-
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	1 360 688	-	1 360 688	11 378	35 156	1 407 222
30 de Junho de 2020						
Remunerações e outros benefícios de curto prazo	117 102	38 455	155 557	6 129	334 448	496 134
Remunerações variáveis	-	5 336	5 336	3 029	-	8 365
Sub total	117 102	43 791	160 893	9 158	334 448	504 499
Benefícios e outros encargos sociais	118 000	32 967	150 967	-	225 548	376 515
Outras remunerações e prémios de antiguidade	-	-	-	-	-	-
Total	235 102	76 758	311 860	9 158	559 996	881 014

Nota 30 – Fornecimentos e serviços de terceiros

O valor desta rubrica é composto por:

(milhares de Kwanzas)

Descrição	30.06.2021	30.06.2020
Comissão de franchising e outros custos com o Grupo	2 119 303	1 833 264
Auditorias, Consultorias e Outros Serviços	1 758 573	1 256 618
Alugueres	82 859	144 964
Segurança, Conservação e Reparação	547 892	234 802
Transporte, Deslocações e Alojamentos	12 028	553 481
Comunicações	416 566	252 058
Publicações, Publicidade e Propaganda	-	310 762
Outros Fornecimentos de Terceiros	1 346 201	169 839
Seguros	422 486	147 075
Materiais diversos	130 260	65 419
Água e Energia	63 289	21 649
	6 899 457	4 989 931

Nota 31 – Resultados por Acção

RESULTADOS POR ACÇÃO BÁSICOS

Os resultados por acção básicos são calculados efectuando a divisão do resultado atribuível aos accionistas do Banco pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação durante o ano.

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021	30.06.2020
Resultado Líquido	32 771 602	21 430 334
Número médio de acções ordinárias em circulação	1 000 000	1 000 000
	32 772	21 430

RESULTADOS POR ACÇÃO DILUÍDOS

Os resultados por acção diluídos são calculados ajustando o efeito de todas as potenciais acções ordinárias diluidoras ao número médio ponderado de acções ordinárias em circulação e ao resultado líquido do Banco.

Os resultados por acção diluídos não diferem dos resultados por acção básicos.

Nota 32 – Transacção com partes relacionadas

O valor das transacções do Banco com partes relacionadas em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, assim como os respectivos custos e proveitos reconhecidos no período em análise, resume-se como segue:

BALANÇO	30.06.2021			31.12.2020		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Activo						
Disponibilidades em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	97 599 284	-	-	17 312 557	-
<i>Standard Bank Mauricias</i>	-	390	-	-	388	-
<i>Stanbic Ibtic Bank Plc</i>	-	5 070	-	-	5 434	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	1 221	-	-	2 394	-
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	19 609 723	-	-	79 735 325	-
Crédito a clientes						
<i>Crédito a habitação</i>	13 804	-	-	12 622	-	-
<i>Cartões de crédito</i>	773	-	177	-	-	504
<i>Crédito ao Investimento</i>	-	2 957 160	-	-	-	-
Outros activos						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	88 027	-	-	591	-
Total	14 577	120 260 875	177	12 622	97 056 689	504
Passivo						
Recursos de clientes e outros empréstimos						
<i>AAA Activos, Lda</i>	1 295 206	-	-	1 294 082	-	-
<i>AAA Seguros, SA</i>	-	2	-	-	2	-
<i>Outros</i>	201 943	4 957 489	145 811	1 011 430	-	-
Passivos subordinados						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	19 649 973	-	-	19 248 255	-
Outros passivos						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	4 775 830	-	-	10 360 968	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank Namibia</i>	-	35 217	-	-	35 213	-
<i>Standard Bank London</i>	-	1 390 095	-	-	486 573	-
Total	1 497 149	30 808 606	145 811	2 305 512	30 131 011	-

(em milhares de Kwanzas)

(em milhares de Kwanzas)

RESULTADOS	30.06.2021			30.06.2020		
	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais	Accionista	Subsidiárias e participadas de accionistas	Orgãos sociais
Juros e rendimentos similares						
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	56 790	-	-	509 113	-
Juros e encargos similares						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(398 790)	-	-	(436 988)	-
Rendimentos e encargos de serviços e comissões						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	-	-	-	-	-
<i>Standard Bank Isle of Man</i>	-	-	-	-	-	-
Resultados cambiais						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	99	-	-	7 826	-
Custos com o pessoal						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(114 297)	-	-	(130 681)	-
Fornecimentos e serviços de terceiros						
<i>Standard Bank South Africa</i>	-	(2 528 854)	-	-	(1 802 243)	-
AAA Activos, Lda	-	-	-	-	-	-
Total	-	(2 985 052)	-	-	(1 852 973)	-

Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal chave da gestão do Banco pode ser analisado na Nota 29.

Todas as transacções efectuadas com partes relacionadas são realizadas a preços normais de mercado, obedecendo ao princípio do justo valor.

Nota 33 – Justo valor de activos e passivos financeiros

O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o justo valor é estimado através de modelos internos baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa. A geração de fluxos de caixa dos diferentes instrumentos é feita com base nas respectivas características financeiras e as taxas de desconto utilizadas consideram as operações mais recentemente concedidas pelo Banco.

Assim, o justo valor obtido encontra-se influenciado pelos parâmetros utilizados no modelo de avaliação, que necessariamente incorporam algum grau de subjectividade, e reflecte exclusivamente o valor atribuído aos diferentes instrumentos financeiros.

O justo valor dos activos e passivos financeiros para o Banco é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
30 de Junho de 2021						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	113 269 369	-	-	-	113 269 369	113 269 369
Disponibilidades em outras instituições de crédito	147 353 791	-	-	-	147 353 791	147 353 791
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	92 771 481	-	-	-	92 771 481	92 771 481
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	7 201 361	71 544	7 272 905	7 272 905
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	132 467 303	-	132 467 303	132 467 303
Investimentos ao custo amortizado	150 894 142	-	-	-	150 894 142	153 762 823
Crédito a clientes	189 525 404	-	-	-	189 525 404	196 055 860
Activos financeiros	693 814 187	-	139 668 664	71 544	833 554 395	842 953 532
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	13 471 084	-	-	-	13 471 084	13 471 084
Recursos de clientes e outros empréstimos	672 653 587	-	-	-	672 653 587	672 898 528
Responsabilidades representadas por títulos	4 743 781	-	-	-	4 743 781	4 743 781
Passivos subordinados	19 671 307	-	-	-	19 671 307	19 671 307
Passivos financeiros	710 539 759	-	-	-	710 539 759	710 784 700

	Custo Amortizado	Valorizados ao Justo Valor			Total Valor de Balanço	Justo Valor
		Cotações de mercado	Modelos de valorização com parâmetros observáveis no mercado	Modelos de valorização com parâmetros não observáveis no mercado		
		(Nível 1)	(Nível 2)	(Nível 3)		
31 de Dezembro de 2020						
Caixa e disponibilidades bancos centrais	147 520 430	-	-	-	147 520 430	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	65 181 528	-	-	-	65 181 528	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	142 266 522	-	-	-	142 266 522	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	-	-	1 753 133	71 544	1 824 677	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	89 032 526	-	89 032 526	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	235 843 696	-	-	-	235 843 696	232 033 067
Crédito a clientes	140 309 033	-	-	-	140 309 033	154 293 911
Activos financeiros	731 121 209	-	90 785 659	71 544	821 978 412	832 152 661
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	894 112	-	-	-	894 112	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	691 667 486	-	-	-	691 667 486	691 844 837
Responsabilidades representadas por títulos	4 745 970	-	-	-	4 745 970	4 745 970
Passivos subordinados	19 553 301	-	-	-	19 553 301	19 553 301
Passivos financeiros	716 860 869	-	-	-	716 860 869	717 038 220

A tabela abaixo apresenta o valor contabilístico dos instrumentos financeiros com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

(milhares de Kwanzas)

	30-06-2021				
	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	113 269 369	-	-	113 269 369
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	147 358 924	-	(5 133)	147 353 791
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	92 785 887	-	(14 406)	92 771 481
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	7 272 905		-	-	7 272 905
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	132 467 303		-	-	132 467 303
Investimentos ao custo amortizado	-	159 237 439	-	(8 343 297)	150 894 142
Crédito a clientes	-	195 303 116	-	(5 777 712)	189 525 404
Activos financeiros	139 740 208	707 954 735	-	(14 140 548)	833 554 395
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	13 471 084	-	-	13 471 084
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	672 653 587	-	-	672 653 587
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 743 781	-	-	4 743 781
Passivos subordinados	-	19 671 307	-	-	19 671 307
Passivos financeiros	-	710 539 759	-	-	710 539 759
Total	139 740 208	(2 585 024)	-	(14 140 548)	123 014 636

(milhares de Kwanzas)

	Valorizados ao justo valor	Valorizados ao custo amortizado	31-12-2020 Valorizados ao custo histórico	Imparidade	Valor Líquido
Activos					
Caixa e disponibilidades bancos centrais	-	147 520 430	-	-	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	-	65 182 188	-	(660)	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	-	142 281 281	-	(14 759)	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	1 824 677	-	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	89 032 526	-	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	-	248 578 966	-	(12 735 270)	235 843 696
Crédito a clientes	-	143 074 698	-	(2 765 665)	140 309 033
Activos financeiros	90 857 203	746 637 563	-	(15 516 354)	821 978 412
Recursos de bancos centrais e outras instituições de crédito	-	894 112	-	-	894 112
Recursos de clientes e outros empréstimos	-	691 667 486	-	-	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	-	4 745 970	-	-	4 745 970
Passivos subordinados	-	19 553 301	-	-	19 553 301
Passivos financeiros	-	716 860 869	-	-	716 860 869
Total	90 857 203	29 776 694	-	(15 516 354)	105 117 543

O Banco utiliza a seguinte hierarquia de justo valor, com três níveis na valorização de instrumentos financeiros (activos ou passivos), a qual reflecte o nível de julgamento, a observabilidade dos dados utilizados e a importância dos parâmetros aplicados na determinação da avaliação do justo valor do instrumento, de acordo com o disposto na IFRS 13:

Nível 1: O justo valor é determinado com base em preços cotados não ajustados, capturados em transacções em mercados activos envolvendo instrumentos financeiros idênticos aos instrumentos a avaliar. Existindo mais que um mercado activo para o mesmo instrumento financeiro, o preço relevante é o que prevalece no mercado principal do instrumento, ou o mercado mais vantajoso para os quais o acesso existe;

Nível 2: O justo valor é apurado a partir de técnicas de avaliação suportadas em dados observáveis em mercados activos, sejam dados directos (preços, taxas, spreads...) ou indirectos (derivados), e pressupostos de valorização semelhantes aos que uma parte não relacionada usaria na estimativa do justo valor do mesmo instrumento financeiro. Inclui ainda instrumentos cuja valorização é obtida através de cotações divulgadas por entidades

independentes mas cujos mercados têm liquidez mais reduzida; e,

Nível 3: O justo valor é determinado com base em dados não observáveis em mercados activos, com recurso a técnicas e pressupostos que os participantes do mercado utilizariam para avaliar os mesmos instrumentos, incluindo hipóteses acerca dos riscos inerentes, à técnica de avaliação utilizada e aos inputs utilizados e contemplados processos de revisão da acuidade dos valores assim obtidos.

O Banco considera um mercado activo para um dado instrumento financeiro, na data de mensuração, dependendo do volume de negócios e da liquidez das operações realizadas, da volatilidade relativa dos preços cotados e da prontidão e disponibilidade da informação, devendo, para o efeito verificar as seguintes condições mínimas:

- Existência de cotações diárias frequentes de negociação no último ano;
- As cotações acima mencionadas alteram-se com regularidade;
- Existem cotações executáveis de mais do que uma entidade.

Um parâmetro utilizado numa técnica de valorização é considerado um dado observável no mercado se estiverem reunidas as condições seguintes:

- Se o seu valor é determinado num mercado activo;
- Se existe um mercado OTC e é razoável assumir-se que se verificam as condições de mercado

activo, com a excepção da condição de volumes de negociação; e,

- O valor do parâmetro pode ser obtido pelo cálculo inverso dos preços dos instrumentos financeiros e ou derivados onde os restantes parâmetros necessários à avaliação inicial são observáveis num mercado líquido ou num mercado OTC que cumprem com os parágrafos anteriores.

A 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 o activo financeiro ao justo valor classificado no nível 3 da hierarquia de justo valor da IFRS 13 diz respeito à participação na EMIS.

As principais metodologias e pressupostos utilizados na estimativa do justo valor dos activos e passivos financeiros registados no balanço ao custo amortizado são analisados como segue:

Caixa e disponibilidades em bancos centrais, Disponibilidades em outras instituições de crédito e Aplicações em Bancos Centrais e em outras instituições de crédito

Estes activos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados e Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral

Estes instrumentos financeiros estão contabilizados ao justo valor. O justo valor tem como base as cotações de mercado (Bid-price), sempre que estas

se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as curvas de taxa de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

Os valores respeitantes às taxas de muito curto prazo são obtidos de fonte semelhante mas referentes ao mercado monetário interbancário. As taxas de juro para os prazos específicos dos fluxos de caixa são determinadas por métodos de interpolação adequados. As mesmas curvas de taxa de juro são ainda utilizadas na projecção dos fluxos de caixa não determinísticos como por exemplo os indexantes.

As taxas de juro de mercado para os títulos em Kwanzas são apuradas com base nas taxas de juro dos bilhetes do tesouro e nas obrigações do tesouro emitidas para as várias maturidades.

Caso exista opcionalidade envolvida, utilizam-se os modelos standard considerando as superfícies de volatilidade aplicáveis. Sempre que se entenda que não existem referências de mercado de qualidade suficiente ou que os modelos disponíveis não se aplicam integralmente face às características do instrumento financeiro, utilizam-se cotações específicas fornecidas por uma entidade externa, tipicamente a contraparte do negócio.

Investimentos ao custo amortizado

O justo valor destes instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis. Caso não existam, o justo valor é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos.

Crédito a Clientes

O justo valor do crédito a Clientes é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros, considerando que as prestações são pagas nas datas contratualmente definidas. As taxas de desconto utilizadas são as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito

O justo valor destes passivos é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros, considerando que os pagamentos de prestações ocorrem nas datas contratualmente definidas. Estes passivos são de muito curto prazo pelo que o valor de balanço é uma estimativa razoável do seu respectivo justo valor.

Recursos de Clientes e outros empréstimos

O justo valor destes instrumentos financeiros é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e de juros. A taxa de desconto utilizada é a que reflecte as taxas

praticadas para os depósitos com características similares à data do balanço. Considerando que as taxas de juro aplicáveis são renovadas por períodos inferiores a um ano, não existem diferenças materialmente relevantes no seu justo valor.

Passivos subordinados e responsabilidades representadas por títulos

O justo valor é baseado em cotações de mercado quando disponíveis; caso não existam, é estimado com base na actualização dos fluxos de caixa esperados de capital e juros no futuro para estes instrumentos. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas actuais praticadas para empréstimos com características similares.

Relativamente às taxas de câmbio, o Banco utiliza nos seus modelos de avaliação a taxa spot observada no mercado no momento da avaliação.

Nota 34 – Balanço e Demonstração de Resultados por segmento

Nos termos do requerido pela IFRS 8, as divulgações por segmentos são apresentadas de seguida de acordo com a informação tal como é analisada pelos Órgãos de Gestão do Banco:

- Particulares;
- Pequenas e Médias Empresas

- Grandes Empresas e Banca de Investimento

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o balanço por segmento é apresentado como segue:

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	30.06.2021			Total
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	10 912 950	29 453 615	121 137 237	161 503 802
Descobertos	(19 529)	9 716 077	13 203 964	22 900 512
Leasing	726 020	334 937	-	1 060 957
Cartas de crédito	-	679 523	1 557 608	2 237 131
Cartões de crédito	534 815	-	-	534 815
Habitação	1 288 187	-	-	1 288 187
Total de activos afectos	13 442 443	40 184 152	135 898 809	189 525 404
Activos não afectos				705 511 169
Total de Activo				895 036 573
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	75 388 149	95 526 847	501 738 591	672 653 587
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	4 743 781	4 743 781
Total de passivos afectos	75 388 149	95 526 847	506 482 372	677 397 368
Passivos não afectos				82 686 332
Total do Passivo				760 083 700

(milhares de Kwanzas)

BALANÇO	31.12.2020			Total
	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	
Activo				
Crédito a clientes				
Empréstimos	9 827 131	18 276 033	82 587 596	110 690 760
Descobertos	(26 682)	12 811 929	13 294 415	26 079 662
Leasing	761 007	252 761	-	1 013 768
Cartas de crédito	-	223 255	686 288	909 543
Cartões de crédito	533 284	-	-	533 284
Habitação	1 082 017	-	-	1 082 017
Total de activos afectos	12 176 757	31 563 978	96 568 299	140 309 034
Activos não afectos				739 973 304
Total de Activo				880 282 338
Passivo				
Recursos de clientes e outros empréstimos	69 630 068	77 575 828	544 461 590	691 667 486
Responsabilidades representadas por títulos	-	-	4 745 970	4 745 970
Total de passivos afectos	69 630 068	77 575 828	549 207 559	696 413 456
Passivos não afectos				66 886 511
Total do Passivo				763 299 967

(milhares de Kwanzas)

30.06.2021

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Particulares	Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	1 580 979	2 318 790	37 589 264	41 489 033
Juros e encargos similares	1 663 592	2 259 224	(10 146 463)	(6 223 647)
Margem financeira	3 244 571	4 578 014	27 442 801	35 265 386
Rendimentos de serviços e comissões	6 825 878	5 933 183	(4 614 194)	8 144 867
Encargos com serviços e comissões	(522 935)	(535 635)	(919 292)	(1 977 862)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	-	(45 424)	(45 424)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	-
Resultados cambiais	(62 289)	5 791	16 969 031	16 912 533
Outros resultados de exploração	(511 921)	(374 247)	(1 539 053)	(2 425 221)
Produto da actividade bancária	8 973 304	9 607 106	37 293 870	55 874 279
Produto da actividade bancária e seguradora				
Custos com pessoal	(4 495 227)	(3 844 190)	(1 617 593)	(9 957 010)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(2 068 777)	(1 788 587)	(3 042 093)	(6 899 457)
Depreciações e amortizações do exercício	(501 118)	(338 090)	(482 936)	(1 322 144)
Provisões líquidas de anulações	(155 053)	(149 403)	(377 499)	(681 955)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(238 526)	(133 802)	(2 729 378)	(3 101 706)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 476)	(136)	4 248 094	4 242 482
Resultado antes de impostos	1 509 126	3 352 897	33 292 466	38 154 489
Impostos sobre os resultados	-	-	(5 382 887)	(5 382 887)
Resultado líquido	1 509 126	3 352 897	27 909 579	32 771 602

(milhares de Kwanzas)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	30.06.2020		
	Particulares e Pequenas e Médias Empresas	Grandes Empresas e Banca de Investimento	Total
Juros e rendimentos similares	4 496 167	22 018 672	26 514 839
Juros e encargos similares	(64 936)	(3 814 155)	(3 879 091)
Margem financeira	4 431 230	18 204 517	22 635 747
Rendimentos de serviços e comissões	3 571 823	1 536 130	5 107 953
Encargos com serviços e comissões	(621 523)	(658 983)	(1 280 507)
Resultados de activos e passivos financeiros avaliados ao justo valor através de resultados	-	(348 138)	(348 138)
Resultados de activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-
Resultados cambiais	-	12 861 649	12 861 649
Outros resultados de exploração	(144 220)	(808 868)	(953 088)
Produto da actividade bancária	7 237 310	30 786 306	38 023 616
Custos com pessoal	(4 716 678)	(3 449 149)	(8 165 827)
Fornecimentos e serviços de terceiros	(1 897 191)	(3 092 740)	(4 989 931)
Depreciações e amortizações do exercício	(365 492)	(610 325)	(975 817)
Provisões líquidas de anulações	293	(547 267)	(546 974)
Imparidade para crédito a clientes líquida de reversões e recuperações	(166 152)	(434 249)	(600 401)
Imparidade para outros activos líquida de reversões e recuperações	(5 653)	172 008	166 355
Resultado antes de impostos	86 438	22 824 583	22 911 020
Impostos sobre os resultados	-	(1 480 687)	(1 480 687)
Resultado líquido	86 438	21 343 896	21 430 333

Nota 35 – Gestão de Riscos da Actividade

O Banco está sujeito a riscos de diversa ordem no âmbito do desenvolvimento da sua actividade. A gestão dos riscos é efectuada de forma centralizada em relação aos riscos específicos de cada negócio.

A política de gestão de risco do Banco visa a manutenção, em permanência, de uma adequada relação entre os seus capitais próprios e a actividade desenvolvida, assim como a correspondente avaliação do perfil de risco/retorno por linha de negócio.

Neste âmbito, assume uma particular relevância o acompanhamento e controlo dos principais tipos de riscos financeiros - crédito, mercado, liquidez e operacional - a que se encontra sujeita a actividade do Banco.

PRINCIPAIS CATEGORIAS DE RISCO

Crédito – O risco de crédito encontra-se associado ao grau de incerteza de recuperação do investimento e do seu retorno, por incapacidade de um devedor (e do seu garante, se existir), provocando deste modo uma perda financeira para o credor. O risco de crédito encontra-se patente em títulos de dívida ou outros saldos a receber.

Mercado – O conceito de risco de mercado reflecte a perda potencial que pode ser registada por uma determinada carteira em resultado de alterações de taxas (de juro e de câmbio) e/ou dos preços dos diferentes instrumentos financeiros que a compõem,

considerando quer as correlações existentes entre eles, quer as respectivas volatilidades. Assim, o Risco de Mercado engloba o risco de taxa de juro, cambial e outros riscos de preço.

Liquidez – O risco de liquidez reflecte a incapacidade do Banco cumprir com as suas obrigações associadas a passivos financeiros a cada data de vencimento, sem incorrer em perdas significativas decorrentes de uma degradação das condições de acesso ao financiamento (risco de financiamento) e/ou de venda dos seus activos por valores inferiores aos valores habitualmente praticados em mercado (risco de liquidez de mercado).

Operacional – Como risco operacional entende-se a perda potencial resultante de falhas ou inadequações nos processos internos, nas pessoas ou nos sistemas, ou ainda as perdas potenciais resultantes de eventos externos.

ORGANIZAÇÃO INTERNA

O Standard Bank de Angola encara a gestão dos riscos como elemento central da visão e estratégia da Instituição. Assim, o modelo de gestão do risco é independente das áreas geradoras do risco e apresenta mecanismos de decisão e controlo directamente dependentes do Conselho de Administração.

A gestão dos riscos é da competência do Conselho de Administração e dos seus comités. O Conselho de

Administração é o órgão responsável pela estratégia do risco na instituição apoiando-se em Comités que têm como principais funções o aconselhamento do Órgão de Administração no que respeita à estratégia de Gestão do Risco e à supervisão da actuação da função de gestão do risco conforme prevista pelo BNA.

O Conselho de Administração delega na Comissão Executiva a gestão corrente dos riscos. Ao nível da Comissão Executiva o pelouro da gestão do risco é da competência do Presidente da Comissão Executiva.

A função de gestão do risco é exercida de forma autónoma e independente pela Direcção de Risco destinada a identificar, avaliar, monitorizar, controlar e prestar informações de todos os riscos relevantes da actividade desenvolvida pela Instituição.

Para o Standard Bank de Angola a gestão do Risco é também uma forma de otimizar o uso do capital e a selecção das melhores oportunidades de negócio, ponderando a relação entre o risco e o retorno para melhor responder às necessidades dos Clientes e maximizar a criação de valor para os nossos accionistas.

Assim, e seguindo as melhores práticas internacionais o modelo de gestão do Risco obedece ao princípio das “Três Linhas de Defesa”, tendo subjacente a atribuição de responsabilidades

aos diversos intervenientes na gestão do Risco, e define de forma clara a delegação de poderes e os canais de comunicação que estão formalizados nas políticas do Banco.

A responsabilidade pela gestão do Risco dentro de cada linha de actuação encontra-se no nível funcional e dos comités do Conselho de Administração. Estas linhas de defesa garantem a segregação de funções e independência do modelo. As três linhas de actuação são descritas de seguida:

1. Gestão das Unidades de Negócio e de Suporte

O principal responsável pela Gestão do Risco do Banco. A apreciação, avaliação e mensuração de riscos é um processo contínuo que está integrado nas actividades quotidianas do negócio. Este processo inclui a implementação de estrutura de Gestão do Risco, identificação de problemas e tomada de medidas correctivas sempre que necessário.

2. Gestão do Risco

As funções de Gestão do Risco do Banco são primariamente responsáveis pela definição da estrutura de Gestão do Risco e políticas, proporcionando a supervisão e informação

independente para a gestão executiva através do Comité de Gestão de Risco de Crédito e do Comité de Gestão de Activos e Passivos.

As funções de Gestão do Risco das unidades de negócios visam implementar o modelo de Gestão do Risco, aprovar os limites de aceitação de risco dentro de mandatos específicos e fornecer uma visão geral da eficácia da Gestão do Risco pela primeira linha de defesa.

3. Auditoria Interna

Fornece uma avaliação independente da adequação e eficácia do Sistema de Controlo Interno do Banco, do quadro global de Gestão do Risco, através da aprovação de um Plano de Auditoria anual e consequente emissão de relatórios para o Conselho de Administração e seus Comités.

AVALIAÇÃO DE RISCOS

Risco de Crédito

Os modelos de risco de crédito desempenham um papel essencial no processo de decisão de crédito. O processo de decisão de operações da carteira de crédito baseia-se num conjunto de políticas recorrendo a modelos de scoring para as carteiras de Clientes Particulares e de rating para o segmento de Empresas.

As decisões de crédito dependem das classificações de risco e do cumprimento de diversas regras sobre a capacidade financeira e o comportamento dos proponentes.

Seguidamente apresenta-se a informação relativa à exposição do Banco ao risco de crédito:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	113 269 369	-	113 269 369
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	147 358 924	(5 133)	147 353 791
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	92 785 888	(14 406)	92 771 482
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	7 272 905	-	7 272 905
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	132 467 303	-	132 467 303
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	159 237 439	(8 343 297)	150 894 142
Crédito a clientes (Nota 10)	195 303 115	(5 777 712)	189 525 403
	847 694 943	(14 140 548)	833 554 395
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	26 459 474	(23 457)	26 436 017
Cartas de crédito (Nota 23)	14 132 533	(4 422)	14 128 111
Limites não utilizados (Nota 23)	55 811 870	(580 420)	55 231 450
	96 403 877	(608 298)	95 795 579
Total	944 098 820	(14 748 846)	929 349 974

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020		
	Valor contabilístico bruto	Imparidade	Valor contabilístico líquido
Patrimoniais			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	147 520 430	-	147 520 430
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	65 182 188	(660)	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	142 281 281	(14 759)	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	1 824 677	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	89 032 526	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	248 578 966	(12 735 270)	235 843 696
Crédito a clientes (Nota 10)	143 074 698	(2 765 665)	140 309 033
	837 494 766	(15 516 354)	821 978 412
Extrapatrimoniais			
Garantias prestadas (Nota 23)	24 435 726	(25 327)	24 410 399
Cartas de crédito (Nota 23)	14 172 410	(10 248)	14 162 162
Limites não utilizados (Nota 23)	77 374 898	(467 086)	76 907 812
	115 983 034	(502 661)	115 480 373
Total	953 477 800	(16 019 016)	937 458 784

Relativamente ao nível da qualidade do risco de crédito dos activos financeiros, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é como segue:

(milhares de Kwanzas)

			30.06.2021		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	Caa-C	326 717 945	(10 935 257)	315 782 688
	Rating interno	AAA a AA-	20 237 777	(4 499)	20 233 279
		A+ a A-	54 535 361	(2 209)	54 533 152
		BBB+ a BBB-	195 313 381	(23 576)	195 289 804
		BB+ a BB-	141 930 683	(258 893)	141 671 789
		B+ a B-	50 911 703	(883 365)	50 028 338
		< B-	2 621 287	(210 520)	2 410 767
		Baixo	52 328 708	(121 366)	52 207 342
		Médio	2 187 240	(947 416)	1 239 824
		Elevado	910 858	(753 447)	157 411
Total			847 694 943	(14 140 548)	833 554 395

(milhares de Kwanzas)

			31.12.2020		
	Origem do rating	Nível de rating	Exposição bruta	Imparidade	Exposição líquida
Patrimoniais	Rating externo	< B-	337 611 372	(12 926 381)	324 684 991
	Rating interno	AAA a AA-	166 254 926	(3 564)	166 251 362
		A+ a A-	51 930 403	(1 959)	51 928 444
		BBB+ a BBB-	31 391 939	(41 419)	31 350 520
		BB+ a BB-	95 968 709	(52 829)	95 915 880
		B+ a B-	106 922 187	(725 753)	106 196 434
		< B-	2 156 069	(226 263)	1 929 806
		Baixo	42 478 510	(248 467)	42 230 043
		Médio	1 840 914	(534 556)	1 306 358
		Elevado	939 737	(755 164)	184 573
Total			837 494 766	(15 516 354)	821 978 412

As tabelas abaixo apresentam com referência a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 a exposição ao risco de crédito por classe de activo financeiro, nível de rating e estágio.

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	30.06.2021			Total	
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3		
Patrimoniais						
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>BBB+ a BBB-</i>	113 269 369	-	-	113 269 369	
	<i>AAA a AA-</i>	326 892	-	-	326 892	
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>A+ a A-</i>	49 534 327	-	-	49 534 327	
	<i>BBB+ a BBB-</i>	390	-	-	390	
	<i>BB+ a BB-</i>	97 497 315	-	-	97 497 315	
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>BB+ a BB-</i>	19 609 723	-	-	19 609 723	
	<i>BBB+ a BBB-</i>	53 566 539	19 609 625	-	73 176 164	
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>BB+ a BB-</i>	7 272 906	-	-	7 272 906	
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>Caa-C</i>	132 467 302	-	-	132 467 302	
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>Caa-C</i>	110 848 052	48 389 387	-	159 237 439	
	<i>AAA a AA-</i>	10 835 507	9 075 378	-	19 910 885	
	<i>A+ a A-</i>	5 001 034	-	-	5 001 034	
	<i>BBB+ a BBB-</i>	8 867 425	32	-	8 867 457	
	<i>BB+ a BB-</i>	17 550 738	-	-	17 550 738	
	<i>B+ a B-</i>	44 892 711	6 018 992	-	50 911 703	
	<i>< B-</i>	5	2 621 282	-	2 621 287	
	<i>Caa-C</i>	35 013 205	-	-	35 013 205	
	<i>Baixo</i>	52 328 708	-	-	52 328 708	
	<i>Médio</i>	-	2 187 240	-	2 187 240	
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>Elevado</i>	-	-	910 858	910 858	
	Total do Valor Contabilístico Bruto		758 882 149	87 901 936	910 858	847 694 943
	Provisão para perdas		(7 832 871)	(5 554 229)	(753 447)	(14 140 548)
	Valor Contabilístico Líquido		751 049 278	82 347 707	157 411	833 554 395

(milhares de Kwanzas)

Classe de activo financeiro	Rating	31.12.2020			Total
		Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	
Patrimoniais					
Caixa e disponibilidades em bancos centrais (Nota 4)	<i>BBB+ a BBB-</i>	147 520 430	-	-	147 520 430
	<i>AAA a AA-</i>	305 146	-	-	305 146
	<i>A+ a A-</i>	47 543 115	-	-	47 543 115
Disponibilidade em outras instituições de crédito (Nota 5)	<i>BBB+ a BBB-</i>	11 663 683	-	-	11 663 683
	<i>BB+ a BB-</i>	5 670 246	-	-	5 670 246
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito (Nota 6)	<i>BB+ a BB-</i>	79 735 325	-	-	79 735 325
	<i>BBB+ a BBB-</i>	43 057 768	19 488 188	-	62 545 956
	<i>BB+ a BB-</i>	71 544	-	-	71 544
Activos financeiros ao justo valor através de resultados (Nota 7)	<i>BBB+ a BBB-</i>	1 753 133	-	-	1 753 133
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral (Nota 8)	<i>< B-</i>	89 032 526	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado (Nota 9)	<i>< B-</i>	200 788 751	47 790 215	-	248 578 966
	<i>AAA a AA-</i>	18 429 350	-	-	18 429 350
	<i>A+ a A-</i>	4 387 289	-	-	4 387 289
	<i>BBB+ a BBB-</i>	17 446 777	-	-	17 446 777
	<i>BB+ a BB-</i>	10 491 594	-	-	10 491 594
Crédito a clientes (Nota 10)	<i>B+ a B-</i>	40 896 808	3 479 326	-	44 376 134
	<i>< B-</i>	64 166	2 600 466	-	2 664 632
	<i>Baixo</i>	42 498 271	-	-	42 498 271
	<i>Médio</i>	-	1 840 914	-	1 840 914
	<i>Elevado</i>	-	-	939 737	939 737
Total do Valor Contabilístico Bruto		761 355 921	75 199 109	939 737	837 494 767
Provisão para perdas		(8 410 560)	(6 350 631)	(755 164)	(15 516 355)
Valor Contabilístico Líquido		752 945 361	68 848 478	184 573	821 978 412

A repartição por sectores de actividade da exposição ao risco de crédito, em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, encontra-se apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	Exposição		Garantias Prestadas	30.06.2021			
	Vincendo	Vencido		Exposição total	Peso relativo	Imparidade Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	652 391 829	-	-	652 391 829	69%	8 362 837	-1%
Actividade Financeira	-	-	17 267 949	17 267 949	2%	3 317	0%
Comércio por grosso e a retalho	53 399 999	20	26 285 008	79 685 027	8%	468 821	-1%
Educação	-	390 685	-	390 685	0%	238 728	-61%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	40 693 875	-	18 071 197	58 765 072	6%	3 287 730	-6%
Alojamento e restauração	28	-	-	28	0%	5	-18%
Construção	1 461 318	-	9 138 546	10 599 864	1%	35 199	0%
Indústria transformadora	29 464 597	29 492	10 437 737	39 931 825	4%	528 344	-1%
Indústrias extractivas	10 208 949	-	670 000	10 878 949	1%	294 387	-3%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	31 298 763	-	4 338 443	35 637 206	4%	424 353	-1%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	8 912 053	2	7 088 098	16 000 153	2%	30 974	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	1 875 357	100	524 170	2 399 627	0%	2 630	0%
Saúde e Acção Social	3 706 354	-	305 752	4 012 106	0%	2 430	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	400 000	400 000	0%	1 590	0%
Particulares							
Consumo	11 342 643	353 014	1 733 666	13 429 324	1%	890 511	-7%
Habituação	1 299 800	122 591	-	1 422 391	0%	134 204	-9%
Outros fins	728 504	14 970	143 311	886 785	0%	42 787	-5%
Total	846 784 070	910 874	96 403 877	944 098 821	100%	14 748 847	-2%

(milhares de Kwanzas)

	Exposição		Garantias Prestadas	31.12.2020			
	Vincendo	Vencido		Exposição total	Peso relativo	Imparidade Valor	Imparidade/ Exposição total
Empresas							
Administração central	693 911 505	-	-	693 911 505	73%	12 750 690	-2%
Actividade Financeira	-	-	63 483 072	63 483 072	7%	357 860	-1%
Comércio por grosso e a retalho	34 995 884	19	24 459 471	59 455 374	6%	493 286	-1%
Educação	-	387 430	-	387 430	0%	231 145	-60%
Outras actividades de serviços colectivos, sociais e pessoais	4 422 357	1	3 584 581	8 006 939	1%	172 665	-2%
Alojamento e restauração	2	-	170 017	170 020	0%	313	0%
Construção	9 702 002	-	5 646 374	15 348 376	2%	60 940	0%
Indústria transformadora	46 217 514	81 891	7 379 816	53 679 221	6%	791 839	-1%
Indústrias extractivas	110 944	-	-	110 944	0%	47 033	-42%
Indústrias alimentares, das bebidas e do tabaco	12 214 681	-	1 727 060	13 941 741	1%	3 537	0%
Transportes, Armazenagem e Comunicação	7 972 083	2	5 357 187	13 329 272	1%	42 200	0%
Agricultura, produção animal, caça e silvicultura	11 072 776	-	421 193	11 493 969	1%	193 602	-2%
Saúde e Acção Social	3 932 332	-	-	3 932 332	0%	11 881	0%
Produção e distribuição de electricidade, de gás e de água	-	-	1 087 763	1 087 763	0%	1 981	0%
Particulares							
Consumo	9 524 408	242 909	1 098 917	10 866 233	1%	547 393	-5%
Habituação	1 097 972	196 036	-	1 294 008	0%	211 992	-16%
Outros fins	1 380 553	31 464	1 567 584	2 979 601	0%	100 659	-3%
Total	836 555 013	939 752	115 983 035	953 477 800	100%	16 019 016	-2%

A concentração geográfica do risco de crédito em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é de 100% em Angola, com excepção das aplicações de liquidez que são com o Grupo Standard Bank (África do Sul).

Risco de Mercado

No que respeita à informação e análise de risco de mercado é assegurado o reporte regular sobre as carteiras de activos financeiros. Ao nível das carteiras próprias, encontram-se definidos diversos limites de risco. Estão igualmente definidos diferentes limites de exposição por Emitente, por tipo/classe de activo e nível de qualidade de crédito (rating). São ainda definidos limites de Stop Loss e Loss Trigger para as posições na categoria de justo valor através de resultados e na categoria de justo valor através de outro rendimento integral.

A análise de sensibilidade do valor patrimonial dos instrumentos financeiros a variações das taxas de câmbio à data de 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020 é apresentada como segue:

(milhares de Kwanzas)

	30.06.2021					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	12 857 680	6 428 840	3 214 420	(3 214 420)	(6 428 840)	(12 857 680)
Euros	429 545	214 772	107 386	(107 386)	(214 772)	(429 545)
Outras moedas	30 202	15 101	7 550	(7 550)	(15 101)	(30 202)
Total	13 317 427	6 658 713	3 329 357	(3 329 357)	(6 658 713)	(13 317 427)

(milhares de Kwanzas)

	31.12.2020					
	-20%	-10%	-5%	+5%	+10%	+20%
Moeda						
Dólares dos Estados Unidos da América	(4 622 436)	(2 311 218)	(1 155 609)	1 155 609	2 311 218	4 622 436
Euros	1 648 549	824 274	412 137	(412 137)	(824 274)	(1 648 549)
Outras moedas	513 333	256 667	128 333	(128 333)	(256 667)	(513 333)
Total	(2 460 555)	(1 230 277)	(615 139)	615 139	1 230 277	2 460 555

O resultado do stress test apresentado corresponde ao impacto esperado (antes de impostos) nos capitais próprios.

Este risco refere-se ao risco presente e/ou futuro sobre os lucros e o capital do Banco decorrente de movimentos adversos nas taxas de juro que afetem as posições da carteira bancária do Banco.

As alterações das taxas de juro afetam os lucros de um banco alterando o nível da margem financeira gerada a partir de activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais sensíveis à taxa de juro. O valor económico de um banco também é afetado quando as taxas de juro mudam, dado que o valor atual e as datas dos fluxos de caixa futuros se alteram, afetando assim o valor subjacente dos seus activos, passivos e rubricas extrapatrimoniais.

O risco de taxa de juro na carteira bancária do Standard Bank de Angola referente a 30 de Junho de 2021 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	56 878 756	82 574 260			(25 695 504)	0%	(20 556)
1 - 3 meses	181 905 459	13 538 630			168 366 829	0%	538 774
3 - 6 meses	49 775 171	14 993 740			34 781 432	1%	250 426
6 - 12 meses	56 611 546	4 796 597			51 814 949	1%	740 954
1 - 2 anos	71 680 976	3 614			71 677 363	3%	1 985 463
2 - 3 anos	32 476 063	-			32 476 063	4%	1 458 175
3 - 4 anos	7 499 038	-			7 499 038	6%	460 441
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	5 413 677
	345 170 933	115 903 227			340 920 169		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	5 413 677
						Fundos Próprios Regulamentares :	150 936 833
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	3.59%

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	56 878 756	82 574 260			(25 695 504)	1.92%	(493 354)
1 - 2 meses	167 681 405	11 083 755			156 597 650	1.75%	2 740 459
2 - 3 meses	14 224 054	2 454 875			11 769 179	1.58%	185 953
3 - 4 meses	5 656 275	6 071 790			(415 514)	1.42%	(5 900)
4 - 5 meses	2 492 939	1 551 288			941 652	1.25%	11 771
5 - 6 meses	41 625 957	7 370 663			34 255 294	1.08%	369 957
6 - 7 meses	8 876 868	554 690			8 322 178	0.92%	76 564
7 - 8 meses	5 033 278	1 415 037			3 618 241	0.75%	27 137
8 - 9 meses	10 033 414	926 550			9 106 863	0.58%	52 820
9 - 10 meses	18 893 485	1 420 251			17 473 235	0.42%	73 388
10 - 11 meses	-	357 802			(357 802)	0.25%	(895)
11 - 12 meses	13 774 502	122 267			13 652 234	0.08%	10 922
	345 170 933	115 903 227					
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							3 048 822
Margem de Juros							58 591 675
Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							5.20%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida							
Banda	Moeda Estrangeira (USD)		Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
	Activos (+)	Passivos (-)	(+)	(-)			
	à vista - 1 mês	39 218 886	46 947 861				
1 - 3 meses	10 144 109	425 898			9 718 212	0%	31 098
3 - 6 meses	-	457 019			(457 019)	1%	(3 291)
6 - 12 meses	-	1 652 195			(1 652 195)	1%	(23 626)
1 - 2 anos	41 464 075	-			41 464 075	3%	1 148 555
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	19 671 307			(19 671 307)	8%	(1 516 658)
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	(370 105)
	90 827 071	69 154 279			21 672 792		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	(370 105)
						Fundos Próprios Regulamentares :	150 936 833
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	-0.25%

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Banda	Moeda Estrangeira (USD)		Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
	Activos (+)	Passivos (-)					
			(+)	(-)			
à vista	-	-			-	2.00%	-
à vista - 1 mês	39 218 886	46 947 861			(7 728 975)	2%	(148 396)
1 - 2 meses	10 144 109	9 812			10 134 297	2%	177 350
2 - 3 meses	-	416 086			(416 086)	2%	(6 574)
3 - 4 meses	-	80 391			(80 391)	1%	(1 142)
4 - 5 meses	-	170 688			(170 688)	1%	(2 134)
5 - 6 meses	-	205 940			(205 940)	1%	(2 224)
6 - 7 meses	-	77 218			(77 218)	1%	(710)
7 - 8 meses	-	206 719			(206 719)	1%	(1 550)
8 - 9 meses	-	132 485			(132 485)	1%	(768)
9 - 10 meses	-	98 119			(98 119)	0%	(412)
10 - 11 meses	-	676 768			(676 768)	0%	(1 692)
11 - 12 meses	-	460 886			(460 886)	0%	(369)
	49 362 995	49 482 972					
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							11 379
Margem de Juros							2 528 687
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							0.45%

Por sua vez, o risco de taxa de juro na carteira bancária referente a 31 de Dezembro de 2020 ao Banco Nacional de Angola foi reportado da seguinte forma:

MOEDA NACIONAL

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	0%	(24 919)
1 - 3 meses	218 078 535	48 345 992			169 732 542	0%	543 144
3 - 6 meses	24 300 351	11 019 622			13 280 729	1%	95 621
6 - 12 meses	70 605 549	4 605 182			66 000 367	1%	943 805
1 - 2 anos	123 237 376	52 117			123 185 259	3%	3 412 232
2 - 3 anos	34 830 286	-			34 830 286	4%	1 563 880
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	6 533 763
	325 947 340	108 082 599			375 880 285		
						Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :	6 533 763
						Fundos Próprios Regulamentares :	131 301 091
						Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :	4.98%

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Moeda Nacional							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	12 962 905	44 111 803			(31 148 898)	1.92%	(598 059)
1 - 2 meses	190 984 531	19 476 515			171 508 016	1.75%	3 001 390
2 - 3 meses	27 094 003	28 869 477			(1 775 474)	1.58%	(28 052)
3 - 4 meses	11 402 975	3 385 058			8 017 917	1.42%	113 854
4 - 5 meses	-	608 681			(608 681)	1.25%	(7 609)
5 - 6 meses	12 897 377	7 025 883			5 871 494	1.08%	63 412
6 - 7 meses	24 493 382	817 884			23 675 498	0.92%	217 815
7 - 8 meses	5 469 181	748 561			4 720 620	0.75%	35 405
8 - 9 meses	19 802 784	140 426			19 662 358	0.58%	114 042
9 - 10 meses	496 147	539 607			(43 460)	0.42%	(183)
10 - 11 meses	7 555 399	755 403			6 799 996	0.25%	17 000
11 - 12 meses	12 788 656	1 603 301			11 185 355	0.08%	8 948
	325 947 340	108 082 599					
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							2 937 963
Margem de Juros							46 411 418
Impacto Acumulado dos Instrumentos Sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							6.33%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Situação Líquida							
Moeda Estrangeira (USD)							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Elementos Extra-Patrimoniais		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (A)	Posição de Ponderação (B)
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	0%	24 070
1 - 3 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	0%	38 590
3 - 6 meses	-	979 206			(979 206)	1%	(7 050)
6 - 12 meses	-	460 032			(460 032)	1%	(6 578)
1 - 2 anos	-	-			-	3%	-
2 - 3 anos	-	-			-	4%	-
3 - 4 anos	-	-			-	6%	-
4 - 5 anos	-	-			-	8%	-
5 - 7 anos	-	-			-	10%	-
7 - 10 anos	-	-			-	13%	-
10 - 15 anos	-	-			-	19%	-
15 - 20 anos	-	-			-	22%	-
> 20 anos	-	-			-	26%	-
						TOTAL (C) :	49 032
	111 605 261	70 897 408			40 707 854		
					Impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juros :		49 032
					Fundos Próprios Regulamentares :		131 301 091
					Impacto no Valor Económico / Fundos Próprios Regulamentares :		0.04%

(em milhares de Kwanzas)

Exposições por Intervalo de Maturidade ou Refixação da Taxa - Impacto na Margem de Juros							
Banda	Activos (+)	Passivos (-)	Moeda Estrangeira (USD)		Posição (+/-)	Factor de Ponderação (F)	Posição de Ponderação (G)
			Elementos Extra-Patrimoniais				
			(+)	(-)			
à vista - 1 mês	99 120 965	69 033 329			30 087 636	2%	577 683
1 - 2 meses	12 484 296	424 840			12 059 456	2%	211 040
2 - 3 meses	-	-			-	2%	-
3 - 4 meses	-	375 639			(375 639)	1%	(5 334)
4 - 5 meses	-	4 548			(4 548)	1%	(57)
5 - 6 meses	-	599 019			(599 019)	1%	(6 469)
6 - 7 meses	-	-			-	1%	-
7 - 8 meses	-	-			-	1%	-
8 - 9 meses	-	-			-	1%	-
9 - 10 meses	-	294 346			(294 346)	0%	(1 236)
10 - 11 meses	-	29 244			(29 244)	0%	(73)
11 - 12 meses	-	136 443			(136 443)	0%	(109)
	111 605 261	70 897 408					
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à taxa de juros até um ano:							775 445
Margem de Juros							2 365 013
Impacto acumulado dos Instrumentos sensíveis à Taxa de Juros até um ano em percentagem da MJ:							32.79%

Segundo as tabelas acima, é possível constatar que nos dois períodos, nomeadamente 2020 e 2021, o impacto acumulado dos instrumentos sensíveis à taxa de juro nos fundos próprios regulamentares do Banco esteve dentro do limite de 20% tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira, neste caso o dólar americano (que continua a ser a única moeda estrangeira cujos elementos expostos ao risco de taxa de juro representam mais de 5% da carteira bancária tal como verificado no exercício passado).

Para além do requisito de reporte de risco de taxa de juro na carteira bancária ao Banco Nacional de Angola, o Banco deve também reportar, ao ALCO local e do Grupo, métricas internas de risco de taxa de juro na carteira bancária e para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, o Banco deve reportar o risco de taxa de juro de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB) que tem Basileia III como base.

De acordo com os requisitos do regulador sul-africano, os fluxos de caixa esperados dos activos e passivos são agrupados na respectiva banda temporal tendo em conta a data de refixação (para os instrumentos de taxa variável) ou maturidade contratual (para os instrumentos de taxa fixa) e isto permite determinar os gaps de taxa de juro para cada uma das bandas temporais. Esta análise é efectuada de forma consolidada tendo em conta o balanço total do Banco sendo que não há necessidade de se efectuar uma análise separada por moeda.

Os quadros seguintes reflectem os gaps de taxa de juro reportados ao Grupo Standard Bank para efeitos de consolidação junto ao regulador sul-africano (SARB), com referência aos períodos de 30 de Junho 2021 e 31 de Dezembro de 2020:

(milhares de Kwanzas)

Junho 2021									
	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos	565 285 795	52 341 565	37 923 542	59 665 454	8 938 722	193 768	-	170 687 727	895 036 573
Passivos e Fundos Próprios	182 965 466	93 550 546	22 003 405	5 893 123	(1)	-	-	590 624 034	895 036 573
Exposição líquida	382 320 329	(41 208 981)	15 920 137	53 772 331	8 938 723	193 768	-	(419 936 307)	-

(milhares de Kwanzas)

Dezembro 2020									
	Datas de refixação / Datas de maturidade								Total
	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Indeterminado	
Activos	363 165 249	74 900 093	45 818 327	185 150 667	17 877 406	1 952 680	-	191 417 916	880 282 338
Passivos e Fundos Próprios	185 099 086	-	-	6 277 964	-	19 488 119	-	669 417 169	880 282 338
Exposição líquida	178 066 163	74 900 093	45 818 327	178 872 703	17 877 406	(17 535 439)	-	(477 999 253)	-

No quadro seguinte apresentam-se as taxas médias de juro verificadas para as grandes categorias de activos e passivos financeiros do Banco, para o exercício findo a 30 de Junho de 2021 e 2020, bem como os respectivos saldos médios e os proveitos e custos do exercício:

	30.06.2021			30.06.2020		
	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média	Saldo médio do exercício	Juro do exercício	Taxa de juro média
Aplicações						
Crédito a clientes	151 815 664	11 194 000	7.37%	91 966 394	8 844 934	9.62%
Disponibilidades	275 109 289	56 790	0.02%	209 180 526	509 113	0.24%
Carteira de Títulos	244 002 330	28 263 955	11.58%	265 871 668	16 850 060	6.34%
Aplicações interbancárias	46 889 080	1 974 288	4.21%	81 149 301	310 731	0.38%
Total Aplicações	717 816 363	41 489 033		648 167 889	26 514 838	
Recursos						
Depósitos de clientes	599 476 499	5 251 380	0.88%	530 679 904	2 864 385	0.54%
Outros recursos	23 299 964	972 267	4.17%	19 731 903	1 014 706	5.14%
Total Recursos	622 776 463	6 223 647		550 411 807	3 879 091	
Margem Financeira		35 265 386			22 635 747	

A repartição dos activos e passivos, a 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, por moeda, é analisado como segue:

	30.06.2021					31.12.2020				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Activo										
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	55 979 973	56 618 778	568 688	101 930	113 269 369	116 727 872	29 993 508	694 681	104 369	147 520 430
Disponibilidades em outras instituições de crédito	11 764	131 494 594	10 975 434	4 871 999	147 353 791	12 495	48 277 309	10 239 028	6 652 696	65 181 528
Aplicações em bancos centrais e em outras instituições de crédito	53 551 151	39 220 330	-	-	92 771 481	43 043 008	97 444 740	-	1 778 774	142 266 522
Activos financeiros ao justo valor através de resultados	147 455	7 125 450	-	-	7 272 905	452 113	1 372 564	-	-	1 824 677
Activos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral	132 467 303	-	-	-	132 467 303	89 032 526	-	-	-	89 032 526
Investimentos ao custo amortizado	109 430 065	41 464 077	-	-	150 894 142	194 636 404	41 207 292	-	-	235 843 696
Crédito a clientes	177 220 331	11 178 352	1 126 721	-	189 525 404	126 836 114	12 987 055	471 251	14 613	140 309 033
Activos não correntes detidos para venda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outros activos tangíveis	42 671 364	-	-	-	42 671 364	39 912 155	-	-	-	39 912 155
Activos intangíveis	7 290 097	-	-	-	7 290 097	6 385 504	-	-	-	6 385 504
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Activos por impostos correntes	448 946	-	-	-	448 946	448 946	-	-	-	448 946
Activos por impostos diferidos	3 170 818	-	-	-	3 170 818	1 150 917	-	-	-	1 150 917
Outros activos	6 268 105	(2 401 900)	3 983 314	51 434	7 900 953	2 644 417	85 376	7 428 769	247 842	10 406 404
Total de activo	588 657 372	284 699 681	16 654 157	5 025 363	895 036 573	621 282 471	231 367 844	18 833 729	8 798 294	880 282 338

	30.06.2021					31.12.2020				
	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total	Kwanzas	USD	EUR	Outros	Total
Passivo										
Recursos de bancos centrais e de outras instituições de crédito	(13 023 352)	(129 421)	(318 311)	-	(13 471 084)	(894 112)	-	-	-	(894 112)
Recursos de clientes e outros empréstimos	(396 541 192)	(259 742 098)	(14 846 962)	(1 523 335)	(672 653 587)	(444 214 590)	(230 629 330)	(16 228 241)	(595 325)	(691 667 486)
Responsabilidades representadas por títulos	(4 743 781)	-	-	-	(4 743 781)	(4 745 970)	-	-	-	(4 745 970)
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	(83 877)	-	-	-	(83 877)	(214 709)	-	-	-	(214 709)
Provisões	(3 496 866)	(29)	-	-	(3 496 895)	(2 765 831)	(24 263)	(6 249)	-	(2 796 343)
Passivos por impostos correntes	(7 873 300)	-	-	-	(7 873 300)	(2 867 162)	(51 360)	-	-	(2 918 522)
Passivos subordinados	-	(19 671 307)	-	-	(19 671 307)	-	(19 553 301)	-	-	(19 553 301)
Outros passivos	(27 430 061)	(3 370 163)	(3 636 608)	(3 653 037)	(38 089 869)	(17 803 734)	(3 726 754)	(10 809 539)	(8 169 497)	(40 509 524)
Total do passivo	(453 192 429)	(282 913 018)	(18 801 881)	(5 176 372)	(760 083 700)	(473 506 108)	(253 985 008)	(27 044 029)	(8 764 822)	(763 299 967)
Activo/(Passivo) líquido	135 464 943	1 786 663	(2 147 724)	(151 009)	134 952 873	147 776 363	(22 617 164)	(8 210 300)	33 472	116 982 371

Em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020, a rubrica de Activos financeiros ao justo valor através de resultados e a rubrica Recursos de Clientes e outros empréstimos apresentam na coluna USD, respectivamente, os títulos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos e os depósitos em Kwanzas indexados a Dólares Norte Americanos.

Risco de Liquidez

O Banco reporta o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola de acordo com o Instrutivo N° 19/2017 publicado em 30 de Agosto de 2017. Segundo o referido instrutivo, as instituições financeiras devem remeter ao Banco Nacional de Angola informação individual sobre a distribuição das suas posições do balanço e extrapatrimoniais por bandas temporais através de mapas de liquidez devidamente preenchidos e com os cálculos do rácio de liquidez e de observação.

Deste modo, as instituições financeiras devem remeter, em base individual, os seguintes mapas de liquidez:

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em todas as moedas;

- Mapa considerando apenas os fluxos de caixa em moeda nacional; e
- Mapa considerando os fluxos de caixa em moedas estrangeiras significativas para as instituições, de forma individual. Uma moeda estrangeira deve ser considerada significativa quando o activo denominado na mesma corresponde a mais do que 25% do total do activo da instituição.

De acordo com o referido instrutivo, as instituições financeiras devem manter até 36 meses e 48 meses após a entrada em vigor do instrutivo os rácios de liquidez e de observação respetivamente devem ser iguais ou superiores a 100%.

Os mapas de liquidez em moeda nacional e estrangeira devem ser submetidos ao Banco Nacional de Angola com uma periodicidade quinzenal enquanto o mapa de liquidez que considera os fluxos de caixa em todas as moedas deve ser submetido mensalmente a aquela instituição.

O Standard Bank de Angola reportou os rácio de liquidez e de observação referente a 30 de Junho 2021 ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

Junho 2021

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	141 965 235	
Valores em tesouraria	8 521 502	
Disponibilidades em bancos centrais	47 453 521	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	74 757 547	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	11 232 665	
Total saída de fluxo de caixa	137 865 175	5 456 451
Depósitos à ordem	105 123 817	-
Depósitos a prazo	24 555 063	5 041 401
Outros depósitos	4 870 598	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1 114 492	415 051
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	2 201 205	
Total entrada de fluxo de caixa	50 475 677	13 118 371
Créditos	3 061 443	6 967 048
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	47 414 234	6 151 323
Desfasamento	54 575 737	62 237 657
Desfasamento acumulado	54 575 737	62 237 657
Rácio de liquidez	162%	
Rácios de observação		1241%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Junho 2021

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
	Total activos líquidos	188 102 910
Valores em tesouraria	1 149 920	
Disponibilidades em bancos centrais	55 459 053	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-	
Disponibilidades em instituições financeiras	131 493 937	
Títulos e valores mobiliários	-	
Total saída de fluxo de caixa	82 398 256	177 212
Depósitos à ordem	63 702 312	-
Depósitos a prazo	18 607 754	42 590
Outros depósitos	88 191	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-	134 622
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	377 362	188 022
Créditos	377 362	188 022
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda		
Desfasamento	106 082 015	106 092 825
Desfasamento acumulado	106 082 015	106 092 825
Rácio de liquidez	229%	
Rácios de observação		59968%

TODAS AS MOEDAS

Junho 2021

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
	Total activos líquidos	352 913 991
Valores em tesouraria	10 336 096	
Disponibilidades em bancos centrais	102 912 574	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	74 757 547	
Disponibilidades em instituições financeiras	147 341 371	
Títulos e valores mobiliários	17 566 404	
Total saída de fluxo de caixa	226 814 733	5 668 347
Depósitos à ordem	174 670 803	-
Depósitos a prazo	43 162 816	5 083 990
Outros depósitos	5 665 416	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	1 114 492	584 357
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	2 201 205	
Total entrada de fluxo de caixa	51 029 248	13 306 393
Créditos	3 615 014	7 155 070
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	47 414 234	6 151 323
Desfasamento	177 128 506	184 766 552
Desfasamento acumulado	177 128 506	184 766 552
Rácio de liquidez	201%	
Rácios de observação		3360%

Por sua vez, os rácio de liquidez e de observação do Standard Bank de Angola referente a 31 de Dezembro de 2020 foi reportado ao Banco Nacional de Angola como segue:

MOEDA NACIONAL

Dezembro 2020

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	161 918 050	
Valores em tesouraria	7 364 950	
Disponibilidades em bancos centrais	109 358 263	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	-	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	140 452 280	22 600 319
Depósitos à ordem	126 373 048	-
Depósitos a prazo	9 805 188	19 141 440
Outros depósitos	4 179 012	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 458 879
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	36 439 735	17 517 838
Créditos	3 559 281	7 340 525
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	57 905 505	52 823 024
Desfasamento acumulado	57 905 505	52 823 024
Rácio de liquidez	156%	
Rácios de observação		334%

MOEDA ESTRANGEIRA (USD)

Dezembro 2020

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>31 Days</i>		<i>1-3 months</i>	
Total activos líquidos		97 758 403		
Valores em tesouraria		1 501 929		
Disponibilidades em bancos centrais		28 481 835		
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	-			
Disponibilidades em instituições financeiras		67 774 639		
Títulos e valores mobiliários	-			
Total saída de fluxo de caixa		79 223 030		90 556
Depósitos à ordem		59 669 972	-	
Depósitos a prazo		19 553 058		42 484
Outros depósitos	-		-	
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	-			48 072
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-			
Total entrada de fluxo de caixa		380 968		379 141
Créditos		380 968		379 141
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda				
Desfasamento		18 916 341		19 204 926
Desfasamento acumulado		18 916 341		19 204 926
Rácio de liquidez		124%		
Rácios de observação				21308%

TODAS AS MOEDAS

Dezembro 2020

<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	<i>Rácio de Liquidez e Observação (BNA)</i>	
	<i>31 Days</i>	<i>1-3 months</i>
Total activos líquidos	277 326 934	
Valores em tesouraria	9 660 156	
Disponibilidades em bancos centrais	137 840 098	
Activos elegíveis como garantia em operações de crédito do BNA	38 713 384	
Disponibilidades em instituições financeiras	84 631 844	
Títulos e valores mobiliários	6 481 453	
Total saída de fluxo de caixa	227 494 011	22 736 407
Depósitos à ordem	192 005 151	-
Depósitos a prazo	29 358 246	19 183 924
Outros depósitos	6 035 582	-
Compromissos irrevogáveis assumidos perante terceiros	95 032	3 552 483
Operações no mercado monetário interfinanceiro - com instituições financeiras bancárias	-	
Total entrada de fluxo de caixa	36 616 530	17 518 422
Créditos	3 736 076	7 341 108
Operações de compra de títulos de terceiros com acordo de revenda	32 880 454	10 177 313
Desfasamento	86 449 453	81 231 468
Desfasamento acumulado	86 449 453	81 231 468
Rácio de liquidez	145%	
Rácios de observação		457%

De acordo com as tabelas acima consegue verificar-se que passados 40 meses depois da entrada em vigor do Instrutivo, o Banco tem cumprido com o limite mínimo (100%) do referido rácio de Liquidez e de observação, tendo os submetidos todos ao Banco Nacional de Angola por via Sistema de Supervisão das Instituições Financeira (SSIF) tal como estabelecido no novo pacote regulamentar (NPR) apresentado às instituições financeiras em Maio de 2017, em todos os rácios de liquidez e observação, quer seja em moeda nacional, moeda estrangeira (dólar americano) e todas as moedas.

Para além de reportar os rácios que traduzem o risco de liquidez ao Banco Nacional de Angola, o Standard Bank de Angola, deve também fazer uma avaliação do risco de liquidez através de métricas internas definidas pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO) que também estabelece limites de tolerância e alertas de apetência ao risco para cada uma dessas métricas. Este controlo é reforçado com a execução mensal de análises de sensibilidade, com o objectivo de caracterizar o perfil de risco do Banco e assegurar que as suas obrigações num cenário de crise de liquidez são cumpridas.

O controlo dos níveis de liquidez tem como objectivo manter um nível satisfatório de disponibilidades para fazer face às necessidades financeiras no

curto, médio e longo prazo. O risco de liquidez é monitorizado diariamente, sendo elaborados diversos relatórios, para efeitos de controlo e para acompanhamento e apoio à tomada de decisão pelo Comité de Activos e Passivos (ALCO).

Sem prejuízo das medidas de risco de liquidez reportadas ao Banco Nacional de Angola e das medidas internas reportadas ao Comité de Activos e Passivos (ALCO) local e ao do Grupo, o Banco deve também, para efeitos de consolidação por parte do Grupo Standard Bank, reportar as medidas de risco de liquidez de acordo com os requisitos do regulador sul-africano (SARB), que tem como base Basileia III.

O relatório de risco de liquidez com base nos requisitos do regulador sul-africano inclui duas secções referentes ao risco de liquidez, nomeadamente a secção que reflecte os gaps estruturais de liquidez do Banco de acordo com as abordagens contratual e comportamental; e a secção onde é apresentado o rácio de liquidez (LCR) consolidado do Banco.

A avaliação da situação de liquidez com base nos gaps estruturais de liquidez é efectuada, em

particular, com base nos fluxos de caixa futuros estimados para vários horizontes temporais, tendo em conta o balanço do Banco, determinando-se assim o gap de liquidez acumulado para vários horizontes temporais.

O gap contratual de liquidez difere do gap comportamental (BAU) de liquidez fundamentalmente na forma como os perfis de maturidade dos activos e passivos sem maturidade contratual são definidos, sendo que os perfis de maturidade dos activos e passivos com maturidade contratual não diferem em ambas abordagens e é sempre de acordo com a maturidade contratual.

Em 30 de Junho 2021 e 31 de Dezembro de 2020, o gap contratual de liquidez do Banco de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) apresentava a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

	Prazos residuais contratuais						Junho 2021
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	282 074 817	68 972 531	42 287 342	35 404 894	428 579 272	37 717 717	895 036 573
Passivos e Fundos Próprios	534 945 243	74 013 245	10 403 472	3 782 713	130 672 505	141 219 395	895 036 573
Gap de liquidez	(252 870 426)	(5 040 714)	31 883 870	31 622 181	297 906 767	(103 501 678)	-
Gap acumulado de liquidez	(252 870 426)	(257 911 140)	(226 027 270)	(194 405 089)	103 501 678	-	-

(milhares de Kwanzas)

	Prazos residuais contratuais						Dezembro 2020
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	261 640 391	44 520 592	55 377 410	50 893 839	423 340 797	44 509 309	880 282 338
Passivos e Fundos Próprios	558 256 641	148 149 798	578 100	1 519 636	44 345 152	127 433 011	880 282 338
Gap de liquidez	(296 616 250)	(103 629 206)	54 799 310	49 374 203	378 995 645	(82 923 702)	-
Gap acumulado de liquidez	(296 616 250)	(400 245 456)	(345 446 146)	(296 071 943)	82 923 702	-	-

Por sua vez, os gaps comportamentais de liquidez de acordo com as regras do regulador sul-africano (SARB) a 30 de Junho 2021 e 31 de Dezembro de 2020 apresentavam a seguinte estrutura:

(milhares de Kwanzas)

	Gaps comportamentais de liquidez						Junho 2021
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	347 471 968	148 169 197	48 319 066	36 380 421	276 978 204	37 717 717	895 036 573
Passivos e Fundos Próprios	33 855 423	169 869 529	57 462 156	41 156 395	451 473 674	141 219 396	895 036 573
Gap de liquidez	313 616 545	(21 700 332)	(9 143 090)	(4 775 974)	(174 495 470)	(103 501 679)	-
Gap acumulado de liquidez	313 616 545	291 916 213	282 773 123	277 997 149	103 501 679	-	-

(milhares de Kwanzas)

	Gaps comportamentais de liquidez						Dezembro 2020
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 2 meses	Entre 2 a 3 meses	Mais de 3 meses	Não Contratual	Total
Activos	314 788 048	221 773 227	43 354 384	29 426 075	226 431 295	44 509 309	880 282 338
Passivos e Fundos Próprios	35 844 637	247 381 571	49 273 444	40 165 386	380 184 290	127 433 010	880 282 338
Gap de liquidez	278 943 411	(25 608 344)	(5 919 060)	(10 739 311)	(153 752 995)	(82 923 701)	-
Gap acumulado de liquidez	278 943 411	253 335 067	247 416 007	236 676 696	82 923 701	-	-

Após análise das tabelas acima pode-se constatar que os gaps comportamentais são mais favoráveis que os gaps contratuais sendo que isto deve-se à forma que os perfis de maturidade dos activos e passivos são definidos em ambas as abordagens. A abordagem contratual classifica todos os depósitos não contratuais, tal como as contas a ordem e poupança, na faixa temporal à vista e a abordagem comportamental tem em consideração a estabilidade destes depósitos não contratuais para definir o seu perfil de maturidade através de uma análise de volatilidade dos mesmos, com base num modelo estatístico.

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

	Exposição a		Junho 2021		Total
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	
Activos					
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>			113 269 369		113 269 369
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	6 129 439	47 202 888	186 792 945		240 125 272
<i>Crédito a clientes</i>		189 525 404			189 525 404
<i>Títulos</i>	290 634 350				290 634 350
<i>Outros Activos</i>	-	-	61 482 178		61 482 178
Total	296 763 789	236 728 292	361 544 492	-	895 036 573
Passivos					
<i>Depósitos a Ordem</i>			(539 264 328)		(539 264 328)
<i>Depósitos a Prazo</i>		(146 860 343)			(146 860 343)
<i>Divida Subordinada</i>		(19 671 307)			(19 671 307)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	(4 743 781)				(4 743 781)
<i>Outros Passivos</i>			(49 543 941)		(49 543 941)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	(134 952 873)		(134 952 873)
Total	(4 743 781)	(166 531 650)	(723 761 142)	-	(895 036 573)

Detalhe dos instrumentos financeiros por exposição ao risco de taxa de juro

(Milhares de Kwanzas)

	Exposição a		Dezembro 2020		Total
	Taxa Fixa	Taxa Variável	Não Sujeito a risco de taxa de Juros	Derivados	
Activos					
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>			147 520 430		147 520 430
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	10 081 000	26 942 341	170 424 709		207 448 050
<i>Crédito a clientes</i>		140 309 033			140 309 033
<i>Títulos</i>	326 700 899				326 700 899
<i>Outros Activos</i>	-	-	58 303 926		58 303 926
Total	336 781 899	167 251 374	376 249 065	-	880 282 338
Passivos					
<i>Depósitos a Ordem</i>			(551 365 916)		(551 365 916)
<i>Depósitos a Prazo</i>		(140 301 570)			(140 301 570)
<i>Dívida Subordinada</i>		(19 553 301)			(19 553 301)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	(4 745 970)				(4 745 970)
<i>Outros Passivos</i>			(47 333 211)		(47 333 211)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	(116 982 370)		(116 982 370)
Total	(4 745 970)	(159 854 871)	(715 681 497)	-	(880 282 338)

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais

(Milhares de Kwanzas)

	Junho 2021									Total
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Prazos residuais contratuais				Não Contratual	
					Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos		
Activos	280 545 861	68 712 991	77 046 928	120 113 504	56 348 280	222 413 275	16 584 591	3 076 257	50 194 886	895 036 573
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>	48 973 675	-	-	-	-	64 295 694	-	-	-	113 269 369
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	186 792 945	47 202 888	6 129 439	-	-	-	-	-	-	240 125 272
<i>Crédito a Clientes</i>	44 779 241	3 150 566	44 437 546	82 407 961	1 336 610	5 048 948	4 769 790	3 076 257	518 485	189 525 404
<i>Títulos</i>	-	18 165 738	26 479 943	37 705 543	55 011 670	153 068 633	7 268 933	-	(7 066 110)	290 634 350
<i>Outros Activos</i>	-	193 799	-	-	-	-	4 545 868	-	56 742 511	61 482 178
Passivos e Fundos Próprios	(540 780 904)	(73 149 584)	(14 173 956)	(85 449 002)	(7 110 351)	(7 563 851)	(347 860)	(19 609 560)	(146 851 505)	(895 036 573)
<i>Depósitos a Ordem</i>	(539 264 328)	-	-	-	-	-	-	-	-	(539 264 328)
<i>Depósitos a Prazo</i>	(44 838)	(60 402 974)	(8 255 677)	(73 315 214)	(4 824 440)	(17 200)	-	-	-	(146 860 343)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	(61 747)	-	-	-	-	-	(19 609 560)	-	(19 671 307)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	-	-	-	(4 743 781)	-	-	-	-	-	(4 743 781)
<i>Outros Passivos</i>	(1 471 738)	(12 684 863)	(5 918 279)	(7 390 007)	(2 285 911)	(7 546 651)	(347 860)	-	(11 898 632)	(49 543 941)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(134 952 873)	(134 952 873)
Gap de liquidez	(260 235 043)	(4 436 593)	62 872 972	34 664 502	49 237 929	214 849 424	16 236 731	(16 533 303)	(96 656 619)	-
Gap acumulado de liquidez	(260 235 043)	(264 671 636)	(201 798 664)	(167 134 162)	(117 896 233)	96 953 191	113 189 922	96 656 619	-	-

Totalidade dos fluxos de caixa contratuais

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020									Total
	Prazos residuais contratuais									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	
Activos	261 640 390	38 237 357	106 271 249	99 609 057	292 309 736	17 437 199	6 700 576	-	58 076 774	880 282 338
<i>Disponibilidades em Bancos Centrais</i>	48 367 742	-	-	-	99 152 688	-	-	-	-	147 520 430
<i>Disponibilidades em Intituições Financeiras</i>	170 424 709	26 942 341	10 081 000	-	-	-	-	-	-	207 448 050
<i>Crédito a Clientes</i>	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457	-	(227 152)	140 309 033
<i>Títulos</i>	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119	-	-	326 700 899
<i>Outros Activos</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	58 303 926	58 303 926
Passivos e Fundos Próprios	(551 367 158)	(148 134 888)	(2 097 737)	(1 195 773)	(8 141 250)	(1 790 682)	(28 713 559)	(19 553 301)	(119 287 990)	(880 282 338)
<i>Depósitos a Ordem</i>	(551 365 916)	-	-	-	-	-	-	-	-	(551 365 916)
<i>Depósitos a Prazo</i>	(1 242)	(140 276 422)	-	-	(23 906)	-	-	-	-	(140 301 570)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	-	(19 553 301)	-	(19 553 301)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	-	(45 970)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 970)
<i>Outros Passivos</i>	-	(7 812 496)	(2 097 737)	(1 195 773)	(3 417 344)	(1 790 682)	(28 713 559)	-	(2 305 620)	(47 333 211)
<i>Fundos Próprios</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(116 982 370)	(116 982 370)
Gap de liquidez	(289 726 768)	(109 897 531)	104 173 512	98 413 284	284 168 486	15 646 517	(22 012 983)	(19 553 301)	(61 211 216)	-
Gap acumulado de liquidez	(289 726 768)	(399 624 299)	(295 450 787)	(197 037 503)	87 130 983	102 777 500	80 764 517	61 211 216	-	-

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação

(Milhares de Kwanzas)

	Junho 2021									Total
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	
Activos	44 779 241	68 519 192	77 046 928	120 113 504	56 348 280	158 117 581	12 038 723	3 076 257	(7 066 110)	532 973 596
<i>Crédito a Bancos</i>		47 202 888	6 129 439	-	-	-	-	-	-	53 332 327
<i>Crédito a Clientes</i>	44 779 241	3 150 566	44 437 546	82 407 961	1 336 610	5 048 948	4 769 790	3 076 257		189 006 919
<i>Títulos</i>	-	18 165 738	26 479 943	37 705 543	55 011 670	153 068 633	7 268 933	-	(7 066 110)	290 634 350
Passivos	(44 838)	(60 464 721)	(8 255 677)	(78 058 995)	(4 824 440)	(17 200)	-	(19 609 560)	-	(171 275 431)
<i>Depósitos a Ordem</i>										
<i>Depósitos a Prazo</i>	(44 838)	(60 402 974)	(8 255 677)	(73 315 214)	(4 824 440)	(17 200)	-	-	-	(146 860 343)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	(61 747)	-	-	-	-	-	(19 609 560)	-	(19 671 307)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	-	-	-	(4 743 781)	-	-	-	-	-	(4 743 781)
Exposição Líquida	44 734 403	8 054 471	68 791 251	42 054 509	51 523 840	158 100 381	12 038 723	(16 533 303)	(7 066 110)	361 698 165

Detalhe dos instrumentos financeiros com exposição ao risco de taxa de juro em função da data de maturidade ou de refixação

(Milhares de Kwanzas)

	Dezembro 2020									Total
	Datas de refixação / Datas de Maturidade									
	À vista	Até 1 mês	Entre 1 a 3 meses	Entre 3 a 6 meses	Entre 6 meses a 1 Ano	Entre 1 a 3 Anos	Entre 3 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Não Contratual	
Activos	42 847 939	38 237 357	106 271 249	99 609 057	193 157 048	17 437 199	6 700 576	-	-	504 260 425
<i>Crédito a Bancos</i>		26 942 341	10 081 000	-	-	-	-	-	-	37 023 341
<i>Crédito a Clientes</i>	42 847 939	1 270 159	29 136 138	54 443 639	3 615 471	4 931 382	4 291 457	-	-	140 536 185
<i>Títulos</i>	-	10 024 857	67 054 111	45 165 418	189 541 577	12 505 817	2 409 119	-	-	326 700 899
Passivos	(1 242)	(140 322 392)	-	-	(4 723 906)	-	-	(19 553 301)	-	(164 600 841)
<i>Depósitos a Ordem</i>										
<i>Depósitos a Prazo</i>	(1 242)	(140 276 422)	-	-	(23 906)	-	-	-	-	(140 301 570)
<i>Dívida Subordinada</i>	-	-	-	-	-	-	-	(19 553 301)	-	(19 553 301)
<i>Responsabilidade representada por títulos</i>	-	(45 970)	-	-	(4 700 000)	-	-	-	-	(4 745 970)
Exposição Líquida	42 846 697	(102 085 035)	106 271 249	99 609 057	188 433 142	17 437 199	6 700 576	(19 553 301)	-	339 659 584

Gestão de Capital e Rácio de Solvabilidade

O cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar (RSR) mantém-se desde 2017 com o requisito mínimo de 10%.

De acordo com o Aviso n.º 02/2016, os Fundos Próprios Regulamentares incluem:

1. Fundos Próprios de Base – compreendem (i) o Capital Social realizado; (ii) reserva para registo do valor da actualização monetária do capital social realizado; (iii) resultados transitados de exercícios anteriores; (iv) reservas legais, estatutárias e outras reservas provenientes de resultados não distribuídos, ou constituídas para o aumento de capital, (v) resultado líquido do exercício auditado, (vi) resultados latentes negativos relativos à reavaliação dos títulos disponíveis para venda e às operações de cobertura de fluxos de caixa e de investimentos no exterior e (vii) activos/passivos por impostos diferidos na medida em que estejam associados a perdas/ganhos que contem como elemento negativo/positivo dos fundos próprios de base.

2. Fundos Próprios Complementares – compreendem (i) acções preferenciais remíveis; (ii) fundos e provisões genéricas; (iii) reservas provenientes da realização dos imóveis de uso próprio; (iv) dívidas subordinadas e instrumentos híbridos de capital e dívida; e (v) outros valores autorizados pelo Banco Nacional de Angola.

3. Deduções – Compreendem: (i) acções da própria instituição objecto de recompra; (ii) acções preferenciais remíveis e com dividendos fixos e cumulativos; (iii) empréstimos concedidos com natureza de capital; (iv) empréstimos concedidos com natureza de capital; (v) créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais; (vi) goodwill (trespasse); (vii) outros activos incorpóreos líquidos das amortizações; (viii) outros valores, por determinação do Banco Nacional de Angola.

O Aviso do BNA n.º 09/2016 estabelece que para efeitos de cálculo do Rácio de Solvabilidade Regulamentar, o excesso verificado no limite de exposição ao risco por Cliente deve ser deduzido dos Fundos Próprios Regulamentares (FPR).

Os requisitos dos fundos próprios regulamentares correspondem à soma dos requisitos individuais calculados de acordo com os seguintes Avisos:

1. Aviso n.º 03/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Crédito e Risco de Crédito de Contraparte;
2. Aviso n.º 04/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco de Mercado e Risco de Crédito de Contraparte na Carteira de Negociação; e
3. Aviso n.º 05/2016, sobre Requisito de Fundos Próprios Regulamentares para Risco Operacional.

Um sumário do rácio de solvabilidade do Banco para 30 de Junho de 2021, 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 apresenta-se como segue:

		(milhares de Kwanzas)	(milhares de Kwanzas)	(milhares de Kwanzas)
		30.06.2021	31.12.2020	31.12.2019
Risco de crédito e risco de crédito de contraparte	A	28 545 497	24 338 117	19 309 570
Risco mercado e risco de crédito de contraparte na carteira de negociação	B	757 672	2 416 734	2 763 482
Risco operacional	C	10 252 746	7 781 371	5 868 289
Total	D = A + B + C	39 555 914	34 536 221	27 941 341
Fundos Próprios				
Base	E	131 717 116	112 711 861	94 210 719
Complementares	F	18 707 235	18 589 230	14 655 666
	G = E + F	150 424 350	131 301 091	108 866 385
Excesso aos Limites prudenciais aos grandes riscos	H	-	-	(30 720 490)
Fundos Próprios Regulamentares	I = G + H	150 424 350	131 301 091	78 145 895
Rácio de Solvabilidade	J = L + M	38.0%	38.02%	28.0%
Nível I	L = (E + H) / (D/10%)	33.3%	32.6%	22.7%
Nível II	M = F / (D/10%)	4.7%	5.4%	5.2%

Nota 36 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

1. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2021, já endossadas pela União Europeia:

a) IFRS 16 (alteração), “Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19” (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2020). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração introduz um expediente prático para os locatários (mas não para os locadores), que os isenta de avaliar se as bonificações atribuídas pelos locadores no âmbito da COVID-19, qualificam como “modificações” quando estejam cumpridos cumulativamente três critérios: i) a alteração nos pagamentos de locação resulta numa retribuição revista para a locação que é substancialmente igual, ou inferior, à retribuição imediatamente anterior à alteração; ii) qualquer redução dos pagamentos de locação apenas afeta pagamentos devidos em, ou até 30 de Junho de 2021; e iii) não existem alterações significativas a outros termos e condições da locação. Os locatários que optem pela aplicação desta isenção, contabilizam a alteração aos pagamentos das rendas, como rendas variáveis de locação no(s) período(s) no(s) qual(ais) o evento ou condição que leva à

redução de pagamento ocorre. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos reflectidos como um ajustamento nos resultados transitados (ou outra componente de capital próprio, conforme apropriado) no início do período de relato anual em que o locatário aplica a alteração pela primeira vez.

b) IFRS 4 (alteração), ‘Contratos de seguro – diferimento da aplicação da IFRS 9’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Junho de 2021). Esta alteração refere-se às consequências contabilísticas temporárias que resultam da diferença entre a data de entrada em vigor da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e da futura IFRS 17 – Contratos de Seguro. Em especial, a alteração efetuada à IFRS 4 adia até 2023 a data de expiração da isenção temporária da aplicação da IFRS 9 a fim de alinhar a data efetiva desta última com a da nova IFRS 17.

c) IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 (alterações) ‘Reforma das taxas de juro de referência - fase 2. Estas alterações tratam de questões que surgem durante a reforma de uma taxa de juro de referência, incluindo a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa, permitindo a adoção de isenções como: i) alterações na designação e documentação de cobertura; ii) valores acumulados na reserva de cobertura de fluxo de caixa; iii) avaliação retrospectiva da eficácia de uma relação de cobertura no âmbito da IAS 39; iv) alterações nas relações de cobertura

para grupos de itens; v) presunção de que uma taxa de referência alternativa, designada como uma componente de risco não especificada contratualmente, é identificável separadamente e qualifica como um risco coberto; e vi) atualizar a taxa de juro efetiva, sem reconhecer ganho ou perda, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado com variações nos fluxos de caixa contratuais em consequência da reforma da IBOR, incluindo locações que são indexadas a uma IBOR.

2. Normas (novas e alterações) publicadas, cuja aplicação é obrigatória para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, mas que a União Europeia ainda não endossou:

a) IAS 1 (alteração), ‘Apresentação das demonstrações financeiras - classificação de passivos’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração pretende clarificar a classificação dos passivos como saldos correntes ou não correntes em função dos direitos que uma entidade tem de diferir o seu pagamento, no final de cada período de relato. A classificação dos passivos não é afectada pelas expectativas da entidade (a avaliação deverá determinar se um direito existe, mas não deverá considerar se a entidade irá ou não exercer tal direito), ou por eventos ocorridos após a data de relato, como seja o incumprimento de um

“covenant”. Esta alteração inclui ainda uma nova definição de “liquidação” de um passivo. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.

b) IAS 16 (alteração) ‘Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração do tratamento contabilístico dado à contraprestação obtida com a venda de produtos que resultam da produção em fase de teste dos activos fixos tangíveis, proibindo a sua dedução ao custo de aquisição dos activos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva, sem reexpressão dos comparativos.

c) IAS 37 (alteração) ‘Contratos onerosos – custos de cumprir com um contracto’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração especifica que na avaliação sobre se um contrato é ou não oneroso, apenas podem ser considerados os gastos directamente relacionados com o cumprimento do contracto, como os custos incrementais relacionados com mão-de-obra directa e materiais e a alocação de outros gastos directamente relacionados como a alocação dos gastos de depreciação dos ativo tangíveis utilizados para realizar o contracto. Esta alteração deverá ser aplicada aos contratos que, no início do primeiro período anual de relato ao qual a alteração é aplicada, ainda incluem

obrigações contratuais por satisfazer, sem haver lugar à reexpressão do comparativo.

d) Melhorias às normas 2018 – 2020 (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2022). Estas alterações ainda estão sujeitas ao processo de endosso pela União Europeia. Este ciclo de melhorias altera os seguintes normativos: IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41.

E) IFRS 3 (alteração) ‘Referências à Estrutura conceptual’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de junho de 2022). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração atualiza as referências à Estrutura Conceptual no texto da IFRS 3, não tendo sido introduzidas alterações aos requisitos contabilísticos para as concentrações de atividades empresariais. Esta alteração também clarifica o tratamento contabilístico a adotar relativamente aos passivos e passivos contingentes no âmbito da IAS 37 e IFRIC 21, incorridos separadamente versus incluídos numa concentração de atividades empresariais. Esta alteração é de aplicação prospetiva.

f) IAS 1 (alteração), ‘Divulgação de políticas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseadas na definição de

“material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações imateriais relativas a políticas contabilísticas não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2, foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas. [incluir informação sobre o impacto estimado da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade].

g) IAS 8 (alteração), ‘Divulgação de estimativas contabilísticas’ (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística. [incluir informação sobre o impacto estimado da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade].

h) IFRS 16 (alteração), 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19 após 30 de junho de 2021' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de abril de 2021). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A alteração estende a data de aplicação da alteração à IFRS 16 – 'Locações - Bonificações de rendas relacionadas com a COVID-19' de 30 de junho de 2021 até 30 de junho de 2022. As condições de aplicação do expediente prático mantém-se, sendo que: i) caso o locatário já estiver a aplicar o expediente prático de 2020, terá de continuar a aplicá-lo a todos os contratos de locação com características similares, e em condições comparáveis; e ii) caso o locatário não tenha aplicado o expediente prático às bonificações de rendas elegíveis de 2020, não poderá aplicar esta extensão à alteração de 2020. Esta alteração é aplicada retrospectivamente com os impactos refletidos como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados do período de relato anual em que o locatário aplica esta alteração pela primeira vez. [incluir informação sobre o impacto estimado da adoção futura desta alteração nas demonstrações financeiras da Entidade].

i) IAS 12 (alteração), 'Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. A IAS 12 passa a exigir que as

entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças tributáveis deixam de ser sujeitas à isenção de reconhecimento inicial de impostos diferidos. O efeito acumulado da aplicação inicial desta alteração é reconhecido como um ajustamento ao saldo de abertura dos resultados transitados (ou outro componente do capital próprio, conforme apropriado) do período comparativo mais antigo apresentado.

g) IFRS 17 (nova), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta norma ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta nova norma substitui o IFRS 4 e é aplicável a todas as entidades que emitam contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária. A IFRS 17 baseia-se na mensuração corrente das responsabilidades técnicas, as quais são reavaliadas a cada data de relato. A mensuração corrente pode ser efetuada pela aplicação do modelo completo ("building block

approach") ou simplificado ("premium allocation approach"). O modelo completo baseia-se em cenários de fluxos de caixa descontados ponderados pela probabilidade de ocorrência e ajustados pelo risco, e uma margem de serviço contratual, a qual representa a estimativa do lucro futuro do contrato. Alterações subsequentes dos fluxos de caixa estimados são ajustados contra a margem de serviço contratual, exceto se esta se tornar negativa. A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.

h) IFRS 17 (alteração), 'Contratos de seguro' (a aplicar nos exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2023). Esta alteração ainda está sujeita ao processo de endosso pela União Europeia. Esta alteração compreende alterações específicas em oito áreas da IFRS 17, tais como: i) âmbito; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações. Esta alteração também inclui clarificações, que têm como objetivo simplificar alguns dos requisitos desta norma e agilizar a sua implementação.

Nota 37 – Eventos subsequentes

No dia 13 de Setembro de 2021, a agência de rating Moody's publicou a revisão do rating atribuído à dívida pública do Estado Angolano de Caa1 para B3. Esta melhoria de rating tem impacto tanto ao nível das perdas esperadas de "Investimentos ao custo amortizado", como ao nível das perdas esperadas de "Crédito a clientes", dado que o Banco aplica as metodologias e pressupostos previstos na Directiva n.º 13/DSB/DRO do BNA. Desta forma, considerando os parâmetros divulgados no estudo da Moody's em Abril de 2021, os quais serviram de base para a preparação das demonstrações financeiras do Banco em 30 de junho de 2021, estima-se que a melhoria do rating sobre a dívida do Estado Angolano represente um impacto positivo nos resultados do Banco de AOA 6 656 milhões referente aos Investimentos ao custo amortizado e de AOA 2 401 milhões relativo a Crédito a clientes, representando desta forma um impacto global positivo de AOA 9 057 milhões.

6.3 Pareceres dos Auditores externos e do Conselho Fiscal





Relatório do Auditor Independente

Ao Conselho de Administração do
Standard Bank de Angola, S.A.

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Standard Bank de Angola, S.A., as quais compreendem o balanço em 30 de Junho de 2021 que evidencia um total de 895 036 573 milhares de Kwanzas e um capital próprio de 134 952 873 milhares de Kwanzas, incluindo um resultado líquido do período de 32 771 602 milhares de Kwanzas, a demonstração de resultados, a demonstração dos resultados e do outro rendimento integral, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidade do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pelo Conselho de Administração, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6 Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Standard Bank de Angola, S.A. em 30 de Junho de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativo ao período findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor.

27 de Setembro de 2021

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada
Registada na Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola com o nº E20170010

Representada por:

Ricardo Santos

Ricardo Santos, Perito Contabilista Nº 20120086

PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada,
Edifício Presidente - Largo 17 de Setembro, nº3, 1º andar - Sala 137, Luanda - República de Angola T: +244 227 286 109, F: +244 222 311 213, www.pwc.com/ao
@ 2021 PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada. All rights reserved. In this document, "PwC" refers to PricewaterhouseCoopers (Angola), Limitada, which is a member firm of PricewaterhouseCoopers International Limited, each



Conselho Fiscal

PARECER DO CONSELHO FISCAL Relativo às Demonstrações Financeiras do 1º Semestre de 2021

Senhores Accionistas:

Em cumprimento do Artigo 6º. nº.5 do Aviso do BNA nº.05/2019 de 23 de Agosto, apresentamos o nosso Parecer sobre as Demonstrações Financeiras (Balanço, Fluxo de Caixa, Demonstração de Resultados, respectivos anexos e notas) referentes ao 1º. Semestre do Exercício de 2021.

Independentemente dos efeitos da Pandemia do Covid 19 que ainda se mantêm bastante activa, o Conselho Fiscal apreciou a preparação das contas e pôde concluir que as Demonstrações Financeiras relativas ao 1º. Semestre do exercício de 2021, ora apresentadas, satisfazem o que por lei e pelos estatutos do Banco é exigido.

O Conselho Fiscal aproveita para enaltecer a qualidade, quer em termos de conteúdo quer em termos de apresentação, do Relatório do 1º. Semestre de 2021. É realmente um instrumento substancial para uma melhor percepção de toda a actividade financeira e não só, reforçando assim a nossa opinião favorável dos níveis de organização que caracterizam a actividade do Standard Bank.

O Conselho Fiscal não identificou qualquer situação que não estivesse de acordo com os estatutos e com as normas legais, assim como com as práticas contabilísticas aplicáveis.

Parecer

Considerando o exposto, o Conselho Fiscal do Standard Bank de Angola, SA é de **PARECER FAVORÁVEL** que as Demonstrações Financeiras sejam aprovadas.

Luanda, 23 de Setembro de 2021

O Conselho Fiscal

Sérgio Serrão
Presidente

Fernando Hermes
Vogal

Donald Lisboa
Vogal



Relatório Semestral

2021